



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1130

Segunda-feira - 03 de Dezembro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	14
Arroio Trinta.....	15
Biguaçu	28
Caçador.....	29
Campo Alegre	43
Campos Novos	49
Capinzal	52
Catanduvas.....	53
Concórdia.....	53
Coronel Martins.....	66
Corupá	68
Ermo	69
Forquilha.....	70
Fraiburgo.....	70
Garopaba.....	72
Garuva	72
Gaspar	72
Herval d'Oeste	74
Ibiam	74
Imbituba	76
Ipumirim	111
Itapoá	111
Joaçaba	112
José Boiteux	121
Lages	123
Lebon Regis.....	123
Leoberto Leal.....	136
Lindóia do Sul	136
Luzerna	136
Maracajá	139
Massaranduba.....	186
Meleiro	190
Morro da Fumaça	194
Navegantes.....	195
Nova Trento.....	198
Novo Horizonte	199
Palhoça	199
Pinheiro Preto	223
Porto União.....	226
Rio do Sul.....	246
Salto Veloso.....	246
São Bento do Sul.....	248
São Lourenço do Oeste.....	253
São Pedro de Alcântara.....	254
Schroeder	256
Timbó	257
Vargeão.....	258

Videira.....	258
Vitor Meireles.....	278

Consórcios

AGIR	279
------------	-----

Água Doce

PREFEITURA

Lei N° 2.148/2012

LEI N° 2.148/2012 - DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce (SC). Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral da administração direta e indireta do MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, para o exercício de 2013, discrimina- do nos Anexos desta Lei, "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA" em R\$ 18.453.489,00 (dezoito milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e oitenta e nove reais), com a seguinte classificação:

I - CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA

RECEITAS CORRENTES R\$ 20.945.580,00
- Receita Tributária R\$ 1.149.428,00
- Receita de Contribuições R\$ 288.000,00
- Receita Patrimonial R\$ 187.963,00
- Receita Agropecuária R\$ 1.010,00
- Transferências Correntes R\$ 19.241.625,00
- Outras Receitas Correntes R\$ 77.554,00
-(-) Deduções da Receita Corrente R\$ (-) 2.867.131,00
- RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇ R\$ 98.000,00
- Receitas de Contribuições R\$ 98.000,00
RECEITAS DE CAPITAL R\$ 277.040,00
- Operações de Créditos R\$ 0,00
- Alienação de Bens R\$ 77.040,00
- Transferências de Capital R\$ 200.000,00
TOTAL R\$ 18.453.489,00

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

II - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

DESPESAS CORRENTES R\$ 17.316.951,00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 10.631.919,94
- Outras Despesas Correntes R\$ 6.597.146,06
- Juros e Encargos da Dívida R\$ 87.885,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 1.078.538,00
- Investimentos R\$ 756.758,00
- Inversões Financeiras R\$ 0,00
- Amortização da Dívida R\$ 321.780,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 58.000,00
TOTAL R\$ 18.453.489,00

**TÍTULO II
ORÇAMENTO DA PREFEITURA**

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 16.732.304,00 (dezesseis milhões, setecentos e trinta e três mil e trezentos e quatro reais) e fixa a Despesa para a Prefeitura Municipal em R\$ 13.821.904,00 (treze milhões, oitocentos e vinte e um mil e novecentos e quatro reais) e em R\$ 2.372.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta e dois mil reais) as transferências financeiras aos Fundos Municipais e R\$ 538.400,00 (quinhentos e trinta e oito mil e quatrocentos reais) transferências para a Câmara Municipal.

Art. 3º. A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, partes integrantes desta Lei com a seguinte classificação:

RECEITAS CORRENTES R\$ 19.402.395,00
- Receita Tributária R\$ 1.115.015,00
- Receita de Contribuições R\$ 190.000,00
- Receita Patrimonial R\$ 70.050,00
- Receita Agropecuária R\$ 1.010,00
- Transferências Correntes R\$ 17.980.015,00
- Outras Receitas Corrente R\$ 46.305,00
-(-) Deduções da Receita Corrente R\$ (-) 2.867.131,00
RECEITA DE CAPITAL R\$ 197.040,00
- Operações de Crédito R\$ 0,00
- Alienação de Bens R\$ 57.040,00
- Transferências de Capital R\$ 140.000,00
TOTAL R\$ 16.732.304,00

Art. 4º. A Despesa será realizada com as discriminações apresentadas nos anexos que integram a presente Lei, com a seguinte classificação:

- DESPESAS CORRENTES R\$ 12.881.866,00
- Pessoal e Encargos Sociais R\$ 7.936.360,00
- Outras Despesas Correntes R\$ 4.857.621,00
- Juros e Encargos da Dívida R\$ 87.885,00
- DESPESA DE CAPITAL R\$ 890.038,00
- Investimentos R\$ 568.258,00
- Amortização da Dívida R\$ 321.780,00
- RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 50.000,00
SUB-TOTAL R\$ 13.821.904,00
- TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS R\$ 2.910.400,00
TOTAL R\$ 16.732.304,00

**TÍTULO III
ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**

Art. 5º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2013, estima a Receita em R\$ 1.301.017,00 (um milhão, trezentos e um mil e dezessete reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.260.000,00 (dois milhões, duzentos

e sessenta mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 3.561.017,00 (três milhões, quinhentos e sessenta e mil e dezessete reais).

Art. 6º. A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, outras receitas correntes e transferências do Tesouro Municipal, discriminada nos quadros anexos, com a seguinte classificação:

- RECEITAS CORRENTES R\$ 1.221.017,00
- Receita Tributária R\$ 34.413,00
- Receita Patrimonial R\$ 8.853,00
- Transferências Correntes R\$ 1.175.045,00
- Outras Receitas Correntes R\$ 2.706,00
- RECEITA DE CAPITAL R\$ 80.000,00
- Alienação de Bens R\$ 20.000,00
- Transferências de Capital R\$ 60.000,00
SUB-TOTAL R\$ 1.301.017,00
- TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS R\$ 2.260.000,00
TOTAL R\$ 3.561.017,00

Art. 7º. A Despesa do Fundo Municipal de Saúde - FMS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, com a seguinte classificação:

- DESPESAS CORRENTES R\$ 3.430.017,00
- Pessoal e Encargos Sociais R\$ 2.313.630,00
- Outras Despesas Correntes R\$ 1.116.387,00
- DESPESAS DE CAPITAL R\$ 128.000,00
- Investimentos R\$ 128.000,00
- RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 3.000,00
TOTAL R\$ 3.561.017,00

**TÍTULO IV
ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 8º. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, para o exercício de 2013 estima a receita em R\$ 89.215,00 (oitenta e nove mil e duzentos e quinze reais) e as transferências financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais) e fixa a despesa em R\$ 201.215,00 (duzentos e um mil e duzentos e quinze reais).

Art. 9º. A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas, serviços, outras receitas correntes e transferências financeiras do tesouro Municipal, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

- RECEITAS CORRENTES R\$ 89.215,00
- Receita Patrimonial R\$ 2.650,00
- Transferências Correntes R\$ 86.565,00
- Transferências Financeiras R\$ 112.000,00
TOTAL R\$ 201.215,00

Art. 10. A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social - F.M.A.S., será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, com a seguinte classificação:

- DESPESAS CORRENTES R\$ 192.215,00
- Outras Despesas Correntes R\$ 192.215,00
- DESPESAS DE CAPITAL R\$ 7.000,00
- Investimentos R\$ 7.000,00
- RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 2.000,00
TOTAL R\$ 201.215,00

**TÍTULO V
ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA - SIMA**

Art. 11. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência - SIMA, para o exercício de 2013 estima a Receita e fixa a Despesa R\$ 330.953,00 (trezentos e trinta mil e novecentos e cinquenta e três

reais).

Art. 12. A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas, contribuições, outras receitas correntes discriminada nos quadros anexos, com a seguinte classificação:

- RECEITAS CORRENTES R\$ 232.953,00
- Receita de Contribuições R\$ 98.000,00
- Receita Patrimonial R\$ 106.410,00
- Outras Receitas Correntes R\$ 28.543,00
RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS R\$ 98.000,00

- Receitas de Contribuições R\$ 98.000,00
TOTAL R\$ 330.953,00

Art. 13. A Despesa do Fundo Municipal de Assistência - SIMA, será realizada de acordo com os anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

- DESPESAS CORRENTES R\$ 307.953,00
- Outras Despesas Correntes R\$ 307.953,00
- DESPESAS DE CAPITAL R\$ 20.000,00
- Investimentos R\$ 20.000,00
- RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 3.000,00
TOTAL R\$ 330.953,00

Art. 14. A receita foi estimada com base na memória de cálculo, tendo como referência as arrecadações dos três últimos exercícios.

Parágrafo único. A Receita está classificada de conformidade com a Portaria Conjunta nº 2, de 06.08.2009 e Ato Portaria nº 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 15. A Despesa foi fixada de acordo com as Ações contidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e será realizada de conformidade com o que determina a Secretaria do Tesouro Nacional através das portarias nº 42 de 14.04.1999 e nº 163 de 04.05.2001 e suas alterações.

Art. 16. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, cobertura de créditos ordinários para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

Parágrafo Único. A utilização dos recursos da reserva de contingência será feita por ato do chefe do poder Executivo Municipal.

Art. 17. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
II - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 18. O Executivo está autorizado a remanejar dotações orçamentárias de um elemento de despesa para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais.

Art. 19. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu

ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Art. 20. Durante o exercício de 2013 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, de acordo com os limites estabelecidos.

Art. 21. Comprovado o interesse público municipal mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 22. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 23. Os créditos especiais e extraordinários, autorizados nos últimos quatro meses do exercício financeiro de 2012, ao serem reabertos, na forma do § 2º do art. 167 da Constituição Federal, serão reclassificados em conformidade com as classificações adotadas na presente lei.

Art. 24. A presente Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de novembro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

Lei Nº 2.149/2012

LEI Nº 2.149/2012 - DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012.

"DISPÕE SOBRE O TOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Capítulo I

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

Art. 1º. Constituem o Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município de Água Doce os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, relacionados à identidade, memória e à ação dos grupos formadores da sociedade água-docense, dentre os quais se incluem obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços considerados de valor histórico ou destinados às manifestações artístico-culturais, bem como, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, antropológico, ecológico e científico, inerentes às reminiscências da formação de nossa história cultural, dotados pela natureza ou agenciados pelo ser humano.

Capítulo II

Art. 2º. O Poder Público Municipal promoverá, garantirá e incentivará a preservação, conservação, proteção, tombamento, fiscalização da execução de obras e serviços visando à valorização do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município de Água Doce.

§1º. Compete ao Poder Público Municipal promover a conscientização pública para a conservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município de Água Doce.

§2º Compete ao Poder Público Municipal à implementação de

política de proteção e valorização do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, no que couber o disposto nesta LEI.

Capítulo III

Art. 3º. O Município, na forma da Lei, procederá ao tombamento total ou parcial de bens imóveis, móveis, materiais, imateriais e integrados de propriedade pública ou particular existentes em seu território, que pelo seu valor histórico, cultural ou ambiental ficam sob a proteção do poder público municipal.

Parágrafo Único - O tombamento deverá recair de ofício sobre bens já tombados pelos poderes públicos federal e estadual.

Art. 4º. O processo de tombamento será iniciado a pedido de qualquer interessado, proprietário ou não do bem respectivo, com vistas à preservação e proteção da memória histórica, cultural ou ambiental.

Art. 5º. O tombamento de coisa pertencente à pessoa física ou pessoa jurídica, de direito público ou privado, se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 6º. O tombamento do bem será voluntário quando decorrer de proposta do proprietário e o bem se revestir dos requisitos necessários para construir parte integrante do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município de Água Doce.

Parágrafo Único - Sendo o proponente o proprietário do bem, o pedido será instruído com documento hábil de comprovação de domínio.

Art. 7º. Proceder-se-á ao tombamento compulsório sempre que a iniciativa for do poder Público Municipal, de qualquer interessado, com exceção do disposto no artigo 6º desta LEI.

Art. 8º. A proposta de tombamento, quando apresentada pelo proprietário ou outro interessado qualquer, pessoa física ou jurídica, deverá ser encaminhada à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município, que instruirá o processo, encaminhando-o para o Conselho Municipal de Turismo de Água Doce, no prazo de 30 (trinta) dias.

§1º - Caberá ao Conselho Municipal de Turismo emitir parecer e deliberar sobre os pedidos de tombamento de bens citados no artigo 1º, de reconhecido valor histórico, artístico, ambiental e cultural no prazo de 30 (trinta) dias e encaminhar ao Chefe do Poder Executivo Municipal para sua homologação.

§2º - A instrução a que se refere este artigo deverá conter dados de localização e descrição do bem, justificativa do tombamento, podendo quando for o caso ser anexados documentos, fotos, desenhos e referências, além dos valores materiais, históricos e imateriais do bem que se pretenda tomar.

§3º - O pedido de tombamento será notificado por escrito ao proprietário do bem cultural objeto daquele instituto jurídico. No caso de recusa em dar ciência à notificação, ou quando não se localizar o proprietário, a notificação será publicada imediatamente no Jornal de Circulação Regional e Diário Oficial do Estado.

Art. 9º. Em caso de urgência ou de interesse público relevante, o Chefe do Poder Executivo Municipal poderá decretar o tombamento definitivo.

Art. 10. Com a abertura do processo de tombamento o bem em exame terá o mesmo regime de preservação de bem tombado, até a decisão final do Conselho Municipal de Turismo de Água Doce.

Art. 11. O tombamento será notificado por escrito ao proprietário do bem e sairá automaticamente no Diário Oficial do Estado, em

um jornal de grande circulação no Município e será inscrito no respectivo Livro de Tombo.

Art. 12. O proprietário ou titular do domínio útil do bem poderá solicitar a impugnação do tombamento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da notificação, ou de sua ciência.

Art. 13. Caberá ao Conselho Municipal de Turismo apreciar solicitação de impugnação e emitir parecer final, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 14. O tombamento de bens de domínio do Município independe de notificação.

Art. 15. A Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Água Doce possuirá um (01) Livro de Tombo de Registros, no qual serão inscritos os bens a que se refere o disposto no art.1º desta Lei, a saber:

I - Bens Físicos - incluem-se paisagens, espaços ecológicos, recursos hídricos, monumentos e sítios, reservas físicas, parques e reservas municipais;

II - Bens Arqueológicos e Antropológicos;

III - Imóveis de valor histórico, arquitetônico e urbanístico, quer urbanos e rurais como: obras, edifícios, conjuntos e sítios urbanos ou rurais;

IV - Bens móveis e integrados de valor histórico, cultural, folclórico, iconográfico, toponímico, etnográfico, incluindo-se acervos de bibliotecas, arquivos, museus, coleções objetos e documentos de propriedade pública e privada.

Art. 16. A Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Água Doce, providenciarão automática e obrigatoriamente, quando do tombamento de bem imóvel, o assentamento do mesmo no Registro de Imóveis, e, no caso de bem móvel, o assentamento será realizado no registro de Títulos e Documentos.

Parágrafo único: Caberá a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Água Doce o ônus decorrente dos registros de tombamento.

Art. 17. Não são passíveis de tombamento os bens pertencentes aos bens integrantes de exposições, certames ou eventos.

Art. 18. O ato de tombamento deverá ser anulado ou revogado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal nos casos em que manifestar ilegalidade ou por exigência indeclinável do interesse público, desde que ouvido e aprovado pelo Conselho Municipal de Turismo.

Parágrafo Único. O destombamento será averbado no Livro de Tombo respectivo, conforme artigo 15.

Art. 19. Todo bem tombado a nível municipal será classificado em cinco categorias denominadas de Preservação Arquitetônica Integral, Preservação Arquitetônica Parcial, Imóveis de Reconstituição Arquitetônica ou de Acompanhamento e de Renovação.

Parágrafo Único - A classificação de categorias de que trata este artigo será efetuada pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e aprovada pelo Conselho Municipal de Turismo que definirá o tipo de intervenção e de incentivos a preservação, conforme o artigos 34 e 37 desta LEI.

Art. 20. Os projetos de lei que tratam do tombamento de bens culturais elaborados e aprovados pelo Poder Legislativo Municipal, deverão ser encaminhados ao Chefe do Poder Executivo para

sanção.

Seção Única

DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

Art. 21. O Poder Público Municipal tomará as medidas administrativas e judiciais cabíveis à proteção de bens sujeitos à sua tutela.

Art. 22. O bem tombado não poderá ser destruído, demolido, mutilado, desmontado ou abandonado, ressalvado o disposto no artigo 18 desta Lei.

Parágrafo Único - Caberá a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Água Doce, em conjunto com o Conselho Municipal de Turismo, analisar e aprovar projetos e serviços de reparação, pintura ou restauração ou qualquer obra de intervenção nos bens imóveis e de sua área de entorno de que trata este artigo.

Art. 23. Periodicamente, a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Água Doce, em conjunto com o Conselho Municipal de Turismo, fará vistoria dos bens imóveis tombados, indicando e acompanhando os serviços ou obras que deverão ser executados. Somente a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Água Doce se ocupará dos bens móveis e integrados tombados, indicando e acompanhando os serviços ou obras que deverão ser executados.

Parágrafo Único - Os proprietários ou responsáveis dos bens tombados e dos localizados nas respectivas áreas de entorno, não poderão criar impedimentos, obstáculos à inspeção, sob pena de multa de 01 (um) salário mínimo Nacional vigente, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 24. A fixação de Painéis e letreiros sobre imóveis tombados e nas respectivas áreas de entorno, deverá ter prévia aprovação conjunta da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e do Conselho Municipal de Turismo.

Art. 25. Em face da alienação onerosa de bens tombados pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, o Município terá direito de preferência, devendo manifestá-lo no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da comunicação por escrito do proprietário.

Parágrafo Único - O proprietário deverá comunicar por escrito ao titular da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município a alienação do bem tombado no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 26. Na transferência de propriedade dos bens imóveis, móveis e integrados tombados deverão, vendedor e comprador, comunicar à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Água Doce e fazer constar a transferência, no Livro de Tombo respectivo cartório de registro, ainda que se trata de transmissão judicial ou causa mortis.

Art. 27. No caso de deslocamento de bens móveis e integrados tombados, deverá o proprietário obter prévia autorização do Conselho Municipal de Turismo e Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Água Doce, comprovando condições de segurança, guarda e seguro desses bens.

Parágrafo Único - O pedido de autorização deverá ser encaminhado à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Água Doce que repassará ao Conselho Municipal de Turismo para deliberação.

Art. 28. O bem móvel tombado não poderá sair do município se

não por tempo determinado, sem transferência de domínio, para fins de intercâmbio cultural ou restauração, a juízo do Conselho Municipal de Turismo.

Art. 29. Diante da tentativa de exportação de bens culturais tombados ou protegidos por lei, com exceção dos casos previstos pelo art. 27 desta Lei, serão estes apreendidos provisoriamente, pelo órgão estadual competente, por determinação do Conselho Municipal de Turismo que tomará as medidas necessárias para a guarda e conservação dos mesmos.

Art. 30. No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Água Doce, no prazo de 24 horas, após a ocorrência do fato.

Art. 31. Os imóveis tombados terão área de entorno, ambiência ou vizinhança, para proteção da unidade arquitetônica e paisagística, na qual não será permitida a execução de construção, obra ou serviço que interfira na estabilidade, ambiência e ou visibilidade dos referidos bens.

Art. 32. O entorno do bem tombado será delimitado em processo instruído pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, no prazo de 60(sessenta) dias, após a data da homologação do tombamento, encaminhado ao Conselho Municipal de Turismo para deliberação. A decisão do Conselho Municipal de Turismo será enviada ao Chefe do Poder Executivo Municipal para homologação.

§1º. O prazo de que trata este artigo poderá, em casos excepcionais, ser prorrogada uma única vez por igual período, a critério do Conselho Municipal de Turismo.

§2º. A instrução do processo de delimitação da área do entorno deverá, depois de ouvido o Conselho Municipal de Turismo conter propostas de critérios de intervenção que visem a preservação e índices urbanísticos a serem adotados para novas edificações ali situadas.

§3º. Enquanto a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo não houver delimitado a área de entorno do bem tombado, esta será delimitada pelas quadras circunvizinhas imediatas do bem em questão.

Art. 33. Na área de entorno do bem tombado, as formas específicas de tutela dispostas nesta Lei prevalecerão sobre o Plano Físico Territorial de uso e ocupação do solo.

Capítulo IV

DAS INTERVENÇÕES DOS BENS ARQUITETÔNICO - HISTÓRICO E NA ÁREA DE ENTORNO

Art. 34. As intervenções em imóveis e na área de entorno serão classificadas segundo as categorias constantes no Art.19º, tais como:

I - Preservação Arquitetônica Integral: intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel em questão;

II - Preservação Arquitetônica Parcial: intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas e decorativas externas do imóvel em questão;

III - Imóveis de Reconstituição Arquitetônica: Intervenção destinada à recuperação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas que anteriormente compunham a fachada e cobertura na época da construção do imóvel em questão.

IV - Acompanhamento: intervenção destinada à conservação da fachada externa e da cobertura do imóvel que embora não tenha características arquitetônicas de interesse à preservação não interfere substancialmente na paisagem devendo manter-se a harmonia volumétrica.

V - Renovação: intervenção destinada à construção de nova edificação e ou substituição de uma edificação que não tem interesse à preservação.

§1º. Sobre os imóveis do que trata o art. 34, inciso I, II e III somente serão admitidas intervenções de preservação arquitetônica integral e parcial e de reconstituição arquitetônica, ressalvando os seguintes casos:

I - Em que apresentarem riscos à segurança pública, devidamente comprovados por laudo técnico realizado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município e Conselho Municipal de Turismo. Deverá ser providenciada imediatamente solução técnica a fim de manter as características originais do mesmo;

II - De desabamento ou demolição, o proprietário será obrigado a uma reconstituição arquitetônica de acordo com critérios definidos pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e Conselho Municipal de Turismo.

§2º. As intervenções de renovação e acompanhamento obedecerão índices urbanísticos definidos pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e homologados pelo Conselho Municipal de Turismo.

Art. 35. Não serão admitidas modificações no entorno dos bens tombados, conforme art. 32 desta Lei, relativa ao parcelamento do solo urbano, inclusive remembramento e desmembramento de lote.

Capítulo V

INCENTIVOS À PRESERVAÇÃO

Art. 36. O Município de Água Doce incentivará as intervenções classificadas como de Preservação Arquitetônica Integral, Preservação Arquitetônica Parcial, Imóveis de Reconstituição Arquitetônica e os de acompanhamento através da concessão de isenção de taxa para licenciamento de obra.

Art. 37. Os imóveis classificados nos incisos I, II, III e IV do art. 34 desta Lei, bem como os imóveis tombados pelo Município e suas áreas de entorno, terão isenção do pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), desde que mantidos em bom estado de conservação e preservação, obedecendo os índices abaixo discriminados:

I - Cem por cento (100%) para os bens tombados e íntegros arquitetonicamente (bens imóveis classificados na categoria de preservação arquitetônica integral);

II - Setenta e cinco por cento (75%) para bens imóveis parcialmente modificados (bens imóveis classificados na categoria de preservação arquitetônica parcial e os de reconstituição arquitetônica);

III - Trinta por cento (30%) para os classificados como de acompanhamento.

Art. 38. A isenção do pagamento de IPTU de que trata o Art. 36º desta Lei, será concedida anualmente mediante vistoria técnica realizada pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, comprovando a boa conservação do imóvel.

Capítulo VI

PENALIDADES

Art. 39. Constitui infração, para efeito desta Lei, qualquer ação ou omissão que importe na inobservância dos seus preceitos, bem como aos do regulamento e demais normas dela decorrentes.

Art. 40. As penalidades pelas infrações previstas nesta Lei não excluem a tomada de outras medidas e a aplicação de outras sanções pelas autoridades municipais competentes, inclusive pela via judicial, com respaldo na legislação federal.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Turismo comunicará ao Ministério Público Estadual as infrações cometidas, para as providências civis e penas cabíveis.

Art. 41. Sem prejuízo das demais cominações estabelecidas em normas federais, estaduais e municipais, os infratores sujeitar-se-ão as seguintes sanções:

I - Multa;

II - Embargo;

III - Revogação da autorização;

IV - Cassação da licença;

V - Demolição de obra ou remoção de atividade incompatível com as normas pertinentes;

VI - Interdição e suspensão das atividades incompatíveis com as normas pertinentes;

VII - Obrigação de reparar e indenizar os danos que houver causado independentemente da existência de culpa ou dolo.

VIII - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público.

Parágrafo Único - A multa de que trata o inciso I deste artigo corresponderá a, no mínimo trinta por cento (30%) e no máximo cem por cento (100%) do valor venal do respectivo bem tombado, que será recolhida ao Município de Água Doce-SC.

Art. 42. As multas serão impostas mediante auto de infração pela autoridade competente, representante do Departamento de Turismo do Município de Água Doce, devendo conter:

I - Nome do infrator e seu domicílio;

II - Local e dia da lavratura;

III - Menção do fato que constitui a infração e do dispositivo legal violado;

IV - Notificação ao infrator para pagar a multa devida ou apresentar defesa nos prazos previstos.

Parágrafo Único - A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

Art. 43. O prazo para a apresentação de defesa ao Departamento de Turismo do Município de Água Doce contra a imposição de multa, será de 30 (trinta) dias contados da intimação.

Art. 44. A intimação será feita pelo órgão competente e comprovada

com a assinatura do intimado ou de preposto seu ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem fizer a intimação.

§ 1º. A autoridade competente poderá optar pela intimação por via postal ou telegráfica, com aviso de recepção.

§ 2º. A intimação será sempre feita por via postal ou telegráfica, toda vez que houver recusa do intimado em receber a intimação.

Art. 45. A intimação deverá ser feita por edital quando a pessoa a ser intimada ou seu preposto não for encontrada, considerando-se feita a intimação 20 (vinte) dias após a data de publicação do edital, uma única vez, no órgão oficial e um dos jornais de maior circulação no município ou região.

Capítulo VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46. As áreas ribeirinhas existentes no Município de Água Doce e todos os elementos que nele se encontram ficam sob a guarda e proteção do poder municipal, de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal.

Art. 47. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta LEI.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 27 de novembro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

Lei Nº 2.150/2012

LEI Nº 2.150/2012 - DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO PARTE DE IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por DOAÇÃO SEM ENCARGOS parte dos imóveis que especifica:

I - Área de 1.205,17m² (um mil duzentos e cinco metros e dezessete centímetros quadrados), do imóvel matriculado sob o nº 12.559, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba-SC - 2º Ofício, de propriedade de GIOVANI LUIZ BRANDALISE e sua esposa ELENICE APARECIDA DE LARA RIBAS BRANDALISE, portadores do RG nºs. 1.888.036 e 2.633.901, respectivamente, e inscritos no CPF sob os nºs. 656.892.089-49 e 789.394.969-49, com as características e medidas descritas no Levantamento Planialtimétrico elaborado por Denir Narciso Zulian, Engenheiro Civil inscrito no CREA/SC sob o nº 50.805-8, anexo ao presente Decreto;

II - Área de 521,78 m² (Quinhentos e vinte e um metros e setenta e oito centímetros quadrados), do imóvel matriculado sob o nº 11.683, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba-SC, 2º Ofício, de propriedade de COOPERATIVA RIO DO PEIXE, pessoa jurídica de direito privado, com sede na BR-282 Km 391, nº 1580, Vila Remor, Joaçaba-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.590.314/0001-81, administrada por COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA - COPÉRDIA, com sede na Rua Dr. Maruri, nº 1586, Concórdia-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.573.212/0001-95.

Art. 2º. Referidas áreas serão desmembradas de suas matrículas de origem e formarão um único imóvel, com área total de

1.726,95m², sobre o qual será procedida a abertura da rua para ligação da Rua Basílio Cavalet com a Servidão de acesso à Avenida Independência, principalmente para servir à instalação de Estação Elevatória do sistema de Esgoto do Município.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do município de Água Doce, inclusive as diretamente relacionadas com a transferência e liberação dos bens, através das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Água Doce-SC, 27 de novembro de 2012.

NELCI FATIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

Lei Nº 2.151/2012

LEI Nº 2.151/2012 - DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012

"AUTORIZA PERMUTAR IMÓVEL QUE ESPECIFICA"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a permutar parte dos imóveis "a" com parte do imóvel "b", especificados abaixo:

a) Parte do Imóvel com matrícula nº 13.511, com área de 81,39 metros quadrados, com a seguinte descrição: Partindo do marco 11B, situado na confrontação com a Rua Padre Anchieta; deste segue rua, confrontando com a Rua Padre Anchieta, com o azimuth de 192º43'20" e a distância de 0,88m até o marco 11C; deste segue rua, confrontando com marco 11D; deste, segue linha seca confrontando com MARCOS PAULO SCHAPENLEHNER e ADRIANE CRISTINA KAMIN SCHAUPENLEHNER (Matrícula 13.512) com o azimuth de 74º26'45" e a distância de 5,60m até o marco 21; deste segue linha seca confrontando com MARCOS PAULO SCHAPENLEHNER e ADRIANE CRISTINA KAMIN SCHAUPENLEHNER (Matrícula 13.512) com o azimuth de 3º55'11" e a distância de 15m até o marco 20; deste segue linha seca, confrontando com RUBEN ANTONIO VARASCHIN e HELENI MARIA VARASCHIN (Matrícula 8.321) com o azimuth de 273º55'11" e a distância de 4,83m até o marco 11B; ponto inicial da descrição deste perímetro, conforme Levantamento Planialtimétrico e memorial descritivo anexos.

b) Parte do Imóvel com matrícula nº 13.512, com área de 191,23 metros quadrados, com a seguinte descrição: Partindo do marco 5, situado na confrontação com a TRAVESSA MARCÍLIO DIAS; deste segue travessa, confrontando com a TRAVESSA MARCÍLIO DIAS com o azimuth de 289º18'58" e a distância de 4,93m até o marco 17; deste segue linha seca confrontando com MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE (matrícula 13.511) com o azimuth de 22º02'03" e a distância de 8,19m até o marco 23; deste segue linha seca, confrontando com MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE (Matrícula 13.511) com o azimuth de 346º12'00" e a distância de 23,86m até o marco 22; deste segue linha seca, confrontando com MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE (Matrícula 13.511) com o azimuth de 74º26'45" e a distância de 10,80m até o marco 11D; deste segue linha seca confrontando com MARCOS PAULO SCHAPENLEHNER e ADRIANE CRISTINA KAMIN SCHAUPENLEHNER (Matrícula 13.512) com o azimuth de 185º05'06" e a distância de 35,43m até o marco 5; ponto inicial da descrição deste perímetro, conforme Levantamento Planialtimétrico e memorial descritivo anexos.

Parágrafo Único - As áreas acima descritas estão devidamente discriminadas no Levantamento Planialtimétrico e Memoriais descritos que integram a presente Lei, cujas áreas permutadas serão



desmembradas e lembradas reciprocamente entre os imóveis com matrículas 13.511 e 13.512.

Art. 2º - A mencionada permuta não acarretará ônus ou encargos a qualquer das partes.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Água Doce-SC, 27 de Novembro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
PREFEITA

Lei Nº 2.152/2012

LEI Nº 2.152/2012 - DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional especial no valor de R\$ 42.915,45 (quarenta e dois mil e novecentos e quinze reais e quarenta e cinco centavos), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção das atividades do Fundo Municipal e aplicação de recursos vinculados.

Art. 2º. Ficam suplementados, no orçamento vigente, os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
3.1.90.00.0.1.0064.0/15 Aplicações Diretas R\$ 34.984,00
3.3.90.00.0.1.0064.0/17 Aplicações Diretas R\$ 7.931,45
TOTAL R\$ 42.915,45

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado nas rubricas: 0.1.0064 - Recursos PACS - Agentes Comunitários de Saúde e Recursos PAB-FIXO.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de novembro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Lei Nº 2.153/2012

LEI Nº 2.153/2012 - DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de

novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 931,27 (novecentos e trinta e um reais e vinte e sete centavos), para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI E OUTROS
3.3.90.00.0.1.0063.0/11 Aplicações Diretas R\$ 931,27

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado na rubrica de Recursos FNAS/IGDBF.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de novembro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal



www.ciga.sc.gov.br

Balancete Financeiro Outubro 2012**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.607.288,52	Despesa Orçamentária	1.420.806,64
RECEITA TRIBUTARIA	76.971,54	Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.413.600,87
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.383,82	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	542.143,77
RECEITA PATRIMONIAL	16.553,63	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	7.350,16
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.338.421,41	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	529.219,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.388,50	INVESTIMENTOS	313.646,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	151.627,60	AMORTIZACAO DA DIVIDA	21.240,93
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.942,02		
		Despesas Intra-orçamentárias	7.205,77
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.205,77
Receita Extra - Orçamentária	1.703.993,24	Despesa Extra - Orçamentária	2.084.579,16
DEPOSITOS	121.541,59	DEPOSITOS	121.706,33
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	121.541,59	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	121.706,33
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	121.541,59	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	121.706,33
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.582.451,65	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.738.137,77
OBRIGACOES A PAGAR	1.553.860,56	OBRIGACOES A PAGAR	1.709.546,07
FORNECEDORES	835.201,22	FORNECEDORES	839.500,46
PESSOAL A PAGAR	489.794,69	PESSOAL A PAGAR	488.853,36
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	478,60	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	478,60
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	16.266,03	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	16.266,03
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	152.327,60	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	304.655,20
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	59.792,42	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	59.792,42
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	28.591,09	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	28.591,70
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	28.591,09	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	28.591,70
		INTERFERENCIAS PASSIVAS	224.735,06
		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	224.735,06
		REPASSE CONCEDIDO	224.735,06
Saldos anteriores	3.393.795,38	Saldos atuais	3.199.691,34
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.613.332,25	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.701.743,53
BANCO C/ MOVIMENTO	1.096.788,55	BANCO C/ MOVIMENTO	951.594,07
BANCOS C/ VINCULADAS	102.751,58	BANCOS C/ VINCULADAS	118.199,73
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	580.923,00	POUPANÇA	428.154,01
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	6.705.077,14	Total	6.705.077,14

AGUA DOCE , 27/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita MunicipalJOSELI A. S. M. R.TRENTTO
Contador CRC 022069/0-8

Resumo da Execução Orçamentária 5º Bimestre 2012**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2012

5º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2012	Bimestre Set/Out/2012	Total até Out/2012
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTARIA	1.024.800,00	2.433.879,65	178.538,51	2.612.418,16
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	185.000,00	128.195,63	31.239,32	159.434,95
RECEITA PATRIMONIAL	66.500,00	158.691,77	22.349,08	181.040,85
RECEITA AGROPECUARIA	1.000,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.183.660,00	10.215.136,51	2.545.497,84	12.760.634,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	45.000,00	68.404,58	5.605,75	74.010,33
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	178.072,40	151.627,60	329.700,00
ALIENAÇÃO DE BENS	85.000,00	42.800,00	0,00	42.800,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	135.000,00	706.104,83	41.972,37	748.077,20
TOTAL DA RECEITA :	15.725.960,00	13.931.285,37	2.976.830,47	16.908.115,84
DESPESAS				
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE				
GABINETE DO PREFEITO E VICE	563.800,00	391.549,09	81.149,10	472.698,19
DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS	2.172.465,00	1.737.511,14	596.777,99	2.334.289,13
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	621.650,00	762.788,01	96.721,35	859.509,36
DEPARTAMENTO DE ENSINO	5.245.980,00	4.217.618,11	1.122.475,68	5.340.093,79
DEPARTAMENTO DE URBANISMO	1.725.400,00	2.362.741,27	330.206,05	2.692.947,32
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	1.589.515,00	1.406.123,14	296.845,17	1.702.968,31
DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO	29.000,00	186,00	0,00	186,00
DEPARTAMENTO DE CULTURA	199.350,00	187.712,62	13.060,21	200.772,83
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	281.600,00	302.798,63	46.294,69	349.093,32
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO	119.500,00	43.813,50	0,00	43.813,50
DEPARTAMENTO DE TURISMO	38.100,00	27.799,68	240,00	28.039,68
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	331.390,00	475.993,48	67.776,03	543.769,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Total da Entidade:	12.967.750,00	11.916.634,67	2.651.546,27	14.568.180,94
TOTAL DA DESPESA :	12.967.750,00	11.916.634,67	2.651.546,27	14.568.180,94

AGUA DOCE , 27/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita MunicipalJOSELI A. S. M. R. TRENTA
Contador CRC 022069/0-8

Resumo da Execução Orçamentária FMAS 5º Bimestre 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE
Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)
Administração Indireta - FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Betha Sistemas

Exercício de 2010

5º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2010	Bimestre Set/Out/2010	Total até Out/2010
RECEITAS				
RECEITA PATRIMONIAL	1.800,00	1.043,50	124,75	1.168,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	118.490,00	62.102,12	14.071,20	76.173,32
TOTAL DA RECEITA :	120.290,00	63.145,62	14.195,95	77.341,57
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	268.290,00	108.389,89	56.084,66	164.474,55
Total da Entidade:	268.290,00	108.389,89	56.084,66	164.474,55
TOTAL DA DESPESA :	268.290,00	108.389,89	56.084,66	164.474,55

AGUA DOCE , 28/11/2012

NILZE BALESTRIN SARI
Titular da Unidade

NEUSA M.C.S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC020388/O-0

Resumo da Execução Orçamentária FMS 5º Bimestre 2012**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Indireta - FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Betha Sistemas

Exercício de 2010

5º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2010	Bimestre Set/Out/2010	Total até Out/2010
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTARIA	19.800,00	23.085,08	1.470,48	24.555,56
RECEITA PATRIMONIAL	3.500,00	2.206,10	43,53	2.249,63
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	552.000,00	417.954,70	121.937,85	539.892,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.600,00	1.087,71	126,00	1.213,71
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	140.000,00	87.600,00	0,00	87.600,00
TOTAL DA RECEITA :	737.900,00	531.933,59	123.577,86	655.511,45
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE	2.397.660,00	1.909.464,77	367.062,50	2.276.527,27
Total da Entidade:	2.397.660,00	1.909.464,77	367.062,50	2.276.527,27
TOTAL DA DESPESA :	2.397.660,00	1.909.464,77	367.062,50	2.276.527,27

AGUA DOCE , 28/11/2012

 ELIAS VIECELI
 Titular da Unidade

 NEUSA M.C.S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC020388/O-0

Resumo da Execução Orçamentária SIMA 5º Bimestre 2012**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Indireta - FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Betha Sistemas

Exercício de 2010

5º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2010	Bimestre Set/Out/2010	Total até Out/2010
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	59.550,00	40.801,55	10.559,55	51.361,10
RECEITA PATRIMONIAL	60.200,00	49.645,69	15.288,23	64.933,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32.000,00	15.470,59	3.906,34	19.376,93
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	59.550,00	42.869,00	10.559,55	53.428,55
TOTAL DA RECEITA :	211.300,00	148.786,83	40.313,67	189.100,50
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE				
FUNDO MUN.DE ASSITÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA	211.300,00	53.643,21	19.588,70	73.231,91
Total da Entidade:	211.300,00	53.643,21	19.588,70	73.231,91
TOTAL DA DESPESA :	211.300,00	53.643,21	19.588,70	73.231,91

AGUA DOCE , 28/11/2012

EDNA VIEIRA BISSANI
PRESIDENTE DO SIMANEUSA M.C.S.BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto Nº 121/2012

DECRETO Nº 121/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2012..

GERALDO PAULI, PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 1370/11 de 13 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3,65 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3,65

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 3,65

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 29 de Novembro de 2012

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de Novembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 122/2012

DECRETO Nº 122/2012

Outros no Orçamento programa de 2012

GERALDO PAULI, PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 1370/11 de 13 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 12.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.0001.2.002-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 12.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.0001.2.002-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes

Diretas 10.000,00

02.01.04.122.0001.2.002-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 29 de Novembro de 2012

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de Novembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 123/2012

DECRETO Nº 123/2012

Outros no Orçamento programa de 2012

GERALDO PAULI, PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 1370/11 de 13 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.971,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.971,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.971,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de Novembro de 2012

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de Novembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 520/2012.

PORTARIA Nº 520/2012.

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, a servidora JANELUCIA MULLER SCHMITZ, ocupante do cargo temporario de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 03 de dezembro de

2012, referente ao período aquisitivo de 30/06/2011 a 29/06/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 30 de novembro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 03 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 521/2012

PORTARIA Nº 521/2012.

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, a servidor FERNANDO NILO HOFFMANN, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 03 de dezembro de 2012, referente ao período aquisitivo de 02/02/2011 a 01/02/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 30 de novembro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 03 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 522/2012.

PORTARIA Nº 522/2012.

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, a servidor FIORAVANTE LUIZ DE FRANÇA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 03 de dezembro de 2012, referente ao período aquisitivo de 02/02/2011 a 01/02/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 30 de novembro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 03 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Arroio Trinta

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 1612 de 29/11/2012.

LEI COMPLEMENTAR Nº 1612 DE 29/11/2012.

AUTORIZA MODIFICAÇÕES NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO (LEI Nº 1.102 DE 11/04/2005). ALTERA CARGA HORÁRIA, CRIA VAGAS, CRIA CARGOS COMISSIONADOS, ESTABELECE ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 100, inciso XII da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal Autorizado a efetuar alterações na Lei Municipal nº 1.102/2005, Que Dispõe Sobre o Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Arroio Trinta – SC, e dá outras providências, nos seguintes termos:

I - Altera o anexo I - Grupo I - Atividades de Nível Básico, da Lei Municipal n.º 1.102/2005, que institui os Cargos de Provimento Efetivo. Fica criado na estrutura do quadro geral dos servidores da Prefeitura Municipal o Cargo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 (vinte) vagas, 20:00 horas semanais, nível CE-AA. E o Cargo de TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL - TSB, 02 (duas) vagas, 40:00 horas semanais, nível CE-04. O referido anexo passa a vigor com a seguinte composição:

GRUPO I – Atividades de Nível Básico

CARGOS	CÓDIGO NÍVEL	VAGAS EM ABERTO	VAGAS PROVIDA	TOTAL VAGAS	CARGA HOR/SE-MAN
Agente auxiliar de educação infantil	CE AA	20	00	20	20
Auxiliar Operacional I	CE 03	14	06	20	40
Auxiliar Operacional II	CE 01	07	13	20	40
Auxiliar Operacional III	CE 02	03	00	03	40
Vigilante Sanitário	CE 04	01	01	02	40
Técnico em Saúde Bucal - TSB	CE 04	02	00	02	40
Auxiliar de Enfermagem	CE 05	01	01	02	40

Atendente de Biblioteca	CE 05	00	01	01	40
Recepcionista	CE 05	02	02	04	40
Operador de Trator Agrícola	CE 06	04	03	07	40
Motorista	CE 07	10	10	20	40
Operador de Máquinas Pesadas	CE 08	02	08	10	40
Mecânico	CE 11	01	00	01	40
Pedreiro	CE 11	01	00	01	40

II – Altera o anexo I - Grupo III - Atividades de Nível Intermediário II, da Lei Municipal n.º 1.102/2005, que institui os Cargos de Provimento Efetivo. Fica criada, no Quadro, 01 (uma) vaga no Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Enfermagem, com 40:00 horas semanais. O referido anexo passa a vigor com a seguinte composição:

GRUPO III – Atividades de Nível Intermediário II

CARGO	CÓDIGO NÍVEL	VAGAS EM ABERTO	VAGAS PROVIDA	TOTAL VAGAS	CARGA HOR/SE-MAN
Técnico em Enfermagem	CE 09	02	02	04	40
Fiscal	CE 09	01	00	01	40
Técnico em Contabilidade	CE 14	01	00	01	40
Técnico Tributário	CE 14	01	01	02	40
Técnico Agrícola	CE 14	01	00	01	40

III – Altera o Anexo I - Grupo IV - Atividades de Nível Superior, alterando a Carga Horária do Cargo de Assistente Social de 40:00 (quarenta) horas semanais para 30:00 (trinta) horas semanais, sem redução de salário, por força da Lei Federal nº 12.317/2010 de 26 de agosto de 2010.

IV – Altera o Anexo I - Grupo IV - Atividades de Nível Superior, alterando a Carga horária do cargo de Fisioterapeuta de 20:00 (vinte) horas semanais para 30:00 (trinta) horas semanais (Lei Federal nº 8.856 de 1º de março de 1994).

ANEXO I
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO IV – Atividades de Nível Superior

CARGO	CÓDIGO NÍVEL	VAGAS EM ABERTO	VAGAS PROVIDAS	TOTAL VAGAS	CARGA HOR/SEMAN
Controlador Interno	CE-13	00	01	01	40
Psicopedagogo	CE-15	00	01	01	20
Fonoaudiólogo	CE-15	01	00	01	20
Nutricionista	CE-15	00	01	01	30
Assistente Social	CE-15	00	01	01	30
Psicólogo	CE-15	00	01	01	20
Biólogo	CE-15	00	01	01	40
Advogado	CE-16	00	01	01	30

Fisioterapeuta	CE-17	01	01	02	30
Contador	CE-17	00	01	01	40
Médico Veterinário	CE-17	00	01	01	40
Enfermeira	CE-17	00	02	02	40
Bioquímico	CE-18	00	01	01	40
Odontólogo	CE-19	00	03	03	40
Médico	CE-20	00	02	02	40

ANEXO VII
TABELA DE NÍVEIS E VENCIMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS

NÍVEL	VALOR
CE AA	600,00
CE 01	680,53
CE 02	717,22
CE 03	766,97
CE 04	802,91
CE 05	913,05
CE 06	999,50
CE 07	1.134,89
CE 08	1.158,59
CE 09	1.182,28
CE 10	1.243,45
CE 11	1.635,09
CE 12	2.050,00
CE 13	2.361,30
CE 14	2.381,88
CE 15	3.042,35
CE 16	3.526,53
CE 17	3.923,01
CE 18	5.207,86
CE 19	5.850,24
CE 20	11.368,92

Art. 2º Em face da extinção dos cargos comissionados através da Lei Complementar nº 1.600/2012, ficam, pela presente Lei, criados na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, os seguintes Cargos de Provimento em Comissão, anexos VI e XI da Lei Complementar nº 1.102 de 11/04/2005 e suas alterações posteriores. Os referidos anexos passam a vigor com a seguinte composição:

ANEXO VI
QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

CARGO	NÍVEL	TOTAL DE VAGAS	C/H SEMANAL
Procurador Geral	CC 01	01	20
Supervisor do Departamento de Finanças	CC 02	01	40
Supervisor do Departamento de Infra-estrutura	CC 02	01	40
Diretor do Departamento de Agricultura	CC 03	01	40
Diretor do Departamento de Urbanismo	CC 03	01	40
Diretor do Departamento de Saúde	CC 03	01	40
Diretor do Departamento de Turismo	CC 03	01	40

Diretor do Departamento de Cultura	CC 03	01	40
Diretor do Departamento de Infra-estrutura	CC 03	01	40
Diretor do Departamento de Transportes	CC 03	01	40
Diretor do Departamento de Administração	CC 03	01	40
Diretor do Departamento de Assistência Social	CC 03	01	40
Diretor do Departamento de Manutenção	CC 03	01	40
Diretor do Departamento de Esportes	CC 03	01	40
Diretor de Patrimônio	CC 03	01	40
Chefe de Gabinete	CC 03	01	40
Assessor de Gabinete	CC 04	01	20

ANEXO IX
TABELA DE VENCIMENTO DOS CARGOS EM COMISSÃO

NÍVEL	VALOR
CC 01	R\$ 2.000,00
CC 02	R\$ 2.600,00
CC 03	R\$ 2.060,00
CC 04	R\$ 1.500,00

ANEXO XI
QUADRO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS
(AGENTES POLÍTICOS)

CARGO	NÍVEL	TOTAL DE VAGAS	C/H SEMANAL
Secretário Municipal de Administração e Finanças	CS 01	01	40
Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Turismo	CS 01	01	40
Secretário Municipal de Educação	CS 01	01	40
Secretário Municipal de Saúde	CS 01	01	40
Secretário Municipal de Assistência Social	CS 01	01	40
Secretário Municipal de Infra-estrutura	CS 01	01	40
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	CS 01	01	40
Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Serviços	CS 01	01	40

ANEXO XII
TABELA DE NÍVEIS E VENCIMENTO
SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

NÍVEL	VALOR
CS 01	R\$ 3.500,00

O subsídio mensal dos Secretários Municipais, para a Legislatura 2013 a 2016 será em parcela única no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), conforme Lei Municipal nº 1.588/2012.

Art. 3º Fica criado o Quadro de Atribuições dos Cargos efetivos e Comissionados, anexo III da Lei Complementar nº 1.102 de 11/04/2005.

Art. 4º De acordo com a necessidade de lotação, a Prefeitura realizará concurso público para regularização da situação dos cargos criados de conformidade com esta lei.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o chefe do Poder Executivo autorizado a adotar as medidas que se fizerem necessárias para a compatibilização da lei orçamentária com as alterações introduzidas por esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 29 de novembro de 2012.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 29 de novembro de 2012.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Faz parte da presente Lei, quadro de atribuições dos Cargos de Provimento efetivo de Agente Auxiliar de Educação Infantil e Técnica em Saúde Bucal – TSB.

ANEXO III
QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFE-
TIVO**ATIVIDADES DE NÍVEL BÁSICO****CARGO: AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL****ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO:** CURSANDO MAGISTÉRIO, MAGISTÉRIO E CURSO SUPERIOR NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**Idade mínima 18 anos**

Executar atividades diárias de recreação com crianças e trabalhos educacionais de artes diversas;
Acompanhar as crianças em passeios, visitas e festividades sociais da entidade;
Proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere à higiene pessoal como: tomar banho, trocar fraldas e roupas, escovar os dentes;
Servir as crianças e auxiliar as crianças menores a se alimentarem;
Auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora;
Observar a saúde e o bem-estar das crianças;
Ministrar medicamentos conforme prescrição médica;
Prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência;
Orientar os pais quanto à higiene infantil, comunicando-lhes os acontecimentos do dia;
Levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer incidente ou dificuldade ocorrida;
Vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento;
Apurar a frequência diária ou mensal dos menores;
Receber e acompanhar as crianças até o portão de entrada da entidade;
Proporcionar um ambiente agradável para a hora do soninho dos bebês e de outras crianças que necessitarem;
Cumprir horário conforme estabelecido para o bom andamento da entidade;
Zelar pela higiene e limpeza do ambiente e dependências sob sua guarda;
Observar regras de segurança no atendimento às crianças e na utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinas diárias;
Participar de programas de capacitação co-responsável.
Participar em conjunto com o educador do planejamento, da execução e da avaliação das atividades propostas às crianças;
Colaborar e assistir permanentemente o educador no processo de desenvolvimento das atividades técnico-pedagógicas;
Auxiliar o educador quanto à observação de registros e avaliação do comportamento e desenvolvimento;
Participar juntamente com o educador das reuniões com pais e responsáveis;
Ajudar nas terapias ocupacionais e físicas, aplicando cuidados especiais com deficientes e dependentes;
Acompanhar a clientela em atividades sociais e culturais programadas pela unidade;
Participar das comissões em que for designado e atividades afins.

CARGO: TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL - TSB**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO:** Curso técnico em Saúde Bucal e Registro no Conselho Regional de Odontologia – CRO da jurisdição do Município.**Idade mínima 18 anos****ATRIBUIÇÕES**

Executar tarefas técnicas de saúde bucal, sob a supervisão do cirurgião-dentista, em unidades de saúde municipal, escolas municipais ou em outros locais de responsabilidade do município.
Participar do treinamento e capacitação de auxiliar em saúde bucal e de agentes multiplicadores das ações de promoção à saúde;
Participar das ações educativas na promoção e na prevenção das doenças bucais;
Participar na realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador; ensinar técnicas de higiene bucal e realizar a prevenção das doenças bucais por meio da aplicação tópica do flúor, conforme orientação do cirurgião-dentista;
Fazer a remoção do biofilme, de acordo com a indicação técnica definida pelo cirurgião-dentista;
Supervisionar, sob delegação do cirurgião-dentista, o trabalho dos auxiliares de saúde bucal;
Realizar fotografias e tomadas de uso odontológicas em consultórios ou clínicas odontológicas;
Inserir e distribuir no preparo cavitário materiais odontológicos na restauração dentária direta, vedado o uso de materiais e instrumentos não indicados pelo cirurgião-dentista;
Proceder à limpeza e à anti-sepsia do campo operatório, antes e após dos atos cirúrgicos; remover suturas;
Aplicar medidas de biosegurança no armazenamento, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;
Realizar isolamento do campo operatório;
Exercer todas as competências no âmbito hospitalar, bem como instrumentar o cirurgião-dentista em ambientes clínicos e hospitalares;
Compor a equipe de saúde municipal;
Desenvolver as atividades estabelecidas para os auxiliares em saúde bucal e outras atividades correlatas.

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADO**CARGO: PROCURADOR****ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO:** Curso Superior de Direito / Registro na Ordem dos Advogados do Brasil.**ATRIBUIÇÕES**

Representar, judicialmente o município, defendendo seus direitos e interesses na área da administração;

Prestar consultoria jurídica aos órgãos da Administração Municipal;

Colaborar com o Prefeito, no controle da constitucionalidade e legalidade dos atos praticados pelo Executivo;

Supervisionar e coordenar as atividades da Procuradoria Municipal;

Promover e coordenar a elaboração de pareceres, minutas, anteprojetos de Leis, Decretos, Portarias, e outros atos administrativos;

Examinar e opinar os processos de matéria de sua competência;

Promover pesquisas bibliográficas, manter o acervo de obras doutrinárias e jurisprudenciais e coletânea de normas jurídicas;

Promover e manter o arquivo de autógrafos de Leis e Decretos;

Preparar a defesa do Prefeito Municipal em mandados de segurança, redigindo as informações necessárias, e assessorar os titulares dos demais órgãos da Administração Municipal e suas respectivas defesas.

Defender os direitos e interesses do Município em juízo e em procedimentos administrativos, relacionados com matéria tributária, promovendo inclusive a cobrança da dívida ativa e dos demais créditos do município, desde que cobráveis por executivo fiscal;

Defender o Município em juízo ou fora dele, em feitos ou processos que digam respeito a reivindicações de servidores públicos municipais ou envolvam pretensões de admissão ao serviço público Municipal;

Executar, amigável ou judicialmente, desapropriações e projetos de alinhamento;

Opinar nos processos administrativos referentes à desapropriação e preparar minuta dos respectivos atos sujeitos à assinatura do Prefeito;

Fiscalizar e promover a cobrança de impostos de transmissão nos feitos judiciais, onde forem devidos;

Intervir em processos judiciais ou administrativos referentes à autorização, permissão ou concessões de serviços públicos municipais;

Indicar, quando se fizer necessário, o representante para compor a Comissão de Licitações;

Desempenhar outras atribuições expressamente cometidas pelo Prefeito Municipal.

CARGO: ASSESSOR DE GABINETE**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO:** Curso Superior de Direito**ATRIBUIÇÕES**

Assistir o Prefeito Municipal em assuntos de natureza jurídica e no controle interno da legalidade dos atos da Administração Municipal;

2. Representar a Prefeitura em qualquer grau de jurisdição;

3. Atuar, em nome da Municipalidade, nos feitos em que ela seja autora ou ré assistente ou oponente;

4. Processamento, amigável ou judicial, das desapropriações decretadas pelo Prefeito, bem assim a promoção do pagamento das indenizações devidas, propondo, quando for o caso, acordo, desde que expressamente autorizada pelo Prefeito;

5. Desistência e transação, sob expressa autorização do Prefeito, nas causas em que seja parte;

6. Cobrança judicial da dívida ativa;

7. Processamento das indenizações de acidentes do trabalho;

8. Lavratura dos contratos ou termos, fazendo as notificações administrativas correspondentes;

9. Processamento de aluguel, arrendamento, foro e venda de imóveis municipais;

10. Assistência jurídica ao Prefeito e aos órgãos da administração direta ou indireta;

11. Assinatura de escrituras públicas ou particulares de compra, venda, desapropriações de imóveis, ou relativas a quaisquer cessões de direitos reais;

12. Acompanhar, sob o aspecto jurídico, as atividades dos órgãos da administração direta ou indireta que possam levar o Município a litigar em Juízo e;

13. Executar outras tarefas correlatas.

CARGO: SUPERVISOR DE DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO:** Segundo Grau Completo**ATRIBUIÇÕES**

1. Organizar a execução dos serviços financeiros;

2. Apresentar mensalmente o balancete financeiro;

3. Apresentar anualmente o balanço financeiro;

4. Realizar movimentações financeiras, entre elas, emitir e assinar cheques;

5. Coordenar e gerenciar os atos, controlar os documentos e bens materiais relacionados com a movimentação financeira;

6. Supervisionar o ingresso, o registro de entrada e a saída financeira de numerário;

7. Supervisionar a liquidação e o pagamento das despesas, inclusive aquelas entregues sob o regime de adiantamento;

8. Reconciliar os registros da movimentação de caixa e bancos praticados pela Tesouraria e atestar a regularidade;

9. Supervisionar e assessorar a elaboração e o encaminhamento de relatórios, para atendimento da legislação em vigor;

10. Supervisionar o cumprimento da ordem cronológica de pagamentos;

11. Substituir, eventualmente o Tesoureiro do Órgão;

12. Assessorar o Secretário de Finanças em assuntos de natureza financeira e;

13. Executar outras tarefas correlatas.

CARGO: SUPERVISOR DO DEPARTAMENTO DE INFRA - ESTRUTURA**ATRIBUIÇÕES**

- 1 - Projetar, dirigir e fiscalizar obras, realizar projetos de escolas e edifícios públicos;
2. Colaborar na elaboração de projetos de plano diretor do Município;
4. Elaborar projetos de conjuntos residenciais e praças públicas;
5. Fazer orçamentos e cálculos sobre projetos de construções em geral;
6. Planejar ou orientar a construção e reparos de monumentos públicos;
7. Projetar, dirigir e fiscalizar serviços de urbanismo e construção de obras de arquitetura paisagística;
8. Examinar projetos e proceder à vistoria de construções;
9. Emitir parecer sobre questões de sua especialidade;
10. Elaboração de projetos complementares (elétrico, hidráulico e outros);
11. Desenvolver projetos arquitetônicos e complementares;
12. Desenvolver projetos tombados ou inventariados pelo patrimônio cultural;
13. Analisar projetos de obras e edificações que objetivam o licenciamento ambiental e/ou urbanístico;
14. Atuar na elaboração de projetos de urbanização e programas de habitação popular;
15. Realizar projetos paisagísticos;
16. Executar obras civis e;
17. Executar outras tarefas correlatas.

CARGO: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INFRA - ESTRUTURA**ATRIBUIÇÕES**

1. Elaborar, fiscalizar e executar projetos na área de infra-estrutura e urbanização;
2. Coordenar a construção das obras de habitação, estradas municipais, pontes, bueiros, pavimentação e outras obras;
3. Direção dos serviços de engenharia de trânsito e tráfego urbano;
4. Coordenar serviços urbanos de arborização, conservação e limpeza de vias públicas, coleta de lixo, inclusive nos distritos, vilas e povoados;
5. Promover e acompanhar as atividades de edificações, construção e manutenção de obras públicas;
6. Promover e supervisionar os serviços de construção de estradas vicinais, obras de aterro e terraplanagem;
7. Executar as atividades de pavimentação, calçamento de vias e logradouros e obras de saneamento básico a cargo do Município;
8. Conservar, manter e administrar a frota de veículos e máquinas da Prefeitura, bem como se responsabilizar por sua guarda, distribuição e controle de combustível e de lubrificantes;
9. Promover as atividades relativas à execução de estudos e projetos urbanísticos e ao controle urbanístico do Município;
10. Proceder à fiscalização das obras particulares do Município;
11. Promover e acompanhar a execução dos serviços de trânsito, sob a responsabilidade do Município;
13. Executar outras tarefas correlatas

CARGO: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**ATRIBUIÇÕES**

- Assessorar e subsidiar tecnicamente o Departamento da Produção Primária, na Execução de programas e projetos de agricultura;
- Planejar e executar tecnicamente os programas e projetos específicos de agricultura ou correlatos, a nível de propriedade rural;
- Acompanhar e fiscalizar a execução técnica indireta dos projetos e/ou programas de agricultura, fazendo cumprir as normas operativas da secretaria a nível de propriedade Rural;
- Controlar e fiscalizar a frequência dos servidores da divisão;
- Zelar pelo bom desempenho dos servidores da divisão, cobrando funções e realizando treinamentos;
- Elaborar e analisar relatório mensal da divisão, encaminhando-o ao supervisor de seu Departamento;
- Promover o acompanhamento da execução física e financeira dos contratos na Área de sua atuação;
- Promover o acompanhamento e avaliação da execução dos convênios na área de sua atuação;
- Coordenar as atividades do almoxarifado relacionadas à administração de material;
- Executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua competência.

CARGO: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO

ATRIBUIÇÕES

Assessorar o Prefeito e o Secretário de Infra - estrutura nos assuntos relacionados com a formulação da política de planejamento físico e engenharia urbana;

Promover a organização, atualização e informatização do cadastro técnico para informar o processo de planejamento governamental, urbanístico e tributário;

Articular-se permanentemente com todas as repartições internas ou externas à Prefeitura, que constituam fontes de dados para atualização do cadastro técnico;

Promover estudos e ações visando à atualização das normas municipais sobre obras, sistema viário, desenho urbano, ocupação do solo e parcelamento da terra urbana;

Propor, em colaboração com os órgãos municipais competentes, a legislação e os regulamentos necessários para respaldar a fiscalização municipal sobre a localização de atividades e posturas, bem como assegurar seu cumprimento;

Promover a fiscalização das construções particulares aprovadas pela Secretaria de Infra estrutura e a preparação do habite-se de construções novas ou reformadas;

Acompanhar projetos de melhoria no sistema viário, especialmente na área urbana;

Conduzir os trabalhos relacionados com seu campo de atuação que lhe sejam determinados pelo Prefeito;

CARGO: DIRETOR DE SAÚDE**ATRIBUIÇÕES**

Planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar a realização e o desenvolvimento das políticas públicas de saúde no âmbito municipal;

Técnicas administrativas e de organização e;

Executar outras tarefas correlatas.

Elaborar e executar o Planejamento Estratégico anual sob a liderança do Secretário Municipal de Saúde alinhado ao planejamento da instituição;

Realizar o monitoramento dos indicadores do Setor de Saúde do Município;

Realizar o gerenciamento dos Programas de Saúde implantados no Município;

Supervisionar e intervir quando necessário, na escala de atividades do Setor de Saúde;

Emitir parecer sobre assuntos relativos a Saúde do Município em parceria com a Secretaria de Saúde;

Gerar, analisar e divulgar indicadores de desempenho e qualidade;

Outras atividades correlatas.

CARGO: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO**ATRIBUIÇÕES**

1. Dirigir e coordenar as ações do plano municipal de turismo;
2. Coordenar o planejamento de obras de criação e melhoria da infra-estrutura turística no âmbito do poder público;
3. Propor ações voltadas ao desenvolvimento do turismo;
4. Buscar parcerias com órgãos e entidades para a criação ou implantação de serviços públicos de apoio ao turismo, bem como para o desenvolvimento de programas de capacitação de mão-de-obra;
5. Incentivar o artesanato e as expressões da cultura local;
6. Coordenar a divulgação do turístico do município;
7. Promover o desenvolvimento turístico, mediante planejamento e fomento da atividade;
8. Programar, organizar e executar eventos de natureza turística;
9. Prestar informações turísticas;
10. Administrar o patrimônio histórico e cultural do município e;
11. Executar outras tarefas correlatas.

CARGO: DIRETOR DE CULTURA**ATRIBUIÇÕES**

1. Dirigir, coordenar, planejar, programar e acompanhar a execução das políticas culturais emanadas da Secretaria Municipal de Educação e;
2. Formulação, coordenação e execução das políticas e planos voltados para atividades histórico-culturais e artísticas do Município;
4. Promoção, coordenação e execução de pesquisas, planos, os programas, os projetos e as ações da Secretaria no domínio histórico-cultural e artístico;
5. A preservação, ampliação, melhoria e divulgação do patrimônio histórico-cultural, arquitetônico e artístico do Município de Arroio Trinta, especialmente a Cultura Italiana;
6. Promoção e o incentivo a exposições, cursos, seminários, palestras e ventos visando a elevar e enriquecer o padrão cultural da comunidade;
7. Promoção, criação, desenvolvimento e administração de teatros, centro culturais, bibliotecas e outros espaços e equipamentos voltados para a preservação de valores históricos e para o fomento de atividades culturais e artísticas;
8. Formulação, administração e controle de convênios, acordos e contratos com a União, o Estado e outras entidades nacionais e internacionais para o desenvolvimento de projetos culturais e turísticos, na área de competência do Município;
9. Promoção, coordenação e execução de pesquisas, estudos e diagnósticos visando a subsidiar as políticas, os planos, os programas, os projetos e as ações da no Setor de Cultura;
10. Planejamento e organização do calendário cultural e artístico do Município, promovendo e apoiando as festividades, comemorações e eventos programados;
11. Captação e atração de eventos, seminários e feiras de negócio para o Município;
12. Promoção de campanhas e ações para o desenvolvimento da mentalidade cultural no Município e a participação da comunidade local;
13. Promoção e coordenação de estudos e análises visando à atração de investimentos e a dinamização de atividades esportivas e recreativas no Município;
14. Celebração, a coordenação e o monitoramento de convênios e parcerias com associações e entidades afins, públicas e privadas, para a implantação de programas e realização de atividades culturais e de lazer;
15. Execução e apoio a projetos, ações e eventos orientados para o desenvolvimento das práticas esportivas e o entretenimento;
16. Incentivo e apoio à organização e desenvolvimento no Município de associações e grupos folclóricos com finalidades desportivas e recreativas;

CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTOS DE TRANSPORTES**ATRIBUIÇÕES**

1. Chefiar o setor no que pertine aos serviços de organização, condução, manutenção e conservação dos veículos da Secretaria de Infra-estrutura;
2. Executar, coordenar e controlar as atividades de transporte da Secretaria de Infra-estrutura;
3. Estabelecer programas de manutenção preventiva, evitando a paralisação de veículos e prevenindo custos excessivos;
4. Providenciar a regularização dos veículos de acordo com a legislação em vigor; coordenar e controlar o trabalho dos motoristas;
5. Autorizar o abastecimento de combustível e lubrificante dos veículos, controlando e registrando o consumo;
6. Supervisionar e fiscalizar a aplicação das normas relativas à utilização, manutenção, conservação e controle dos veículos bem como o cumprimento dos dispositivos e das normas legais de trânsito;
7. Assessorar no supervisionamento e fiscalização da aplicação das normas relativas à utilização, manutenção, conservação e controle dos veículos bem como o cumprimento dos dispositivos e das normas legais de trânsito;
8. Manter atualizado o cadastro de veículos;
9. Estudar possibilidades e propor melhor alocação dos veículos por remanejamento e escalas de atividades;
10. Executar outras tarefas correlatas.

CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**ATRIBUIÇÕES**

- Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, monitorar e avaliar a realização e o desenvolvimento de todas as políticas voltadas à área social e;
- Contribuir na realização de pesquisas de saúde ocupacional e qualidade de vida no trabalho;
- Fazer atendimentos individuais e grupais a funcionários;
- Participar de eventos educativos e campanhas de promoção da saúde ocupacional e melhoria da qualidade de vida do funcionário;
- Realizar trabalhos para segmentos específicos merecedores de atenção especial à saúde ocupacional, tais como:
- Acompanhamento ao funcionário por ocasião da realização do exame médico periódico, licença médica, monitoração especial por problemas de saúde, processo de gestação, bolsistas, dentre outros a serem identificados;
- Participar da elaboração de projetos relacionados à saúde ocupacional e qualidade de vida no trabalho;
- Colaborar com a implantação de programas de saúde ocupacional e qualidade de vida nas superintendências regionais;
- Realizar Programas de Preparação para a aposentadoria para os funcionários.
- Criar programas de abordagem às famílias dos funcionários para melhoria da comunicação entre elas e o Banco;
- Emitir pareceres técnicos para subsidiar decisões administrativas;
- Colaborar com os programas sociais promovidos pelos Bancos;
- CRAS
- Executar outras tarefas correlatas.

CARGO: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO**ATRIBUIÇÕES**

Administrar a frota geral da administração direta;
Controlar as autorizações e habilitação dos servidores e servidoras municipais para utilizar os veículos da frota geral da administração direta;
Atender as reclamações e sugestões dos munícipes, no que tange ao comportamento no trânsito, dos motoristas a serviço do Município;
Atender e assistir aos acidentes de trânsito, que envolvam veículos municipais da administração direta, elaborando o laudo do acidente e croqui;
Controlar o serviço de socorro à frota;
Controlar permanentemente os gastos com manutenção da frota;
Coordenar a distribuição da frota municipal, quando da realização de eventos especiais;
Manter atualizados os licenciamentos e seguros obrigatórios da frota municipal da administração direta, bem como efetuar o seu cadastro junto ao Detran-SC;
Proceder à avaliação dos serviços executados pelas oficinas autorizadas;
Programar e acompanhar as manutenções preventivas e corretivas, procedendo à avaliação dos defeitos apontados;
Executar pequenos consertos na frota da administração direta;
Executar pequenos consertos em prédios públicos, sempre que necessário;
Efetuar outras atividades afins, no âmbito de sua competência.

CARGO: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES**ATRIBUIÇÕES**

1. Formular e executar a política esportiva do Município, em suas diferentes modalidades;
Promover a representatividade do Município em eventos desportivos estaduais, nacionais e internacionais;
Realizar e desenvolver eventos esportivos em suas diferentes modalidades;
Proporcionar a integração e o conagraçamento, às diferentes faixas etárias, através de atividades esportivas;
Incentivar através de ações, o esporte como pressuposto de saúde e vitalidade às diferentes faixas etárias;
Implantar projeto para avaliação e orientação de atletas amadores do Município e praticantes de atividades físicas nos programas desenvolvidos pela secretaria;
Conservar os espaços esportivos pertencentes ao Município;
Manter e adequar a infra-estrutura dos locais para a realização de atividades esportivas e demais serviços prestados à comunidade, no âmbito da secretaria;
Intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
Executar atividades administrativas no âmbito do departamento;
Prestar Assessoria direta ao Secretário Municipal de Esportes e lazer, agindo na perfeita sintonia, entre o Secretário e as diversas modalidades esportivas praticadas no Município, coordenado as atividades da Secretaria, atuando no sentido de sugerir propostas visando a melhor atividade da gestão esportiva no Município, devendo os ocupantes dos referidos cargos possuir nível de primeiro grau Completo.

CARGO: CHEFE DE GABINETE**ATRIBUIÇÕES**

1. Coordenação das ações de competência dos assessores do Prefeito;
2. Controlar, coordenar e orientar as audiências do Prefeito;
3. Examinar e avaliar os atos do expediente e despachos que por ele devam ser assinados;
4. Controlar o sistema legislativo inclusive os prazos de sanção e vetos de Leis, acompanhando a elaboração dos projetos de leis e de outras normas, prestando junto à Câmara, quando solicitado, as informações necessárias;
5. Promover e supervisionar o sistema de comunicação, de veiculação e de publicidade dos atos de interesse do Poder Executivo;
6. Controlar móveis e utensílios, instalações, equipamentos e material de consumo;
7. Supervisionar o sistema de arquivo e protocolo do Gabinete;
8. Promover a articulação interna e a integração intersetorial da Prefeitura;
9. Dirigir os serviços do Gabinete do Prefeito, exercendo o controle das atividades do pessoal deste;
10. Auxiliar o Prefeito nas suas atividades administrativas;
11. Manter coordenação entre o gabinete e as demais unidades administrativas do Município;
12. Coordenar as relações públicas do Prefeito, inclusive elaborando notas e comunicados para a imprensa;
13. Examinar processos, atos e informações antes de submetê-los ao julgamento do Prefeito;
14. Encaminhar ou dar solução aos assuntos que independam de providência do Prefeito;
15. Produzir os atos oficiais que devam ser assinados pelo Prefeito;
16. Incumbir-se do preparo e despacho do expediente do Prefeito e de sua pauta de audiências e;
17. Executar outras tarefas correlatas.

**ATRIBUIÇÕES QUADRO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS
(AGENTES POLÍTICOS)****CARGO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****ATRIBUIÇÕES**

Planejar, executar, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades referentes à pasta, tendo em vista suas atribuições e os objetivos e necessidades da administração municipal;

Executar os trabalhos de recepção, protocolo e expedição de documentos e correspondências oficiais;

Exercer as atividades inerentes a administração geral dos recursos humanos lotados no serviço público municipal;

Exercer as atividades de recrutamento, seleção, treinamento e avaliação dos servidores municipais, bem como as implementações referentes ao enquadramento, ascensão e progressão funcional;

Identificar as necessidades, planejar e implementar programas de treinamento de recursos humanos, em colaboração com os demais órgãos da Administração municipal;

Executar as atividades de aquisição, padronização, guarda, distribuição e controle de todo material de consumo utilizado pelos órgãos da administração;

Executar as atividades relativas ao tombamento, registro, inventário, proteção, controle e conservação dos bens patrimoniais do município;

Executar as atividades referentes ao serviço de protocolo, promovendo o encaminhamento e acompanhamento de todos os processos em tramitação;

Organizar e manter atualizado o arquivo de informações necessárias ao cumprimento das atividades da Secretaria e dos demais órgãos da administração;

Promover a realização de licitações para compras, obras e serviços necessários às atividades dos órgãos do município, bem como para alienação ou concessão e permissão de direito real de uso de bens e serviços municipais;

Estabelecer os requisitos básicos e procedimentos referentes à correspondência e arquivo geral da Prefeitura;

Executar as atividades inerentes a limpeza, conservação e manutenção dos prédios do município;

Executar as atividades administrativas necessárias a utilização de veículos e outros bens permanentes do município;

Assessorar o Prefeito e Secretários Municipais em assuntos de finanças;

Controlar, acompanhar e avaliar sistematicamente o desempenho da ação programática das Secretarias Municipais, em confronto com seus orçamentos respectivos;

Executar as atividades referentes ao lançamento, arrecadação e fiscalização dos tributos e rendas municipais, bem como sua fiscalização;

Executar o controle e cobrança da dívida ativa; receber, guardar e movimentar o dinheiro e outros valores do município;

Processar a despesa, manter o registro e os controles contábeis da administração financeira, orçamentária e patrimonial do município;

Elaborar os balancetes e o balanço geral do município, bem como as prestações de contas de recursos recebidos através de convênios; fiscalizar e fazer a tomada de contas dos encarregados de movimentação de dinheiro e outros valores;

Elaborar os planos de aplicações visando a alocação de recursos estaduais e federais para programas, projetos de interesse do Município;

Assessorar o Prefeito e os Secretários Municipais em quaisquer outras matérias de sua competência.

CARGO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO**ATRIBUIÇÕES**

Formular e executar a política esportiva do Município, em suas diferentes modalidades;

Promover a representatividade do Município em eventos desportivos estaduais, nacionais e internacionais;

Realizar e desenvolver eventos esportivos em suas diferentes modalidades; Sedar eventos esportivos;

Promover o lazer a toda sociedade;

Realizar atividades sócio-culturais de lazer e recreação, mediante a utilização dos espaços disponíveis;

Proporcionar a integração e o conagraamento, às diferentes faixas etárias, através de atividades esportivas e recreativas;

Incentivar através de ações, o esporte como pressuposto de saúde e vitalidade às diferentes faixas etárias;

Implantar projeto para avaliação e orientação de atletas amadores do Município e praticantes de atividades físicas nos programas desenvolvidos pela secretaria;

Conservar os espaços esportivos pertencentes ao Município;

Manter e adequar a infra-estrutura dos locais para a realização de atividades esportivas e de lazer e demais serviços prestados à comunidade, no âmbito da secretaria;

Intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e

Órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;

Desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;

Executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;

Exercer o controle orçamentário no âmbito da secretaria;

Efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da secretaria;

Zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações.

CARGO: SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**ATRIBUIÇÕES**

Implantação e coordenação da política municipal de educação;
Desenvolvimento de programas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio;
Supervisão da educação em geral, abrangendo o Ensino Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Tecnológica e Educação Especial, além de outras que a lei determinar.
Formular políticas, subsidiar o planejamento integrado do Município, orientar e fiscalizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino municipais, e de Educação Infantil da rede privada;
Cumprir a Constituição Federal no que se refere aos objetivos da educação que é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania;
Executar o plano de metas do Governo Municipal e Plano Municipal de Educação, reduzindo o analfabetismo e o déficit educacional, mediante a ampliação e a melhoria da rede de ensino, inclusive construção de novas unidades que atendam efetivamente a demanda das matrículas, implantação de parcerias com outras entidades;
Proporcionar a melhoria da qualidade do ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais da educação bem como de um adequado aparelhamento das escolas;
Manter, preferencialmente, uma educação integrada, no âmbito do município, associando ao ensino convencional as iniciativas científicas e tecnológicas;
Promover e executar as políticas pertinentes às áreas de educação no âmbito municipal;
Implementar os programas e projetos de desenvolvimento comprometidos com a educação e desporto assumidos no Plano de Metas do Governo Municipal e Plano Municipal de Educação;
Representar o Prefeito Municipal, institucionalmente, quando se tratar de assuntos ligados a sua jurisdição de trabalho;
Recorrer à consultoria ou assessoramento externo, quando se fizer necessário, para dirimir problemas de complexidade administrativa;
Cumprir e fazer cumprir as normas gerais político-administrativas e de ação educacional do Município;
Participar das reuniões do Secretariado Municipal;
Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem designadas.

CARGO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**ATRIBUIÇÕES**

Administração da política municipal de saúde e de todas as unidades de saúde do município;
Coordenação e fiscalização do Sistema Único de Saúde no âmbito do município;
Elaboração do planejamento municipal de Saúde;
Acompanhamentos dos resultados de cada setor da saúde municipal;
Gerenciamento do Pólo de Emergência e serviços de pronto atendimento municipal;
Gerenciamento em parceria com entidades particulares dos serviços de UTI disponibilizados no município;
Fiscalização dos prestadores de serviços remunerados pelos cofres públicos municipais com quaisquer espécies de recursos;
Realização de atendimentos de atenção básica a população na forma da Lei;
Fornecimento à população de medicamentos de sua competência em cumprimento à legislação em vigor;
Realização no município dos programas oriundos da Política de Saúde estabelecida no âmbito do SUS;
Realização de programas de prevenção a doenças em parceria com outros setores da administração municipal;
Gerenciamento do Programa de Saúde da Família no município, adotando-o como estratégia prioritária;
Desempenhar outras atribuições que lhes forem expressamente cometidas pelo Prefeito.

CARGO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**ATRIBUIÇÕES**

Formular, coordenar e avaliar a política municipal de assistência Social, visando conjugar esforços dos setores governamental e privado, no processo de desenvolvimento social do município;

Realizar e consolidar pesquisas e sua difusão, visando a promoção do conhecimento no campo da assistência social;

Promover a conscientização da população, com vistas ao fortalecimento das organizações comunitárias, como direito legítimo do exercício da cidadania;

Fiscalizar as entidades e organizações sociais beneficiadas com recursos financeiros da União, do Estado e do Município;

Executar as atividades relativas à prestação de serviços sociais e ao desenvolvimento da qualidade de vida da população, através de ações de desenvolvimento comunitário.

Monitorar e avaliar programas municipais decorrentes de convênios com órgãos públicos e privados que implementam políticas voltadas para a assistência e ao bem estar social da população;

Prestar apoio aos Conselhos Municipais, no campo da assistência Social, em suas atividades específicas;

Assistir as associações de bairros e outras formas de organização que tenham como objetivo a melhoria das condições de vida dos habitantes;

Prestar apoio à mulher, ao portador de deficiência e ao idoso;

Promover o atendimento às necessidades da criança e do adolescente;

Promover as ações para o estabelecimento da política habitacional local, que privilegie a melhoria das condições de moradia da população beneficiária da assistência social;

Incentivar iniciativas de associativismo e/ou cooperativismo para aquisição de moradias e/ou como fomento a ações de geração de emprego e renda;

Identificar a necessidade de ações de urbanização e regularização de áreas ocupadas ou em vias pela população de baixa renda;

Estabelecer ações visando o reassentamento da população desalojada, devido a desapropriação da área habitacional, decorrente de obra pública ou desocupação de área de risco;

Promover o exame da situação socioeconômica dos beneficiários, bem como selecionar pessoas consideradas aptas a integrar o programa habitacional;

Manter Banco de dados atualizado da demanda usuária dos serviços de assistência social;

Promover a auto-sustentação das entidades e organizações sociais e o desenvolvimento de programas comunitários;

Promover as atividades de levantamento e cadastramento atualizando a força de trabalho no município;

Valorizar a ação comunitária de modo a buscar alternativas de emprego e aumento de renda do trabalhador;

Manter plantão social para atendimento de emergência;

Receber e orientar a população migrante de baixa renda, dando-lhe o apoio necessário;

Viabilizar o desenvolvimento e o treinamento de recursos humanos da área da Assistência social, relacionados aos setores governamentais e privados;

Desempenhar outras atividades afins.

CARGO: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA**ATRIBUIÇÕES**

Planejar e gerenciar a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e rodoviária, compreendendo as vias e logradouros públicos urbanos, praças e parques, cemitérios municipais, as rodovias municipais, os serviços constantes de programas voltados ao atendimento às propriedades rurais e urbanas, o saneamento básico, tanto urbano quanto rural;

Acompanhar e fiscalizar a execução de obras rodoviárias e de outras obras públicas, superintender a manutenção e a utilização da frota de máquinas e veículos do governo municipal, além de outras competências e atribuições inerentes à infra-estrutura rodoviária existente e aquela decorrente de sua expansão;

Atuar de forma integrada com os demais órgãos do governo municipal, especialmente com a secretaria municipal de agricultura e meio ambiente, além de coordenar as atribuições das diretorias à ela subordinadas;

Execução, manutenção, conservação e restauração das obras e serviços de infra-estrutura rodoviária municipal, compreendendo a conservação, restauração das rodovias municipais, e de sua expansão, incluídas suas obras estruturais, como pontes, pontilhões e bueiros, abertura de novas rodovias e a construção de obras estruturais;

Administrar a utilização e a manutenção das máquinas rodoviárias, veículos automotores e equipamentos utilizados nas ações de infra-estrutura rodoviária, dotar as rodovias de equipamentos de sinalização e segurança para seus usuários, chefiar as equipes de servidores que atuam a campo, na realização das obras e serviços de infra-estrutura rodoviária, acompanhar a execução dos serviços com máquinas rodoviárias, especialmente no interior do município;

Manter contatos com os proprietários de imóveis quando necessária construção de estradas nas respectivas propriedades e quando necessária a extração de cascalho, para a manutenção e recuperação das rodovias vicinais, controlar o transporte, de ida e retorno, dos servidores em serviço nas comunidades rurais, além de outras atribuições determinadas pelo titular da secretaria municipal da infra-estrutura;

A coordenação da execução das obras municipais, sejam patrimoniais ou de domínio público, manter o controle das obras, sua utilização, conservação e restauração, fiscalizar o parcelamento do solo urbano e a edificação de obras urbanas de particulares;

Promover o controle de materiais de construção e sua utilização nas obras executadas pelo município;

Fiscalizar a execução de obras contratadas à terceiros pelo regime de empreitada global ou não e agir diretamente nas obras executadas diretamente pela administração municipal, exercer outras atribuições de assessoramento ou determinadas pelo titular da pasta; e

Desempenhar outras atividades afins.

CARGO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MEIO AMBIENTE**ATRIBUIÇÕES**

Assessorar o prefeito nos assuntos relacionados à sua área de competência;
Dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades que lhe são subordinadas;
Coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes à secretaria;
Baixar atos normativos, no limite de sua competência;
Assegurar a mais estreita colaboração das unidades que lhe são subordinadas, entre Si, e destas com as demais unidades integrantes da administração municipal;
Determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
Cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo prefeito, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
Implementar as ações estabelecidas em convênios com outros órgãos ou entidades;
Cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
Indicar ao prefeito os nomes dos servidores para provimento de cargos em comissão, no âmbito da secretaria;
Indicar, dentre seus subordinados, aquele que deverá substituí-lo em seus impedimentos legais e eventuais;
Solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável a matéria;
Acompanhar a execução do orçamento da secretaria e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
Promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito da secretaria;
Designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do sistema de controle interno,
Conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
Coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos da secretaria;
Praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes; e
Desempenhar e cumprir as normas do sistema de controle interno.

CARGO: SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**ATRIBUIÇÕES**

Organizar, programar, orientar, controlar e supervisionar as atividades relativas ao fomento das atividades industriais, comerciais e de serviços no Município;
Desenvolver e acompanhar os objetivos, as metas e ações do planejamento estratégico de governo que estejam relacionadas à Secretaria;
Promover campanhas com o intuito de minimizar a questão do desemprego, aumentando a captação de recursos financeiros;
Apoiar os programas de desenvolvimento da micro-empresa;
Viabilizar investimentos em infra-estruturas físicas, sociais e de apoio à produção, elevando os níveis de renda e emprego e promover a melhoria de qualidade de vida do Município;
Incentivar as atividades produtivas, principalmente com a implantação de novas indústrias, proporcionando, desta forma, a necessidade de mão-de-obra especializada;
Implantar e executar programas e projetos de fiscalização do funcionamento do comércio, da indústria e da prestação de serviços exercidos no Município, em coordenação ou cooperação com outras entidades da administração pública estadual, federal ou municipal;
Promover eventos com o propósito de difundir as potencialidades econômicas do Município;
Receber as solicitações de empresas e indústrias, informando-as de todo o trâmite legal;
Auxiliar as empresas na elaboração de projetos de expansão ou implantação no Município, de acordo com a legislação vigente;
Emitir relatório mensal das atividades a seu cargo e de sua secretaria, encaminhando-o ao Prefeito Municipal;
Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação; e
Desenvolver outras atividades afins

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 2873 de 29 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2873 de 29 de novembro de 2012

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Jaqueline Santos de Ávila, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, Ana Lúcia Silva, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Saúde e Diogo Demarchi Silva, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Sueny Sell, conforme Decisão Administrativa referente ao Ofício 41/2012 da Vigilância Sanitária de Biguaçu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2874 de 29 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2874 de 29 de novembro de 2012

Determina o afastamento preventivo do(a) Servidor(a) Sueny Sell, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 211 da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o afastamento preventivo do servidor Sueny Sell, detentor do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, da Secretaria Municipal de Saúde, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8554, nos termos do art. 211 da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º O período do afastamento preventivo é de 30/11/2012 até 29/12/2012, sem prejuízo da remuneração, observada a aplicação do art. 211 da Lei Complementar 53/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 30/11/2012.

Biguaçu, 29 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Aviso de Pregão Presencial 235/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 235/2012 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CEIMS, CEIM ANGINHO DA GUARDA E ESCOLAS MUNICIPAIS, PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO À OUTUBRO DE 2013.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 14 dezembro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 14 dezembro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019, 8020.

Biguaçu, 29 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial 243/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 243/2012 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, ÁLCOOL E DIESEL, TROCA DE FILTRO E DE ÓLEO PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU - FUNDOS PMB, FAMABI, FMAS E FMA

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 17 dezembro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 17 dezembro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019, 8020.

Biguaçu, 29 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Contrato Número 10. 229/2012 - Pe 150/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10. 229/2012/FMS

PROCESSO: PE 150/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: COMERCIAL CIRÚRGICA BRAMED LTDA.

Valor: R\$ 2.205,50 (DOIS MIL DUZENTOS E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: 31/12/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Por Delegação

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10. 230/2012 - PP 169/2012 - FMS
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10. 230/2012/FMS
PROCESSO: PP 169/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ INFANTIL PARA A DEMANDA DE PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: BRUTHAN COMERCIAL LTDA.

Valor: R\$ 1.920,00 (MIL NOVECENTOS E VINTE REAIS).
Prazo de vigência: 31/12/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Por Delegação
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10. 231/2012 - PP 169/2012 - FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10. 231/2012/FMS
PROCESSO: PP 169/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ INFANTIL PARA A DEMANDA DE PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.

Valor: R\$ 2.142,50 (DOIS MIL CENTO E QUARENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
Prazo de vigência: 31/12/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Por Delegação
Secretário Municipal de Saúde

Contrato Número 10. 232/2012 - DI 177/2012 - FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10. 232/2012/FMS
PROCESSO: DL 177/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LAVAGEM DE ROUPARIA HOSPITALAR, TENDO EM VISTA A MANUTENÇÃO DO MAQUINÁRIO DE LAVAGEM. CUMPRE DESTACAR QUE ESTA CONTRATAÇÃO SE DÁ NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI 8.666/93.

Contratado: ROBERTA BELÉM DA CRUZ ME.

Valor: R\$ 6.900,00 (SEIS MIL E NOVECENTOS REAIS).

Prazo de vigência: 31/12/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Por Delegação
Secretário Municipal de Saúde.

Aditivo 4 do Contrato Nº 10.238/2011 TP Nº 123/2011 - FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço tipo empreitada global para reforma e ampliação das novas instalações da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, conforme planilha orçamentária e memorial descritivo, em anexo.

Aditivo 4 do Contrato nº 10.238/2011 TP Nº 123/2011 - FMS

Fornecedor: Sinal Construções Ltda.

Vigência: até 29/06/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde.

Aditivo 5 do Contrato Nº 10.240/2011 TP Nº 126/2011 - FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço tipo empreitada global para reforma e ampliação das novas instalações da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, conforme planilha orçamentária e memorial descritivo, em anexo.

Aditivo 5 do Contrato nº 10.240/2011 TP Nº 126/2011 - FMS

Fornecedor: Sinal Construções Ltda.

Vigência: até 26/05/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde.

Caçador

PREFEITURA

Portaria 22.158

PORTARIA Nº 22.158, de 26 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de seu filho, especificando nome, cargo e dia do nascimento, conforme segue:

Nome	Cargo	Dia nascimento
Lucimara Ribeiro	Assistente Administrativo	04/11/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 26 de novembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário Da Administração.

Portaria 22.159

PORTARIA nº 22.159, de 26 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria de Educação, licença para tratamento de saúde, conforme atestados médicos apresentados, especificando: código, nome, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Dias de afastamento	A contar de
11540	Iodete Aparecida Antunes Querino de Almeida	60 dias	21/11/2012
11568	Roseli Maria Ba-seggio	60 dias	26/11/2012

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Secretário da Administração,
em 26 de novembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário Da Administração.

Portaria 22.160

PORTARIA Nº 22.160, de 26 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER retorno da Licença Sem Vencimentos, concedida a Servidora Pública Municipal MARCELE GUZELA, ocupante do cargo de Professor 5ª a 8ª, lotado na Secretaria de Educação, com carga horária de 14h/a, a partir de 30 de novembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 26 de novembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário Da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário De Educação.

Portaria Nº 21.675

PORTARIA Nº 21.675, de 23 de maio de 2012.

NÃO UTILIZADA

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário Da Administração.

Portaria Nº 22.072

PORTARIA Nº 22.072, de 1º de outubro de 2012.

NÃO UTILIZADA

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário Da Administração.

Portaria Nº 22.139

PORTARIA Nº 22.139, de 22 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: nome, cargo, secretaria e data do início da licença, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Data Início
Lucimara Ribeiro	Assistente Administrativo	005	04/11/12
Tatiane Aparecida Pollo	Professora	005	19/11/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 22 de novembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário Da Administração.



**VISÃO ESTRATÉGICA E
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Editais de Notificação de Infração de Trânsito

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nºs 1511 a 1518



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1511/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMG2552	54148751D	5274/2	18/10/2012	175
CMJ7433	55694468D	6599/2	09/10/2012	230 * V
CNV0878	55694255D	6920/0	30/10/2012	233
DKZ1639	55692085D	5045/0	02/10/2012	162 * V
LZC0141	55478949C	6599/2	27/09/2012	230 * V
LZQ1140	55692850D	6920/0	29/10/2012	233
MAA9191	55693053D	6610/2	21/10/2012	230 * VII
MEF0168	55476878C	6599/2	03/11/2012	230 * V
MF17106	55476879C	6599/2	03/11/2012	230 * V
MFN4938	55692839D	6920/0	18/10/2012	233
MHV9089	55693003D	5118/0	14/10/2012	164 c/c 162 * I
MHV9089	55693004D	6912/0	14/10/2012	232
MJK0638	55692809D	6920/0	27/09/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1512/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJU3340	54148639D	5525/0	29/10/2012	181 * XV
IGF1793	55692591D	6858/0	28/10/2012	231 * VII
LZA3710	55693116D	5541/5	30/10/2012	181 * XVII
MAN3091	55476876C	5207/0	01/11/2012	169
MEQ0661	55692589D	6050/1	28/10/2012	208
MHK5593	55693010D	6858/0	21/10/2012	231 * VII
MIM3375	55693112D	5231/1	28/10/2012	172

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1513/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACO3702	55480860C	6599/2	22/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
CMR6802	54147465D	6599/2	26/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
GCI0001	55477098C	6912/0	25/08/2012	R\$ 53,20	232
ICJ5765	55477388C	5169/1	31/03/2012	R\$ 957,69	165
LXO6554	55476567C	6599/2	01/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYL2316	55692757D	6920/0	16/08/2012	R\$ 127,69	233
LZH2125	55482089C	6599/2	12/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZH2125	55482090C	5010/0	12/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZT2171	55692751D	6920/0	17/08/2012	R\$ 127,69	233
MGZ6332	55692763D	6920/0	28/08/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1514/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ICJ5765	55477389C	5738/0	31/03/2012	R\$ 191,53	186 * II
MIF5760	55693210D	5185/1	21/08/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1515/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJN5427	54790169C	5169/1	04/11/2012	165
ALT1379	55693238D	5010/0	29/09/2012	162 * I
ALT1379	55693247D	5169/1	29/09/2012	165
AMN0691	55692087D	5010/0	08/10/2012	162 * I
AMN0691	55692088D	5118/0	08/10/2012	164 c/c 162 * I
APY1171	55694253D	6920/0	30/10/2012	233
BGR4222	55692827D	6920/0	10/10/2012	233
BNI7081	55692815D	6920/0	03/10/2012	233
BNP9325	55693902D	6599/2	09/11/2012	230 * V
BNP9325	55693904D	5169/1	09/11/2012	165
BWR3445	55693371D	6599/2	02/11/2012	230 * V
CIL7313	55692558D	6726/1	07/10/2012	230 * XVIII
CIL7313	55692559D	6769/3	07/10/2012	230 * XXII
CIL7313	55692560D	5118/0	07/10/2012	164 c/c 162 * I
DHL8414	55692925D	5045/0	11/11/2012	162 * V
DNO8083	55692833D	6920/0	16/10/2012	233
HRE1058	55694257D	6920/0	31/10/2012	233
ICC4291	55692086D	5169/1	08/10/2012	165
LPB2610	55692835D	6920/0	16/10/2012	233
LWW7187	55692920D	6599/2	02/11/2012	230 * V
LYI1711	55475789C	6599/2	09/10/2012	230 * V
LYL7553	55692813D	6920/0	02/10/2012	233
LYU3104	55692121D	6599/2	12/10/2012	230 * V
LZF2266	55480186C	5045/0	26/10/2012	162 * V
MAX5699	55693009D	5045/0	18/10/2012	162 * V
MBE1262	54148711D	5010/0	05/11/2012	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBX7057	55694261D	6920/0	07/11/2012	233
MCR2739	55480469C	6599/2	23/09/2012	230 * V
MDY7561	55692124D	5010/0	16/10/2012	162 * I
MDY7561	55694205D	5118/0	16/10/2012	164 c/c 162 * I
MEK6466	55476880C	6610/2	07/11/2012	230 * VII
MIC6973	55480472C	6599/2	13/10/2012	230 * V
MJB9343	55692567D	6912/0	10/10/2012	232
MKT7570	55692577D	5010/0	14/10/2012	162 * I
MKT7570	55692578D	6599/2	14/10/2012	230 * V
MKT7610	55692890D	6599/2	28/10/2012	230 * V
MKT7610	55693161D	6599/2	28/10/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1516/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADH8972	55475793C	5185/1	13/10/2012	167
ADH8972	55475795C	5185/2	13/10/2012	167
AZU1314	54148614D	5541/2	16/10/2012	181 * XVII
BMP4844	55693906D	7366/2	12/11/2012	252 * VI
CGT3434	55475796C	5525/0	13/10/2012	181 * XV
CIL7313	55692561D	5185/1	07/10/2012	167
CIL7313	55692562D	5460/0	07/10/2012	181 * IX
FMW0110	55692883D	7030/1	06/10/2012	244 * I
FMW0110	55692884D	5207/0	06/10/2012	169
LYA7877	55693001D	5428/2	29/09/2012	181 * V
MAP0362	55693364D	5460/0	03/10/2012	181 * IX
MDX5641	54147362D	5568/0	09/10/2012	181 * XIX
MDY7561	55692125D	5835/0	16/10/2012	195
MDY7561	55692151D	5835/0	16/10/2012	195
MDY7561	55692152D	5738/0	16/10/2012	186 * II
MEJ4001	55694374D	6050/1	31/10/2012	208
MGH6904	54148638D	5835/0	30/10/2012	195
MGK1761	54148802D	5541/1	07/11/2012	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1517/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABS1405	55482395C	6920/0	12/07/2012	R\$ 127,69	233
AID8457	55692785D	6920/0	14/09/2012	R\$ 127,69	233
AOS8900	55482362C	6920/0	02/07/2012	R\$ 127,69	233
BGL5096	55482365C	6920/0	29/06/2012	R\$ 127,69	233
BGP7956	55478148C	6637/2	21/07/2012	R\$ 127,69	230 * IX
BRD2255	55692794D	6920/0	17/09/2012	R\$ 127,69	233
BVM1100	55476504C	6599/2	12/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
CJQ1138	55476566C	5010/0	04/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
CMG0602	55482400C	6920/0	13/07/2012	R\$ 127,69	233
CPO4255	55482195C	6920/0	22/06/2012	R\$ 127,69	233
CSL8282	54148402D	6599/2	17/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
HKO5379	55482191C	6920/0	22/06/2012	R\$ 127,69	233
IKK2495	55476329C	5274/1	31/08/2012	R\$ 191,53	175
IKK2495	55480865C	5010/0	31/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
IKK2495	55480866C	6599/2	31/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
IKK2495	55480867C	6912/0	31/08/2012	R\$ 53,20	232
JFB7441	55477140C	6599/2	08/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
KGW6655	55478143C	6599/2	18/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
KGW6655	55478144C	5010/0	18/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
LNA7039	55476339C	6599/2	19/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXH3746	55692758D	6920/0	17/08/2012	R\$ 127,69	233
LYM1784	54147474D	6599/2	15/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYM9623	54147476D	6599/2	25/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYW2442	55481025C	6599/2	17/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBC6017	55692617D	6599/2	23/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBC6017	55692619D	5045/0	23/07/2012	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBK6126	55477815C	6610/2	18/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MCF8579	55477139C	6610/2	05/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MCO3980	55482197C	6920/0	22/06/2012	R\$ 127,69	233
MCP7429	55481018C	5010/0	01/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCP7429	55481019C	6599/2	01/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDP2892	55477851C	6920/0	16/07/2012	R\$ 127,69	233
MEQ3341	55481024C	6599/2	16/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFF7741	55692748D	5118/0	27/08/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFF7741	55692749D	6599/2	27/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFF7741	55692750D	5010/0	27/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGF3618	55105844C	6912/0	01/07/2012	R\$ 53,20	232
MGG4698	55477249C	5010/0	28/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGG4698	55477250C	5061/0	28/06/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGP1702	55692601D	6599/2	18/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGP1702	55692602D	5010/0	18/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGP1702	55692603D	6556/4	18/07/2012	R\$ 191,53	230 * I
MGP1702	55692604D	6556/1	18/07/2012	R\$ 191,53	230 * I
MGP1702	55692605D	6670/0	18/07/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MGP1702	55692606D	5118/0	18/07/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHH1942	54147470D	6599/2	14/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJB8374	55480769C	6599/2	13/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MKG6912	55477092C	5010/0	18/08/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1518/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW5465	54148333D	5541/2	03/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ALT1379	54147729D	5541/2	30/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AML3667	55692955D	5185/1	21/08/2012	R\$ 127,69	167
AOT8138	55478920C	5380/0	31/07/2012	R\$ 85,12	181 * I
HRL4441	54147599D	5541/2	29/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IKK2495	55476320C	5720/0	31/08/2012	R\$ 127,69	186 * I
IKK2495	55476321C	6050/1	31/08/2012	R\$ 191,53	208
IKK2495	55476322C	7064/0	31/08/2012	R\$ 191,53	244 * IV
IKK2495	55476323C	6068/1	31/08/2012	R\$ 127,69	209
IKK2495	55476324C	7056/1	31/08/2012	R\$ 191,53	244 * III
IKK2495	55476325C	5843/3	31/08/2012	R\$ 127,69	196
IKK2495	55476326C	6009/1	31/08/2012	R\$ 191,53	206 * II
IKK2495	55476327C	6033/0	31/08/2012	R\$ 191,53	206 * V
IKK2495	55476328C	7030/1	31/08/2012	R\$ 191,53	244 * I
IKK2495	55476330C	5819/8	31/08/2012	R\$ 574,61	193
IKK2495	55480868C	5207/0	31/08/2012	R\$ 53,20	169
IKK2495	55480869C	5835/0	31/08/2012	R\$ 127,69	195
JLY1087	54146387D	7366/2	17/09/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MCA6772	54147829D	5541/2	16/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCJ3687	55692742D	7366/2	24/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MDU0255	54148061D	5541/2	25/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEA3684	55692957D	5185/1	21/08/2012	R\$ 127,69	167
MEE1714	54148068D	5541/2	28/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ1359	55480312C	6050/1	25/06/2012	R\$ 191,53	208
MGA0542	55476838C	5479/0	13/07/2012	R\$ 85,12	181 * X
MGL0351	55692866D	5185/1	14/08/2012	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGM8850	54147857D	5541/2	26/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE0217	55477834C	5525/0	31/08/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MHH1817	54147861D	6050/1	29/06/2012	R\$ 191,53	208
MIA1304	54148214D	5541/2	23/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP2260	55478922C	7366/2	04/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MIU5421	55480687C	5568/0	03/07/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MJK1191	54148067D	5541/2	28/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM5557	54147866D	6068/1	20/07/2012	R\$ 127,69	209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

IPASC**Portaria N. 553, de 26 de Novembro de 2012.**

PORTARIA N. 553, de 26 de novembro de 2012.

Retifica a Portaria nº 262, de 13/01/2009, que aposenta Alcides Correa.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 093/2006, e atendendo ao Processo nº APE-10/00416043, do TCE/SC,

Resolvem:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 262, de 13/01/2009, que concedeu aposentadoria por idade ao Servidor ALCIDES CORREA, portador do CPF nº 626.843.299-15, CI 10/R 2.113.055, PIS nº 10681690167, a partir de 13 de janeiro de 2009, no que se refere à fundamentação do ato concessório de aposentadoria que passa a ser nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 41/2003, matrícula nº 236 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Servente I, Referência 5, lotado na Secretaria de Infra Estrutura, passando à matrícula nº 3.177, no IPASC, com proventos proporcionais, calculados sobre a média dos salários de contribuição no valor de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), e sem paridade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 26 de novembro de 2012.

MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELO
Diretora Presidente

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
Diretora Administrativa

Portaria N.º 552, de 26 de Novembro de 2012

PORTARIA n.º 552, de 26 de novembro de 2012.

Dá nova redação à Portaria nº 293, de 15/07/2009, que concede aposentadoria compulsória a BELÉSIA D'AGOSTINI.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o Art. 40, §§ 1º, II, 3º, 8º e 17, da Constituição Federal, com redação das Emendas Constitucionais nº 20, de 16/12/98 e 41, de 19/12/03, mais o previsto no Art. 89, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/04, art. 35, Parágrafo único, da Lei Complementar nº 093, de 29/12/06, e atendendo Audiência do TCE/SC em Processo APE 10/00784603,

RESOLVEM:

Art. 1º - O art. 1º da Portaria nº 293, de 15/07/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Conceder aposentadoria compulsória, a partir de 16 de julho de 2009, a Servidora Pública Municipal BELÉSIA D'AGOSTINI, matrícula nº 3188, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria de Educação, com proventos proporcionais a serem pagos pelo IPASC, referente ao tempo de contribuição de 10.732 dias,

decorrente do cálculo de aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição de 10.732/10.950 avos, da remuneração calculada sobre a média de contribuições, importando o cálculo dos proventos proporcionais no valor mensal de R\$ 2.165,08 (dois mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos)."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 26 de novembro de 2012.

MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELO
DIRETORA PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Campo Alegre**PREFEITURA****Portaria Nº 9.446 de 28 de Novembro de 2012**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.446 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I - MARIA ORINDA FERNANDES, Matrícula Funcional nº 000049, Registro no Sistema sob nº 150300, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2011 á 31 de outubro de 2012, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
28 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
28/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.447 de 28 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.447 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - MARILENA PISKE, Matrícula Funcional nº 000051, Registro no Sistema sob nº 293270, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2012 á 31 de janeiro de 2013, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
28 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
28/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.448 de 28 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.448 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I - ROSENILDA APARECIDA DA MAIA CUNHA, Matrícula Funcional nº 000607, Registro no Sistema sob nº 954871, referente ao período aquisitivo 11 de novembro de 2011 á 10 de outubro de 2012, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
28 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
28/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.449 de 28 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.449 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público ocupante do cargo de Agente Operacional II - LUIZ SILDONIR CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000041, Registro no Sistema sob nº 393000, referente ao período aquisitivo 26 de outubro de 2011 á 25 de outubro de 2012, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
28 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
28/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.450 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.450 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho ao Servidor Público Municipal, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, VALMIR ADÃO DE SOUZA LUZ, Matrícula Funcional nº 000074, Registro no Sistema Sob nº 294520, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência D para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência E no valor de R\$ 1.375,20 (um mil, trezentos e setenta e cinco reais, vinte centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.451 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.451 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho ao Servidor Público Municipal, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, Função de Motorista, LUIZ CARLOS COTHOMISKY, Matrícula Funcional nº 000040, Registro no Sistema Sob nº 292970, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência B para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência C no valor de R\$ 1.296,26 (um mil, duzentos e noventa e seis reais, vinte e seis centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.452 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.452 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, MARÍLIA CRISPI DE MORAES, Registro no Sistema sob nº 954716, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art.2º) A Secretária gozará as férias no período de 03 de dezembro de 2012 a 12 de dezembro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.453 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.453 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público, ocupante do cargo de Médico I, MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ, Matrícula Funcional nº 000489, Registro no Sistema sob nº 954501, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 03 de dezembro de 2012 a 12 de dezembro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.454 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.454 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de

setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, ANDRIANA APARECIDA PYCKOZ RUSZACK, Matrícula Funcional nº 000001, Registro no Sistema Sob nº 92200, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 5 Sub-Nível 53, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 53 Referência C no valor de R\$ 1.937,93 (um mil, novecentos e trinta e sete reais, noventa e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.455 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.455 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Auxiliar de Educador, BÁRBARA BRÜSKI, Matrícula Funcional nº 000008, Registro no Sistema Sob nº 291730, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 2 Sub-Nível 23, Referência B para Nível 3 Sub-Nível 23 Referência C no valor de R\$ 1.127,18 (um mil, cento e vinte e sete reais. Dezoito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.456 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.456 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público de Professor VI, no desempenho da função de Professor De Inglês, BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STUERNAGEL, Matrícula Funcional nº 000475, Registro no Sistema sob nº 954481, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código 1, Nível de Vencimento P1, Referência A, para o Código 1, Nível de Vencimento P1, Referência B, no valor de R\$ 1.793,44 (um mil, setecentos e noventa e três reais, quarenta e quatro centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 02 de dezembro de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.457 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.457 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, EVANILDA TOMAZ CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000020, Registro no Sistema Sob nº 292200, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência C no valor de R\$ 939,32 (novecentos e trinta e nove reais, trinta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.458 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.458 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), JOICE LINZMEYER, Matrícula Funcional nº 000469, Registro no Sistema sob nº 954475, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código 2, Nível de Vencimento P2, Referência A, para o Código 2, Nível de Vencimento P2, Referência B, no valor de R\$ 2.152,12 (dois mil, cento e cinquenta e dois reais, doze centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 02 de dezembro de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.459 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.459 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Motorista, JOSÉ EURIDES CORDEIRO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000031, Registro no Sistema Sob nº 96500, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência B para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência C no valor de R\$ 1.296,26 (um mil, duzentos e noventa e seis reais, vinte e seis centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.460 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.460 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional II, Função Vigia, JOSÉ FERNANDES DA MAIA, Matrícula Funcional nº 000033, Registro no Sistema Sob nº 2054000, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 2 Sub-Nível 23, Referência D para Nível 2 Sub-Nível 23 Referência E no valor de R\$ 1.195,83 (um mil, cento e noventa e cinco reais, oitenta e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.461 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.461 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Administrativo II, JOSÉ MAURO SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000035, Registro no Sistema Sob nº 47700, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 4 Sub-Nível 43, Referência B para Nível 4 Sub-Nível 43 Referência C no valor de R\$ 1.490,70 (um mil, quatrocentos e noventa reais, setenta centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 30/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.462 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.462 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, MARIA ORINDA FERNANDES, Matrícula Funcional nº 000049, Registro no Sistema Sob nº 150300, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível Sub-Nível 13, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência C no valor de R\$ 939,32 (novecentos e trinta

vê nove reais, trinta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.463 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.463 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, RENY DE FÁTIMA FERREIRA REISER, Matrícula Funcional nº 000065, Registro no Sistema Sob nº 293860, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência C no valor de R\$ 939,32 (novecentos e trinta e nove reais, trinta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.464 de 30 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.464 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, TEREZINHA WIELIVICK, Matrícula Funcional nº 000072, Registro no Sistema Sob nº 294320, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível Sub-Nível 13, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência C no valor de R\$ 939,32 (novecentos e trinta e nove reais, trinta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

30 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Nº 19/2012

DECRETO Nº 19/2012

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

O cidadão José Jair Fagundes Antunes, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 16/11 (sexta-feira) nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos (SC).

Art. 2º. As atividades serão retomadas no dia 19/11/2012 (segunda-feira).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC,
em 13 de novembro de 2012.

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

Presidente e.e. da Mesa

Portaria Nº 35/2012

Portaria Nº 35/2012

AUTORIZA CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA.

O cidadão José Adelar Carpes, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam concedidos 30(trinta) dias de férias que detém a funcionária MARIA VARELA ZANONI, referente ao período aquisitivo de 01/04/2011 à 31/03/2012, a contar de 21/11/2012.

Art. 2º. Caberá ao departamento competente o registro na ficha funcional do servidor das anotações decorrentes deste Ato.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 21 de Novembro de 2012.

JOSÉ ADELAR CARPES

Presidente da Mesa

Moção Nº 43/2012

MOÇÃO Nº 43/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido do vereador Adavilson Telles, manifesta integral e irrestrita parabenização a

"COPERCAMPOS"

Na oportunidade queremos parabenizar a todos os colaboradores e associados pelos 42 anos de fundação da cooperativa, sendo que no ano de 1970 corajosos agricultores da região fundaram a cooperativa que hoje destacasse nacionalmente. Somos sabedores que este destaque deve-se a união de todos que trabalham com o mesmo propósito "o sucesso através da cooperação", sendo reconhecidos nacionalmente como Melhor Empresa do país na Gestão de Pessoas e Empresa destaque em produção de sementes. Esta homenagem faz jus à Cooperativa, pois vêm proporcionando à população camponovense vários projetos sociais e educativos. Os resultados positivos destas ações contribuem de forma real para a formação de pessoas conscientes de seu papel social e comprometidas com a construção de um município melhor.

Sendo assim, por estas e tantas outras razões aqui não detalhadas, é que apresentamos esta MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO, como forma singela de homenagem a COPERCAMPOS, que vem desenvolvendo um trabalho pensando no desenvolvimento do nosso município e também para que as pessoas obtenham melhores

condições de vida e maior crescimento humano.

Sala das Sessões, em 12/11/2012.
JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Presidente e.e.

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
2º Secretário

ADAVILSON TELLES CIRILO RUPP
Vereador Vereador

CIDINEI CORDEIRO SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Vereador Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Lido no Expediente Aprovado
____/____/____ ____/____/____

Moção Nº 44/2012

MOÇÃO Nº 44/2012
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, vem por meio de seus representantes Legais, manifestar integral e irrestrita parabenização ao professor Senhor

“MARCOS MORAES”

Á pedido do Vereador José Tadeu Guzatti, parabenizamos pela organização e a realização da “Noite Cultural”.
Eventos como este, que nos fazem perceber a importância do companheirismo e participação das pessoas em prol de nossa cidade e moradores, e o quanto nos deixa gratos em termos uma pessoa como o Senhor em nosso Município, que se preocupa e ajuda a população camponovense.
Outrossim, desejamos pleno sucesso em futuros eventos.
Era o que havia para o momento.

Sala das Sessões, em 13/11/2012.
JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Presidente e.e.
Continuação Moção nº. 44/2012

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
2º Secretário

ADAVILSON TELLES CIRILO RUPP
Vereador Vereador
CIDINEI CORDEIRO SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Vereador Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Lido no expediente
____/____/____

Moção Nº 45/2012

MOÇÃO Nº 45/2012
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, vem por meio de seus representantes Legais, manifestar integral e irrestrita parabenização a

“AMA - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS”

A pedido do Vereador José Tadeu Guzatti, parabenizamos pelo ótimo trabalho que vêm fazendo por nosso Município.
A Associação é um exemplo de iniciativa, força e trabalho que proporciona melhor qualidade de vida às pessoas com autismo e seus familiares, desejamos aqui todo o sucesso do mundo, pois é isso que nos faz crescer como pessoas e mostram que todo mundo é igual tendo seu espaço na sociedade.
Era o que havia para o momento.

Sala das Sessões, em 13/11/2012.
JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Presidente e.e.

Continuação Moção nº. 45/2012

José Tadeu Guzatti
1º Secretário

Maurílio Castro Campagnoni(Cássio)
2º Secretário

ADAVILSON TELLES CIRILO RUPP
Vereador Vereador

CIDINEI CORDEIRO SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Vereador Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Lido no Expediente
____/____/____

Moção Nº 46/2012

MOÇÃO Nº 46/2012
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das

prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes legais, a pedido do Vereador Adavilson Telles, vem manifestar integral e irrestrita parabenização ao

“SUPER VIZA”

A inauguração do novo SUPER VIZA, merece a parabenização do Poder Legislativo do Município. Para o nosso município é um orgulho contar com um estabelecimento de tão grande porte, empreendimento esse que gerou mais de 100 empregos. Uma empresa que oferece produtos de qualidade e atendimento diferenciado, com colaboradores que prestam um ótimo atendimento, criando uma relação de confiança com seus clientes.

Gostaríamos de externar aos proprietários e colaboradores nossos votos de grande sucesso e prósperas realizações no novo empreendimento.

Sala das Sessões, em 13/11/2012.

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

Presidente e.e.

José Tadeu Guzatti

1º Secretário

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

CIRILO RUPP

Vereador

CIDINEI CORDEIRO

Vereador

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO

Vereador

Lido no Expediente

____/____/____

Moção Nº 47/2012

MOÇÃO Nº 47/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE AGRADECIMENTO

O Poder Legislativo de Campos Novos por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrito agradecimento ao

“DEPUTADO FEDERAL CELSO MALDANER E SEUS FUNCIONÁRIOS”

A pedido do vereador Silvio Henrique de Almeida Lopes Sobrinho, vimos através desta, agradecer a atenção dispensada aos vereadores camponovenses na última visita realizada à Brasília -DF,

onde fomos muito bem recebidos e atendidos em seu gabinete, demonstrando mais uma vez, através de sua dedicação e de seus funcionários, o seu comprometimento com o desenvolvimento de nosso Município.

Outrossim desejamos pleno sucesso a todos, nos colocando sempre a disposição.

Sala das Sessões, em 20/11/2012.

JOSÉ ADELAR CARPES

Presidente da Mesa

Continuação Moção Nº. 47/2012

José Jair Fagundes Antunes

Vice-Presidente

José Tadeu Guzatti

1º Secretário

Maurílio Castro Campagnoni(Cássio)

2º Secretário

Adavilson Telles

Vereador

Cidinei Cordeiro

Vereador

Cirilo Rupp

Vereador

Silvio Alexandre Zancanaro

Vereador

Silvio Henrique de A. Lopes Sobrinho

Vereador

Lido em

____/____/____

Moção Nº 48/2012

MOÇÃO Nº 48/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, vem por meio de seus representantes legais, manifestar integral e irrestrita parabenização aos Senhores

“LUCIANO JOSUÉ CORRÊA E FERNANDO EDMILSON SILVA”

A pedido do Vereador Silvio Henrique de Almeida Lopes Sobrinho, vimos através desta parabenizá-los pela Vitória na Eleição da OAB - subseção de Campos Novos, onde concorreram aos cargos de Presidente e Vice-Presidente, sucessivamente.

Como é de nosso conhecimento, os nossos advogados estarão sendo muito bem representados por vossas senhorias não só em nosso município mas até mesmo fora dele, para os próximos três anos, e desta forma desejamos-lhes sucesso frente a esta

entidade.

Somos conhecedores do trabalho e capacidade de cada um dos senhores, por isso os congratulamos juntamente com os demais integrantes desta chapa, nos colocando sempre a disposição.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 20/11/2012.

JOSÉ ADELAR CARPES

Presidente da Mesa

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI

1º Secretário

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

CIDINEI CORDEIRO

Vereador

CIRILO RUPP

Vereador

Silvio Alexandre Zancanaro

Vereador

Silvio Henrique de A. Lopes Sobrinho

Vereador

Lido no expediente:

____/____/____

Capinzal

PREFEITURA

PMC - Processo Licitatório Nº 127/2012 - Pregão Eletrônico Nº 26/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 127/2012

Pregão Eletrônico Nº 26/2012

OBJETO: Aquisição de 14 Kits de equipamentos de laboratório para controle e qualidade da água, conforme Termo de Referência em anexo.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 13/12/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

CAPINZAL, Capinzal, 30 de Novembro de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

Contrato Nº 192/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 192/2012

Dispensa p/ Compras e Serviços Nº 000008/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2012

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: COOPERATIVA REG. AGRICULT.FAMILIARES DE

OBJETO: Aquisição de produtos das agricultura familiar para o ano de 2012 através da chamada pública.

VALOR R\$: 41.258,14

VIGÊNCIA: 26/11/2012 ate 31/12/2012

Contrato Nº 193/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 193/2012

Dispensa p/ Compras e Serviços Nº 000008/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2012

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: COOPERATIVA DE PROD E CON. AGRO. JABORA-

OBJETO: Aquisição de produtos das agricultura familiar para o ano de 2012 através da chamada pública.

VALOR R\$: 20.457,50

VIGÊNCIA: 26/11/2012 ate 31/12/2012

Contrato Nº 194/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 194/2012

Dispensa p/ Compras e Serviços Nº 000008/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2012

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

OBJETO: Aquisição de produtos das agricultura familiar para o ano de 2012 através da chamada pública.

VALOR R\$: 5.787,00

VIGÊNCIA: 26/11/2012 ate 31/12/2012

Contrato Nº 195/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 195/2012

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 000028/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2012

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: ELETROPNEUS OURO LTDA EPP

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução global, com o fornecimento de material e mão de obra para implantação do PROJETO DE DECORAÇÃO NATALINA para o ano de 2012, a ser implantada em diversos locais do município de Capinzal, conforme memorial descritivo, projetos e planilha orçamentária.

VALOR R\$: 106.343,08

VIGÊNCIA: 28/11/2012 ate 31/12/2012

Contrato Nº 196/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 196/2012

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 000029/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2012

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada, com o fornecimento de material e mão-de-obra, para a execução da sinalização vertical (eixo, bordas, faixa de pedestre, setas, estacionamento e outros dizeres na pista, utilizando-se das cores amarela e branca), em vias públicas do perímetro urbano do município.

VALOR R\$: 47.750,00

VIGÊNCIA: 28/11/2012 ate 31/12/2012

Contrato Nº 32/2012 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 32/2012 - FMASC

Pregão Eletrônico Nº 000023/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal

CONTRATADA: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA M

OBJETO: Aquisição de material esportivo, para manutenção das atividades do Programa Projovem Adolescente, desenvolvido dentro do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

VALOR R\$: 5.686,00

VIGÊNCIA: 28/11/2012 ate 31/12/2012

Catanduvas

PREFEITURA

Comissão de Avaliação - Decreto Nº 1.860, de 28 de Novembro de 2012 - Laudo de Acréscimo ao Valor Venal dos Imóveis BeneficiadosCOMISSÃO DE AVALIAÇÃO - DECRETO Nº 1.860, DE 28 DE NO-
VEMBRO DE 2012.LAUDO DE ACRÉSCIMO AO VALOR VENAL DOS IMÓVEIS BENE-
FICIADOS(retificação da publicação feita no DOM/SC, edição nº 1129 pag
271 do dia 30/11/2012)

Considerando o disposto no Código Tributário Municipal, art. 289 da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 21 de 18 de setembro de 2002 e Lei Complementar nº 59 de 23 de dezembro de 2009;

Considerando o disposto no Decreto nº 1.860, de 28 de novembro de 2012 que cria e nomeia Comissão de Avaliação para apuração do valor da Contribuição de Melhoria;

Considerando o disposto no Decreto nº 1.860, de 28 de novembro de 2012 que classifica imóveis das respectivas zonas de influência, para fins de cobrança de contribuição de melhoria, referente às obras realizadas na Rua da Tiradentes, trecho entre Rua Duque de Caxias e Rua Wenceslau Brás;

Considerando a obra executada conforme consta no contrato e proposta decorrente do Processo Licitatório nº 0078, de 26 de maio de 2010, na modalidade do Tomada de Preços nº 0006/2010, bem

como do projeto de pavimentação em paralelepípedo (drenagem pluvial, meios-fios, passeios públicos, pavimentação e sinalização) integrante daquele instrumento;

Considerando que se trata de obra realizada na Rua da Tiradentes, trecho entre Rua Duque de Caxias e Rua Wenceslau Brás, nesta cidade de Catanduvas, SC; e

Considerando a natureza da obra, ou seja, pavimentação em paralelepípedo (drenagem pluvial, meios-fios, passeios públicos, pavimentação e sinalização), os benefícios aos proprietários e usuários, as atividades econômicas e ao desenvolvimento daquela região,

DECIDE A COMISSÃO em atribuir como valorização imobiliária decorrente do acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado o valor de R\$ 175,00 (vinte e cinco reais) o metro linear da testada do terreno.

Exemplo: Testada de 20 metros do terreno multiplicado pelo valor de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais). Este valor ficaria em 20m x R\$ 175,00 = R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Catanduvas, SC, 29 de novembro de 2012.

CARLOS AUGUSTO CZECH

Fiscal de Tributos

RONALDO ADRIANO LUVISON

Fiscal de Tributos

IVAN CLÁUDIO SACCHET

Mercado Imobiliário

ARAMIS HEBERLE JUNIOR

Mercado Imobiliário

FRANCIELLE DIAS DOS SANTOS

Setor de Tributos

TISSYANA BEGNINI

Setor de Tributos

Concórdia

PREFEITURA

Lei Nº 4.470, de 20 de Novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.470, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

Denomina via pública do Loteamento Laury Detofano de Rua Carlos Gabiatti.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º A via pública denominada de Rua A, localizada no Loteamento Laury Detofano, passa a denominar-se Rua Carlos Gabiatti.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de novembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Lei Nº 4.471, de 23 de Novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.471, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Autoriza o Município celebrar convênio com o Conselho da Comunidade da Comarca de Concórdia, SC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênio com o Conselho da Comunidade da Comarca de Concórdia, SC, inscrito no CNPJ sob nº 05.673.990/0001-42, visando o desenvolvimento de ações educacionais e profissionalizantes de apenados.

Parágrafo único. Como contrapartida na consecução do objetivo constante no art. 1º desta Lei, o Município poderá participar com a destinação dos bens de que trata o Decreto Legislativo nº 2.515, de 23 de outubro de 2012, da Câmara Municipal de Vereadores, que integram o Anexo Único desta LEI.

Art. 2º As ações e obrigações das partes serão fixadas no Termo de que trata esta LEI.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 4º A autorização legislativa dispensa o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de novembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS BENS RECEBIDOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES A SEREM DOADOS AO CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE CONCÓRDIA

Nº DE ORDEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1	Monitor LCD 15 Polegadas, com multimídia, marca AOC, modelo LM 520 B, série T5CP53A900602
2	1	Monitor LCD 15 Polegadas, com multimídia, marca AOC, modelo LM 520 B, série T5CP53A900546
3	1	Monitor LCD 15 Polegadas, com multimídia, marca AOC, modelo LM 520 B, série T5CP53A900561
4	1	Monitor LCD 15 Polegadas, com multimídia, marca AOC, modelo LM 520 B, série T5CP53A900518
5	1	Monitor LCD 15 Polegadas, com multimídia, marca AOC, modelo LM 520 B, série T5CP53A900542
6	1	Monitor LCD 15 Polegadas, com multimídia, marca AOC, modelo LM 520 B, série T5CP53A900536
7	1	Pentium 4, processador 3.0 GHz, 1 MB cachê L2 478 pinos, frequência 800 Mhz, gabinete ATX - 450 Wats, Drive disquete 3.5 1.44 MB, placa mãe HD, memória DDR 512 MB Pc - 400, gravador de CD, marca LG, teclado ABNT 2, mouse óptico
8	1	Pentium 4, processador 3.0 GHz, 1 MB cachê L2 478 pinos, frequência 800 Mhz, gabinete ATX - 450 Wats, Drive disquete 3.5 1.44 MB, placa mãe HD, memória DDR 512 MB Pc - 400, gravador de CD, marca LG, teclado ABNT 2, mouse óptico
9	1	Pentium 4, processador 3.0 GHz, 1 MB cachê L2 478 pinos, frequência 800 Mhz, gabinete ATX - 450 Wats, Drive disquete 3.5 1.44 MB, placa mãe HD, memória DDR 512 MB Pc - 400, gravador de CD, marca LG, teclado ABNT 2, mouse óptico
10	1	Pentium 4, processador 3.0 GHz, 1 MB cachê L2 478 pinos, frequência 800 Mhz, gabinete ATX - 450 Wats, Drive disquete 3.5 1.44 MB, placa mãe HD, memória DDR 512 MB Pc - 400, gravador de CD, marca LG, teclado ABNT 2, mouse óptico
11	1	Pentium 4, processador 3.0 GHz, 1 MB cachê L2 478 pinos, frequência 800 Mhz, gabinete ATX - 450 Wats, Drive disquete 3.5 1.44 MB, placa mãe HD, memória DDR 512 MB Pc - 400, gravador de CD, marca LG, teclado ABNT 2, mouse óptico
12	1	Pentium 4, processador 3.0 GHz, 1 MB cachê L2 478 pinos, frequência 800 Mhz, gabinete ATX - 450 Wats, Drive disquete 3.5 1.44 MB, placa mãe HD, memória DDR 512 MB Pc - 400, gravador de CD, marca LG, teclado ABNT 2, mouse óptico

Lei Nº 4.472, de 23 de Novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.472, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.481.0062.2253 Ações das Habitações Urbanas

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 15.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.481.0062.2252 Ações das Habitações Rurais

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 15.000,00.

Art. 3º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.295, de 13 de junho de 2011 e 4.386, de 16 de dezembro de 2011, as ações mencionadas nesta LEI.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de novembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Lei Nº 4.473, de 23 de Novembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.473, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Autoriza abertura de crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0015.2013 Ações da Administração Escolar

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0019 Recursos do FUNDEB R\$ 105.000,00

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0019 Recursos do FUNDEB R\$ 8.000,00

Projeto/Atividade 12.361.0015.2015 Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0018 Recursos do FUNDEB R\$ 40.000,00

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.365.0017.2018 Ações de Educação Infantil

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0018 Recursos do FUNDEB R\$ 5.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 19.800,00

Fonte de Recursos 0.1.0045 Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras R\$ 151.500,00

Fonte de Recursos 0.3.0045 Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras R\$ 71.279,81

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.122.0048.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e de Transferências

de Impostos - Saúde R\$ 10.000,00

Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura

Projeto/Atividade 13.392.0072.2403 Ações da Difusão Cultural

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 144.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 554.579,81.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do

orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0015.2013 Ações da Administração Escolar

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0001 Receitas de Impostos e de Transferências de

Impostos - Educação R\$ 144.000,00

Projeto/Atividade 12.361.0015.2015 Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0019 Recursos do FUNDEB R\$ 158.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.122.0027.2027 Manutenção das Atividades-Meio da SEMURB

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade 15.451.0028.2028 Ações de Infraestrutura

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 9.800,00

Projeto/Atividade 15.451.0030.2030 Ações de Saneamento

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0045 Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras R\$ 151.500,00

Fonte de Recursos 0.3.0045 Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras R\$ 71.279,81

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.122.0048.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS

Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Transferências à União

Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 554.579,81.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de outubro de 2012, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0089 Recursos da Alienação R\$ 200.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 200.000,00.

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.295, de 13 de junho de 2011 e 4.386, de 16 de dezembro de 2011, as ações mencionadas nesta LEI.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de novembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Lei Nº 4.474, de 23 de Novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.474, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 02 Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 04.061.0005.2005 Manutenção da Assessoria Jurídica

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 12.500,00

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade 04.122.0008.2007 Manutenção das Atividades-Meio da SEMAD

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade Orçamentária 05.01 Secretaria Municipal de Finanças

Projeto/Atividade 04.122.0013.1003 Modernização e Organização Administrativa da SEMUF

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 28.500,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 190.000,00

Projeto/Atividade 20.606.0026.1008 Modernização e Organização Administrativa da SEMADRA

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 280.000,00



Órgão 12 ENCARGOS SOCIAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Sociais

Projeto/Atividade 28.843.0045.2042 Ações da Dívida Interna

Elemento 3.2.90.00.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 58.000,00

Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura

Projeto/Atividade 13.392.0072.2403 Ações da Difusão Cultural

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 621.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 02 Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 12.500,00

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade 04.122.0008.2007 Manutenção das Atividades-Meio da SEMAD

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 48.500,00

Órgão 12 ENCARGOS SOCIAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Sociais

Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Transferências à União

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 58.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.301.0049.2102 Ações de Atenção Básica

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 500.000,00

Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura

Projeto/Atividade 13.392.0072.2403 Ações da Difusão Cultural

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 621.000,00.

Art. 3º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.295, de 13 de junho de 2011 e 4.386, de 16 de dezembro

de 2011, as ações mencionadas nesta LEI.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de novembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.756, de 23 de Novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.756, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.472, de 23 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.481.0062.2253 Ações das Habitações Urbanas

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 15.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.481.0062.2252 Ações das Habitações Rurais

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 15.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de novembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.757, de 23 de Novembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 5.757, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.
Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.473, de 23 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental
Projeto/Atividade 12.361.0015.2013 Ações da Administração Escolar
Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0019 Recursos do FUNDEB R\$ 105.000,00
Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0019 Recursos do FUNDEB R\$ 8.000,00
Projeto/Atividade 12.361.0015.2015 Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB
Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0018 Recursos do FUNDEB R\$ 40.000,00
Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil
Projeto/Atividade 12.365.0017.2018 Ações de Educação Infantil
Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0018 Recursos do FUNDEB R\$ 5.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 19.800,00
Fonte de Recursos 0.1.0045 Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras R\$ 151.500,00
Fonte de Recursos 0.3.0045 Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras R\$ 71.279,81

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 10.122.0048.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 10.000,00
Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade 13.392.0072.2403 Ações da Difusão Cultural

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 144.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 554.579,81.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental
Projeto/Atividade 12.361.0015.2013 Ações da Administração Escolar
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.3.0001 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação R\$ 144.000,00
Projeto/Atividade 12.361.0015.2015 Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0019 Recursos do FUNDEB R\$ 158.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade 15.122.0027.2027 Manutenção das Atividades-Meio da SEMURB
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
Projeto/Atividade 15.451.0028.2028 Ações de Infraestrutura
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 9.800,00
Projeto/Atividade 15.451.0030.2030 Ações de Saneamento
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0045 Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras R\$ 151.500,00
Fonte de Recursos 0.3.0045 Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras R\$ 71.279,81

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 10.122.0048.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS
Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Transferências à União
Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 554.579,81.

Art. 3º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de outubro de 2012, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0089 Recursos da Alienação R\$ 200.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 200.000,00.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de novembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.758, de 23 de Novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.758, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.474, de 23 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 02 Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade 04.061.0005.2005 Manutenção da Assessoria Jurídica
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 12.500,00

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração
Projeto/Atividade 04.122.0008.2007 Manutenção das Atividades-Meio da SEMAD
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade Orçamentária 05.01 Secretaria Municipal de Finanças
Projeto/Atividade 04.122.0013.1003 Modernização e Organização Administrativa da SEMUF
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 28.500,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 190.000,00
Projeto/Atividade 20.606.0026.1008 Modernização e Organização

Administrativa da SEMADRA

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 280.000,00

Órgão 12 ENCARGOS SOCIAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Sociais
Projeto/Atividade 28.843.0045.2042 Ações da Dívida Interna
Elemento 3.2.90.00.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 58.000,00

Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade 13.392.0072.2403 Ações da Difusão Cultural
Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 1.000,00
Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 621.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 02 Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade 04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 12.500,00

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração
Projeto/Atividade 04.122.0008.2007 Manutenção das Atividades-Meio da SEMAD
Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 48.500,00

Órgão 12 ENCARGOS SOCIAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Sociais
Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ações de Outros Encargos Especiais
Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Transferências à União
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 58.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 10.301.0049.2102 Ações de Atenção Básica
Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 500.000,00

Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade 13.392.0072.2403 Ações da Difusão Cultural
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 2.000,00



TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 621.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de novembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.759, de 26 de Novembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.759, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.386, de 16 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de outubro de 2012, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR
Unidade Orçamentária 18.01 Fundo Municipal de Assistência ao Servidor
Projeto/Atividade 04.302.0068.2352 Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 87.700,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 87.700,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de novembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 816/2012, de 14 de Novembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 816/2012, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

Nomeia RAQUEL ZANFERARI no cargo de Tesoureiro.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, RAQUEL ZANFERARI, no cargo de Tesoureiro, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 19 de novembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 817/2012, de 14 de Novembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 817/2012, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

Exonera, a pedido, a servidora LUIZIANA KLASSMANN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora LUIZIANA KLASSMANN, do cargo de provimento em comissão de Controladora da Divisão do Banco de Dados Oficiais, a partir de 12 de novembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 818/2012, de 14 de Novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 818/2012, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

Averba tempo de contribuição; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 4.296 dias, ou seja: 11 (onze) anos, 9 (nove) meses e 11 (onze) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor ANTONIO MARQUES DE SIQUEIRA, ocupante do cargo de Agente Operacional, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 8 de novembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 0972/97, de 18 de agosto de 1997.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 819/2012, de 14 de Novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 819/2012, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dá nova redação à alínea "b" do inciso III do art. 1º do Decreto nº 259/2012, de 29 de fevereiro de 2012 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e no Decreto nº 5.696, de 10 de abril de 2012.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "b" do inciso III do art. 1º do Decreto nº 259/2012, de 29 de fevereiro de 2012 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

b) suplente: MARGARETE MÜLLER;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 820/2012, de 19 de Novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 820/2012, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dá nova redação ao item 4 da alínea "a" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 615/2011, de 27 de julho de 2011 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e no Decreto nº 4.327, de 13 de agosto de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O item 4 da alínea "a" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 615/2011, de 27 de julho de 2011 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

4. MARCIA SALETE KLEIN, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Concórdia;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de novembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 821/2012, de 19 de Novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 821/2012, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 789/2012, de 24 de outubro de 2012, que concede licença-prêmio à servidora IVONE RODRIGUES DE SOUZA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX e considerando o disposto na CI DRH 707/2012, de 14 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "5 de janeiro de 2004 a 4 de janeiro de 2009" para: "16 de outubro de 2000 a 15 de outubro de 2005", constante no art. 1º do Decreto nº 789/2012, de 24 de outubro de 2012, que concede licença-prêmio à servidora IVONE RODRIGUES DE SOUZA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de novembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 822/2012, de 20 de Novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 822/2012, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

Prorroga prazo de validade do Concurso Público objeto do Edital nº 1/2011 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- o disposto no item 10.1 do Edital de Concurso Público nº 1/2011, de 11 de julho de 2011 e alterações, que prevê a possibilidade de prorrogação do prazo de validade do Concurso Público;

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do referido Edital;

- o disposto no inciso III do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

- o Parecer nº 176/2002, emitido pela Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por 1 (um) ano, a partir de 22 de novembro de 2012, o prazo de validade do Concurso Público objeto do Edital nº 1/2011 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de novembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 823/2012, de 20 de Novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 823/2012, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

Exonera, a pedido, a servidora LORECI WEIRICH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonera, a pedido, a servidora LORECI WEIRICH, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 19 de novembro de 2012.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de novembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 824/2012, de 20 de Novembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 824/2012, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora IDILCE KOZERSKI PELLIZZARO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2012, à servidora IDILCE KOZERSKI PELLIZZARO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 5 de novembro de 2007 a 4 de novembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de novembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 825/2012, de 21 de Novembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 825/2012, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

Concede promoção vertical a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS, designada pelo Decreto nº 1/2011, de 3 de janeiro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II:

I - ALEX SANDRO SANDERS HERBICH, ocupante do cargo de Torneiro Mecânico;

II - EDIANE MARI BIASI, ocupante do cargo de Assistente Social;

III - EDITE MARIA CESCO VON DENTZ, ocupante do cargo de Secretário Escolar;

IV - GILVANO CHIOSSI, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de novembro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Portaria Nº 193/2012, de 13 de Novembro de 2012.
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 193/2012, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, na CI SEDET Nº 180/2012, de 9 de novembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora JULIANA SALETE ROSSETTO, ocupante do cargo de Controladora da Divisão de Logística, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 12 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 194/2012, de 19 de Novembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 194/2012, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - GILDERSON ROBERT MULLER, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 19 de novembro de 2012;

II - MARLENE APARECIDA GOMES, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 21 de novembro de 2012;

III - MICHEL CRISTOFFER FAVERO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 27 de novembro de 2012.

Art. 2º Fica alterada a expressão: "a partir de 1º de novembro de 2012" para: "no período de 1º a 14 de novembro de 2012", constante no inciso II do art. 1º da Portaria nº 186/2012, de 31 de outubro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 195/2012, de 19 de Novembro de 2012.
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 195/2012, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, nos percentuais abaixo, sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação na área específica de atuação:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	MATRÍCULA	PERCENTUAL/HABILITAÇÃO
1	Dirlene Terezinha de Mattos	Professor, código 10.11	90301-00	12% (pós-graduação)
2	Dirlene Terezinha de Mattos	Professor, código 10.12	90301-06	12% (pós-graduação)
3	Eliane da Silva Dias Pilger	Professor, código 10.12	48518-03	12% (pós-graduação)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de novembro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 196/2012, de 19 de Novembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 196/2012, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora GELSI BERGAMO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 61140-06, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do vencimento-base.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de novembro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 197/2012, de 21 de Novembro de 2012.
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 197/2012, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 17393/2012, em 16 de outubro 2012, do qual se extrai que a servidora ELENICE DE CARLI FORNARI, em tese, teria utilizado técnica de amarrar as crianças do Grupo V, do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Acalanto, em duplas, mantendo-as desta forma até a hora do lanche, fazendo com que as mesmas comessem utilizando apenas uma das mãos, gesto que foi interpretado pelas mesmas como punição;
- que a servidora infringiu, em tese, o disposto no art. 151, IX e XI, da Lei Complementar nº 90/1994;
- o Parecer nº 579/2012, da Assessoria Jurídica, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, a mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 165 da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora ELENICE DE CARLI FORNARI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 101940-00.

Art. 2º Designar as servidoras abaixo relacionadas para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - secretária: ANEMARIE RECH, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III - vogais:

a) BRUNA HELOISA ZANFERARI, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

b) ELENICE CORDEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de Secretária Escolar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 198/2012, de 23 de Novembro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 198/2012, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei nº 1.874, de 2 de dezembro de 1983 e alteração e no Decreto nº 2.040, de 14 de dezembro de 1983 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Transferir a senhora NELLY PAULY GIULIATO, do Ponto de Táxi nº 10, localizado na Rua Oreste Farina, em frente à edificação nº 18, para operar com o serviço de táxi no Ponto de Táxi nº 21, localizado na Rua Dinamarca, em frente à edificação nº 31, Loteamento Santo Ângelo II - Bairro das Nações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial
SRP Nº 118/2012 - PMC
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 118/2012- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2013, de combustíveis para a frota de máquinas e veículos da Administração Pública Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 17/12/2012.

Abertura: dia 18/12/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 30 de novembro de 2012.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Editais de Processo Seletivo Público Nº 5/2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 5/2012

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso de suas atribuições legais, torna público o Primeiro Adendo aos Editais de Processos Seletivos Públicos nºs. 1/2012, 2/2012 e 3/2012, de 9 de novembro de 2012.

Fica alterada para 18 de janeiro de 2013 a data para escolha das vagas de que tratam os Editais de Processos Seletivos Públicos nºs. 1/2012, 2/2012 e 3/2012, de 9 de novembro de 2012.

O local e os horários de escolha das vagas, previstos nos itens 6.1 dos respectivos Editais, permanecem inalterados.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 20 dias do mês de novembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Editais de Processo Seletivo Público Nº 6/2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 6/2012

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso de suas atribuições legais, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 4/2012, de 9 de novembro de 2012.

Fica alterada para 16 de janeiro de 2013 a data para escolha das vagas de que trata o Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 4/2012, de 9 de novembro de 2012.

O local e os horários de escolha das vagas, previstos no item 6.1 do respectivo Edital, permanecem inalterados.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 20 dias do mês de novembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 43/2012 - PMC

MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2012 - PMC

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, torna público que ratificou o ato da Senhora Maira Cristiane Giulato, Encarregada de Seção, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de interpretes de Papai Noel, para o Sonho de Natal, a favor de: ARIBERT MALETZKI, no valor total de R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais); e CLEIMAR JOSE FANTIN, no valor total de R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais)

Concórdia, SC, 30 de novembro de 2012.

JOSÉ ANTONIO SARETTA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Extrato do Convênio Nº 8/2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 8/2012

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONCÓRDIA - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, representada pelo seu Diretor-Presidente, senhor LEOCERGIO SARTURI.

OBJETO: Conjunção de esforços, para incentivo e difusão do turismo de eventos, no sentido de reforçar a condição do Município como polo regional de compras e negócios, mediante a realização da "FEMIX 2012".

VALOR: R\$ 30.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2012, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 13 de novembro de 2012.

Extrato do Edital de Contribuição de Melhoria Nº 14/2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 14/2012

JOÃO GIRARDI, Prefeito Municipal de Concórdia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 130 e seguintes da Lei Municipal nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Concórdia baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DAS OBRAS, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário, dos valores despendidos nas obras de meio-fio, pavimentação, contenção e/ou drenagem pluvial, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Concórdia, conforme serviços, custo total e valorização dos lotes, constantes no quadro a seguir:

RUA	SERVIÇOS	Custo Total - R\$	Valorização dos Lotes - R\$
Rua "D" do Distrito de Santo Antônio	MF/PAV ASF/DR/CONT	122.208,75	63.647,16
TOTAL		122.208,75	63.647,16

MF - meio-fio;
PAV ASF - pavimentação asfáltica;
DR - drenagem pluvial;
CONT - contenção (muros).

O valor a ser absorvido pelos beneficiados será correspondente ao total da valorização e o presente Edital poderá ser impugnado no prazo de até 30 (trinta) dias desta publicação.

A íntegra do presente Edital e demais informações podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 13 dias do mês de novembro de 2012.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

Extrato do Edital de Contribuição de Melhoria Nº 9/2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 9/2012

JOÃO GIRARDI, Prefeito Municipal de Concórdia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 130 e seguintes da Lei Municipal nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Concórdia baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DAS OBRAS, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário, dos valores despendidos nas obras de meio-fio, pavimentação, contenção e/ou drenagem pluvial, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Concórdia, conforme serviços, custo total e valorização dos lotes, constantes no quadro a seguir:

RUA	SERVIÇOS	Custo Total - R\$	Valorização dos Lotes - R\$
Rua Orozimbo Furlan	MF/PAV ASF/DR/CONT	179.295,81	77.001,62
TOTAL		179.295,81	77.001,62

MF - meio-fio;
PAV ASF - pavimentação asfáltica;
DR - drenagem pluvial;
CONT - contenção (muros).

O valor a ser absorvido pelos beneficiados será correspondente ao total da valorização e o presente Edital poderá ser impugnado no prazo de até 30 (trinta) dias desta publicação.

A íntegra do presente Edital e demais informações podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 23 dias do mês de julho de 2012.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Rescisão do Convênio Nº 101/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO Nº 101/2011

ESPÉCIE: Rescisão do Convênio nº 101/2011, celebrado em 30 de setembro de 2011, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, em exercício, senhor NEURI ANTONIO SANTHIER e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BAIRRO CINQUENTENÁRIO, inscrita no CNPJ sob nº 80.630.981/0001-90, com sede no Bairro Cinquentenário, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, em exercício, senhor LADI GRANDO.

DATA DA ASSINATURA: 12 de novembro de 2012.

Coronel Martins**PREFEITURA****Decreto Nº 175/2012 de 27 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 175/2012 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela Lei Nº 589/2012 Dispõe sobre Anulação e Suplementação de Dotações Orçamentárias, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 376.643,33.000,00 (Trezentos e setenta e seis mil seiscientos e quarenta e três reais e trinta e seis centavos), no orçamento de 2012 da Prefeitura Municipal de Coronel Martins nas seguintes programações de despesas:

04.01 SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE				
12.361.0031.2.026 MANUTIVIDADES DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Categoria	Descrição		Fonte	Valor
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas		01.0001	R\$ 80.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas		01.0019	R\$ 85.443,33
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				R\$ 165.443,33

04.01 SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE				
12.365.0033.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL				
Categoria	Descrição		Fonte	Valor
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas		01.0001	R\$ 94.150,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				R\$ 94.150,00

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICO				
15.451.0036.1.032 OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA				
Categoria	Descrição		Fonte	Valor
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas		01.0000	R\$ 27.050,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				R\$ 27.050,00

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICO				
26.782.0039.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RODOVIARIAS				
Categoria	Descrição		Fonte	Valor
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas		01.0000	R\$ 90.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				R\$ 90.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro, serão anulados recursos da mesma ordem, das seguintes dotações e programações de despesas, da Prefeitura Municipal de Coronel Martins, do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo da Infância e Adolescência:

03.01 SECRETARIAS MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				
Categoria	Descrição		Fonte	Valor
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas		01.0000	R\$ 60.000,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0000	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0000	4.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 84.000,00

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
12.361.0031.2.026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0019	32.230,75
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 32.230,75

04.01 SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
12.361.0032.2.027 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0001	R\$ 6.100,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0019	R\$ 53.212,58
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 59.312,58

04.01 SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
12.365.0033.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0001	R\$ 15.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 15.000,00

04.02 SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
13.392.0013.2.030 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0000	R\$ 600,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 600,00

04.02 SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
27.812.0028.1.048 CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE MÚLTIPLO USO

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0000	R\$ 10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 10.000,00

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0000	R\$ 5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 5.000,00

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0000	R\$ 50.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	03.0000	R\$ 4.090,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 54.090,00

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0016.2.034 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0000	R\$ 5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 5.000,00

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.0040.1.045 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0000	R\$ 3.300,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 3.300,00

06.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0000	R\$ 5.680,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 5.680,00

14.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.482.0017.1.035 CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0000	R\$ 4.480,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 4.480,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0050.1.013 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0002	R\$ 24.500,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 24.500,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0051.2.014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.71.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	01.0002	R\$ 7.850,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0002	R\$ 45.600,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 53.450,00

12.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA

08.243.0047.2.011 MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUN. DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0000	R\$ 20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 20.000,00

Art. 3º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no orçamento de 2012 da Câmara Municipal de Vereadores, com a seguinte programação de despesa:

01.01 PROCESSO LEGISLATIVO/CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PROJ./ATIV. 2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0000	R\$ 30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 30.000,00

Art. 4º Para satisfazer a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) de anulação de dotação orçamentária das seguintes programações de despesas:

01.01 PROCESSO LEGISLATIVO/CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
PROJ./ATIV. 1.053 AQUISIÇÃO DE VEICULO				
Categoria	Descrição		Fonte	Valor
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas		01.0000	R\$ 30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				R\$ 30.000,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 27 de Novembro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIRO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 176 de 29 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº. 176 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal ocupante de seu Cargo Auxiliar de Serviços Gerais enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 30 de novembro de 2012.

NOME	CARGO
Cleverson Dorneles Correia	Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 29 de Novembro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2012 NÚMERO CONTRATO: 123/2012

VALOR: R\$ 27.104,60 (vinte e sete mil, cento e quatro reais e sessenta centavos)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/11/2012 .

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a contratação

de empresa para execução de serviço bem como fornecimento de material para execução de entrada de energia elétrica no Estádio Municipal Rubro Oeste, situado na Rua Clevelandia, na sede do município de Coronel Martins, e execução de entrada de energia elétrica junto a Creche Municipal, localizada na Rua Aires, conforme projetos de engenharia anexos ao Edital.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 11.354.002/0001-03

CONTRATADA: EDMAR DA SILVA ME

DATA VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2012.

Errata da Portaria Nº. 123, de 29 de Outubro de 2012.

ERRATA DA PORTARIA Nº. 123, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012.

A presente Errata consiste na Alteração no teor do art. 1º da Portaria nº. 123 de 29 de outubro de 2012, a qual possui erro no período de referência indevido, onde lê-se:

Nome	Cargo	Referência
Adilson Santetti	Motorista	15 dias /2006 á 2009 15 dias /2009 á 2012

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 03 de dezembro á 01 de janeiro de 2013.

Leia-se:

Nome	Cargo	Referência
Adilson Santetti	Motorista	15 dias /2006 á 2009

01- Pelo período de 15 (quinze) dias, com gozo a partir do dia 03 de dezembro á 17 de dezembro de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 28 de novembro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº 516/12 - Autoriza a Interdição Parcial da Rua Padre Vicente, Para a Realização do Evento Social, "Chegada do Papai Noel".

DECRETO Nº 516/12

AUTORIZA A INTERDIÇÃO PARCIAL DA RUA PADRE VICENTE, PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO SOCIAL, "CHEGADA DO PAPAÍ NOEL".

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

CONSIDERANDO que, no dia 01 de dezembro de 2012, das 08 às 12 horas, a Anadon Informática Ltda Me, estará promovendo o evento social, "chegada do Papai Noel" em frente à escola.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a interdição parcial ao tráfego de veículos (meia pista), na Rua Padre Vicente, em frente ao imóvel nº 91, no dia 01 de dezembro de 2012, das 08 às 12 horas, para a realização do evento social, "chegada do Papai Noel".

Art. 2º - A responsabilidade Cível e Criminal do evento será da Anadon Informática Ltda Me, organizadora do evento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
27 de novembro de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal De Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Errata - CMDCA**ERRATA**

O Município de Corupá apresenta errata do Edital de Convocação nº 002/2012 - CMDCA - CORUPÁ/SC, publicado no Diário Oficial dos municípios de Santa Catarina, edição nº 1129, de 30 de novembro de 2012.

Onde se lê: "a) Publicação do Edital de Convocação e Regulamento: 30/12/2012 a 03/02/2013."

Leia-se: "a) Publicação do Edital de Convocação e Regulamento: 30/11/2012 a 03/02/2013."

Onde se lê: "Corupá (SC), 30 de novembro de 2013."

Leia-se: "Corupá (SC), 30 de novembro de 2012."

MARISA KÜHL JUDACHEWSKY
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Ermo**PREFEITURA****Portaria Nº. 139, de 30 de Novembro de 2012.**

PORTARIA Nº. 139, de 30 de novembro de 2012.

Faz Exoneração de Servidor de Cargo Permanente que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 41, inciso I e Art. 42, inciso I, da Lei nº 038, de 04 de Novembro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor DANIEL LESSA PEREIRA, do cargo da Categoria Funcional de VIGIA, do quadro de pessoal Permanente do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria 064/2011, de 28 de março de 2011, a partir de 30 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 30 de novembro de 2012.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº. 140, de 30 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº. 140, de 30 de novembro de 2012.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor RENALDO INÁCIO, do cargo de SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Nível DASU-3, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria Nº 080, de 04 de julho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 30 de novembro de 2012.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº. 141, de 30 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº. 141, de 30 de novembro de 2012.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor IVAN DE LAVECHIA DE VARGAS, do cargo de SECRETÁRIO DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, Nível DASU-3, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria Nº 053, de 16 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 30 de novembro de 2012.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº. 142, de 30 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº. 142, de 30 de novembro de 2012.

Dispõe sobre a Exoneração de Servidor Ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ADEVALDO IGNÉSI, do cargo em comissão de CHEFE DIVISÃO DE OBRAS, Nível DASU 1, nomeado pela Portaria nº 128, de 03 de outubro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 30 de novembro de 2012.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Forquilha

PREFEITURA

Edital de Chamamento Público Nº. 27/FMS/2012

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 27/FMS/2012

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo o chamamento para credenciamento e habilitação de interessados sediados nesta municipalidade com objetivo de prestar de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial básica (eletivo), por meio de exames laboratoriais, no conjunto de procedimentos dos grupos da Tabela unificada do SUS. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha/SC.

Os interessados deverão credenciar-se junto a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha cito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, a partir de 05/12/2012 a 30/11/2013. prazo de credenciamento será de 12 (doze) meses, a partir de 02/01/2013.

Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 30 de novembro de 2012.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

Edital de Chamamento Público Nº. 28/FMS/2012

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 28/FMS/2012

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, através do FUNDO

MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo o chamamento para credenciamento e habilitação de interessados sediados nesta municipalidade com objetivo de prestar de serviços de assistência à saúde, por meio de exames de média e alta complexidade, nos procedimentos de diagnóstico por imagem, englobados na Tabela unificada do SUS. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha/SC, para o exercício de 2013.

Os interessados deverão credenciar-se junto a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha sito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, a partir de 05/12/2012 a 30/11/2013.

Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 30 de novembro de 2012.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

Edital de Chamamento Público Nº. 29/FMS/2012

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 29/FMS/2012

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo o chamamento para credenciamento e habilitação de interessados sediados nesta municipalidade com objetivo de prestar de serviços de assistência à saúde, por meio de consultas de especialidades. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2013.

Os interessados deverão credenciar-se junto a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha sito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, a partir de 05/12/2012 a 30/11/2013.

Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 30 de novembro de 2012.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0326/2012

DECRETO Nº 0326, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 45.655,14 (quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
07.01 - Educação Geral
12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0316 (308) R\$ 45.655,14

Total R\$ 45.655,14

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721359903 - Transferência de Recursos do FNDE - Apoio a Creches R\$ 45.655,14

Total R\$ 45.655,14

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 30 DE NOVEMBRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2270/2012

PORTARIA N.º 2.270, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e suas alterações posteriores; em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de março de 2012 e contrato administrativo;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a agente de serviços gerais MARCIA VELOSO DE LINHARES, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CÉLIA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.040.819-01, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de dezembro de 2012 à 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de novembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2271/2012

PORTARIA N.º 2.271, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e suas alterações posteriores; em conformidade com o Edital n.º 0029 de 29 de outubro de 2011 e contrato administrativo;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a servidora SIRLEI APARECIDA DE ALMEIDA, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELA MARIA DIAS GATTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 029.597.979-81, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de dezembro de 2012 à 21 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de novembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

Pregão Presencial Nº 0004/2012

O Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Pre-sencial nº 0004/2012 - CMF. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA A NOVA SEDE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE FRAIBURGO 2. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL. 3. CRE-DENCIAMENTO: a partir das 14h00min horas do dia 17 de dezembro de 2012, na sede da Câmara Municipal situada a Rua Arnoldo Frey, nº 179, Centro, Fraiburgo/SC. 4. ABER-TURA: às 14h15min horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível através do e-mail cmfraiburgo@hbinfo.com.br ou no Departamento de Licitações da Câmara Municipal, no horário das 13h30min às 17h30min. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3246-2764.

Fraiburgo/SC, 29 de novembro de 2012.
PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

PEGAS 
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Suspensão Pr90/2012

AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2012

O Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados que suspendeu "sine die" o edital de Pregão Presencial nº 90/2012, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM em 14/11/2012, que tem por objeto o Registro de preço para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no suprimento de Fraldas Descartáveis para as Unidades de saúde do Município. O referido edital foi suspenso para que se promovam as correções necessárias, visando o atendimento do interesse público da contratação.

Garopaba, 30 de novembro de 2012
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Extrato Contrato Nº 74/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 74/2012 Processo nº 192/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Cequipel Indústria de Móveis e Comércio de Equipamentos Gerais Ltda.; CNPJ: 00.325.400/0007-62; Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de mobiliário escolar da educação básica de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 23/2011 do FNDE; Valor: R\$ 38.126,00 (Trinta e Oito Mil, Cento e Vinte e Seis Reais);

Data da Assinatura: 05/11/2012.

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Alteração de Data Propostas TP PMG Nº 032/2012

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS
TP PMG Nº 032/2012

Devido a novo despacho do senhor Prefeito, de 29/11/2012, solicitando a alteração da data de abertura das propostas referentes à Tomada de Preços acima citada, cujo objeto é a Contratação de Empresa especializada em serviços de Engenharia Sanitária, para a execução do transbordo, transporte e destinação final em Aterro Sanitário Licenciado, de resíduos sólidos compactáveis domiciliares e comerciais, produzidos no Município de Garuva, de acordo com o Memorial descritivo anexo, o Presidente da Comissão comunica que a abertura dos envelopes das propostas, será no dia 10/12/2012 às 09:00h.

Garuva, 30 de novembro de 2012.
IVANDRO SÉRGIO LOPES
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.255, de 27 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 5.255, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, os membros abaixo indicados, para integrar a diretoria do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

Presidente	Vice – Presidente
Andressa Donegá – Representante da OAB	Camila Schreiber – Representante da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 27 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto Nº 5.256, de 28 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 5.256, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DA ÁREA NÃO-GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE GASPAR – CMDIG.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, os membros abaixo indicados, para integrar o CMDIG – Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Gaspar, conforme segue:

ENTIDADE	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Grupo de Idosos de Gaspar	Titular: Bertolina Fachini	Titular: Maria de Lourdes Silveira
	Suplente: Lizete Schmitt Berti	Suplente: João Carlos Rafael
Grupo de Idosos de Gaspar	Titular: Jamir da Silva	Titular: Jamir da Silva
	Suplente: Terezinha Medeiros	Suplente: Lizete Schmitt Berti

Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Suplente: Eulina Nicoletti	Suplente: Erica Boing Walmling
------------------------------------	----------------------------	--------------------------------

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 28 de novembro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº 2.922, de 28 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 2.922, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.
COLOCA À DISPOSIÇÃO NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE GASPAR, O SERVIDOR MAX ELOI DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor MAX ELOI DA SILVA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Médico Clínico Geral, lotada com 10 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, à disposição, com 04 horas semanais para atendimento, a serem cumpridos nas quartas e sextas-feiras, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de novembro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 2.923, de 28 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 2.923, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.
REVOGA A PORTARIA Nº 1.778/2009, QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE A SERVIDORA MARIA DALCI BERTI HOSTINS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1.778, de 30 de janeiro de 2009, que colocou à disposição na Secretaria Municipal de Saúde a servidora MARIA DALCI BERTI HOSTINS, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, devendo a servidora retornar a sua lotação de origem a partir de 28 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de novembro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Aviso do Pregão Presencial Nº 173/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso do Pregão Presencial nº 173/2012
O OBJETO é Aquisição de colchões infantis para CDIs do Município de Gaspar. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos

de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 13/12/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 13/12/2012 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 27/11/2012
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 177/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso do Pregão Presencial nº 177/2012
O OBJETO é Aquisição de materiais escolares para doação. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 14/12/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 14/12/2012 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 30/11/2012
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato de Dispensa de Licitação 7/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR
Extrato de Dispensa de Licitação
Processo: 7/2012

Objeto: Aquisição de medicamento Lucentis 10 mg/ml, em caráter de urgência conforme decisão judicial dos autos nº 025.12.500421-9, para usuária Dolores Maria Custódio. Contratado: 07.015.691/0002-27 (4 BIO MEDICAMENTOS LTDA). Valor Total Julgado: R\$ 9.075,00 (nove mil e setenta e cinco reais Base legal: artigo 24, inciso IV da Lei 8.666/93)

Gaspar (SC), 8 de Outubro de 2012.
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN
Gestora do FMS

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Contrato

CÂMARA MUNICIPAL GASPAR
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 004/2012
Origem: Presidência da Câmara Municipal de Gaspar
Contratado: Gilson da Silva

Objeto: prestação de serviço de cessão pelo uso, atualização e instalação nas escolas, relativo ao software de votação eletrônica a ser utilizado nas eleições do Programa Vereador Mirim.
Valor: R\$ 1.500,00
Dotação: Ação 2.200016 - Eleições do Programa Vereador Mirim
Prazo: 60 dias.

Data: 12/11/2012.

SAMAE**Extrato do Aditivo do Contrato Nº 31/2011 - SAMAE**
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2012

Número do contrato: 31/2011 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de Prorrogação)

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Número da Licitação: 45/2011 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ do contratado: 01.657.361/0001-78.

Objeto: Serviços de vigilância humana patrimonial para a ETA IV - Bateias.

Valor acrescido: R\$ 77.608,08 (setenta e sete mil seiscentos e oito reais e oito centavos).

Gaspar (SC), em 29 de novembro de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Herval d'Oeste**PREFEITURA****Portaria Nº 1117/2012**

PORTARIA Nº 1117/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora GEISA TROMBETTA BERNARDI (Matr. 2558), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "C", 40 horas semanais, para responder pela "Presença Escolar Operadora Máster", a partir de 20 de agosto de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1118/2012

PORTARIA Nº 1118/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ALICE VANAZZI (Matr. 2752), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "A", Anexo V da LC Nº.

280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a partir de 30 de novembro de 2012 a 11 de dezembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****Decreto Nº 2425/12**

DECRETO N.º 2.425, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

"INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE, EM TURNO ÚNICO, PARA ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL."

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de medidas efetivas para equilibrar a receita e a despesa municipal para atender a Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO que a medida trará ao município uma efetiva economia de consumo de água, energia elétrica e demais despesas decorrentes de um expediente mais prolongado;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído turno único contínuo de 06 (seis) horas diárias na Secretaria da Saúde e na Secretaria da Educação, a ser cumprido no período compreendido entre às 07:00 horas e às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira.

§ 1º. O turno único de que trata o caput deste artigo vigorará a partir de 10 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, para a Secretaria da Saúde.

§ 2º. Para a Secretaria da Educação, o turno único de que trata o caput deste artigo vigorará a partir de 17 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

§ 3º. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, devidamente justificadas.

§ 4º. O pagamento ou a compensação de horas extras, em qualquer dos casos, somente se dará após a 8ª (oitava) hora diária, respeitando o limite máximo de 02 (duas) horas por jornada.

§ 5º. Não será permitida jornada ininterrupta na hipótese de prestação de sobrejornada.

Art. 3º. O turno único instituído por este Decreto aplica-se para os servidores com jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. Para os servidores com jornada de trabalho

inferior a 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária será cumprida na sua integralidade, não admitindo-se redução de horário.

Art. 4º. Fica instituído ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 31 de dezembro de 2012.

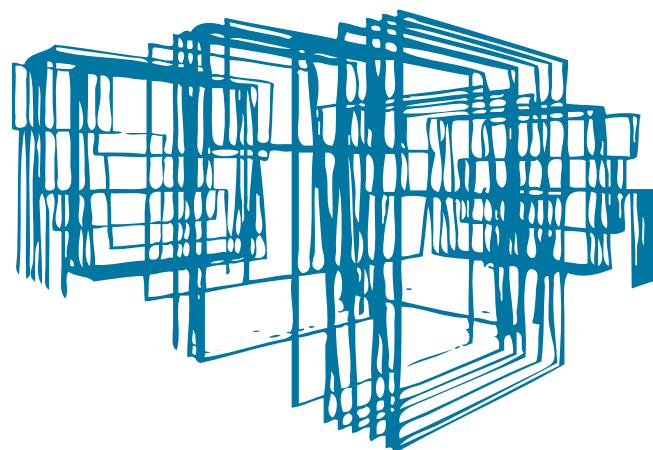
Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10 de dezembro de 2012.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012.
NELSON MARIO GRASSI
Prefeito Municipal

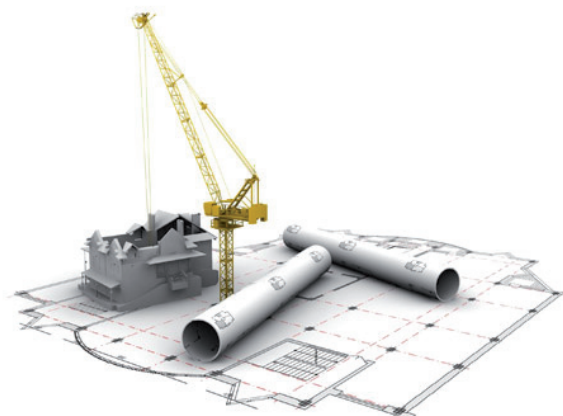
Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec. da Adm. e da Fazenda



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Imbituba

PREFEITURA

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM Imbituba - Edital 1366/2012 a 1369/2012



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria Municipal de Trânsito – DMUTRAN

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA

Edital 1366/2012 a 1369/2012

Carlos Fernando Demétrio
Diretor Municipal de Trânsito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1366/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADN4296	55491987D	5010/0	12/10/2012	162 * I
ADN4296	55491988D	6556/1	12/10/2012	230 * I
ALH5481	55793221D	5010/0	21/10/2012	162 * I
ALH5481	55793222D	6912/0	21/10/2012	232
CBW0949	55052265D	5169/1	28/10/2012	165
HXB9097	55793345D	6920/0	18/10/2012	233
LXZ4828	54108396D	6599/2	08/11/2012	230 * V
LYF5542	55793350D	6920/0	24/10/2012	233
LYT3466	55793818D	6599/2	30/10/2012	230 * V
LYW8730	55052266D	6610/2	28/10/2012	230 * VII
LZI2018	55793540D	6599/2	09/10/2012	230 * V
LZI2018	55793541D	5010/0	09/10/2012	162 * I
MBU9721	55679886C	6599/2	02/11/2012	230 * V
MCW2334	55492113D	5010/0	03/11/2012	162 * I
MCW2334	55492113D	6912/0	03/11/2012	232
MCW2334	55492114D	5061/0	03/11/2012	163 c/c 162 * I
MCX9599	55793415D	6920/0	06/11/2012	233
MDM2863	55793613D	5010/0	16/10/2012	162 * I
MDM2863	55793613D	6912/0	16/10/2012	232
MDM2863	55793614D	5061/0	16/10/2012	163 c/c 162 * I
MDM2863	55793614D	6556/1	16/10/2012	230 * I
MDP1334	55793114D	5010/0	13/10/2012	162 * I
MDP1334	55793115D	6599/2	13/10/2012	230 * V
MED4265	55793953D	5010/0	06/11/2012	162 * I
MFB2057	55491259D	5274/3	25/09/2012	175
MFB2057	55491260D	6610/2	25/09/2012	230 * VII
MFE8235	55492369D	5010/0	28/10/2012	162 * I
MFE8235	55492369D	6599/2	28/10/2012	230 * V
MGN0898	54108397D	6599/2	08/11/2012	230 * V
MHO2384	55491995D	6599/2	03/11/2012	230 * V
MHY5885	55793544D	5274/1	12/10/2012	175
MIC8461	55491994D	6637/2	30/10/2012	230 * IX
MIL6393	55491882D	5045/0	29/10/2012	162 * V
MIL6393	55491885D	6599/2	29/10/2012	230 * V
MIN9747	55491992D	6599/2	27/10/2012	230 * V
MIQ7157	55492032D	6599/2	06/10/2012	230 * V
MJC0772	55793851D	6599/2	17/10/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1367/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ESK2006	55793757D	5541/1	12/10/2012	181 * XVII
MCK9315	55793862D	5835/0	06/11/2012	195
MCK9315	55793863D	5207/0	06/11/2012	169
MED4265	55793861D	5207/0	06/11/2012	169
MFD0908	55793557D	6076/0	04/10/2012	210
MGA3457	55793628D	5835/0	31/10/2012	195
MIG7717	55793783D	5550/0	02/11/2012	181 * XVIII
MIQ7157	55492030D	5541/4	06/10/2012	181 * XVII
MIU5274	55793858D	5835/0	03/11/2012	195
MIU5274	55793859D	5207/0	03/11/2012	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1368/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAT6626	55273092C	5010/0	02/01/2011	R\$ 574,61	162 * I
AAT6626	55847864C	6726/1	02/01/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
AAT6626	55847865C	6610/2	02/01/2011	R\$ 127,69	230 * VII
ABE7709	55848720C	5045/0	28/12/2010	R\$ 191,53	162 * V
ABV8491	55848132C	6920/0	05/04/2011	R\$ 127,69	233
ACG3424	55052061D	6599/2	09/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
ACW9432	55051836D	6920/0	28/11/2011	R\$ 127,69	233
ADA3315	54108257D	5169/1	15/05/2011	R\$ 957,69	165
ADA3315	54108257D	6556/5	15/05/2011	R\$ 191,53	230 * I
ADA3315	54108257D	6599/2	15/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
ADU8368	55490289D	6580/0	04/03/2012	R\$ 191,53	230 * IV
ADU8368	55490290D	5010/0	04/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
ADU8368	55490291D	6599/2	04/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
ADU8368	55490292D	6610/2	04/03/2012	R\$ 127,69	230 * VII
ADU8368	55490294D	6637/1	04/03/2012	R\$ 127,69	230 * IX
AEP9050	55847972C	6920/0	25/11/2010	R\$ 127,69	233
AEQ8219	54108561D	6912/0	26/06/2011	R\$ 53,20	232
AEQ8219	54109650D	6920/0	13/06/2011	R\$ 127,69	233
AFT3736	55848117C	6920/0	23/03/2011	R\$ 127,69	233
AFZ3797	55679181C	6920/0	05/10/2010	R\$ 127,69	233
AGA2009	54108082D	6599/2	25/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
AGC3987	55848079C	6920/0	16/02/2011	R\$ 127,69	233
AGM1559	55492181D	6920/0	13/06/2012	R\$ 127,69	233
AGP2565	55492151D	6920/0	24/05/2012	R\$ 127,69	233
AHE8931	55846500C	6769/3	07/07/2010	R\$ 85,12	230 * XXII
AHQ6428	55271911C	6920/0	11/12/2009	R\$ 127,69	233
AIE8954	55052179D	6599/2	08/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
AIM9828	55848030C	6920/0	05/01/2011	R\$ 127,69	233
AIV2984	54110007D	6599/2	07/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
AIV2984	54110008D	5045/0	07/07/2011	R\$ 191,53	162 * V
AIV2984	54110009D	6769/2	07/07/2011	R\$ 85,12	230 * XXII
AJA9720	54109683D	6920/0	08/07/2011	R\$ 127,69	233
AJH4836	55051757D	6920/0	21/10/2011	R\$ 127,69	233
AJU7990	55490509D	6599/2	01/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
AJX2533	55848131C	6920/0	05/04/2011	R\$ 127,69	233
AKE6430	54109475D	6637/2	08/01/2012	R\$ 127,69	230 * IX
AKG3191	55679388C	5010/0	21/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
AKG3191	55679979C	5010/0	19/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
AKH8122	54107663D	5274/2	21/04/2011	R\$ 191,53	175



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

AKO0591	55051777D	6920/0	01/11/2011	R\$ 127,69	233
AKZ5388	55492167D	6920/0	04/06/2012	R\$ 127,69	233
ALR5708	55679040C	6920/0	09/06/2010	R\$ 127,69	233
ALX9290	55679048C	6920/0	15/06/2010	R\$ 127,69	233
AMF0778	55051961D	6920/0	24/02/2012	R\$ 127,69	233
AMQ5692	55491951D	5274/3	01/05/2012	R\$ 191,53	175
AOE7471	55490950D	6920/0	22/05/2012	R\$ 127,69	233
ARQ4142	55492011D	6599/2	10/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
ARQ4142	55492176D	6920/0	11/06/2012	R\$ 127,69	233
BFB5912	55848033C	6920/0	07/01/2011	R\$ 127,69	233
BIA5644	54109832D	6920/0	28/09/2011	R\$ 127,69	233
BIH2677	55490834D	5010/0	18/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
BIH2677	55490834D	6599/2	18/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
BIH2677	55490835D	6556/5	18/04/2012	R\$ 191,53	230 * I
BKO1066	55846647C	6599/2	03/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
BLA2725	55051953D	6920/0	02/02/2012	R\$ 127,69	233
BNM3032	55271838C	6920/0	02/10/2009	R\$ 127,69	233
BNR2566	55847158C	6599/2	30/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
BNU7534	55491832D	6599/2	11/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
BNZ7010	55848113C	6920/0	23/03/2011	R\$ 127,69	233
BQH7729	55271963C	6920/0	25/01/2010	R\$ 127,69	233
BSE8741	54109108D	6599/2	09/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
BSF8482	55490943D	6920/0	18/05/2012	R\$ 127,69	233
BSI9788	55848070C	6920/0	04/02/2011	R\$ 127,69	233
BVH3744	54660513C	6726/1	27/12/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
BYG2636	54109506D	6599/2	09/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
BZM7797	54109546D	6637/1	15/10/2011	R\$ 127,69	230 * IX
BZM7797	54109547D	6637/2	15/10/2011	R\$ 127,69	230 * IX
BZM7797	54109548D	5274/1	15/10/2011	R\$ 191,53	175
BZM7797	54109549D	6912/0	15/10/2011	R\$ 53,20	232
BZM7797	54109744D	6920/0	11/08/2011	R\$ 127,69	233
BZM7797	54109976D	5010/0	11/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
BZM7797	54109977D	5061/0	11/08/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
BZM7797	54658031C	5010/0	06/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
BZQ7889	54109840D	6920/0	10/10/2011	R\$ 127,69	233
CAM7245	55271811C	6920/0	16/09/2009	R\$ 127,69	233
CBQ2575	55848142C	6920/0	19/04/2011	R\$ 127,69	233
CCD2202	55492193D	6920/0	26/06/2012	R\$ 127,69	233
CCD2202	55846928C	5045/0	28/02/2011	R\$ 191,53	162 * V
CCD2202	55846929C	6637/1	28/02/2011	R\$ 127,69	230 * IX
CDM8438	55679869C	5010/0	01/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
CEL1363	55271882C	6920/0	10/11/2009	R\$ 127,69	233
CEL1363	55271962C	6920/0	20/01/2010	R\$ 127,69	233
CHT3736	55051987D	6920/0	02/04/2012	R\$ 127,69	233
CIP6868	54109719D	6920/0	27/07/2011	R\$ 127,69	233
CIV7766	55051972D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
CJB2004	55490925D	6920/0	10/05/2012	R\$ 127,69	233
CJD8585	55679134C	6920/0	30/08/2010	R\$ 127,69	233
CJD8585	55793022D	5274/1	04/07/2012	R\$ 191,53	175
CJT2497	55490922D	6920/0	10/05/2012	R\$ 127,69	233
CJV0826	55490200D	5010/0	06/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
CJV0826	55492453D	6610/2	06/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
CKA0077	54109822D	6920/0	20/09/2011	R\$ 127,69	233
CKB6249	54656097C	6548/2	17/02/2010	R\$ 85,12	229
CKB6249	55679752C	6599/2	06/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
CMC9901	55274270C	6610/2	06/11/2010	R\$ 127,69	230 * VII
CMC9901	55274275C	5274/3	06/11/2010	R\$ 191,53	175
CMU4036	54108210D	6599/2	05/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
CMU4036	54109792D	6920/0	06/09/2011	R\$ 127,69	233
CNX5677	55271994C	6920/0	12/02/2010	R\$ 127,69	233
COC4377	55271921C	6920/0	14/12/2009	R\$ 127,69	233
CQQ7715	55490163D	6912/0	08/04/2012	R\$ 53,20	232
CQT4460	55848008C	6920/0	29/12/2010	R\$ 127,69	233
CRB2825	55272773C	6599/2	30/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
CRK3009	55053994D	5169/1	08/02/2012	R\$ 957,69	165
CRK3009	55053995D	6912/0	08/02/2012	R\$ 53,20	232
CRK3009	55053996D	6556/1	08/02/2012	R\$ 191,53	230 * I
CRM4334	55848197C	6920/0	12/05/2011	R\$ 127,69	233
CSJ9858	55271995C	6920/0	19/02/2010	R\$ 127,69	233
CSN9047	54109347D	6912/0	09/11/2011	R\$ 53,20	232
CSN9047	54109348D	6599/2	09/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
CTO3993	55051834D	6920/0	25/11/2011	R\$ 127,69	233
CVO3530	55052201D	5274/2	06/11/2011	R\$ 191,53	175
CVO3530	55052202D	6610/2	06/11/2011	R\$ 127,69	230 * VII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

CVO3530	55679054C	6920/0	21/06/2010	R\$ 127,69	233
CVO3530	55848193C	6920/0	05/05/2011	R\$ 127,69	233
CYB5874	55492003D	6637/2	09/05/2012	R\$ 127,69	230 * IX
DAX3254	54109629D	6920/0	02/06/2011	R\$ 127,69	233
DAY9030	54107617D	6610/2	18/02/2011	R\$ 127,69	230 * VII
DAY9030	55490695D	6599/2	13/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
DAY9030	55490696D	5045/0	13/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
DAY9030	55847114C	6599/2	20/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
DEF6374	54109727D	6920/0	03/08/2011	R\$ 127,69	233
DEJ4520	55052564D	5045/0	09/09/2011	R\$ 191,53	162 * V
DFQ7021	54109705D	6920/0	20/07/2011	R\$ 127,69	233
DHI2531	55273998C	6599/2	10/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
DJF6587	55052069D	6700/1	10/11/2011	R\$ 127,69	230 * XVII
DJF6587	55052070D	6661/0	10/11/2011	R\$ 127,69	230 * XII
DJN5917	55271834C	6920/0	25/09/2009	R\$ 127,69	233
DMK2442	55051770D	6920/0	01/11/2011	R\$ 127,69	233
DNO4087	55848024C	6920/0	03/01/2011	R\$ 127,69	233
DTA4961	55490513D	6599/2	19/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
DTA4961	55490514D	5045/0	19/04/2012	R\$ 191,53	162 * V
DTY1513	54109555D	6599/2	07/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
DUF8568	55848002C	6920/0	29/12/2010	R\$ 127,69	233
DUM3779	55680113C	6599/2	27/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
DZE9340	54109604D	6920/0	13/05/2011	R\$ 127,69	233
EBF9828	55490909D	6920/0	07/05/2012	R\$ 127,69	233
EEW6023	55848094C	6920/0	04/03/2011	R\$ 127,69	233
EXE3903	54659529C	5010/0	26/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
EXE3903	54659531C	5061/0	26/03/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
EXE3903	55847308C	5010/0	12/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
GIL9191	55271919C	6920/0	11/12/2009	R\$ 127,69	233
GTW8346	55272401C	6599/2	16/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
HAE4868	55051863D	6920/0	14/12/2011	R\$ 127,69	233
HBH6921	55271958C	6920/0	15/01/2010	R\$ 127,69	233
HBH6921	55848048C	6920/0	18/01/2011	R\$ 127,69	233
HDM7852	55052598D	6556/5	10/10/2011	R\$ 191,53	230 * I
HOR0242	55847746C	6769/3	10/12/2010	R\$ 85,12	230 * XXII
HOR0469	54108293D	6599/2	07/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
HOR0469	54108294D	5010/0	07/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
HOW6765	55490503D	6599/2	20/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
HOW6765	55490504D	5045/0	20/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
HPA9769	55490864D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
HPG2115	55051947D	6920/0	08/02/2012	R\$ 127,69	233
HPP4714	54109673D	6920/0	28/06/2011	R\$ 127,69	233
HRY0106	55051880D	6920/0	29/12/2011	R\$ 127,69	233
HUI3334	54109672D	6920/0	28/06/2011	R\$ 127,69	233
HUM4283	54109187D	6599/2	17/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
HUP6596	54109835D	6920/0	05/10/2011	R\$ 127,69	233
HYP2151	55273212C	6769/3	19/12/2009	R\$ 85,12	230 * XXII
HZO8349	55678795C	6408/0	25/09/2011	R\$ 85,12	221
IBD5466	55273095C	6599/2	04/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
IBD5466	55847900C	5010/0	04/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
IBK2979	54656443C	5010/0	10/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
IBK2979	54656444C	6637/1	10/04/2010	R\$ 127,69	230 * IX
IBK2979	55679484C	5010/0	28/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
IBL0366	54660538C	6912/0	11/01/2012	R\$ 53,20	232
IBM6996	54109217D	5010/0	02/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
IBM6996	54109218D	6599/2	02/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
IBX4938	55492158D	6920/0	28/05/2012	R\$ 127,69	233
IBX9619	55679118C	6920/0	20/08/2010	R\$ 127,69	233
IBZ0811	55490858D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
ICC0460	55490346D	6599/2	21/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
IDD3850	55847984C	6920/0	02/12/2010	R\$ 127,69	233
IDQ7999	55490916D	6920/0	08/05/2012	R\$ 127,69	233
IEH1304	54109455D	5010/0	28/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
IEL9973	55490453D	6599/2	24/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
IEL9973	55490454D	6637/1	24/01/2012	R\$ 127,69	230 * IX
IEP5431	55491843D	6599/2	26/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
IES3251	55051776D	6920/0	01/11/2011	R\$ 127,69	233
IEU1413	55848093C	6920/0	09/03/2011	R\$ 127,69	233
IFY5257	55848022C	6920/0	29/12/2010	R\$ 127,69	233
IGC6605	55272678C	6599/2	11/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
IGH3821	54109842D	6920/0	04/10/2011	R\$ 127,69	233
IGH8209	55679155C	6920/0	17/09/2010	R\$ 127,69	233
IGJ6791	55492165D	6920/0	04/06/2012	R\$ 127,69	233
IGL5664	55490940D	6920/0	17/05/2012	R\$ 127,69	233



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

IGQ9245	55847965C	6920/0	11/11/2010	R\$ 127,69	233
IHC6745	55848109C	6920/0	22/03/2011	R\$ 127,69	233
IHD3271	55847941C	6556/1	24/01/2011	R\$ 191,53	230 * I
IHD3271	55847945C	6912/0	24/01/2011	R\$ 53,20	232
IHM4407	54109628D	6920/0	02/06/2011	R\$ 127,69	233
IHS8175	54110006D	6610/1	07/07/2011	R\$ 127,69	230 * VII
IHY8776	55679203C	5010/0	14/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
IID1227	54109324D	5010/0	22/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
IID5284	55846988C	5045/0	06/10/2010	R\$ 191,53	162 * V
IHH8507	54109622D	6920/0	30/05/2011	R\$ 127,69	233
IJG6750	55848177C	6920/0	28/04/2011	R\$ 127,69	233
IJJ1000	54657134C	6599/2	24/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
IJK8694	55271947C	6920/0	11/01/2010	R\$ 127,69	233
IJN8980	55051765D	6920/0	31/10/2011	R\$ 127,69	233
IJO2255	54659527C	5010/0	20/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
IJO2255	54659528C	6610/2	20/03/2012	R\$ 127,69	230 * VII
IJV8487	55679188C	6920/0	18/10/2010	R\$ 127,69	233
IKI9585	55848058C	6920/0	25/01/2011	R\$ 127,69	233
IKK5205	55846941C	6599/2	05/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
IKK5205	55846942C	5010/0	05/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
ILC0234	55053999D	6599/2	18/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
ILC0234	55054000D	6726/1	18/02/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
ILC1188	55052648D	6637/1	13/12/2011	R\$ 127,69	230 * IX
ILC1188	55052649D	5169/1	13/12/2011	R\$ 957,69	165
ILE4106	54109330D	6599/2	03/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
ILI5725	55679154C	6920/0	16/09/2010	R\$ 127,69	233
ILS3964	54657590C	6599/2	04/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
ILX5519	54109589D	5010/0	26/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
ILX5519	55490097D	5010/0	23/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
ILZ4021	55490687D	6599/2	07/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
ILZ4021	55490688D	6610/2	07/03/2012	R\$ 127,69	230 * VII
IME7200	55272344C	6599/2	30/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
IMP0391	55051899D	6920/0	12/01/2012	R\$ 127,69	233
IMP4792	55053769D	6912/0	13/01/2012	R\$ 53,20	232
IMR2109	55273318C	6599/2	21/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
IMT4726	55680140C	6556/1	27/08/2011	R\$ 191,53	230 * I
IMU3866	55051827D	6920/0	25/11/2011	R\$ 127,69	233
IMV4550	55053802D	6912/0	24/12/2011	R\$ 53,20	232
INB1641	55272001C	6920/0	02/03/2010	R\$ 127,69	233
INL6124	55848085C	6920/0	17/02/2011	R\$ 127,69	233
INT7198	54109665D	6920/0	21/06/2011	R\$ 127,69	233
INX7755	55679049C	6920/0	16/06/2010	R\$ 127,69	233
IOP8572	55793013D	6599/2	04/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
IOT2725	55052644D	5010/0	04/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
IVY3009	55051997D	6920/0	03/04/2012	R\$ 127,69	233
JEY4331	55679100C	6920/0	22/07/2010	R\$ 127,69	233
JFR4465	55273351C	5045/0	21/12/2009	R\$ 191,53	162 * V
JGD1899	55271844C	6920/0	05/10/2009	R\$ 127,69	233
JHA9000	55051896D	6920/0	11/01/2012	R\$ 127,69	233
JLY0227	55052245D	6599/2	28/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
JMU9770	55492159D	6920/0	28/05/2012	R\$ 127,69	233
JNR4663	55679172C	6920/0	05/10/2010	R\$ 127,69	233
JPF4393	55271973C	6920/0	04/02/2010	R\$ 127,69	233
JPJ0320	54109700D	6920/0	15/07/2011	R\$ 127,69	233
JPJ3777	55679125C	6920/0	23/08/2010	R\$ 127,69	233
JPL7079	54107728D	6599/2	14/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
JPL7079	54107730D	5045/0	14/03/2011	R\$ 191,53	162 * V
JPR5715	54109713D	6920/0	27/07/2011	R\$ 127,69	233
JRN1937	55051861D	6920/0	15/12/2011	R\$ 127,69	233
JTN1248	54107687D	6599/2	02/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
KDL1317	54108016D	5029/1	28/01/2011	R\$ 957,69	162 * II
KEC2485	55051979D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
KLP6215	55490874D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
KMF6488	55847180C	6599/2	18/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
KNS0692	55492156D	6920/0	28/05/2012	R\$ 127,69	233
KOO1616	55848940C	5010/0	20/01/2011	R\$ 574,61	162 * I
KOO1616	55848941C	6599/2	20/01/2011	R\$ 191,53	230 * V
KUC5271	55490921D	6920/0	09/05/2012	R\$ 127,69	233
LAP0834	54657569C	6912/0	25/09/2009	R\$ 53,20	232
LBN6139	55051912D	6920/0	20/01/2012	R\$ 127,69	233
LCA8686	55679467C	6700/1	25/05/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
LIY5611	55490854D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
LJQ5191	54109634D	6920/0	06/06/2011	R\$ 127,69	233
LNI6501	54657256C	6912/0	03/10/2011	R\$ 53,20	232



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

LNN0450	55271939C	6920/0	04/01/2010	R\$ 127,69	233
LNW6353	55490761D	7340/0	28/03/2012	R\$ 85,12	252 * IV
LOF7469	55848138C	6920/0	13/04/2011	R\$ 127,69	233
LQO0740	55492005D	6599/2	09/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LRD0109	55848172C	6920/0	25/04/2011	R\$ 127,69	233
LUV5215	55051780D	6920/0	01/11/2011	R\$ 127,69	233
LUV5215	55053039D	6556/5	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * I
LWR6700	55490920D	6920/0	09/05/2012	R\$ 127,69	233
LWR7526	55492190D	6920/0	21/06/2012	R\$ 127,69	233
LWS1920	55272947C	5010/0	11/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
LWS1920	55491441D	6599/2	27/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWS1920	55491442D	5010/0	27/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
LWS1920	55847967C	6920/0	12/11/2010	R\$ 127,69	233
LWT3315	55491572D	6599/2	18/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWT3315	55491573D	5010/0	18/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
LWT8763	55271916C	6920/0	11/12/2009	R\$ 127,69	233
LWU0274	55491414D	6556/1	21/04/2012	R\$ 191,53	230 * I
LWU0274	55491415D	6726/1	21/04/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
LWU3890	54109990D	5274/2	15/09/2011	R\$ 191,53	175
LWU3890	55847570C	6653/1	26/04/2011	R\$ 127,69	230 * XI
LWV5083	55271829C	6920/0	23/09/2009	R\$ 127,69	233
LWW3553	55659356C	6599/2	31/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
LWW4327	55271952C	6920/0	12/01/2010	R\$ 127,69	233
LWW5569	55051782D	6920/0	03/11/2011	R\$ 127,69	233
LWY0549	55271917C	6920/0	11/12/2009	R\$ 127,69	233
LWY0549	55273696C	5010/0	07/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
LWY0549	55273697C	5061/0	07/01/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LWZ0558	54657633C	6599/2	01/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
LWZ7640	55848045C	6920/0	14/01/2011	R\$ 127,69	233
LXA2297	54107853D	5010/0	26/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXA2297	54107855D	5118/0	26/03/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXA2297	54108297D	6599/2	14/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXA2297	54108298D	5010/0	14/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXA2297	55273984C	6556/1	19/04/2011	R\$ 191,53	230 * I
LXA6043	54107692D	6599/2	02/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXA6043	54107693D	5010/0	02/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXA6207	54108973D	6599/2	12/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXA6207	54108974D	5029/3	12/07/2011	R\$ 957,69	162 * II
LXA9370	55272995C	6599/2	03/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXB1356	54109733D	6920/0	10/08/2011	R\$ 127,69	233
LXB1656	54108916D	5010/0	19/01/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXB1656	54109525D	5010/0	14/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXB1656	54109526D	6556/1	14/08/2011	R\$ 191,53	230 * I
LXB1656	55271988C	6920/0	12/02/2010	R\$ 127,69	233
LXB4823	55847365C	5169/1	13/03/2011	R\$ 957,69	165
LXB4823	55847367C	6599/2	13/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXB5468	55490448D	6963/1	10/05/2012	R\$ 127,69	237
LXB6275	55272036C	6920/0	22/03/2010	R\$ 127,69	233
LXB9028	55490510D	6599/2	10/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXB9028	55490511D	5010/0	10/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXB9028	55490512D	5061/0	10/04/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LXC0694	55491381D	6637/2	30/08/2012	R\$ 127,69	230 * IX
LXC3004	54108268D	6599/2	18/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXD0039	54656425C	5045/0	17/12/2009	R\$ 191,53	162 * V
LXD0714	55679777C	6599/2	06/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXD0714	55679778C	5010/0	06/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXD9503	55846496C	6599/2	07/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXE1794	55491958D	6637/1	18/05/2012	R\$ 127,69	230 * IX
LXE1794	55848585C	6599/2	11/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXE1794	55848586C	5010/0	11/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXE1794	55848587C	5118/0	11/03/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXE4500	54108772D	6599/2	25/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXE4500	54108772D	6912/0	25/01/2012	R\$ 53,20	232
LXF6830	55051970D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
LXI6189	54108461D	5045/0	11/05/2011	R\$ 191,53	162 * V
LXI6189	54108462D	6599/2	11/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXJ4856	55659373C	6912/0	27/02/2010	R\$ 53,20	232
LXJ4864	55271851C	6920/0	16/10/2009	R\$ 127,69	233
LXJ5138	55678888C	5010/0	05/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXJ7578	55848062C	6920/0	26/01/2011	R\$ 127,69	233
LXJ9713	55848408C	6556/5	09/12/2010	R\$ 191,53	230 * I
LXL1752	55274253C	6599/2	10/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXN3647	54107807D	6599/2	24/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXN8570	55679905C	6726/1	19/09/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

LXN8570	55679906C	6769/1	19/09/2010	R\$ 85,12	230 * XXII
LXO0432	55847987C	6920/0	06/12/2010	R\$ 127,69	233
LXO7718	55492264D	5045/0	02/06/2012	R\$ 191,53	162 * V
LXO7718	55492264D	6599/2	02/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXO9499	55051828D	6920/0	29/11/2011	R\$ 127,69	233
LXP3375	55272836C	6599/2	12/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXQ5443	55053884D	7340/0	11/02/2012	R\$ 85,12	252 * IV
LXQ9729	54109687D	6920/0	12/07/2011	R\$ 127,69	233
LXR1658	55053041D	6599/2	08/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXR1658	55053042D	6912/0	08/11/2011	R\$ 53,20	232
LXR8893	55490859D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
LXS0893	55848404C	5010/0	30/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXS0893	55848405C	6599/2	30/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXS1053	55659385C	7340/0	13/03/2010	R\$ 85,12	252 * IV
LXS2188	55273955C	6548/2	17/02/2010	R\$ 85,12	229
LXS4629	55659358C	6599/2	31/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXS4629	55659359C	6556/1	31/01/2010	R\$ 191,53	230 * I
LXS9478	55271895C	6920/0	20/11/2009	R\$ 127,69	233
LXT8747	55848072C	6920/0	10/02/2011	R\$ 127,69	233
LXU2176	54109656D	6920/0	15/06/2011	R\$ 127,69	233
LXU5945	55052356D	6556/1	20/12/2011	R\$ 191,53	230 * I
LXU5945	55659582C	6599/2	11/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXU5945	55659583C	5010/0	11/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXV0505	54109420D	6599/2	01/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXV0953	55848096C	6920/0	04/03/2011	R\$ 127,69	233
LXV9079	55679116C	6920/0	16/08/2010	R\$ 127,69	233
LXV9898	54658087C	5010/0	12/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXV9898	54658088C	6599/2	12/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXW7226	54657121C	5010/0	03/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXX1216	55272672C	6599/2	20/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXX1216	55272673C	5010/0	20/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXX2592	54108983D	6599/2	13/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXX2592	54108984D	5010/0	13/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXX2640	54657487C	6610/2	19/09/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LXX4782	55272162C	6599/2	06/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXY6870	55492191D	6920/0	25/06/2012	R\$ 127,69	233
LXZ0835	55679042C	6920/0	09/06/2010	R\$ 127,69	233
LXZ7518	55272011C	6920/0	03/03/2010	R\$ 127,69	233
LYA4489	55680037C	5010/0	06/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYA4489	55680038C	6637/2	06/04/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LYA8174	55490913D	6920/0	07/05/2012	R\$ 127,69	233
LYB1527	55678780C	6599/2	28/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYB1527	55678781C	6580/0	28/05/2011	R\$ 191,53	230 * IV
LYB1527	55678782C	6610/1	28/05/2011	R\$ 127,69	230 * VII
LYC1197	54108986D	6556/5	05/10/2011	R\$ 191,53	230 * I
LYC1197	54108987D	6599/2	05/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYC1197	54109841D	6920/0	07/10/2011	R\$ 127,69	233
LYC2070	54108202D	6599/2	24/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYC2728	55051864D	6920/0	15/12/2011	R\$ 127,69	233
LYC7779	55491776D	5010/0	27/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYD2070	54108742D	5010/0	18/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYD2070	54108743D	6599/2	18/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYD2070	55679773C	5010/0	07/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
LYD2070	55679804C	6653/1	23/03/2010	R\$ 127,69	230 * XI
LYD2070	55679805C	6556/1	23/03/2010	R\$ 191,53	230 * I
LYD2218	55272981C	6602/0	14/01/2010	R\$ 191,53	230 * VI
LYD2927	54660523C	5010/0	29/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYD2927	54660523C	6599/2	29/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYD2927	55659977C	5010/0	15/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
LYD6156	55272018C	6920/0	04/03/2010	R\$ 127,69	233
LYD7392	55848164C	6920/0	19/04/2011	R\$ 127,69	233
LYG3195	55847643C	6599/2	31/01/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYG3195	55847644C	5010/0	31/01/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYG8681	54108306D	6599/2	30/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYG8748	55273982C	6548/2	26/03/2011	R\$ 85,12	229
LYG8748	55490656D	7340/0	18/02/2012	R\$ 85,12	252 * IV
LYG8748	55490766D	6637/2	31/03/2012	R\$ 127,69	230 * IX
LYG8748	55490767D	6700/1	31/03/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
LYH2344	54107871D	5010/0	16/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYH2344	54107872D	6599/2	16/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYH8743	55052558D	6599/2	07/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYI7432	55678976C	6920/0	28/04/2010	R\$ 127,69	233
LYK7951	55271920C	6920/0	14/12/2009	R\$ 127,69	233
LYL5755	54108178D	5010/0	11/01/2012	R\$ 574,61	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

LYL5755	55847400C	6599/2	11/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYL7739	54107889D	5010/0	26/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYN1974	54657894C	6599/2	11/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYN1974	55679046C	6920/0	14/06/2010	R\$ 127,69	233
LYO1989	55847554C	5010/0	05/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
LYO3627	55271854C	6920/0	19/10/2009	R\$ 127,69	233
LYO8121	54109015D	5010/0	06/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYO8121	54109015D	6599/2	06/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYP0265	55272614C	5010/0	25/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYP1073	55659947C	6637/2	23/10/2010	R\$ 127,69	230 * IX
LYP4345	55052631D	5010/0	28/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYP6466	55848076C	6920/0	16/02/2011	R\$ 127,69	233
LYP7172	55679184C	6920/0	06/10/2010	R\$ 127,69	233
LYQ2215	54656432C	5010/0	09/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
LYQ5556	54109444D	6599/2	03/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYQ9241	54109703D	6920/0	14/07/2011	R\$ 127,69	233
LYS2201	55492198D	6920/0	27/06/2012	R\$ 127,69	233
LYS2210	55490567D	6599/2	23/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYS2210	55490568D	6556/5	23/02/2012	R\$ 191,53	230 * I
LYS6431	55052580D	6769/3	22/09/2011	R\$ 85,12	230 * XXII
LYS6735	54108256D	6912/0	07/05/2011	R\$ 53,20	232
LYT2640	55848059C	6920/0	25/01/2011	R\$ 127,69	233
LYT4468	55051837D	6920/0	29/11/2011	R\$ 127,69	233
LYT6829	55272404C	6912/0	22/09/2009	R\$ 53,20	232
LYT8743	55679023C	6920/0	31/05/2010	R\$ 127,69	233
LYU7946	55679171C	6920/0	05/10/2010	R\$ 127,69	233
LYV1425	55846680C	6599/2	02/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYV1425	55846681C	6912/0	02/02/2011	R\$ 53,20	232
LYV9775	55490174D	5037/1	22/05/2012	R\$ 574,61	162 * III
LYW5102	55678998C	6920/0	12/05/2010	R\$ 127,69	233
LYW6226	55273081C	5010/0	31/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
LYW6226	55679244C	5010/0	19/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
LYW6226	55679828C	5010/0	13/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
LYW6226	55679829C	6556/1	13/10/2010	R\$ 191,53	230 * I
LYY2189	54657624C	6599/2	04/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYZ1315	55848146C	6920/0	19/04/2011	R\$ 127,69	233
LZA5033	55679811C	6599/2	07/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZA6130	54109200D	6599/2	16/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZA9795	55490677D	5010/0	04/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZB1568	55492293D	5010/0	17/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZB4565	54660540C	6599/2	13/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZB4565	54660541C	5045/0	13/01/2012	R\$ 191,53	162 * V
LZC0017	54109959D	6556/1	09/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
LZC0017	54109959D	6556/4	09/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
LZC0017	54109960D	6599/2	09/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZC0017	54656685C	6599/2	02/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZC0017	55659667C	6769/2	12/03/2010	R\$ 85,12	230 * XXII
LZC4103	55678988C	6920/0	07/05/2010	R\$ 127,69	233
LZC5831	55846814C	6599/2	26/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZE3575	55492002D	6599/2	09/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZF3429	54109825D	6920/0	27/09/2011	R\$ 127,69	233
LZF5238	55847359C	5010/0	16/01/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZF5238	55847360C	5061/0	16/01/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZF8054	55271901C	6920/0	24/11/2009	R\$ 127,69	233
LZH2731	55272043C	6920/0	26/03/2010	R\$ 127,69	233
LZH5425	55271943C	6920/0	04/01/2010	R\$ 127,69	233
LZH8801	55847176C	6599/2	22/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZI4806	54109695D	6920/0	13/07/2011	R\$ 127,69	233
LZI5802	54108354D	5010/0	25/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZI5802	54108355D	6599/2	25/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZI9431	55847577C	5010/0	02/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZK2540	55490074D	5045/0	01/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
LZK2540	55490075D	6580/0	01/05/2012	R\$ 191,53	230 * IV
LZK4362	54109823D	6920/0	15/09/2011	R\$ 127,69	233
LZK9502	55271847C	6920/0	09/10/2009	R\$ 127,69	233
LZO2183	55848119C	6920/0	24/03/2011	R\$ 127,69	233
LZO2211	55053187D	5010/0	21/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZO3884	54109810D	6920/0	15/09/2011	R\$ 127,69	233
LZO3884	55846557C	6599/2	27/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZO3884	55846558C	5061/0	27/07/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZQ6002	55491563D	6599/2	11/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZQ6002	55491564D	5010/0	11/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZR9301	55492194D	6920/0	26/06/2012	R\$ 127,69	233
LZS4352	55847241C	6599/2	29/01/2011	R\$ 191,53	230 * V



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

LZS5099	55846505C	6700/1	07/07/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
LZS9692	54656435C	6599/2	16/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZS9692	55272006C	6920/0	02/03/2010	R\$ 127,69	233
LZS9692	55272839C	5010/0	18/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
LZS9692	55679771C	5010/0	25/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
LZS9692	55679772C	6599/2	25/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZS9755	55848067C	6920/0	31/01/2011	R\$ 127,69	233
LZT3384	54658032C	7340/0	06/01/2012	R\$ 85,12	252 * IV
LZU4433	55490933D	6920/0	15/05/2012	R\$ 127,69	233
LZU8513	55492196D	6920/0	27/06/2012	R\$ 127,69	233
LZU9844	54109845D	6920/0	05/10/2011	R\$ 127,69	233
LZV2115	55273962C	6726/1	18/03/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZV5919	55271833C	6920/0	24/09/2009	R\$ 127,69	233
LZW0944	54108692D	5010/0	11/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZW0944	54108693D	6599/2	11/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZY0166	54658298C	6599/2	20/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZY4879	54657830C	6599/2	09/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZY4879	54657831C	5010/0	09/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZY7816	55271884C	6920/0	12/11/2009	R\$ 127,69	233
LZZ3172	55491755D	6599/2	02/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZZ3172	55491756D	5010/0	02/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZZ3172	55491756D	5274/1	02/05/2012	R\$ 191,53	175
LZZ3870	54109769D	6920/0	25/08/2011	R\$ 127,69	233
MAA6744	54108267D	6599/2	18/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAB3224	55272778C	6556/1	04/11/2009	R\$ 191,53	230 * I
MAB8933	55053027D	6599/2	03/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAC5161	54657697C	6599/2	10/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAC5161	54657698C	6912/0	10/10/2009	R\$ 53,20	232
MAC8672	55490783D	5010/0	09/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAF0316	55490215D	6599/2	21/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAF1043	54108360D	6599/2	31/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAF2900	55678963C	6920/0	19/04/2010	R\$ 127,69	233
MAG0854	54658027C	6599/2	04/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAG9924	54108127D	6556/3	03/11/2011	R\$ 191,53	230 * I
MAI0560	55848875C	5010/0	14/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAI0560	55848877C	6912/0	14/03/2011	R\$ 53,20	232
MAI4871	55492102D	6670/0	27/05/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MAI4871	55492104D	7340/0	27/05/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MAI4871	55492105D	6700/1	27/05/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MAL7004	55051869D	6920/0	22/12/2011	R\$ 127,69	233
MAL8019	55848152C	6920/0	19/04/2011	R\$ 127,69	233
MAM4424	54109642D	6920/0	09/06/2011	R\$ 127,69	233
MAM9412	55679196C	6920/0	28/10/2010	R\$ 127,69	233
MAN7136	54657126C	6912/0	03/02/2011	R\$ 53,20	232
MAN7136	54657128C	6556/5	03/02/2011	R\$ 191,53	230 * I
MAO3502	54657899C	6912/0	14/06/2010	R\$ 53,20	232
MAO3688	55490342D	5274/1	16/03/2012	R\$ 191,53	175
MAP1821	55679145C	6920/0	13/09/2010	R\$ 127,69	233
MAP3819	55053016D	5010/0	01/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAP9700	55271986C	6920/0	12/02/2010	R\$ 127,69	233
MAP9770	55490551D	6599/2	13/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAR5123	55491853D	5010/0	11/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAR5611	55847355C	6599/2	04/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAR5611	55847356C	5045/0	04/11/2010	R\$ 191,53	162 * V
MAR7456	55490765D	5274/2	31/03/2012	R\$ 191,53	175
MAR7456	55659694C	6661/0	04/09/2010	R\$ 127,69	230 * XII
MAS0473	54109611D	6920/0	20/05/2011	R\$ 127,69	233
MAS1362	55848184C	6920/0	02/05/2011	R\$ 127,69	233
MAS2434	54109793D	6920/0	06/09/2011	R\$ 127,69	233
MAS8372	55051751D	6920/0	19/10/2011	R\$ 127,69	233
MAT0123	55678956C	6920/0	13/04/2010	R\$ 127,69	233
MAT3785	55053017D	5010/0	01/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAT3785	55053018D	6599/2	01/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAT7110	54108074D	6599/2	16/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAT7932	55272501C	5010/0	14/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAW1773	55846959C	6599/2	09/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAW1773	55846960C	5010/0	09/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MAW2521	55490870D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MAW9356	55679114C	6920/0	13/08/2010	R\$ 127,69	233
MAX2883	55679110C	6920/0	11/08/2010	R\$ 127,69	233
MAX5495	54107670D	5010/0	05/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAX5495	54658024C	5010/0	24/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAX5495	55491955D	5010/0	12/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAX7431	55678752C	6912/0	27/05/2010	R\$ 53,20	232



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MAX7431	55678753C	5061/0	27/05/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MAY0020	54109440D	6610/2	02/11/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MAY0020	54109614D	6920/0	25/05/2011	R\$ 127,69	233
MAY3513	55492192D	6920/0	26/06/2012	R\$ 127,69	233
MAY3905	55273018C	6599/2	15/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAY3905	55273019C	5010/0	15/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MAY4458	55490910D	6920/0	07/05/2012	R\$ 127,69	233
MAY4752	55490439D	6599/2	09/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAZ6922	55490893D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MAZ8015	54108554D	5010/0	08/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAZ8015	54108554D	6556/1	08/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
MBA0743	54108054D	6912/0	07/02/2011	R\$ 53,20	232
MBA1323	55273598C	6599/2	07/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBA8420	55680095C	6599/2	29/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBA8420	55680096C	5010/0	29/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBB0388	54108317D	6599/2	25/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBB0388	54108318D	5010/0	25/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBB0388	54108990D	5010/0	02/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBB0388	54108992D	6599/2	02/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBB0388	54109812D	6920/0	21/09/2011	R\$ 127,69	233
MBB1265	54108373D	5010/0	04/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBB2008	55491570D	6599/2	04/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBB5437	55679006C	6920/0	20/05/2010	R\$ 127,69	233
MBB6350	55679486C	6769/3	28/05/2010	R\$ 85,12	230 * XXII
MBB8098	55272930C	5010/0	14/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBB8098	55272931C	6599/2	14/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBC3211	55847722C	5045/0	09/12/2010	R\$ 191,53	162 * V
MBD1870	55679159C	6920/0	17/09/2010	R\$ 127,69	233
MBD4625	54109722D	6920/0	29/07/2011	R\$ 127,69	233
MBD5911	55271888C	6920/0	13/11/2009	R\$ 127,69	233
MBD6852	54108463D	5010/0	11/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBD6852	54108464D	6599/2	11/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBD6852	54109606D	6920/0	17/05/2011	R\$ 127,69	233
MBD7653	55491420D	5010/0	24/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBD7653	55847855C	6556/1	20/12/2010	R\$ 191,53	230 * I
MBD7983	55680016C	6599/2	18/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBE0074	54659029C	5010/0	12/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBE0074	55490691D	5010/0	07/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBF1721	55052651D	6599/2	05/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBF1721	55052652D	5010/0	05/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBF1721	55848476C	6912/0	04/02/2011	R\$ 53,20	232
MBF1788	55659695C	6599/2	04/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBF1788	55659696C	5010/0	04/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBF2351	55492162D	6920/0	29/05/2012	R\$ 127,69	233
MBF3944	55490930D	6920/0	11/05/2012	R\$ 127,69	233
MBF6415	54109625D	6920/0	31/05/2011	R\$ 127,69	233
MBF6584	55679163C	6920/0	28/09/2010	R\$ 127,69	233
MBF8763	55678865C	5010/0	27/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBF8763	55678866C	6599/2	27/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBG4817	55271812C	6920/0	16/09/2009	R\$ 127,69	233
MBG5051	54658286C	5010/0	28/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBG5051	54658287C	6599/2	28/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBG5983	55846471C	6599/2	02/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBG6710	55051959D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233
MBG7469	55490860D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MBG8479	54657467C	6637/1	06/06/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBH0397	54109292D	6599/2	01/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBH8498	54108444D	6599/2	14/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBH8498	54108445D	5010/0	14/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBI2718	55847989C	6920/0	07/12/2010	R\$ 127,69	233
MBJ2188	55491443D	6599/2	06/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBJ2188	55491444D	6556/1	06/05/2012	R\$ 191,53	230 * I
MBJ2188	55491445D	6556/4	06/05/2012	R\$ 191,53	230 * I
MBJ2188	55491446D	5010/0	06/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBK1247	54657881C	6637/1	10/06/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MBK1247	54657893C	7340/0	10/06/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MBK2694	54107859D	5037/1	01/04/2011	R\$ 574,61	162 * III
MBK2694	55271820C	6920/0	18/09/2009	R\$ 127,69	233
MBK2694	55272726C	7340/0	20/04/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MBK4183	55490723D	6637/1	14/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MBK4658	55846721C	6637/2	14/09/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MBK4658	55848437C	6599/2	25/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBK8909	54109497D	5274/1	23/06/2012	R\$ 191,53	175
MBL1845	55051889D	6920/0	04/01/2012	R\$ 127,69	233



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MBL2386	55848548C	6912/0	20/01/2012	R\$ 53,20	232
MBL4316	55679061C	6920/0	16/06/2010	R\$ 127,69	233
MBL5289	55491406D	6599/2	18/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBL6229	55846504C	6912/0	07/07/2010	R\$ 53,20	232
MBL9404	55272071C	5010/0	13/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBL9404	55272072C	6599/2	13/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBM0754	54109621D	6920/0	30/05/2011	R\$ 127,69	233
MBM0857	54660527C	6599/2	29/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBM0857	54660527C	6912/0	29/12/2011	R\$ 53,20	232
MBM1134	55053161D	5045/0	11/12/2011	R\$ 191,53	162 * V
MBM1134	55053161D	6599/2	11/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBM1134	55680085C	6912/0	28/04/2010	R\$ 53,20	232
MBM7455	55679702C	5010/0	11/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBM8272	54109838D	6920/0	07/10/2011	R\$ 127,69	233
MBM8706	55848144C	6920/0	19/04/2011	R\$ 127,69	233
MBM8903	55492171D	6920/0	06/06/2012	R\$ 127,69	233
MBN0567	55051893D	6920/0	05/01/2012	R\$ 127,69	233
MBN0781	55847583C	5010/0	05/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBN2116	55846944C	6599/2	07/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBN3246	55052037D	6599/2	13/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBN5166	55272277C	5010/0	09/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBN5166	55272278C	5061/0	09/10/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBN5166	55272279C	6599/2	09/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBN5166	55272280C	6556/1	09/10/2009	R\$ 191,53	230 * I
MBN6605	54108069D	7340/0	13/02/2011	R\$ 85,12	252 * IV
MBN6605	55679657C	6610/2	14/05/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MBO3215	55847017C	6599/2	24/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBP0474	54109762D	6920/0	19/08/2011	R\$ 127,69	233
MBP0860	55051900D	6920/0	16/01/2012	R\$ 127,69	233
MBP4171	55052015D	5274/2	06/11/2011	R\$ 191,53	175
MBP4171	55052020D	6602/0	06/11/2011	R\$ 191,53	230 * VI
MBP5565	55490456D	6912/0	26/01/2012	R\$ 53,20	232
MBP5565	55490862D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MBQ5010	55271999C	6920/0	01/03/2010	R\$ 127,69	233
MBQ5575	54109331D	6599/2	03/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBQ5575	54109446D	5010/0	03/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBQ5657	55052018D	6599/2	06/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBQ5657	55052019D	5274/2	06/11/2011	R\$ 191,53	175
MBQ9321	54109608D	6920/0	20/05/2011	R\$ 127,69	233
MBR0391	55051779D	6920/0	01/11/2011	R\$ 127,69	233
MBR4575	54109227D	5010/0	20/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBR4575	54109228D	6599/2	20/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBR6443	55847531C	6599/2	11/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBR6443	55847532C	5045/0	11/02/2011	R\$ 191,53	162 * V
MBR6771	54108747D	6599/2	17/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBR8453	55846477C	6599/2	05/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBR8453	55846478C	5010/0	05/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBR9325	54109688D	6920/0	12/07/2011	R\$ 127,69	233
MBR9386	55052115D	6602/0	13/12/2011	R\$ 191,53	230 * VI
MBR9386	55052115D	6769/2	13/12/2011	R\$ 85,12	230 * XXII
MBS5280	54107710D	5169/1	13/03/2011	R\$ 957,69	165
MBS5280	54107711D	6637/2	13/03/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MBS5280	54107712D	6769/1	13/03/2011	R\$ 85,12	230 * XXII
MBS5280	55679580C	5010/0	25/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBS5280	55679581C	6599/2	25/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBS5673	55680102C	6599/2	12/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBT3096	55490447D	6963/1	10/05/2012	R\$ 127,69	237
MBU0962	55678789C	6599/2	13/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBU0962	55678790C	6580/0	13/09/2011	R\$ 191,53	230 * IV
MBU1413	55052377D	5010/0	03/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBU1413	55052378D	6556/4	03/02/2012	R\$ 191,53	230 * I
MBU1413	55053766D	5010/0	13/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBU2849	55679001C	6920/0	18/05/2010	R\$ 127,69	233
MBU7303	54108274D	6599/2	26/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBU7303	55492251D	7340/0	24/05/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MBV7394	55491517D	6610/2	21/05/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MBV7795	54108161D	5010/0	01/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBV7795	54109631D	6920/0	03/06/2011	R\$ 127,69	233
MBV9529	54110040D	6912/0	05/08/2011	R\$ 53,20	232
MBW1612	55492292D	7340/0	17/06/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MBW2182	54109125D	6599/2	27/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBW3455	55491311D	6610/2	16/06/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MBW3455	55491312D	6963/3	16/06/2012	R\$ 127,69	237
MBW3455	55491752D	6637/2	29/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MBW3455	55491754D	6637/2	29/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MBW4185	54109551D	6700/1	05/07/2011	R\$ 127,69	230 * XVI
MBW6079	55492051D	5010/0	30/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBW6079	55492052D	5061/0	30/06/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBW6079	55492053D	6599/2	30/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBW6134	54108425D	5010/0	04/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBW6134	54108426D	5118/0	04/07/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBW6134	54108500D	6599/2	04/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBX0864	55846919C	6599/2	05/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBX0864	55846920C	5010/0	05/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBX4711	55847172C	5010/0	16/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBX4711	55847173C	6599/2	16/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBX5647	55272765C	6599/2	30/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBY0394	54109748D	6920/0	15/08/2011	R\$ 127,69	233
MBY3518	55679121C	6920/0	23/08/2010	R\$ 127,69	233
MBY7392	54109660D	6920/0	15/06/2011	R\$ 127,69	233
MBY8527	55793019D	6912/0	04/07/2012	R\$ 53,20	232
MBZ0529	55846489C	5010/0	06/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBZ1981	55679024C	6920/0	31/05/2010	R\$ 127,69	233
MBZ3755	55051922D	6920/0	26/01/2012	R\$ 127,69	233
MBZ3755	55274255C	5010/0	12/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBZ3755	55659904C	5010/0	13/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBZ3907	54109422D	6599/2	14/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBZ3907	54109423D	5010/0	14/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBZ8636	55271889C	6920/0	13/11/2009	R\$ 127,69	233
MBZ8636	55490906D	6920/0	04/05/2012	R\$ 127,69	233
MBZ8636	55491612D	6599/2	29/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCA7545	55490770D	6599/2	03/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCA7545	55490771D	6912/0	03/04/2012	R\$ 53,20	232
MCA9858	55491318D	5010/0	30/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCA9858	55491318D	5061/0	30/06/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCA9858	55491319D	6602/0	30/06/2012	R\$ 191,53	230 * VI
MCA9858	55491319D	6637/1	30/06/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MCB1846	55491507D	6599/2	20/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCB1846	55491509D	6556/4	20/03/2012	R\$ 191,53	230 * I
MCB4110	55679143C	6920/0	13/09/2010	R\$ 127,69	233
MCB4342	55678841C	6769/1	20/04/2010	R\$ 85,12	230 * XXII
MCB5970	54109533D	6556/1	15/08/2011	R\$ 191,53	230 * I
MCB9573	55846454C	6637/2	28/06/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MCC7861	54108918D	5010/0	21/01/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCD0528	55678861C	6556/1	15/05/2010	R\$ 191,53	230 * I
MCD0528	55678862C	6599/2	15/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCD0528	55678863C	6912/0	15/05/2010	R\$ 53,20	232
MCD1167	55847996C	6920/0	29/12/2010	R\$ 127,69	233
MCD8747	54109954D	6912/0	06/06/2011	R\$ 53,20	232
MCD9491	54656686C	5010/0	02/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCE0240	55272400C	5045/0	28/10/2009	R\$ 191,53	162 * V
MCE6187	54108675D	5010/0	26/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCE6187	54108675D	6637/1	26/02/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MCE6187	54109336D	5010/0	03/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCE6187	54109337D	6599/2	03/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCE6187	54109338D	5274/1	03/11/2011	R\$ 191,53	175
MCE6187	55679084C	6920/0	08/07/2010	R\$ 127,69	233
MCF0154	55051916D	6920/0	25/01/2012	R\$ 127,69	233
MCF1589	54108302D	5010/0	19/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCF1589	54108303D	6599/2	19/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCF1589	54657756C	5010/0	31/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCF4666	55490905D	6920/0	04/05/2012	R\$ 127,69	233
MCF6887	54108378D	5010/0	15/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCF6887	54659041C	5010/0	16/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCF6887	54659042C	7340/0	16/05/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MCG3121	55490502D	6599/2	14/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCG5645	54659535C	5118/0	13/04/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCG5645	54659536C	5010/0	13/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCG6553	55052574D	6599/2	18/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCG6553	55052575D	5010/0	18/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCG6553	55272595C	7340/0	25/12/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MCG6553	55679153C	6920/0	16/09/2010	R\$ 127,69	233
MCG6553	55679282C	6599/2	26/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCG8473	54108961D	6556/1	20/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
MCG8473	54108961D	6599/2	20/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCG8473	54108962D	5010/0	20/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCG8794	54657764C	5045/0	02/03/2011	R\$ 191,53	162 * V
MCH1348	55491402D	6912/0	18/04/2012	R\$ 53,20	232



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MCH7929	54109737D	6920/0	10/08/2011	R\$ 127,69	233
MCI1786	55272271C	6599/2	06/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCI2209	54109049D	5010/0	02/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCI2209	54109049D	6599/2	02/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCI4202	54108265D	5010/0	11/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCI4202	54657143C	5010/0	11/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCI4202	55052249D	5010/0	03/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCI4202	55052374D	5010/0	28/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCI4202	55490086D	5169/1	12/05/2012	R\$ 957,69	165
MCI4202	55490088D	5010/0	12/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCI4202	55848310C	5010/0	26/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCJ1172	54107745D	6599/2	21/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCJ2642	55679072C	6920/0	30/06/2010	R\$ 127,69	233
MCJ2805	54659860C	6920/0	05/06/2009	R\$ 127,69	233
MCJ3209	55053019D	6912/0	01/11/2011	R\$ 53,20	232
MCJ3209	55053020D	5010/0	01/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCJ4169	54108365D	6599/2	03/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCJ4246	54108295D	6599/2	14/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCJ4246	54108296D	5010/0	14/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCJ4246	55051817D	6920/0	14/11/2011	R\$ 127,69	233
MCJ4285	55274254C	6580/0	10/03/2010	R\$ 191,53	230 * IV
MCJ8483	55848003C	6920/0	29/12/2010	R\$ 127,69	233
MCK4811	54109333D	6599/2	03/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCK4811	54109334D	6912/0	03/11/2011	R\$ 53,20	232
MCK4811	54109335D	6637/1	03/11/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MCK7474	55052570D	6653/2	14/09/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MCK7474	55052571D	6912/0	14/09/2011	R\$ 53,20	232
MCL0969	55490405D	6599/2	21/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCL4931	54108075D	6556/1	19/02/2011	R\$ 191,53	230 * I
MCL4931	54108076D	6599/2	19/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCL4931	54108077D	5045/0	19/02/2011	R\$ 191,53	162 * V
MCL7582	55272013C	6920/0	04/03/2010	R\$ 127,69	233
MCM5193	55679332C	6599/2	02/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCN0939	55052130D	6599/2	26/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCN0939	55052130D	6912/0	26/01/2012	R\$ 53,20	232
MCN0941	55273997C	5010/0	10/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCN7436	55051764D	6920/0	25/10/2011	R\$ 127,69	233
MCO2233	55679591C	6599/2	28/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCO4273	55659916C	5010/0	10/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCO4273	55659917C	5061/0	10/05/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCO4273	55659918C	5274/1	10/05/2010	R\$ 191,53	175
MCO5742	55848028C	6920/0	04/01/2011	R\$ 127,69	233
MCO6435	55679597C	5037/1	02/06/2010	R\$ 574,61	162 * III
MCO8544	55272408C	6599/2	25/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCO8544	55272409C	6556/5	25/09/2009	R\$ 191,53	230 * I
MCQ1803	55271848C	6920/0	09/10/2009	R\$ 127,69	233
MCQ4571	55490712D	5010/0	09/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCR1586	55846663C	6599/2	18/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCR1586	55846666C	5010/0	18/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCR4571	55052237D	6599/2	12/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCR4571	55052237D	6637/2	12/02/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MCR4571	55052238D	5010/0	12/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCR5375	55492164D	6920/0	31/05/2012	R\$ 127,69	233
MCR7179	54657127C	6599/2	03/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCR8511	55678999C	6920/0	13/05/2010	R\$ 127,69	233
MCR8511	55679977C	6599/2	19/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCR8711	55680003C	6610/2	11/03/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MCS0394	55051873D	6920/0	26/12/2011	R\$ 127,69	233
MCS1469	55679851C	6599/2	23/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCS5561	55848532C	5010/0	29/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCS5561	55848532C	6556/1	29/09/2011	R\$ 191,53	230 * I
MCS5561	55848532C	6599/2	29/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCS8612	54657333C	6637/1	26/12/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MCS8612	55271802C	6920/0	11/09/2009	R\$ 127,69	233
MCS8612	55272300C	6637/2	08/11/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MCS8612	55272658C	7340/0	14/01/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MCS9215	55847607C	6599/2	06/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCS9215	55847608C	5010/0	06/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCV2487	55678762C	6637/2	04/09/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MCW3298	54656369C	6912/0	02/09/2009	R\$ 53,20	232
MCW5203	54109836D	6920/0	05/10/2011	R\$ 127,69	233
MCW7645	54109718D	6920/0	27/07/2011	R\$ 127,69	233
MCW9360	55273072C	6599/2	22/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCW9360	55678864C	6912/0	22/05/2010	R\$ 53,20	232



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MCX1836	55490754D	7340/0	19/03/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MCX1862	55847892C	6556/1	23/01/2011	R\$ 191,53	230 * I
MCX1862	55847893C	6556/4	23/01/2011	R\$ 191,53	230 * I
MCX3612	55680064C	5010/0	30/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCX4726	55272020C	6920/0	09/03/2010	R\$ 127,69	233
MCX7894	55271805C	6920/0	18/09/2009	R\$ 127,69	233
MCY1573	55272040C	6920/0	25/03/2010	R\$ 127,69	233
MCY2137	55846961C	6599/2	09/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCY2137	55846962C	5010/0	09/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCY5159	55679853C	5010/0	29/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCY5159	55679855C	6556/1	29/10/2010	R\$ 191,53	230 * I
MCY5159	55848239C	6637/2	29/10/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MCZ1386	55490855D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MCZ2022	55272305C	6599/2	27/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCZ2022	55659360C	6556/4	31/01/2010	R\$ 191,53	230 * I
MDA0501	55678807C	6599/2	15/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDA1012	54657169C	5010/0	10/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDA1012	55490760D	7340/0	28/03/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MDA6575	54109735D	6920/0	10/08/2011	R\$ 127,69	233
MDA8518	55272861C	6599/2	13/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDA9288	55659668C	6599/2	14/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDC9455	54656683C	6599/2	26/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDC9455	54656684C	5010/0	26/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDC9455	55052006D	5010/0	04/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDC9455	55052007D	6599/2	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDC9455	55052008D	5274/2	04/11/2011	R\$ 191,53	175
MDD5133	55272698C	6556/3	18/05/2011	R\$ 191,53	230 * I
MDD6456	54109132D	5010/0	04/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDD6456	54109133D	6599/2	04/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDD7679	55273966C	6912/0	17/04/2010	R\$ 53,20	232
MDE3254	55051857D	6920/0	21/12/2011	R\$ 127,69	233
MDE4718	55051788D	6920/0	04/11/2011	R\$ 127,69	233
MDE5823	54108543D	6637/2	12/02/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MDE5823	54109390D	6637/1	14/10/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MDE5823	55052423D	6912/0	26/12/2011	R\$ 53,20	232
MDE5823	55272196C	5010/0	20/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDE5823	55490114D	5045/0	12/02/2012	R\$ 191,53	162 * V
MDE5823	55847559C	6653/1	21/04/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MDE8219	54107820D	5045/0	04/05/2011	R\$ 191,53	162 * V
MDE8219	54107821D	6726/1	04/05/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDE8219	54660510C	5010/0	26/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDE8219	54660510C	6599/2	26/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDE9837	55846587C	6599/2	15/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDE9837	55846588C	6556/5	15/10/2010	R\$ 191,53	230 * I
MDF4164	55272032C	6920/0	19/03/2010	R\$ 127,69	233
MDF6973	54109677D	6920/0	05/07/2011	R\$ 127,69	233
MDF6988	54109667D	6920/0	21/06/2011	R\$ 127,69	233
MDF7126	55492220D	6920/0	11/07/2012	R\$ 127,69	233
MDG1692	54108989D	6653/1	14/10/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MDG1692	55053098D	6637/2	24/03/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MDG1692	55490659D	7340/0	18/02/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MDG2254	54657688C	6610/2	19/09/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MDG4673	55847184C	5045/0	28/06/2011	R\$ 191,53	162 * V
MDG8777	55490908D	6920/0	07/05/2012	R\$ 127,69	233
MDG8777	55491436D	6599/2	27/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDG8777	55491437D	6602/0	27/04/2012	R\$ 191,53	230 * VI
MDH0226	55051890D	6920/0	04/01/2012	R\$ 127,69	233
MDH0226	55052425D	5010/0	30/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDH0226	55052427D	5118/0	30/12/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDH2262	55052317D	6599/2	21/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDH2262	55052318D	5010/0	21/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDH2262	55052319D	5118/0	21/11/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDH2841	55847986C	6920/0	06/12/2010	R\$ 127,69	233
MDH4992	54657239C	5010/0	27/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDH9400	55272027C	6920/0	15/03/2010	R\$ 127,69	233
MDH9400	55679029C	6920/0	01/06/2010	R\$ 127,69	233
MDI1845	54108280D	6580/0	22/09/2011	R\$ 191,53	230 * IV
MDI1845	54109019D	5010/0	06/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDI1845	54109019D	6599/2	06/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDI1845	55848883C	5010/0	02/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDI1845	55848883C	5118/0	02/06/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDI1845	55848884C	6556/1	02/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
MDJ1431	54109743D	6920/0	11/08/2011	R\$ 127,69	233
MDJ1862	54108061D	5010/0	13/02/2011	R\$ 574,61	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MDJ1862	54108063D	6912/0	13/02/2011	R\$ 53,20	232
MDJ3172	55492277D	5010/0	08/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDK0913	54109007D	5010/0	02/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDK3156	54109957D	6912/0	06/06/2011	R\$ 53,20	232
MDK4482	55271908C	6920/0	30/11/2009	R\$ 127,69	233
MDK8668	55678983C	6920/0	06/05/2010	R\$ 127,69	233
MDL2842	54657761C	6599/2	24/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDL3480	54109277D	5045/0	22/09/2011	R\$ 191,53	162 * V
MDL3480	55848168C	6920/0	25/04/2011	R\$ 127,69	233
MDL8611	55848050C	6920/0	20/01/2011	R\$ 127,69	233
MDM1090	55659230C	6599/2	18/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDM1090	55659231C	6912/0	18/11/2011	R\$ 53,20	232
MDM2863	55492179D	6920/0	13/06/2012	R\$ 127,69	233
MDM4672	55793012D	6599/2	04/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDM8748	55052364D	6599/2	04/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDM8748	55052365D	6556/1	04/01/2012	R\$ 191,53	230 * I
MDM8748	55052366D	6556/4	04/01/2012	R\$ 191,53	230 * I
MDM8748	55052368D	5010/0	04/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDM8808	55680017C	5010/0	22/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDM8808	55680101C	6599/2	12/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDN2950	55271966C	6920/0	26/01/2010	R\$ 127,69	233
MDN2950	55271976C	6920/0	11/02/2010	R\$ 127,69	233
MDN2950	55659352C	6599/2	24/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDN5413	55051903D	6920/0	17/01/2012	R\$ 127,69	233
MDN5788	55847190C	6599/2	09/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDN7492	55491961D	6599/2	08/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDN7492	55491962D	5010/0	08/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDO2635	54658038C	6599/2	08/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDO2635	54658038C	6912/0	08/01/2012	R\$ 53,20	232
MDO3485	55490699D	7340/0	16/03/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MDO3631	55490763D	5010/0	31/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDO8196	54109048D	5010/0	02/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDO8196	55847683C	5010/0	09/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDO9297	55679765C	6599/2	06/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDO9297	55679766C	5010/0	06/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDO9297	55679817C	6556/1	06/06/2010	R\$ 191,53	230 * I
MDP0772	54107845D	6599/2	22/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDP0772	54107846D	6912/0	22/05/2011	R\$ 53,20	232
MDP0772	54109307D	6556/1	20/09/2011	R\$ 191,53	230 * I
MDP0772	54109308D	6726/1	20/09/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDP0772	55490122D	5010/0	02/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDP0772	55490123D	5061/0	02/03/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDP0772	55490124D	5169/1	02/03/2012	R\$ 957,69	165
MDP0772	55847859C	5045/0	31/12/2010	R\$ 191,53	162 * V
MDP6831	55678969C	6920/0	20/04/2010	R\$ 127,69	233
MDP6831	55848286C	7340/0	07/11/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MDP7437	55679126C	6920/0	25/08/2010	R\$ 127,69	233
MDQ0665	55492154D	6920/0	25/05/2012	R\$ 127,69	233
MDQ4647	54109183D	6599/2	19/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDR3391	55679032C	6920/0	02/06/2010	R\$ 127,69	233
MDS2442	54108126D	6599/2	03/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDS4986	55273048C	6599/2	30/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDS7592	55273956C	6548/2	17/02/2010	R\$ 85,12	229
MDS9186	54109699D	6920/0	15/07/2011	R\$ 127,69	233
MDT1489	55847971C	6920/0	19/11/2010	R\$ 127,69	233
MDT1979	55679303C	6599/2	28/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDT4360	55847544C	6599/2	26/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDT9771	54656245C	6599/2	09/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDU3142	55847202C	6599/2	05/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDU4201	55271935C	6920/0	28/12/2009	R\$ 127,69	233
MDU7623	55492160D	6920/0	29/05/2012	R\$ 127,69	233
MDV2585	54108027D	6610/2	13/02/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MDV2585	54108028D	6637/1	13/02/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MDV2585	54108029D	6653/1	13/02/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MDV2585	54108670D	5274/1	13/02/2011	R\$ 191,53	175
MDV2585	54108671D	5045/0	13/02/2011	R\$ 191,53	162 * V
MDV4001	54658284C	5010/0	03/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDV4001	54658284C	6599/2	03/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDV4001	54658284C	6912/0	03/10/2009	R\$ 53,20	232
MDV9254	55051927D	6920/0	30/01/2012	R\$ 127,69	233
MDW0479	55847542C	6599/2	23/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDW4581	55052244D	6963/1	28/03/2012	R\$ 127,69	237
MDW4581	55490445D	6599/2	09/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDW5088	55490664D	7340/0	21/02/2012	R\$ 85,12	252 * IV



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MDW5088	55847724C	6599/2	09/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDW5088	55847726C	6556/1	09/12/2010	R\$ 191,53	230 * I
MDW5422	54109767D	6920/0	25/08/2011	R\$ 127,69	233
MDX2324	55272783C	5010/0	04/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDX2324	55272784C	5061/0	04/11/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDX2339	54108325D	5010/0	28/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDX2339	54108326D	6769/1	28/05/2011	R\$ 85,12	230 * XXII
MDX2339	54108327D	6602/0	28/05/2011	R\$ 191,53	230 * VI
MDX2399	54656781C	6599/2	09/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDX2399	55051853D	6920/0	12/12/2011	R\$ 127,69	233
MDX2399	55847163C	6653/1	09/12/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MDX2399	55847164C	6637/1	09/12/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MDY1373	54109662D	6920/0	17/06/2011	R\$ 127,69	233
MDY3059	55846576C	5010/0	01/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDY4331	54656249C	5010/0	11/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDY4615	54109610D	6920/0	20/05/2011	R\$ 127,69	233
MDY6849	55848428C	6599/2	06/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDY6971	54108976D	6912/0	27/07/2011	R\$ 53,20	232
MDY6971	55679020C	6920/0	31/05/2010	R\$ 127,69	233
MDZ6272	55491851D	5010/0	05/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDZ6272	55491852D	6599/2	05/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDZ8204	55052572D	6599/2	14/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEA0089	55679165C	6920/0	28/09/2010	R\$ 127,69	233
MEA0753	55848195C	6920/0	11/05/2011	R\$ 127,69	233
MEA1142	55491617D	6599/2	02/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEA1142	55679096C	6920/0	15/07/2010	R\$ 127,69	233
MEA1471	55848567C	6912/0	05/02/2011	R\$ 53,20	232
MEA1471	55848568C	5045/0	05/02/2011	R\$ 191,53	162 * V
MEA9432	55846545C	6912/0	19/07/2010	R\$ 53,20	232
MEB2206	55660008C	6556/1	12/03/2010	R\$ 191,53	230 * I
MEB2206	55660009C	6637/2	12/03/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MEB2206	55660010C	6912/0	12/03/2010	R\$ 53,20	232
MEB2348	55846465C	5010/0	01/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEB2348	55846466C	6599/2	01/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEB8639	54107602D	7340/0	06/02/2011	R\$ 85,12	252 * IV
MEB8916	54109971D	6599/2	03/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEC3058	55680004C	6637/2	11/03/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MEC3933	55272177C	6726/1	09/04/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEC6834	55051867D	6920/0	20/12/2011	R\$ 127,69	233
MEE6936	54109189D	5010/0	17/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEE7919	54108391D	6599/2	24/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEF3159	55052135D	6556/1	14/02/2012	R\$ 191,53	230 * I
MEF4502	55271942C	6920/0	04/01/2010	R\$ 127,69	233
MEF6436	55051894D	6920/0	11/01/2012	R\$ 127,69	233
MEF8015	54109182D	6599/2	14/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEG0226	55659591C	6599/2	17/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEG0226	55659592C	6726/1	17/03/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEG4102	54109445D	5010/0	03/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEG6219	55490789D	7340/0	12/04/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MEH0372	55272683C	5010/0	02/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEH0372	55659229C	6912/0	04/11/2011	R\$ 53,20	232
MEH0372	55679770C	5010/0	25/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEH0372	55679910C	5010/0	13/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEH0372	55847214C	5010/0	16/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEH3073	55659618C	6599/2	04/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEH6701	55848137C	6920/0	13/04/2011	R\$ 127,69	233
MEI8701	55680077C	6599/2	27/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEJ7335	55679070C	6920/0	30/06/2010	R\$ 127,69	233
MEJ7642	55052004D	5010/0	04/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEJ7642	55052005D	6599/2	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEL0532	55847980C	6920/0	01/12/2010	R\$ 127,69	233
MEL1413	55678959C	6920/0	16/04/2010	R\$ 127,69	233
MEL3451	54658539C	5045/0	27/07/2011	R\$ 191,53	162 * V
MEL3607	55848023C	6920/0	03/01/2011	R\$ 127,69	233
MEL5849	55679255C	5061/0	17/06/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEL7480	55679187C	6920/0	07/10/2010	R\$ 127,69	233
MEM0677	55052573D	5045/0	14/09/2011	R\$ 191,53	162 * V
MEM1931	55051967D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
MEN0185	54108815D	5010/0	02/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEN0185	54108815D	6599/2	02/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEN4638	55678813C	6599/2	15/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEN7483	55051886D	6920/0	03/01/2012	R\$ 127,69	233
MEN8921	54107634D	5010/0	11/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEN8921	55272852C	5010/0	05/11/2009	R\$ 574,61	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MEO3450	54109211D	5010/0	26/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEO3450	54109212D	6556/1	26/08/2011	R\$ 191,53	230 * I
MEO3450	54109213D	6556/3	26/08/2011	R\$ 191,53	230 * I
MEO3450	54109808D	6920/0	15/09/2011	R\$ 127,69	233
MEO8050	54109101D	5010/0	09/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEO8050	54109102D	6599/2	09/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEO8167	55659889C	7340/0	19/03/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MEP2421	54108684D	5010/0	11/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEQ0769	55491677D	6599/2	02/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEQ4110	55490108D	6912/0	01/02/2012	R\$ 53,20	232
MER4266	54109697D	6920/0	15/07/2011	R\$ 127,69	233
MER5322	55052449D	7340/0	08/01/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MER6683	55272073C	6599/2	13/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MER8949	55490915D	6920/0	08/05/2012	R\$ 127,69	233
MES0986	55052603D	6912/0	30/09/2011	R\$ 53,20	232
MES5820	55051798D	6920/0	07/11/2011	R\$ 127,69	233
MES6328	54660536C	6599/2	11/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MES9257	55271828C	6920/0	23/09/2009	R\$ 127,69	233
MET2313	55051809D	6920/0	18/11/2011	R\$ 127,69	233
MET7387	54108328D	5010/0	02/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MET8298	55847508C	6637/2	01/12/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MEU2149	54108458D	6599/2	11/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEU3881	55679471C	6599/2	25/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEU5869	55848007C	6920/0	29/12/2010	R\$ 127,69	233
MEU6552	54108443D	5010/0	10/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEU6552	55051908D	6920/0	18/01/2012	R\$ 127,69	233
MEU8654	54109457D	5045/0	19/08/2011	R\$ 191,53	162 * V
MEU8654	55680028C	5010/0	27/01/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEV5662	55271945C	6920/0	06/01/2010	R\$ 127,69	233
MEV8684	54657486C	6599/2	19/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEV8684	55273144C	6556/1	15/01/2010	R\$ 191,53	230 * I
MEV8684	55679832C	5045/0	04/11/2010	R\$ 191,53	162 * V
MEV8684	55679832C	6599/2	04/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEV8684	55847719C	5010/0	09/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEV8926	54109195D	5274/2	05/04/2012	R\$ 191,53	175
MEV9432	55848025C	6920/0	03/01/2011	R\$ 127,69	233
MEV9611	55490716D	6599/2	14/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEV9611	55490717D	6556/5	14/04/2012	R\$ 191,53	230 * I
MEW8800	55051923D	6920/0	27/01/2012	R\$ 127,69	233
MEX5461	55679909C	5010/0	13/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEX6565	55679146C	6920/0	13/09/2010	R\$ 127,69	233
MEY9993	55678835C	6556/1	19/04/2010	R\$ 191,53	230 * I
MEY9993	55848691C	6599/2	20/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEZ2438	55847739C	6599/2	10/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEZ2438	55847740C	5010/0	10/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEZ2652	55051768D	6920/0	03/11/2011	R\$ 127,69	233
MEZ9248	55051942D	6920/0	07/02/2012	R\$ 127,69	233
MEZ9589	54659507C	6556/4	21/11/2011	R\$ 191,53	230 * I
MFA2848	54658026C	6599/2	04/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFA8972	54108559D	5010/0	11/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFA8972	54108559D	6556/1	11/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
MFA8972	54108559D	6599/2	11/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFB4283	54108766D	7340/0	18/01/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MFB4983	55848496C	6653/2	20/10/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MFC8315	55051871D	6920/0	26/12/2011	R\$ 127,69	233
MFC8389	55271957C	6920/0	15/01/2010	R\$ 127,69	233
MFD1517	54108176D	6599/2	21/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFD1517	55052084D	5010/0	21/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFD6010	55679205C	5010/0	14/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFD6010	55679206C	6599/2	14/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFD6542	54108313D	6599/2	14/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFD6542	54108314D	5010/0	14/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFD6902	54109645D	6920/0	09/06/2011	R\$ 127,69	233
MFE1440	55273150C	6653/1	18/01/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MFE2255	55846952C	6599/2	31/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFE4557	54108695D	5010/0	11/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFE4557	54108696D	6599/2	11/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFE8412	55847591C	6653/1	09/05/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MFE8412	55847592C	6599/2	09/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFE8412	55847593C	5010/0	09/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFE9972	54109262D	6599/2	27/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFF4423	55272953C	5274/1	21/11/2009	R\$ 191,53	175
MFF4423	55272954C	5010/0	21/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFF4423	55272955C	5061/0	21/11/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MFF5157	55679703C	5037/1	11/06/2010	R\$ 574,61	162 * III
MFF5157	55679704C	6912/0	11/06/2010	R\$ 53,20	232
MFF6508	54107945D	6599/2	07/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFF6508	54107946D	5010/0	07/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFF6508	54107947D	5118/0	07/02/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFF9851	55848080C	6920/0	16/02/2011	R\$ 127,69	233
MFG1438	55273050C	5010/0	01/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFG1438	55273050C	6556/1	01/10/2011	R\$ 191,53	230 * I
MFG2994	55490736D	6599/2	18/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFH2801	54656419C	6599/2	21/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFH2801	54656420C	5010/0	21/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFH3755	54657258C	6599/2	04/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFH8292	55848198C	6920/0	12/05/2011	R\$ 127,69	233
MFI2123	55679994C	6912/0	28/04/2010	R\$ 53,20	232
MFI6262	55490867D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MFI7683	54109474D	5010/0	30/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFI8744	55272976C	6637/2	31/12/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFJ7080	55053987D	6599/2	04/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFJ7080	55053988D	6556/1	04/02/2012	R\$ 191,53	230 * I
MFJ7080	55053989D	5274/2	04/02/2012	R\$ 191,53	175
MFJ7080	55053990D	6912/0	04/02/2012	R\$ 53,20	232
MFK0702	55680132C	6599/2	21/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFK0702	55680133C	6912/0	21/04/2011	R\$ 53,20	232
MFK8169	55846958C	6599/2	06/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFK8524	54109669D	6920/0	21/06/2011	R\$ 127,69	233
MFL2118	55052166D	7340/0	17/03/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MFL2543	54108959D	6599/2	17/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFL2543	54108960D	5010/0	17/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFL9509	55793011D	5045/0	04/07/2012	R\$ 191,53	162 * V
MFM3723	55679062C	6920/0	16/06/2010	R\$ 127,69	233
MFM4438	55659906C	6912/0	13/03/2010	R\$ 53,20	232
MFM7955	54107816D	6580/0	28/04/2011	R\$ 191,53	230 * IV
MFM7955	54107817D	6599/2	28/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFN0231	54108271D	6580/0	18/08/2011	R\$ 191,53	230 * IV
MFN0231	54108271D	6599/2	18/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFN4669	54109694D	6920/0	14/07/2011	R\$ 127,69	233
MFP2710	54656948C	6920/0	12/03/2009	R\$ 127,69	233
MFP8545	54109820D	6920/0	15/09/2011	R\$ 127,69	233
MFP9813	55491606D	5010/0	23/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFP9813	55491606D	6599/2	23/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFR1751	55847957C	6920/0	08/11/2010	R\$ 127,69	233
MFS1069	54109030D	6599/2	14/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFS6218	55678995C	6920/0	11/05/2010	R\$ 127,69	233
MFS7920	55848125C	6920/0	30/03/2011	R\$ 127,69	233
MFT5071	55490034D	6599/2	05/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFT5071	55490035D	6912/0	05/02/2012	R\$ 53,20	232
MFT5071	55490036D	5045/0	05/02/2012	R\$ 191,53	162 * V
MFT5545	55051769D	6920/0	03/11/2011	R\$ 127,69	233
MFT6522	55848681C	6637/2	04/02/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MFV2700	55491831D	6599/2	11/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFV2967	55051810D	6920/0	18/11/2011	R\$ 127,69	233
MFV5570	54108753D	6599/2	11/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFV5570	55491676D	6912/0	02/04/2012	R\$ 53,20	232
MFV9940	55051754D	6920/0	18/10/2011	R\$ 127,69	233
MFV1410	55847852C	6556/4	20/12/2010	R\$ 191,53	230 * I
MFV1410	55847854C	6637/1	20/12/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MFV3778	55492295D	6912/0	02/07/2012	R\$ 53,20	232
MFY6504	54109666D	6920/0	21/06/2011	R\$ 127,69	233
MFY7447	55491964D	5010/0	26/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFY9432	55051855D	6920/0	16/12/2011	R\$ 127,69	233
MFY9432	55272333C	6599/2	15/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFZ1691	55051868D	6920/0	20/12/2011	R\$ 127,69	233
MFZ9269	55052424D	6653/2	23/12/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MGA3979	54658528C	5010/0	10/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGA3979	54658529C	6912/0	10/04/2010	R\$ 53,20	232
MGA3979	54658530C	5118/0	10/04/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGA8689	54109128D	6599/2	04/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGA9114	55847504C	5169/1	13/11/2010	R\$ 957,69	165
MGA9114	55847504C	6599/2	13/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGA9437	55490684D	7340/0	07/03/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MGB3141	55491401D	7340/0	18/04/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MGC0720	55680089C	6912/0	29/04/2010	R\$ 53,20	232
MGC1301	55051891D	6920/0	04/01/2012	R\$ 127,69	233
MGC9834	55679033C	6920/0	07/06/2010	R\$ 127,69	233



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MGD2805	55678878C	5010/0	20/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGE8798	55846480C	6556/1	05/07/2010	R\$ 191,53	230 * I
MGF8564	54109039D	6556/5	18/02/2011	R\$ 191,53	230 * I
MGF8564	55272582C	7340/0	13/11/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MGF8871	54108492D	5010/0	13/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGF8871	54108493D	5118/0	13/06/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGF8871	55679990C	5010/0	27/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGF8871	55680050C	6599/2	13/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGG1137	55490443D	6602/0	09/05/2012	R\$ 191,53	230 * VI
MGG5835	54656326C	5274/1	07/09/2009	R\$ 191,53	175
MGG5835	55848258C	7340/0	31/10/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MGG5845	54657842C	5010/0	30/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGG5845	55680035C	5010/0	07/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGH8143	55052389D	7340/0	06/02/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MGI0640	55492278D	6599/2	08/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGI1742	55272038C	6920/0	25/03/2010	R\$ 127,69	233
MGI4149	54108101D	5010/0	18/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGI4149	54108679D	5010/0	26/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGI4149	54108679D	6912/0	26/02/2011	R\$ 53,20	232
MGI4149	55847152C	6599/2	09/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGI7206	55679080C	6920/0	07/07/2010	R\$ 127,69	233
MGI9419	54660237C	5010/0	05/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGI9419	54660238C	6637/2	05/09/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MGJ4852	55846682C	5010/0	13/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGJ6158	54109961D	5045/0	12/06/2011	R\$ 191,53	162 * V
MGK1685	55052653D	6599/2	05/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGK6352	54109632D	6920/0	03/06/2011	R\$ 127,69	233
MGL2769	55272253C	5010/0	03/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGL7747	55679583C	6602/0	25/05/2010	R\$ 191,53	230 * VI
MGL7747	55679592C	6637/2	30/05/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MGL8515	55678880C	6912/0	29/06/2010	R\$ 53,20	232
MGM5582	54657385C	5010/0	06/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGM5582	54657386C	6599/2	06/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGN2454	55490421D	5010/0	14/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGN2454	55846957C	5010/0	03/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGN5750	55490115D	6599/2	13/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGO0730	54108738D	6912/0	03/03/2012	R\$ 53,20	232
MGO0911	55051957D	6920/0	08/02/2012	R\$ 127,69	233
MGO0911	55272026C	6920/0	15/03/2010	R\$ 127,69	233
MGO3660	55051872D	6920/0	26/12/2011	R\$ 127,69	233
MGO5402	55679140C	6920/0	10/09/2010	R\$ 127,69	233
MGO6371	54660529C	6912/0	29/12/2011	R\$ 53,20	232
MGO7505	54656436C	5010/0	21/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGO7505	55678937C	5010/0	25/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGP0742	54109562D	6599/2	11/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGP0742	54109563D	6580/0	11/07/2011	R\$ 191,53	230 * IV
MGP6025	54109648D	6920/0	10/06/2011	R\$ 127,69	233
MGP7278	55052136D	5010/0	15/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGP7278	55052137D	5061/0	15/02/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGP7278	55052137D	6599/2	15/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGP7278	55052138D	6602/0	15/02/2012	R\$ 191,53	230 * VI
MGP7278	55052138D	6637/2	15/02/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MGP8770	54107746D	6912/0	21/05/2012	R\$ 53,20	232
MGP8770	54109020D	5010/0	06/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGP8770	54109020D	6912/0	06/02/2011	R\$ 53,20	232
MGP8770	55052397D	6599/2	12/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGQ5040	54109002D	6912/0	01/02/2011	R\$ 53,20	232
MGQ7950	55679991C	7340/0	28/04/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MGQ8802	55492183D	6920/0	14/06/2012	R\$ 127,69	233
MGQ9254	54107695D	5010/0	05/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGQ9254	54107696D	5118/0	05/06/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGQ9254	54108060D	7340/0	10/02/2011	R\$ 85,12	252 * IV
MGR1045	54108275D	6599/2	26/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGR5222	54109031D	5010/0	17/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGR5222	54109031D	6599/2	17/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGR5222	55273202C	5010/0	16/12/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGR8014	54109585D	5010/0	26/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGR8014	54109587D	5118/0	26/08/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGS2240	55847159C	5010/0	06/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGS2240	55847160C	5061/0	06/12/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGS2240	55847161C	6653/1	06/12/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MGT1519	55491627D	5010/0	20/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGT1519	55491628D	6599/2	20/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGT4300	55679039C	6920/0	02/06/2010	R\$ 127,69	233



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MGT5640	55490852D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MGT8882	55051795D	6920/0	08/11/2011	R\$ 127,69	233
MGU0023	55848061C	6920/0	26/01/2011	R\$ 127,69	233
MGV6345	54108371D	6599/2	11/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGV6345	54108372D	5010/0	11/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGV6345	54109305D	6556/4	11/08/2011	R\$ 191,53	230 * I
MGV6345	54109306D	6726/1	11/08/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGV7879	55848483C	5045/0	09/02/2011	R\$ 191,53	162 * V
MGW6340	55272346C	6599/2	31/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGW6340	55272347C	5010/0	31/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGW8213	55678843C	7340/0	20/04/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MGX3977	54108810D	5010/0	12/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGX3977	54108811D	5118/0	12/02/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGX3977	54108812D	6610/2	12/02/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MGY9840	54109675D	6920/0	29/06/2011	R\$ 127,69	233
MGY9840	55052604D	5010/0	30/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGZ2191	55847191C	6661/0	24/11/2011	R\$ 127,69	230 * XII
MGZ4816	55273006C	5010/0	29/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGZ4851	55271930C	6920/0	27/12/2009	R\$ 127,69	233
MGZ5220	55846640C	6556/1	27/07/2010	R\$ 191,53	230 * I
MGZ6191	55847179C	6599/2	22/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGZ6191	55847181C	6653/1	22/04/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MGZ6191	55847192C	5010/0	24/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGZ8235	54107673D	6599/2	16/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGZ8605	55659942C	6637/2	26/08/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MGZ8605	55659949C	6637/2	08/11/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MGZ8605	55659950C	5010/0	08/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGZ8605	55678870C	6556/1	11/06/2010	R\$ 191,53	230 * I
MGZ8605	55678871C	5010/0	11/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGZ8605	55678872C	6556/4	11/06/2010	R\$ 191,53	230 * I
MGZ8605	55680015C	6912/0	18/06/2010	R\$ 53,20	232
MHA1827	54108581D	6599/2	22/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHA1827	55678702C	5010/0	17/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHA4400	54109643D	6920/0	09/06/2011	R\$ 127,69	233
MHA7311	55793054D	5010/0	08/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHA7311	55847961C	6920/0	11/11/2010	R\$ 127,69	233
MHB4377	55848929C	5010/0	15/01/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHC1799	55847765C	6599/2	13/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
MHC9445	54109714D	6920/0	27/07/2011	R\$ 127,69	233
MHD3563	55848533C	6599/2	29/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHD3582	54109978D	5045/0	15/08/2011	R\$ 191,53	162 * V
MHD8051	55273066C	6912/0	18/04/2010	R\$ 53,20	232
MHD8131	54658050C	6912/0	14/01/2012	R\$ 53,20	232
MHE4293	54108993D	6599/2	31/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHE4293	54108994D	5010/0	31/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHF2182	55491358D	6599/2	01/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHF2182	55491361D	6653/2	01/05/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MHG0037	55848696C	5045/0	22/02/2011	R\$ 191,53	162 * V
MHG2602	55051843D	6920/0	05/12/2011	R\$ 127,69	233
MHH5350	55793506D	5010/0	31/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHH5350	55793506D	6556/4	31/08/2012	R\$ 191,53	230 * I
MHH6485	54660542C	6912/0	13/01/2012	R\$ 53,20	232
MHH6485	55490853D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MHI4269	55847947C	6599/2	25/01/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHI4524	54109008D	5010/0	02/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHI4524	54109008D	6599/2	02/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHI7885	55846488C	6912/0	06/07/2010	R\$ 53,20	232
MHJ1066	55491762D	5010/0	16/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHJ1066	55491765D	5274/1	16/06/2012	R\$ 191,53	175
MHJ3860	55051851D	6920/0	09/12/2011	R\$ 127,69	233
MHL2184	55847857C	5010/0	20/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHN4422	55659980C	6912/0	20/04/2010	R\$ 53,20	232
MHN4422	55847534C	7340/0	17/02/2011	R\$ 85,12	252 * IV
MHO8290	55848501C	7340/0	24/12/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MHP2469	55659244C	7340/0	18/01/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MHQ4109	55848882C	5010/0	02/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHQ4109	55848882C	5118/0	02/06/2011	R\$ 574,61	162 c/c 162 * I
MHU1810	55051895D	6920/0	11/01/2012	R\$ 127,69	233
MHU4160	54659372C	6599/2	04/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHU4160	54659373C	5010/0	04/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHV1619	55490662D	5010/0	21/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHV7302	54108688D	5045/0	11/03/2011	R\$ 191,53	162 * V
MHV8136	55053066D	5010/0	23/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHV8136	55053067D	6637/2	23/12/2011	R\$ 127,69	230 * IX



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MHW7164	55052636D	6912/0	01/12/2011	R\$ 53,20	232
MHX3838	54107824D	5010/0	04/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHX4377	55490133D	6912/0	16/03/2012	R\$ 53,20	232
MHX5479	55274289C	5010/0	05/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHX7663	54658092C	6653/2	22/06/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MHX7663	54658093C	5010/0	22/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHX7663	55272193C	5010/0	01/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHX7663	55679295C	5010/0	30/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHX7663	55679392C	5010/0	24/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHX7663	55679393C	6602/0	24/05/2010	R\$ 191,53	230 * VI
MHY5830	55271826C	6920/0	22/09/2009	R\$ 127,69	233
MHY8090	55491450D	5045/0	06/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
MHY8487	55491674D	5045/0	30/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
MHZ2787	54108814D	5010/0	02/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHZ2787	54109991D	5274/2	15/09/2011	R\$ 191,53	175
MHZ9142	54109553D	6912/0	05/07/2011	R\$ 53,20	232
MIA1793	54107868D	5010/0	16/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIA1793	54107869D	5118/0	16/04/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIA1793	54107870D	5274/1	16/04/2011	R\$ 191,53	175
MIA2436	54109791D	6920/0	06/09/2011	R\$ 127,69	233
MIB3034	55052057D	6599/2	08/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MIB3963	55053767D	6912/0	13/01/2012	R\$ 53,20	232
MIC1073	55490138D	6912/0	22/03/2012	R\$ 53,20	232
MID3293	54109970D	5010/0	03/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MID8705	55679133C	6920/0	30/08/2010	R\$ 127,69	233
MIE2179	55848537C	5010/0	20/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIG3423	54110003D	5010/0	28/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIG3423	55053062D	6610/2	11/11/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MIG3769	55491362D	6700/2	04/05/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MIG6960	54109654D	6920/0	15/06/2011	R\$ 127,69	233
MIG9355	54108338D	5010/0	20/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIG9355	54108339D	5061/0	20/06/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MIG9355	54108408D	5010/0	29/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIG9355	54108409D	5118/0	29/05/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIH9969	55848447C	5010/0	08/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIK7923	55052379D	5010/0	06/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIL0361	55848179C	6920/0	27/04/2011	R\$ 127,69	233
MIL8732	55052254D	5010/0	23/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIM2492	55490391D	6599/2	21/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIM4200	55846926C	5010/0	20/01/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIM4200	55846927C	6912/0	20/01/2011	R\$ 53,20	232
MIM7206	55490711D	5010/0	07/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIM7206	55491511D	5010/0	23/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIM9265	55490131D	5010/0	13/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIN4205	55492296D	5010/0	02/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIN7149	54659024C	6599/2	12/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIN7149	54659025C	5010/0	12/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIN7149	54659026C	6912/0	12/05/2012	R\$ 53,20	232
MIN7149	54659027C	7340/0	12/05/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MIO7918	55491817D	5010/0	05/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIO7918	55491818D	6912/0	05/05/2012	R\$ 53,20	232
MIO9823	55491305D	6637/1	30/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MIO9823	55491306D	5010/0	30/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIO9823	55491721D	5010/0	10/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIQ6837	55793503D	5010/0	31/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIR7670	54109707D	6920/0	25/07/2011	R\$ 127,69	233
MIT0319	55491433D	5010/0	27/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIU9646	55051802D	6920/0	18/11/2011	R\$ 127,69	233
MIU9926	55052357D	5010/0	20/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIV1939	55793020D	6599/2	04/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIX4522	54109443D	6912/0	03/11/2011	R\$ 53,20	232
MIX4522	55053889D	5045/0	12/01/2012	R\$ 191,53	162 * V
MIX4650	55051993D	6920/0	02/04/2012	R\$ 127,69	233
MJH0597	55490865D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MJH3398	55052372D	5010/0	28/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJJ8419	55492454D	6912/0	24/07/2012	R\$ 53,20	232
MJM7930	55271933C	6920/0	27/12/2009	R\$ 127,69	233
MJM7960	54108489D	5010/0	09/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MJM7960	54108490D	5118/0	09/06/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJM9390	55051944D	6920/0	08/02/2012	R\$ 127,69	233
MJN3699	55490947D	6920/0	21/05/2012	R\$ 127,69	233
MJP3539	54109148D	6700/1	10/08/2011	R\$ 127,69	230 * XVI
MJP7670	55490895D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MJX7791	55491432D	6912/0	27/04/2012	R\$ 53,20	232



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MKI0800	55848169C	6920/0	25/04/2011	R\$ 127,69	233
MKS7470	55490894D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MKS7510	54109618D	6920/0	27/05/2011	R\$ 127,69	233
MMM7878	54109702D	6920/0	14/07/2011	R\$ 127,69	233
MMM7878	55271923C	6920/0	15/12/2009	R\$ 127,69	233
MPN6370	55848160C	6920/0	19/04/2011	R\$ 127,69	233
MRR0128	55271987C	6920/0	12/02/2010	R\$ 127,69	233
MTR5778	55051862D	6920/0	22/12/2011	R\$ 127,69	233
MVV6271	55679813C	6912/0	13/05/2010	R\$ 53,20	232
NKJ7899	55793285D	6920/0	04/09/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1369/2012
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADA3315	54108258D	5622/1	15/05/2011	R\$ 53,20	182 * VI
ADG5925	54657349C	5541/4	20/09/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
ADU8368	55490293D	5835/0	04/03/2012	R\$ 127,69	195
AGC9407	55680136C	5460/0	27/05/2011	R\$ 85,12	181 * IX
AHC5260	55679508C	5541/4	05/08/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
AHO5475	55272421C	5541/1	04/10/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
AID8064	55274151C	5525/0	15/01/2010	R\$ 85,12	181 * XV
AIY5078	55659240C	5541/1	10/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AIZ2005	55679328C	5452/5	02/06/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
AJE8521	55490211D	5231/1	21/01/2012	R\$ 85,12	172
AJI5497	55846469C	7366/2	01/07/2010	R\$ 85,12	252 * VI
AKO7586	55847706C	5541/1	25/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
ALA1046	55847802C	5550/0	18/12/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
ALM7783	55272713C	5525/0	03/01/2010	R\$ 85,12	181 * XV
ALT3191	55848794C	5541/3	28/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ALT3191	55848796C	5541/3	28/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
APY5206	55848382C	5185/1	23/04/2012	R\$ 127,69	167
AQX3198	55492414D	5452/2	20/06/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
ARQ0639	55679339C	5541/1	04/06/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
BHF1779	55273795C	5550/0	19/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
BKO1066	55846646C	5541/1	03/08/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
BNR1550	55272890C	5541/4	15/12/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
BPL2444	55272875C	5541/4	25/11/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
BSE8741	55272451C	5541/4	28/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
BSR7440	55272825C	5541/1	21/01/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
BTF0737	54657581C	5525/0	10/10/2009	R\$ 85,12	181 * XV
BUV8426	55660012C	5738/0	23/03/2010	R\$ 191,53	186 * II
CDF8220	55678830C	5185/1	19/04/2010	R\$ 127,69	167
CDL9044	54659101C	5541/1	23/10/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
CDW9899	54659376C	5541/4	10/11/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
CFS3105	55679720C	5720/0	16/06/2010	R\$ 127,69	186 * I
CFS3105	55848359C	5185/1	05/11/2010	R\$ 127,69	167
CFW4575	54658025C	5185/1	24/11/2011	R\$ 127,69	167
CIN2523	55847257C	5541/4	11/10/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
CIU5931	55273035C	5541/1	03/02/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
CIV7766	55490964D	5541/4	30/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CJT8588	55052308D	5541/1	20/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
CMU4036	55490960D	5541/4	30/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
COI8992	55490154D	5460/0	21/01/2012	R\$ 85,12	181 * IX
CRB2825	55272774C	5550/0	30/10/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
CTM1010	54660467C	5568/0	27/01/2009	R\$ 127,69	181 * XIX
CVE5231	54108881D	5525/0	27/01/2011	R\$ 85,12	181 * XV
CWH0549	55490234D	7366/2	01/02/2012	R\$ 85,12	252 * VI
DGB2027	55274110C	5550/0	15/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
DJC3592	55848240C	5541/1	29/10/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
DJN5917	55274037C	5185/1	20/01/2010	R\$ 127,69	167
DKZ7155	55848669C	5541/1	30/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
DMH5104	54108922D	5525/0	21/01/2011	R\$ 85,12	181 * XV



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

DMX1700	55680153C	5452/2	13/04/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
ECN1010	55679515C	7366/2	21/08/2010	R\$ 85,12	252 * VI
EXE3903	54659530C	5215/2	26/03/2012	R\$ 191,53	170
EXE3903	54659532C	5835/0	26/03/2012	R\$ 127,69	195
FGX0905	55490364D	5185/1	31/01/2012	R\$ 127,69	167
FGX0905	55490365D	7366/2	31/01/2012	R\$ 85,12	252 * VI
GTW8346	55273776C	5550/0	10/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
HBU0357	55052526D	5487/0	06/09/2011	R\$ 127,69	181 * XI
HDM7852	55052596D	6017/5	10/10/2011	R\$ 191,53	206 * III
HDM7852	55052597D	5835/0	10/10/2011	R\$ 127,69	195
HEI3445	55659981C	5550/0	24/04/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
HEI9914	55052503D	6017/5	02/09/2011	R\$ 191,53	206 * III
HPP5940	55848296C	5436/0	11/11/2010	R\$ 85,12	181 * VI
HQE3166	55491708D	5541/5	16/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
HQZ5817	55052520D	5541/4	06/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
HYI8009	55659894C	5185/1	24/03/2010	R\$ 127,69	167
HZO8349	55678797C	5452/1	25/09/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
IAV7946	55272736C	5541/1	02/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
IBL0366	55678939C	5550/0	25/04/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
IBP0560	55273900C	5185/1	11/01/2010	R\$ 127,69	167
IBQ7251	55273328C	6076/0	01/01/2010	R\$ 191,53	210
IDO8806	55274065C	5428/1	16/01/2010	R\$ 191,53	181 * V
IDP6097	55659471C	5185/1	19/02/2010	R\$ 127,69	167
IDS8171	54108151D	5460/0	19/04/2011	R\$ 85,12	181 * IX
IEL0146	55660189C	5550/0	28/04/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
IEP5431	55491842D	5541/4	26/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IEQ6272	55272649C	5541/1	06/12/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
IFO9609	55273476C	6068/1	15/02/2010	R\$ 127,69	209
IGB0051	55847673C	5541/4	07/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
IHA4634	55272661C	7056/1	17/01/2010	R\$ 191,53	244 * III
IHC6745	55660024C	6017/5	16/04/2010	R\$ 191,53	206 * III
IHU5244	55274223C	5550/0	13/02/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
IIX9753	55659354C	6017/5	30/01/2010	R\$ 191,53	206 * III
IJJ1000	55273267C	5550/0	30/12/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
IJJ1000	55273268C	5746/1	30/12/2009	R\$ 85,12	187 * I
IJV7629	55273583C	5550/0	09/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
IJV8137	55273375C	5550/0	29/12/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
IKL6443	55678757C	5967/0	14/06/2010	R\$ 191,53	203 * V
IKL6443	55847602C	7030/2	30/11/2010	R\$ 191,53	244 * I
IKL6443	55847603C	5541/1	30/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
IKW2997	55846717C	5541/5	12/08/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
ILC5297	55793671D	5541/1	22/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ILJ3782	55273774C	5550/0	10/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
ING9924	55490270D	5460/0	21/02/2012	R\$ 85,12	181 * IX
INS0449	55847903C	5550/0	27/12/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
INT7198	55491559D	5746/1	11/03/2012	R\$ 85,12	187 * I
IOD6139	55490431D	5541/1	03/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IOH5380	55272763C	5452/2	29/10/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
IOS6942	54108519D	5487/0	18/10/2011	R\$ 127,69	181 * XI
IOX1040	55490087D	5460/0	09/05/2012	R\$ 85,12	181 * IX
IPQ9332	55490414D	5550/0	12/02/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
JFW5927	55659251C	5568/0	25/01/2010	R\$ 127,69	181 * XIX
KAJ2370	55272871C	5550/0	25/11/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
KDX8377	55491723D	5460/0	18/04/2012	R\$ 85,12	181 * IX
KJR1005	55273315C	5541/1	21/12/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
KMN3604	55052315D	5967/0	21/11/2011	R\$ 191,53	203 * V
KOO1616	55273680C	5541/1	03/01/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
KZR7451	55848385C	5185/1	23/04/2012	R\$ 127,69	167
LCV9088	54108923D	5550/0	23/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
LNK7624	55678892C	5460/0	10/08/2010	R\$ 85,12	181 * IX
LNW6353	55490762D	5185/1	28/03/2012	R\$ 127,69	167
LOF7469	55848795C	5541/4	28/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LRF2682	55052461D	5541/1	29/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LWR3457	55273412C	5550/0	27/12/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
LWT0009	55272062C	5541/4	02/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LWT0009	55272127C	5541/4	02/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LWT0009	55679441C	5541/1	13/05/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LWT0009	55846547C	5380/0	20/07/2010	R\$ 85,12	181 * I
LWV5083	54659233C	5185/1	14/12/2009	R\$ 127,69	167
LWV9972	55274205C	5550/0	16/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
LWW5773	55680117C	5541/1	29/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LWZ0558	54657632C	5479/0	01/01/2010	R\$ 85,12	181 * X
LXA9370	55272994C	5452/1	03/02/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
LXB3176	55848263C	5185/1	31/10/2010	R\$ 127,69	167



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

LXD7481	55846565C	5541/1	05/08/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LXD9503	55273308C	5541/4	21/12/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LXE1794	55491959D	7048/1	18/05/2012	R\$ 191,53	244 * II
LXE1794	55491960D	5835/0	18/05/2012	R\$ 127,69	195
LXE9246	55848859C	5479/0	04/02/2011	R\$ 85,12	181 * X
LXF1057	55659966C	6017/5	10/04/2010	R\$ 191,53	206 * III
LXJ4856	55678916C	5541/1	23/04/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LXJ5138	55678889C	5207/0	05/08/2010	R\$ 53,20	169
LXJ5138	55847472C	5185/1	15/11/2010	R\$ 127,69	167
LXJ5138	55847473C	5746/1	15/11/2010	R\$ 85,12	187 * I
LXM8876	54657206C	5550/0	12/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
LXO6076	54108255D	5487/0	27/04/2011	R\$ 127,69	181 * XI
LXP0498	55274112C	5525/0	15/01/2010	R\$ 85,12	181 * XV
LXP3375	55272837C	5835/0	12/04/2010	R\$ 127,69	195
LXR5468	55846703C	5541/4	09/08/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LXR8213	55491802D	5541/1	27/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXS1053	55659387C	5835/0	13/03/2010	R\$ 127,69	195
LXT1929	54109245D	5185/1	10/01/2012	R\$ 127,69	167
LXU1757	55052090D	5541/5	09/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXW0294	55273765C	5568/0	08/01/2010	R\$ 127,69	181 * XIX
LXW8487	55848619C	5541/1	28/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LXX9476	55052247D	5541/4	04/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXX9976	54108741D	5746/1	03/03/2012	R\$ 85,12	187 * I
LXZ1361	55490064D	5746/1	28/01/2012	R\$ 85,12	187 * I
LYE6057	55274020C	5185/1	15/01/2010	R\$ 127,69	167
LYG3252	55490459D	7048/1	12/02/2012	R\$ 191,53	244 * II
LYG8748	55490657D	5185/1	18/02/2012	R\$ 127,69	167
LYG8748	55490658D	5185/2	18/02/2012	R\$ 127,69	167
LYL7213	55273555C	5525/0	05/01/2010	R\$ 85,12	181 * XV
LYL7369	55491720D	5541/1	18/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYO6003	54657549C	6033/0	11/09/2009	R\$ 191,53	206 * V
LYO6239	54109274D	5746/3	12/08/2011	R\$ 85,12	187 * I
LYS4263	54109476D	5967/0	11/01/2012	R\$ 191,53	203 * V
LYT6829	55273904C	7080/0	09/01/2010	R\$ 85,12	244 * VI
LYV9529	55272482C	5541/5	20/01/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LYV9775	55490173D	7048/1	22/05/2012	R\$ 191,53	244 * II
LYW6226	55679830C	5207/0	13/10/2010	R\$ 53,20	169
LYY0477	54108206D	5967/0	11/08/2011	R\$ 191,53	203 * V
LYY2512	55273975C	5452/1	04/03/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
LZA1412	54657846C	7048/1	08/11/2009	R\$ 191,53	244 * II
LZA4546	55272681C	5240/0	02/07/2010	R\$ 574,61	173
LZB1568	55273208C	5550/0	19/12/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
LZB4391	54110004D	5452/2	01/07/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
LZB7066	54657237C	5541/5	27/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LZC8127	55846518C	5541/1	14/07/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LZE5407	55052396D	5185/1	12/02/2012	R\$ 127,69	167
LZE7697	55052549D	5541/1	08/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LZH5070	55490977D	6017/5	17/05/2012	R\$ 191,53	206 * III
LZK2540	55490076D	5835/0	01/05/2012	R\$ 127,69	195
LZK2540	55679480C	5541/5	28/05/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LZK4371	55273466C	5541/4	08/01/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LZP9821	55052371D	5541/1	16/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZQ3514	55052256D	5541/1	07/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZR5155	55274155C	5185/1	15/01/2010	R\$ 127,69	167
LZU1771	55272430C	5185/1	07/10/2009	R\$ 127,69	167
LZW4618	55846913C	5541/1	22/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LZW5875	55272892C	6017/5	15/12/2009	R\$ 191,53	206 * III
MAC3226	55659946C	6050/1	15/10/2010	R\$ 191,53	208
MAC6318	54107652D	5991/0	12/03/2011	R\$ 191,53	206 * I
MAC8965	55680051C	5525/0	07/03/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MAF0316	55490214D	5746/1	21/01/2012	R\$ 85,12	187 * I
MAF1043	54108359D	7056/1	31/05/2011	R\$ 191,53	244 * III
MAI0560	55848876C	5835/0	14/03/2011	R\$ 127,69	195
MAI4871	55492103D	5525/0	27/05/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MAJ7908	55272136C	5541/5	10/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAK2766	55053841D	5568/0	17/01/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MAK5619	54108508D	5509/0	21/06/2011	R\$ 85,12	181 * XIII
MAL1505	54108774D	6041/2	30/03/2012	R\$ 127,69	207
MAL8372	55053188D	5452/1	24/01/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MAM8924	55679563C	5550/0	17/05/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAN0967	55052228D	5541/4	10/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAN4700	55491439D	7366/2	30/04/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MAN7136	55273972C	5541/3	08/09/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MAN8695	54108898D	5550/0	29/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MAO1631	54108525D	5185/1	20/11/2011	R\$ 127,69	167
MAO1631	55492301D	5738/0	27/05/2012	R\$ 191,53	186 * II
MAO3688	54659039C	5185/1	15/05/2012	R\$ 127,69	167
MAR0616	55848245C	5541/4	29/10/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MAR5123	55491854D	5835/0	11/05/2012	R\$ 127,69	195
MAR7456	55490764D	5835/0	31/03/2012	R\$ 127,69	195
MAR8858	54659133C	5541/1	27/01/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MAS2801	55679594C	5550/0	31/05/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAT0820	55053108D	5541/4	06/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAU3974	55273748C	6017/5	01/02/2010	R\$ 191,53	206 * III
MAU7521	55491681D	5541/4	02/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAV4915	55272751C	5550/0	28/10/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAX0288	54658120C	5550/0	24/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAX1705	55659988C	5550/0	19/05/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAX5361	55052338D	5606/0	06/12/2011	R\$ 53,20	182 * IV
MAX5495	54107671D	5835/0	05/05/2011	R\$ 127,69	195
MAX5495	54107672D	5207/0	05/05/2011	R\$ 53,20	169
MAX6572	54108568D	5720/0	08/10/2011	R\$ 127,69	186 * I
MAX6572	54108568D	5819/6	08/10/2011	R\$ 574,61	193
MAX6572	54108568D	5835/0	08/10/2011	R\$ 127,69	195
MAY2285	54108900D	5550/0	05/02/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAY3905	55273020C	7030/1	15/08/2010	R\$ 191,53	244 * I
MAZ0283	55491501D	5878/0	01/03/2012	R\$ 85,12	199
MBB2008	55491570D	5207/0	04/05/2012	R\$ 53,20	169
MBB2008	55491571D	5835/0	04/05/2012	R\$ 127,69	195
MBB9930	55659305C	5525/0	29/01/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MBF1721	55848475C	7030/2	04/02/2011	R\$ 191,53	244 * I
MBF6107	55679340C	5541/1	04/06/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG0457	55679749C	5452/2	19/07/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MBG4432	55659634C	5525/0	08/02/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MBG5983	55659653C	5525/0	10/02/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MBG5983	55678847C	5185/1	20/04/2010	R\$ 127,69	167
MBG5983	55846470C	5436/0	02/07/2010	R\$ 85,12	181 * VI
MBG5983	55846904C	7366/2	23/09/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MBJ0192	55793062D	5452/1	08/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MBJ6914	55053778D	5479/0	22/01/2012	R\$ 85,12	181 * X
MBK1247	54657880C	7030/1	10/06/2010	R\$ 191,53	244 * I
MBK1247	54657882C	5207/0	10/06/2010	R\$ 53,20	169
MBK2565	55490205D	5746/1	16/01/2012	R\$ 85,12	187 * I
MBL0580	55274249C	5541/4	22/02/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MBL2337	55679505C	5185/1	08/07/2010	R\$ 127,69	167
MBL3809	55052688D	5746/1	05/01/2012	R\$ 85,12	187 * I
MBM0857	54108613D	5193/0	07/01/2011	R\$ 191,53	168
MBM8903	55846499C	7102/1	07/07/2010	R\$ 85,12	244 * VIII
MBN2854	55659353C	5207/0	25/01/2010	R\$ 53,20	169
MBN5166	55272281C	5215/2	09/10/2009	R\$ 191,53	170
MBN5166	55272282C	5835/0	09/10/2009	R\$ 127,69	195
MBN5166	55272283C	5720/0	09/10/2009	R\$ 127,69	186 * I
MBO0538	54657788C	5185/1	20/04/2012	R\$ 127,69	167
MBO2035	55679816C	5550/0	31/05/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBO7084	55272297C	5541/1	05/11/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MBP4171	55052016D	5835/0	06/11/2011	R\$ 127,69	195
MBP5089	55659404C	5185/1	23/01/2010	R\$ 127,69	167
MBQ3091	55678837C	5967/0	19/04/2010	R\$ 191,53	203 * V
MBQ5657	55052017D	5835/0	06/11/2011	R\$ 127,69	195
MBR6443	55659569C	5541/4	09/03/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MBR9386	55052116D	7030/2	13/12/2011	R\$ 191,53	244 * I
MBS7800	54657754C	5550/0	31/10/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBV7394	55490206D	5746/1	16/01/2012	R\$ 85,12	187 * I
MBV7394	55491518D	7064/0	21/05/2012	R\$ 191,53	244 * IV
MBV9529	54658524C	5207/0	19/10/2009	R\$ 53,20	169
MBW2182	55660174C	5185/1	27/03/2010	R\$ 127,69	167
MBW5452	55659705C	5185/1	09/02/2010	R\$ 127,69	167
MBW6134	55847708C	5452/2	26/11/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MBW7116	55678823C	5185/2	19/04/2010	R\$ 127,69	167
MBW8676	54108009D	5550/0	08/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBW9723	54108454D	5541/4	11/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW9723	54108457D	5541/4	11/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBX5647	55272769C	5550/0	30/10/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBY8200	55659807C	5550/0	15/02/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBY8527	54110036D	7307/0	04/08/2011	R\$ 85,12	251 * II
MBZ3285	55273462C	5550/0	03/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBZ3320	55848507C	5550/0	27/12/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBZ5454	55660136C	5550/0	26/05/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MBZ6171	55680128C	7056/1	29/01/2011	R\$ 191,53	244 * III
MBZ8885	54109380D	5541/4	08/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB5970	54109532D	7030/1	15/08/2011	R\$ 191,53	244 * I
MCB9573	55846453C	5541/1	28/06/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MCC9161	55052214D	5380/0	06/12/2011	R\$ 85,12	181 * I
MCD8388	55679533C	5525/0	02/11/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MCE5847	55273299C	5525/0	03/01/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MCE6187	54108676D	5835/0	26/02/2011	R\$ 127,69	195
MCE6187	54108678D	5266/3	26/02/2011	R\$ 957,69	174
MCF1589	54108304D	5835/0	19/04/2011	R\$ 127,69	195
MCF5905	55272506C	7056/1	13/11/2009	R\$ 191,53	244 * III
MCF5905	55272507C	5835/0	13/11/2009	R\$ 127,69	195
MCG6553	55052576D	7056/1	18/09/2011	R\$ 191,53	244 * III
MCG6553	55679284C	5550/0	26/08/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCH1856	55848894C	7269/0	11/01/2012	R\$ 85,12	250 * I * d
MCI4202	55052250D	7064/0	03/04/2012	R\$ 191,53	244 * IV
MCJ4285	55273528C	5185/1	02/01/2010	R\$ 127,69	167
MCJ4285	55491403D	5185/1	18/04/2012	R\$ 127,69	167
MCJ8483	55272370C	5568/0	15/09/2009	R\$ 127,69	181 * XIX
MCK5965	55847458C	5541/1	12/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MCM5047	54108927D	5550/0	23/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCN0813	54659327C	5541/1	18/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCN1605	54659244C	5185/1	15/12/2009	R\$ 127,69	167
MCN2602	54659381C	7366/1	10/11/2009	R\$ 85,12	252 * VI
MCN2602	54659392C	5185/1	19/12/2009	R\$ 127,69	167
MCN5468	54108456D	5541/4	11/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCO2253	55847656C	5541/1	22/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MCO2999	55490243D	5568/0	04/02/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MCO4273	55659919C	7048/1	10/05/2010	R\$ 191,53	244 * II
MCQ1803	55848890C	5509/0	09/01/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MCS4713	54658070C	7056/1	24/10/2009	R\$ 191,53	244 * III
MCS4713	55272651C	5835/0	24/10/2009	R\$ 127,69	195
MCV0845	54658117C	5550/0	24/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCV0845	55659420C	5550/0	23/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCV1638	55273737C	5185/1	26/01/2010	R\$ 127,69	167
MCV2487	55678761C	5720/0	04/09/2010	R\$ 127,69	186 * I
MCV2591	55272864C	5550/0	17/11/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCV8778	55272643C	7366/2	30/11/2009	R\$ 85,12	252 * VI
MCX8993	55846755C	5541/1	06/09/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ1669	55272074C	5541/1	17/11/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MDA8518	55272862C	5525/0	13/11/2009	R\$ 85,12	181 * XV
MDA8518	55272863C	5452/1	13/11/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MDA9512	55680053C	5525/0	07/03/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MDC9455	55052007D	5835/0	04/11/2011	R\$ 127,69	195
MDD2474	55680147C	5541/1	02/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDD5133	55272697C	5207/0	18/05/2011	R\$ 53,20	169
MDD5133	55272697C	5215/2	18/05/2011	R\$ 191,53	170
MDD5133	55272697C	5835/0	18/05/2011	R\$ 127,69	195
MDE2017	55273723C	5185/2	19/01/2010	R\$ 127,69	167
MDE3309	55793156D	7366/2	05/09/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MDE5046	55848362C	5541/1	11/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MDE5823	54109984D	7030/2	31/08/2011	R\$ 191,53	244 * I
MDE8219	55659579C	5550/0	11/03/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDE9039	55847753C	5541/1	13/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MDE9837	55846586C	5541/3	15/10/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MDF5843	55659322C	5452/1	29/01/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MDF6389	55848389C	5541/1	08/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDG0792	55847112C	5550/0	18/12/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDG0792	55847803C	5550/0	18/12/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDI1845	54108280D	6076/0	22/09/2011	R\$ 191,53	210
MDI9946	55659557C	5550/0	23/02/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDJ3961	55053109D	5541/4	06/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ9805	55492013D	5444/0	26/06/2012	R\$ 53,20	181 * VII
MDK3156	54657781C	7048/1	22/02/2012	R\$ 191,53	244 * II
MDK3987	55491421D	5207/0	24/04/2012	R\$ 53,20	169
MDK8668	55052528D	5541/4	10/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDM3587	55679299	6017/5	15/09/2010	R\$ 191,53	206 * III
MDO0628	55272222C	5541/1	24/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MDO6732	54108119D	7366/2	01/11/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MDO9297	55679767C	5720/0	06/06/2010	R\$ 127,69	186 * I
MDO9297	55679768C	5835/0	06/06/2010	R\$ 127,69	195
MDO9297	55679769C	7269/0	06/06/2010	R\$ 85,12	250 * I * d
MDP0772	55847858C	7030/1	31/12/2010	R\$ 191,53	244 * I
MDP0772	55847860C	5819/1	31/12/2010	R\$ 574,61	193



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MDP6672	55273553C	5525/0	05/01/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MDQ3550	55272886C	5541/1	13/12/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR0613	55490823D	5541/3	09/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR6884	55490816D	5541/1	07/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR9528	55848735C	5541/5	29/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MDS4658	55679262C	7048/1	26/06/2010	R\$ 191,53	244 * II
MDS6554	55490969D	5541/4	30/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDS7592	55846732C	5541/4	01/10/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MDT7415	55052050D	5541/1	17/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDV2585	54108669D	5819/1	13/02/2011	R\$ 574,61	193
MDV7991	55847811C	5541/1	21/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MDW4191	55492288D	7234/0	11/06/2012	R\$ 85,12	250 * I * a
MDW5088	55846562C	5550/0	02/08/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDW5088	55847725C	6050/2	09/12/2010	R\$ 191,53	208
MDX2399	55490121D	7048/1	01/03/2012	R\$ 191,53	244 * II
MDX7984	55847143C	5550/0	05/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDY7633	54107603D	5550/0	09/02/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDY9900	55660194C	5541/4	24/05/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MDZ3239	55273164C	5487/0	22/12/2009	R\$ 127,69	181 * XI
MEB2206	55679305C	7030/1	30/05/2010	R\$ 191,53	244 * I
MEB8195	55052487D	5479/0	03/01/2012	R\$ 85,12	181 * X
MEC0832	55847676C	5550/0	07/12/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEC3933	55272170C	7030/2	30/03/2010	R\$ 191,53	244 * I
MEC3933	55272171C	5835/0	30/03/2010	R\$ 127,69	195
MEC3933	55272176C	7030/2	09/04/2010	R\$ 191,53	244 * I
MEC4625	54108260D	5541/4	27/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEC8623	54657546C	5550/0	11/09/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEC8730	55680063C	7366/2	07/03/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MEE8487	55848549C	6050/2	20/01/2012	R\$ 191,53	208
MEE8487	55848550C	5835/0	20/01/2012	R\$ 127,69	195
MEF3159	55052134D	7048/1	14/02/2012	R\$ 191,53	244 * II
MEG2298	54108932D	5550/0	23/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEH0372	55272682C	5240/0	02/07/2010	R\$ 574,61	173
MEI8701	55272087C	5541/1	15/12/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEJ4126	55679733C	5550/0	01/07/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEK7514	55272468C	5720/0	27/10/2009	R\$ 127,69	186 * I
MEL0532	55491351D	5835/0	22/04/2012	R\$ 127,69	195
MEL0532	55491351D	7030/2	22/04/2012	R\$ 191,53	244 * I
MEL6552	54107956D	6335/0	22/01/2011	R\$ 127,69	220 * VIII
MEL6552	54107957D	5720/0	22/01/2011	R\$ 127,69	186 * I
MEL6552	54107959D	5835/0	22/01/2011	R\$ 127,69	195
MEL9207	54108870D	5550/0	23/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEL9207	55848498C	5746/1	12/01/2012	R\$ 85,12	187 * I
MEN8921	55272851C	6076/0	05/11/2009	R\$ 191,53	210
MEO0739	55659627C	5550/0	06/02/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEO0739	55659628C	5746/1	06/02/2010	R\$ 85,12	187 * I
MEO9301	55679274C	5541/1	17/08/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MEP4512	55273909C	7056/1	15/01/2010	R\$ 191,53	244 * III
MER6290	55659727C	5568/0	10/02/2010	R\$ 127,69	181 * XIX
MET5631	55847469C	5541/1	12/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MET7387	55490652D	5207/0	15/02/2012	R\$ 53,20	169
MEU2149	54108459D	5550/0	11/05/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEU2149	54110017D	5380/0	08/07/2011	R\$ 85,12	181 * I
MEU5066	55052404D	5541/1	17/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU8654	54109456D	7030/1	19/08/2011	R\$ 191,53	244 * I
MEU9191	55491659D	5541/4	19/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV5662	55847696C	5541/1	13/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV8926	54109196D	5835/0	05/04/2012	R\$ 127,69	195
MEV9611	55490715D	5541/4	14/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV9611	55678928C	5550/0	24/04/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEW2113	55660037C	5550/0	07/07/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEW5713	55274022C	5185/1	15/01/2010	R\$ 127,69	167
MEW7132	54659134C	5541/1	27/01/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW9382	55273581C	5550/0	09/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEX1656	55273498C	5380/0	05/03/2010	R\$ 85,12	181 * I
MEX7491	54109246D	5746/1	22/01/2012	R\$ 85,12	187 * I
MEZ9974	55272377C	5550/0	18/09/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFA3005	55273310C	5541/1	21/12/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFD3694	55659983C	5550/0	24/04/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFF4423	55272952C	6050/2	21/11/2009	R\$ 191,53	208
MFG8581	55848892C	5746/1	11/01/2012	R\$ 85,12	187 * I
MFG9203	55659575C	5541/4	09/03/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH8292	54109552D	7030/2	05/07/2011	R\$ 191,53	244 * I
MFH8637	55490961D	5541/4	30/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MFJ3207	55274006C	5185/1	11/01/2010	R\$ 127,69	167
MFJ6320	55848267C	5487/0	03/11/2010	R\$ 127,69	181 * XI
MFK2007	55052062D	7366/2	10/11/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MFK2133	55272927C	5550/0	13/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFK3225	55679338C	5487/0	04/06/2010	R\$ 127,69	181 * XI
MFL0749	55846536C	5541/4	16/07/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MFL1214	55272455C	5541/1	07/10/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFL2118	55052165D	5835/0	17/03/2012	R\$ 127,69	195
MFL3707	55491716D	5550/0	09/04/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFN1603	55680150C	5541/3	02/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFN1603	55847182C	6025/0	10/03/2011	R\$ 191,53	206 * IV
MFN4276	55659567C	5541/4	09/03/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MFN6257	55052545D	5452/2	08/10/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MFN7217	55273397C	5568/0	02/01/2010	R\$ 127,69	181 * XIX
MFN7217	55846580C	5541/1	22/09/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MFO5659	55846989C	7030/1	09/10/2010	R\$ 191,53	244 * I
MFO5921	55273944C	5185/1	09/02/2010	R\$ 127,69	167
MFO8412	55679722C	6068/1	16/06/2010	R\$ 127,69	209
MFP5040	55272859C	5550/0	13/11/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFQ7946	55273105C	5541/1	15/12/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ8637	55679987C	5967/0	22/04/2010	R\$ 191,53	203 * V
MFQ9051	55659540C	5550/0	31/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFR1016	54658125C	5550/0	24/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFR3199	55272610C	5835/0	22/10/2009	R\$ 127,69	195
MFR3199	55272610C	6270/0	22/10/2009	R\$ 127,69	220 * II
MFR3199	55272764C	5550/0	19/10/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFS2595	55659896C	5452/2	30/03/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MFS8810	55052504D	5487/0	02/09/2011	R\$ 127,69	181 * XI
MFT2477	55491812D	5541/4	03/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFT6487	55272586C	5185/1	13/11/2009	R\$ 127,69	167
MFV0243	55490473D	5550/0	24/03/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFV5121	55847816C	7030/1	23/12/2010	R\$ 191,53	244 * I
MFV5141	55274033C	5185/1	20/01/2010	R\$ 127,69	167
MGA1537	54657110C	5207/0	29/11/2009	R\$ 53,20	169
MGA2641	55847454C	5541/4	11/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MGA8689	55052229D	5541/4	10/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGA8689	55679747C	5541/4	19/07/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB2200	55272716C	5550/0	03/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGB4599	55491819D	5550/0	07/05/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGB9135	55491661D	5541/4	23/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD7203	55273585C	5525/0	09/01/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MGD7203	55659418C	5525/0	23/01/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MGE5708	54107949D	5525/0	08/02/2011	R\$ 85,12	181 * XV
MGE7419	54107954D	5550/0	16/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGF8031	54109165D	5460/0	30/09/2011	R\$ 85,12	181 * IX
MGF8614	55659891C	5550/0	19/03/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGF8614	55848463C	5541/1	04/01/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGG1330	55272441C	7366/2	10/10/2009	R\$ 85,12	252 * VI
MGG5835	55848257C	7030/1	31/10/2010	R\$ 191,53	244 * I
MGH2366	55274007C	5541/5	11/01/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MGH2433	55274252C	5487/0	25/01/2010	R\$ 127,69	181 * XI
MGH7513	55273915C	5541/3	18/01/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MGH8103	55847646C	7030/1	31/01/2011	R\$ 191,53	244 * I
MGH9653	55659467C	6017/5	11/02/2010	R\$ 191,53	206 * III
MGH9834	55659632C	5185/1	08/02/2010	R\$ 127,69	167
MGH9834	55679983C	5967/0	22/04/2010	R\$ 191,53	203 * V
MGI0745	55491833D	5541/1	12/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGI4149	55847057C	7048/1	19/04/2011	R\$ 191,53	244 * II
MGJ3639	55848226C	5436/0	28/10/2010	R\$ 85,12	181 * VI
MGL2815	54659685C	5550/0	01/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGN0333	55680110C	7366/2	27/12/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MGO5153	55272216C	5487/0	18/09/2009	R\$ 127,69	181 * XI
MGO9359	54659340C	5541/5	15/10/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO9905	55679503C	6017/5	05/07/2010	R\$ 191,53	206 * III
MGP8150	54108536D	5541/1	30/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGQ0532	55847493C	5452/2	19/11/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MGQ1042	55847423C	6017/5	19/11/2010	R\$ 191,53	206 * III
MGQ4777	55847301C	5185/1	06/08/2011	R\$ 127,69	167
MGR5222	54109033D	6050/2	17/02/2011	R\$ 191,53	208
MGR8014	54109586D	7056/1	26/08/2011	R\$ 191,53	244 * III
MGS5927	55679386C	5541/1	21/05/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MGT3638	55053194D	5541/4	30/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGT6404	55847421C	5720/0	18/11/2010	R\$ 127,69	186 * I
MGV2869	54108022D	5207/0	11/02/2011	R\$ 53,20	169



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MGW2766	54107833D	5541/1	10/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGW6540	55659995C	5487/0	02/07/2010	R\$ 127,69	181 * XI
MGW8213	55490250D	5746/1	13/02/2012	R\$ 85,12	187 * I
MGY8705	54659379C	7366/2	10/11/2009	R\$ 85,12	252 * VI
MGY9772	55490959D	5541/1	30/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ1817	55847002C	5878/0	30/08/2010	R\$ 85,12	199
MGZ2384	55846522C	5487/0	14/07/2010	R\$ 127,69	181 * XI
MGZ3110	55679511C	5541/1	11/08/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ4816	55273008C	5835/0	29/05/2010	R\$ 127,69	195
MGZ6879	55679412C	5541/3	11/05/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MHA3315	55660044C	6017/4	25/08/2010	R\$ 191,53	206 * III
MHA3743	55848486C	5967/0	11/03/2011	R\$ 191,53	203 * V
MHB3572	55273733C	5550/0	22/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHC1799	55847264C	5185/1	13/10/2010	R\$ 127,69	167
MHC1799	55847764C	5541/1	13/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD1590	55679603C	5185/1	28/04/2010	R\$ 127,69	167
MHD1937	55492300D	5207/0	04/07/2012	R\$ 53,20	169
MHD6147	55053171D	5460/0	16/12/2011	R\$ 85,12	181 * IX
MHD6514	54108130D	7366/2	17/11/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MHE2413	55490569D	5746/1	24/02/2012	R\$ 85,12	187 * I
MHF0779	55848352C	5185/1	03/11/2010	R\$ 127,69	167
MHF2182	55491360D	5835/0	01/05/2012	R\$ 127,69	195
MHG0964	54108917D	5967/0	19/01/2011	R\$ 191,53	203 * V
MHG3756	54108116D	5487/0	08/10/2011	R\$ 127,69	181 * XI
MHG3756	55492402D	5541/1	08/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG7378	55491693D	5207/0	10/04/2012	R\$ 53,20	169
MHH0439	55680093C	5541/1	29/04/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MHH1074	55846517C	5967/0	09/07/2010	R\$ 191,53	203 * V
MHH5265	55491611D	5541/1	26/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHI2446	55052211D	5541/4	06/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHI5279	54109367D	7366/2	16/08/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MHJ1066	55491763D	5215/1	16/06/2012	R\$ 191,53	170
MHJ1066	55491764D	5215/2	16/06/2012	R\$ 191,53	170
MHK8084	55847205C	5541/1	11/10/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MHL2184	54109593D	5550/0	30/08/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHL4620	55679638C	5452/5	07/05/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MHM6424	55272493C	5541/5	01/04/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM6424	55679593C	5541/5	31/05/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM8190	55274291C	5550/0	15/02/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHN8738	55491839D	5541/4	18/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHO7943	55679450C	5436/0	17/05/2010	R\$ 85,12	181 * VI
MHP0718	55680137C	7366/2	17/08/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MHP1966	55847822C	5541/1	30/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MHU4921	55490230D	5541/1	29/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHV7973	54108441D	5207/0	27/07/2011	R\$ 53,20	169
MHX2892	55680148C	5541/1	02/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHX9354	54108455D	5541/4	11/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY1881	54109323D	5541/1	22/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY8090	54658521C	7056/1	19/09/2009	R\$ 191,53	244 * III
MIC2533	55490848D	5550/0	24/04/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MID7710	55273701C	5541/4	08/01/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG6004	55679324C	6050/3	31/05/2010	R\$ 191,53	208
MIG9353	54109313D	5738/0	16/10/2011	R\$ 191,53	186 * II
MIG9355	54108340D	7030/1	20/06/2011	R\$ 191,53	244 * I
MII2099	55490057D	5541/1	11/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MII4604	55679378C	5460/0	20/05/2010	R\$ 85,12	181 * IX
MIJ8298	55491702D	5541/5	16/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIN0380	54659236C	5185/1	14/12/2009	R\$ 127,69	167
MIO2220	55659626C	5525/0	06/02/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MIO9823	55491306D	6050/2	30/04/2012	R\$ 191,53	208
MIP0157	55490558D	5185/1	15/02/2012	R\$ 127,69	167
MIQ6837	55793502D	6050/2	31/08/2012	R\$ 191,53	208
MIR1374	55053781D	5746/1	26/01/2012	R\$ 85,12	187 * I
MIS3252	55273077C	5452/2	10/08/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MIU4445	54109210D	5460/0	26/08/2011	R\$ 85,12	181 * IX
MIX1504	55847397C	5541/1	12/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC0280	55272301C	7064/0	27/10/2009	R\$ 191,53	244 * IV
MJC0772	54108876D	5550/0	27/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJC1459	55272621C	5541/1	31/10/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MJG3541	55053233D	5509/0	08/03/2012	R\$ 85,12	181 * XII
MJH0597	55492401D	5541/5	05/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH4331	55490806D	5541/4	03/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH4711	55490743D	5550/0	18/04/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJW9952	55490808D	5541/4	07/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MJX8189	55053898D	5460/0	06/03/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MJZ0230	55846628C	5541/3	23/07/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MKA1158	54109199D	5932/0	07/04/2012	R\$ 191,53	203 * II
MLC6969	55272380C	5541/1	18/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MLX1955	55490482D	5550/0	24/03/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MMI0430	55847800C	5452/1	26/12/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MMI4450	55052718D	5541/1	20/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM1043	55273893C	5550/0	11/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MMM1043	55273894C	5746/1	11/01/2010	R\$ 85,12	187 * I
NHD9287	55847290C	5541/1	17/10/2010	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IMBITUBA, 26 DE NOVEMBRO DE 2012

Carlos Fernando Demétrio
Diretor Municipal de Trânsito

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - Zona Azul - Edital 109/2012 a 110/2012



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria Municipal de Trânsito de Imbituba – DMUTRAN

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – ZONA AZUL
Edital 109/2012 a 110/2012

Carlos Fernando Demétrio
Diretor Municipal de Trânsito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 109/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BTJ8442	55907251D	5541/1	05/10/2012	181 * XVII
GAB1795	55907296D	5541/1	15/10/2012	181 * XVII
HFR8744	55907388D	5541/1	30/10/2012	181 * XVII
IKK6038	55907389D	5541/1	30/10/2012	181 * XVII
LWA1856	55907252D	5541/1	05/10/2012	181 * XVII
LYT3482	55907266D	5541/1	09/10/2012	181 * XVII
MAP4471	55907260D	5541/1	08/10/2012	181 * XVII
MAZ4788	55907397D	5541/1	31/10/2012	181 * XVII
MBM9224	55907261D	5541/1	09/10/2012	181 * XVII
MBM9224	55907290D	5541/1	10/10/2012	181 * XVII
MBS0546	55907238D	5541/1	04/10/2012	181 * XVII
MCR5375	55907268D	5541/1	09/10/2012	181 * XVII
MEU0360	55907289D	5541/1	10/10/2012	181 * XVII
MGF6796	55907262D	5541/1	09/10/2012	181 * XVII
MGV7577	55907355D	5541/1	24/10/2012	181 * XVII
MIB1687	55907307D	5541/1	16/10/2012	181 * XVII
NHB8385	55907288D	5541/1	10/10/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 110/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABY5423	55053619D	5541/1	27/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AHD3149	55491022D	5541/1	28/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AHD3149	55491057D	5541/1	05/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AJK9891	55491168D	5541/1	16/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AMF0778	55053273D	5541/1	20/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
AMN7710	55053442D	5541/1	09/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
ASO0632	55779759D	5541/1	14/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CHM1424	55053621D	5541/1	30/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CMU4036	55053666D	5541/1	06/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CNA3090	55491129D	5541/1	13/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CPQ8523	55053735D	5541/1	22/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CSR5777	55907144D	5541/1	17/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CSW2056	55052775D	5541/1	18/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
CSW2056	55053398D	5541/1	07/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
CXW7330	55779514D	5541/1	14/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CYY7802	55779939D	5541/1	24/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DFP6913	55053288D	5541/1	20/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

DFT2605	55491058D	5541/1	05/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DFX5643	55052762D	5541/1	16/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
DQJ1104	55779817D	5541/1	27/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DRI0142	55053450D	5541/1	10/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
DTA4961	55053738D	5541/1	22/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DTA4961	55491043D	5541/1	02/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DYA2705	55053387D	5541/1	07/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
EIY0188	55053612D	5541/1	26/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
EIY0188	55779639D	5541/1	31/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
EUI5585	55053741D	5541/1	23/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
GAB1795	55053526D	5541/1	06/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
GAB1795	55779900D	5541/1	12/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
GMM8764	55052895D	5541/1	05/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
GMV7111	55491223D	5541/1	23/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
GMV0036	55779863D	5541/1	05/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
GXI1124	55051696D	5541/1	17/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
HBH9886	55052752D	5541/1	15/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
HDJ5350	55052872D	5541/1	01/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
HJB4929	55051565D	5541/1	30/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
HOW6765	55052848D	5541/1	29/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
IFD5548	55779648D	5541/1	31/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
III0021	55053566D	5541/1	13/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IIQ8414	55779814D	5541/1	27/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IJI1160	55053736D	5541/1	22/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IJN8980	55053295D	5541/1	21/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
IJN8980	55053527D	5541/1	06/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IKS3603	55491188D	5541/1	19/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ILE4598	55491068D	5541/1	06/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
INE4181	55052902D	5541/1	06/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
INS3768	55907051D	5541/1	20/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IOB0336	55052933D	5541/1	12/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
IPE7066	55779728D	5541/1	12/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IPF3786	55907158D	5541/1	20/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
JEY4605	55053475D	5541/1	17/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
JTU8355	55052885D	5541/1	02/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LOO6473	55779822D	5541/1	28/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LRF2682	55491202D	5541/1	21/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LWW9732	55053645D	5541/1	03/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LWX7834	55052765D	5541/1	17/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LXF0425	55491207D	5541/1	22/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXM4194	55907016D	5541/1	13/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXP0706	55779726D	5541/1	12/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXX9476	55491081D	5541/1	07/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXX9781	55779559D	5541/1	18/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYA5656	55052753D	5541/1	15/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LYF1685	54109948D	5541/1	24/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LYI6136	54109915D	5541/1	20/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LYU5722	55052905D	5541/1	06/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LZE1730	55053477D	5541/1	17/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LZE6110	55053547D	5541/1	10/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZG1408	55779650D	5541/1	31/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZI6352	55491101D	5541/1	08/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZQ0493	55051741D	5541/1	23/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MAL8945	55779545D	5541/1	17/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAM1424	55779761D	5541/1	15/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAN8021	55779528D	5541/1	15/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAR8992	55491021D	5541/1	28/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAT3820	55053602D	5541/1	24/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAU4460	55779670D	5541/1	05/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAU8894	55779553D	5541/1	18/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAY9405	55491049D	5541/1	02/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBB8852	55051526D	5541/1	27/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBC0170	55051587D	5541/1	04/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBC8497	55052811D	5541/1	22/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD4625	55053495D	5541/1	21/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD8291	55052968D	5541/1	16/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBE1953	55779673D	5541/1	05/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBF3632	55052801D	5541/1	19/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG5983	55053337D	5541/1	27/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBM9224	55779620D	5541/1	29/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBM9224	55779712D	5541/1	11/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBM9224	55779882D	5541/1	09/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBN0301	55053730D	5541/1	17/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBN2389	55053420D	5541/1	08/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MBN2389	55053432D	5541/1	09/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBN2389	55053498D	5541/1	21/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBO2628	55053447D	5541/1	09/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBO2628	55053610D	5541/1	26/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ2558	55053435D	5541/1	09/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ5694	55053366D	5541/1	03/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ8636	55053474D	5541/1	17/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ8636	55779732D	5541/1	13/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD9408	54109895D	5541/1	18/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD9408	54109898D	5541/1	18/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCJ2642	55052952D	5541/1	13/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCO9311	55053569D	5541/1	13/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCO9311	55779713D	5541/1	11/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCS9935	55779509D	5541/1	14/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCW9360	55491096D	5541/1	08/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCW9360	55779606D	5541/1	28/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDA5531	55053578D	5541/1	17/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDC5658	55053294D	5541/1	21/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDH7125	55779859D	5541/1	04/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ0543	55053371D	5541/1	03/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ3961	55051525D	5541/1	27/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDO7456	55779646D	5541/1	31/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDP1278	55053470D	5541/1	16/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDP1278	55491041D	5541/1	02/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR0163	55052826D	5541/1	24/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR0613	55051680D	5541/1	14/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR0613	55051739D	5541/1	23/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR0613	55052821D	5541/1	23/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR0613	55052912D	5541/1	06/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR0613	55053322D	5541/1	25/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR0613	55053492D	5541/1	18/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDV4954	55051707D	5541/1	21/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDX2455	55053702D	5541/1	08/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDX2626	55052924D	5541/1	09/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEA0211	55051516D	5541/1	26/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEC3993	55052853D	5541/1	30/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEG1648	55052834D	5541/1	25/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK9812	55051588D	5541/1	04/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEL1277	55051644D	5541/1	10/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEL7468	55779913D	5541/1	16/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEN7483	55779661D	5541/1	01/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEN7730	55491131D	5541/1	14/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MER4266	55053682D	5541/1	07/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MET9370	55053368D	5541/1	03/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU0360	55779561D	5541/1	18/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU0360	55779695D	5541/1	06/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU2965	55779612D	5541/1	28/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU9841	55053684D	5541/1	07/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW3412	55779619D	5541/1	29/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW4801	55779788D	5541/1	25/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW8392	55779922D	5541/1	19/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEY0111	55779773D	5541/1	18/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFA5942	55052899D	5541/1	05/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB2057	55051630D	5541/1	07/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFC1219	55779768D	5541/1	18/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFC2336	55779697D	5541/1	11/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFG5833	55051511D	5541/1	26/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFJ8607	55779602D	5541/1	25/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFK2007	55052761D	5541/1	16/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFK3446	55053483D	5541/1	16/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFN7217	55052965D	5541/1	15/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFP6109	55052943D	5541/1	13/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ1533	55779629D	5541/1	29/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFR9401	55053423D	5541/1	08/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFR9401	55053484D	5541/1	16/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFS3794	55053576D	5541/1	17/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFV7117	55053429D	5541/1	08/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY1693	55779652D	5541/1	01/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGA0951	55053391D	5541/1	07/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGI8951	55052908D	5541/1	06/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGL7048	55779572D	5541/1	22/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGL7048	55779669D	5541/1	05/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN5178	55779547D	5541/1	17/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR1045	55052786D	5541/1	16/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MGS3623	55779688D	5541/1	06/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGS7782	55053393D	5541/1	07/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGU8594	55491114D	5541/1	12/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGX7207	55491241D	5541/1	27/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD6080	54109853D	5541/1	13/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD6080	55779941D	5541/1	25/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE1193	55052812D	5541/1	22/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE1193	55779861D	5541/1	05/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF4118	55779703D	5541/1	11/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF6027	55052880D	5541/1	02/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHL3354	55053716D	5541/1	10/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM6424	55051539D	5541/1	28/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM6424	55052809D	5541/1	22/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM6424	55053297D	5541/1	21/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM6424	55779776D	5541/1	18/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP0718	55779503D	5541/1	14/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP0718	55779664D	5541/1	01/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHR5406	55491054D	5541/1	05/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHS5775	55491087D	5541/1	07/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY1881	55051639D	5541/1	07/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY9579	55491222D	5541/1	23/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA0725	55779886D	5541/1	10/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA2436	55491184D	5541/1	20/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA2436	55779674D	5541/1	05/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA2436	55779907D	5541/1	13/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIB3034	55053305D	5541/1	24/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MID3803	55051518D	5541/1	26/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF3835	55052970D	5541/1	16/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG6004	55491157D	5541/1	15/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG6004	55491174D	5541/1	19/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG6004	55779692D	5541/1	06/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG6004	55779723D	5541/1	12/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG6004	55779794D	5541/1	25/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG6004	55779809D	5541/1	26/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIH1102	55052891D	5541/1	05/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM7626	55051556D	5541/1	29/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM7626	55051740D	5541/1	23/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM7626	55052803D	5541/1	19/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIO0407	55779736D	5541/1	13/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP2363	55052772D	5541/1	17/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIR4480	54109869D	5541/1	13/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX4522	55053476D	5541/1	17/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX7071	54109857D	5541/1	13/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIY7268	55779764D	5541/1	15/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIZ7861	55779899D	5541/1	11/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC7324	55051717D	5541/1	21/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MJD0121	55779686D	5541/1	06/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH3522	55052909D	5541/1	06/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH3522	55491182D	5541/1	20/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI7218	55053529D	5541/1	06/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP7271	55907028D	5541/1	15/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MKM8069	55053670D	5541/1	06/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MKP6439	55779916D	5541/1	18/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MMK5259	55053274D	5541/1	20/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM4377	55051606D	5541/1	05/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM4377	55779525D	5541/1	15/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
NCK2894	55053348D	5541/1	31/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IMBITUBA, 28 DE NOVEMBRO DE 2012

Carlos Fernando Demétrio
Diretor Municipal de Trânsito

CÂMARA MUNICIPAL**Ato da Presidência Nº 47/12**

Ato da Presidência nº 47/12

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 41ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 03 de dezembro de 2012 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
089	PL nº 4.308/2012	26/11/12	Executivo Municipal	José Roberto Martins	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
090	PL nº 4.309/2012	26/11/12	Executivo Municipal	José Roberto Martins	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
091	PL nº 4.310/2012	26/11/12	Executivo Municipal	José Roberto Martins	Dispõe sobre repasse financeiro a título de abono aos Agentes Comunitários de Saúde e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
093	PL nº 4.311/2012	26/11/12	Executivo Municipal	José Roberto Martins	Altera a Lei nº 2.112, de 14 de dezembro de 2000, que institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.307/2012	12/11/12	Legislativo Municipal	Zeli Pires	Dispõe sobre denominação de Praça Pública Roberto Casimiro da Rosa, no bairro de Itapirubá, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	REQ 012/2012	20/11/12	Legislativo Municipal	Luís Antônio Dutra	Requer informações ao DEMUTRAN quanto à ocorrência de multas de trânsito no município, no período de 12 a 16 de novembro de 2012, pelo motivo da não utilização do cartão de estacionamento na Zona Azul.	Ordinário	Única	Única
	REQ 013/2012	20/11/12	Legislativo Municipal	Dorlin Nunes Júnior	Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Imbituba, Senhor José Roberto Martins, para que encaminhe, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho, explicações sobre os motivos da não implantação do Disque Solidariedade no município de Imbituba.	Ordinário	Única	Única
	REQ 014/2012	20/11/12	Legislativo Municipal	Dorlin Nunes Júnior	Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Imbituba, Senhor José Roberto Martins, para que, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho, encaminhe um relatório socioeconômico dos bolsões de miséria do município de Imbituba.	Ordinário	Única	Única
	REQ 015/2012	20/11/12	Legislativo Municipal	Dorlin Nunes Júnior	Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Imbituba, Senhor José Roberto Martins, para que, através da Secretaria Municipal de Saúde, encaminhe um Relatório do Programa Saúde na Escola, com dados de controle sobre os encaminhamentos e acompanhamentos dos alunos atendidos pelo Programa.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 29 de novembro de 2012.

ELÍSIO SGROTT Presidente	JAISON CARDOSO DE SOUZA Vice-Presidente
LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário	ZELI PIRES Segundo-Secretário

Ipumirim

PREFEITURA

Decreto Nº. 1949/2012 de 30 de Novembro de 2012. DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - S/C, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, nos dias 24 e 31 de Dezembro de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário o presente decreto produzirá efeitos a partir de 30 de Novembro de 2012.

Ipumirim, 30 de Novembro de 2012.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 81/2012, Pregão Presencial Nº 35/2012

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2012

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 81/2012

Valdir Zanella - Prefeito Municipal torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1999, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 14/12/2012, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 14/12/2012. Objeto da licitação: aquisição de gêneros alimentícios para entrega parcelada, destinados ao programa nacional de alimentação escolar, para o ano de 2013, conforme anexos do Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 29/11/2012
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 82/2012, Pregão Presencial Nº 36/2012

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2012

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 82/2012

Valdir Zanella - Prefeito Municipal torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1999, com entrega dos envelopes fixada para às 13:45:00 horas do dia 14/12/2012, e abertura prevista para às 14:00:00 do dia 14/12/2012. Objeto da licitação: aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades da Creche Municipal Pedacinho do Céu, conforme anexos do Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 29/11/2012

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Portaria N.º 599/2012.

PORTARIA N.º 599/2012.

"Dispõe sobre a concessão do benefício APOSENTADORIA POR IDADE a servidora MARIA BERNADETE MARTINS PINTO RODRIGUES"

O Diretor Executivo do IPESI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 22 da Lei Complementar Municipal nº 011/2005 de 05 de dezembro de 2005, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício APOSENTADORIA POR IDADE, a servidora MARIA BERNADETE MARTINS PINTO RODRIGUES, efetiva no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, nível VII, lotada na Secretaria de Bem Estar Social, com proventos proporcionais, nos termos do artigo 40, § 1, III, "b" da CF/88 e artigo 22 da Lei Municipal Complementar nº 11/2005, conforme processo administrativo do IPESI nº 2012.02.0003P a partir de 20 de outubro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de outubro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 23 de outubro de 2012.
JOÃO GARCIA DE SOUZA
Diretor Executivo

Homologo

MARIO ELOI TAVARES
Prefeito Municipal

Tomada de Preço Nº 21/2012 - Processo Nº 92/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 20/12/2012 às 9h: 30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 9h: 00min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 21/2012 - Processo nº 92/2012, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de quadra coberta com vestiário na EMEF Ayrton Sena, com área total de 980,40 m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital. O Edital contendo especificações em partes, poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 29 de novembro de 2012.

MÁRIO ELÓI TAVARES
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Joaçaba**PREFEITURA****Decreto Nº 4.204 de 26 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 4.204 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

"NOMEIA CONSELHO DE CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, QUE ESPECIFICA"

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas pela Lei e em especial a Lei nº 3.370/05 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família, de que trata o artigo 7º da Lei nº 3.370/05 e alterações, será constituído pelos seguintes membros:

I - ORGÃOS GOVERNAMENTAIS:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL;

Marlei Kuntz - titular

Raquel Teodoro - suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE;

Sonia Pozza - titular

Maristela Branco Miranda - suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Marcio Kemer - titular

Marizete Machado Zagonel

REPRESENTANTE DA REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Renan Zilio - titular

Jana Terezinha Pinto Pilger - suplente

II - SOCIEDADE CIVIL:

REPRESENTANTE DE ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA CADASTRADA NO CMAS

Neuza Zilio Zamoner - titular

Dulce Zilio - suplente

REPRESENTANTE DE INSTITUIÇÃO RELIGIOSA

Marcos Antonio Augustin - titular

Roberto Schneider - suplente

REPRESENTANTE DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Irene Moreira da Silva - titular

Jaqueline De Marco - suplente

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 26 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto Nº 4.205 de 26 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 4.205 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

"NOMEIA CONSELHO DE CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, QUE ESPECIFICA"

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas pela Lei e em especial a Lei nº 3.370/05 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo identificados, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, responsável pela coordenação da política municipal do idoso, competindo-lhes, especialmente o disposto na Lei nº 3.481/06 e alterações:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL;

Eni Brandalise Corso - titular

Giolly Moreira - suplente Muriel

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ;

Gislaine Ferreira Coutinho Soares - titular

Mariana Zopeletto - suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Danusa de Britto Oliveira - titular

Nina Bello - suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA;

Hellen Cristian Wiest - titular

Kenya Xavier Ferreira - suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA;

Daniele Rodrigues Galvão - titular

Ilmara Salete Zago-

REPRESENTANTE DE USUÁRIO DE IDOSOS (INDICADO PELA UNIÃO DA MELHOR IDADE);

Noeli Raiter - titular

Margarida Chiadeli - suplente

REPRESENTANTE DE USUÁRIO DE IDOSOS (INDICADO PELO CENTRO DE REFERENCIA DO IDOSO);

Clementina Wiest - titular

Neusa Maria Alexandri -suplente

REPRESENTANTES DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS



À COMUNIDADE DE CARÁTER ASSISTENCIAL OU DE ATENDIMENTO AO IDOSO;

Amarildo Monteiro - titular (União da Melhor Idade)

Iolanda Merlo - suplente

Dirlete Fornari - titular (Lar do Idoso Frei Bruno)

REPRESENTANTE DE ENTIDADE DE ENSINO SUPERIOR.

Fernanda Durigon de Souza - titular

Marivalda Radin - suplente

Art 2º As atividades a serem desempenhadas pelos membros ora nomeados são caracterizadas por "múnus público".

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 26 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Portaria N.º 5.527

PORTARIA Nº 5.527 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012.

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso das atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Sindicância", no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure a destinação dos bens móveis, materiais, utensílios e a edificação da extinta Escola Isolada Danilo Marca recebida do Governo do Estado e cedida através de termo de uso a AANA - Associação dos Amigos da Natureza - Joaçaba, nos termos do Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

2º DESIGNAR os servidores, JANDIRA SALETE ALVES COSTENARO, IRES MERLO VOLPATO e SONIA APARECIDA P. ZABOTT, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 29 de novembro de 2010.

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.528

PORTARIA Nº 5.528 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) SONIA APARECIDA BORCHERS, Coordenador de Controle Interno, nível CC-1, com lotação no Gabinete do Prefeito Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de

2010.

Joaçaba (SC), em 30 de novembro de 2012

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.529

PORTARIA Nº 5.529 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) FRANCIELE FATTORI, Diretor do PROCON, nível CC-3, com lotação no Gabinete do Prefeito Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 30 de novembro de 2012

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.530

PORTARIA Nº 5.530 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) JOSE OTÁVIO DALMEDICO, Secretário Municipal de Gestão Administrativa, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 30 de novembro de 2012

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.531

PORTARIA Nº 5.531 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) IVONE ZANATTA, Secretário Municipal de Ação Social, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Ação Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 30 de novembro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.532

PORTARIA Nº 5.532 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) JANDIRA SALETE ALVES COSTENARO, Secretário Municipal de Educação, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 30 de novembro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.533

PORTARIA Nº 5.533 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) ELISABETE MARQUART DORL, Secretário Municipal de Saúde, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 30 de novembro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.534

PORTARIA Nº 5.534 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) JOSE ANTONIO MARTINS, Secretário Municipal de Infraestrutura, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 30 de novembro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.535

PORTARIA Nº 5.535 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) ILTON ANTONIO SCHMITZ, Gerente de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana, nível CC-3, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 30 de novembro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.536

PORTARIA Nº 5.536 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) ROBERTO MINATI, Secretário Municipal de Gestão Financeira, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Gestão Financeira, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 30 de novembro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.537

PORTARIA Nº 5.537 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR “Processo Administrativo Disciplinar”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se verifique a regularidade do funcionamento das empresas funerárias com alvarás precários mantidos por liminar judicial, conforme parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, ANDREIA LISIANE ANTUNES DE SOUZA LOVATEL, INES MARIA PICOLI GEMELLI e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAM, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 30 de novembro de 2012.
RAFAEL LASKE

Extrato PP 25/2012/FMS - PL 43/2012/PMJ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2012/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2012/FMS

Objeto: Contratação de empresas para o fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes, em conformidade com as especificações do Anexo I, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde e os dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, SC, durante o exercício financeiro de 2013. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 14/12/2012, a partir das 15 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 15 horas do dia 14/12/2012, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 29 de novembro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

JORGE RONALDO POHL
Gestor Fundo Municipal de Saúde

Extrato PP 52/2012/PMJ - PL 96/2012/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2012/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2012/PMJ

Objeto: Contratação de empresas para o fornecimento de combustíveis e lubrificantes, em conformidade com as especificações do Anexo I, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Joaçaba (exceto os pertencentes aos Fundos, Autarquias e Fundações), durante o exercício financeiro de 2013. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 16h, do dia 14/12/2012. Processamento do Pregão: às 16h do dia 14/12/2012, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 29 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PP 6/2012/FMAS - PL 9/2012/FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FAS

JOAÇABA (SC) - AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº9/2012/FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2012/FMAS

Objeto: Contratação de empresas para o fornecimento de combustíveis e lubrificantes destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Ação Social, durante o exercício financeiro de 2013. Data da abertura: Dia 14/12/2012, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 14/12/2012, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 29 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito / Gestor do FAS

Aditivo Contrato 256/2012 FMS TA 02

CONTRATO Nº 256/2012/FMS - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ sob o nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, pelo seu Gestor, e a empresa OXIGENIO JOAÇABA GASES ATMOSFERICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.174.735/0001-80, estabelecida na RUA ARTHUR PEREIRA ALVES, 15, Bairro JD CIDADE ALTA no Município de JOAÇABA/

SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. JUAREZ CÉSAR PAROLIN, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-2.820.452 e CPF nº 828.408.149-00, residente e domiciliado na RUA JOÃO GRIGOLO, 150, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 256/2012/FMS, firmado em 10/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 45/2011-FMS, instaurado pelo Edital PP nº 38/2011-FMS, homologado no dia 10/01/2012, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de oxigênio medicinal destinado aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, para uso nas ambulâncias, bem como para as unidades dos ESF's, AME e SAMU, durante o exercício financeiro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

O valor total do contrato original fica suprimido em R\$ 7.000,00 (sete mil reais), correspondentes a 9,79% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 29 de novembro de 2012.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Gestor

OXIGENIO JOAÇABA COM DE GASES ATMOSFERICOS LTDA
JUAREZ PAROLIN

Aditivo Contrato 260/2012 FMS TA 01

CONTRATO Nº 260/2012/FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito do Município, Sr. RAFAEL LASKE e pelo seu Gestor, e a empresa REUNIDAS TURISMO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.176.082/0001-80, estabelecida na AV. GOVERNADOR IVO SILVEIRA, 2897, Bairro CAPOEIRAS, no Município de FLORIANÓPOLIS/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. RUI CARAMORI, portador da Carteira de Identidade nº 6.642.236 e CPF nº 170.895.909-25, residente e domiciliado, na cidade de CAÇADOR/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 260/2012/FMS, firmado em 18/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 47/2011, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 41/2011, homologado no dia 18/01/2012, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de passagens rodoviárias intermunicipais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do SUS, atendidos pelo Fundo Municipal de Saúde, que necessitam de tratamento fora

do domicílio, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 7.000,00 (sete mil reais), correspondentes a 13,675% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Diante da supressão o valor global inicialmente contratado passa a ser de R\$ 44.186,75 (quarenta e quatro mil cento e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 29 de novembro de 2012.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Gestor

REUNIDAS TURISMO S/A
RUI CARAMORI

Aditivo Contrato 265/2012 FMS TA 01

CONTRATO Nº 265/2012 - FMS - TA 01

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF sob o número 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito do Município, Sr. RAFAEL LASKE e pelo seu Gestor, e a Empresa RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA, com sede administrativa na AV XV DE NOVENBRO, 608 na cidade de JOAÇABA/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.587.302/0001-06, neste ato representada pelo Sr. RODRIGO LINNEU BONATO portador da C.I. nº 467.952 e CPF nº 560.863.349-00, residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 265/2012/FMS, firmado em 31/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 51/2011/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 43/2011/FMS, homologado no dia 31/01/2012, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços radiofônicos com abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando a veiculação de quadros informativos de utilidade pública, bem como de inserções diárias de 45 segundos cada, para divulgação de matérias de utilidade pública emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 9.986,70 (nove mil novecentos e oitenta e seis reais e setenta centavos), correspondentes a 7,696% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Tal supressão deve-se à diminuição da veiculação de 05 (cinco) quadros informativos (item 1) e de 39 (trinta e nove) inserções diárias (item 2).

Diante da supressão o valor global do contrato passa a ser de R\$ 119.763,30 (cento e dezenove mil setecentos e sessenta e três reais e trinta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 29 de novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Gestor

RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA
RODRIGO LINNEU BONATO

CONTRATO Nº 265/2012 - FMS - TA 01

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF sob o número 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito do Município, Sr. RAFAEL LASKE e pelo seu Gestor, e a Empresa RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA, com sede administrativa na AV XV DE NOVENBRO, 608 na cidade de JOAÇABA/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.587.302/0001-06, neste ato representada pelo Sr. RODRIGO LINNEU BONATO portador da C.I. nº 467.952 e CPF nº 560.863.349-00, residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 265/2012/FMS, firmado em 31/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 51/2011/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 43/2011/FMS, homologado no dia 31/01/2012, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços radiofônicos com abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando a veiculação de quadros informativos de utilidade pública, bem como de inserções diárias de 45 segundos cada, para divulgação de matérias de utilidade pública emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.**

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 9.986,70 (nove mil

novecentos e oitenta e seis reais e setenta centavos), correspondentes a 7,696% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Tal supressão deve-se à diminuição da veiculação de 05 (cinco) quadros informativos (item 1) e de 39 (trinta e nove) inserções diárias (item 2).

Diante da supressão o valor global do contrato passa a ser de R\$ 119.763,30 (cento e dezenove mil setecentos e sessenta e três reais e trinta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 29 de novembro de 2012.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
PREFEITO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Gestor

RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA
RODRIGO LINNEU BONATO

SIMAE

Ata Registro de Preços 002/2012 Serviços de Escavação - SIMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0002/2012

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0059/2012, na Ata de julgamento de preços, homologada em 29/11/2012, RESOLVE registrar os preços da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Serviços de Escavadeira Hidráulica, a fim de auxiliar o SIMAE, na retirada de rochas e matações de valas onde executar redes de água e esgoto, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0059/2012.

1.2 A licitante registrada para os serviços cotados são as seguintes:

Item 01 - SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CUJO EQUIPAMENTO DEVERÁ TER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 1.CONCHA COM CAPACIDADE PARA 0,83M³; 2.CAPACIDADE OPERACIONAL DA MÁQUINA 19 TONELADAS; 3. ANO DE FABRICAÇÃO 2009; PARA ESCAVAÇÃO EM SOLO COM PRESENÇA

DE MATAÇÕES, IMPOSSÍVEIS DE SER REMOVIDOS COM ESCAVADEIRA NORMAL, NAS VALAS ONDE O SIMAE EFETUARÁ IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE REDES.

Quantidade - 100(CEM) Unidade de medida - HR (hora)

1º. Colocado - Empresa Secchi Serviços de Terraplanagem Ltda no valor unitário de R\$ 163,00 (cento e sessenta e três reais) a hora trabalhada.

Item 02 - SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ACOPLADO COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, CUJO EQUIPAMENTO DEVERÁ TER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 1.COM PESO OPERACIONAL DO ROMPEDOR DE 1.200KG; 2.ENERGIA DE IMPACTO DE ATÉ 2.800 JOULES; 3.ANO DE FABRICAÇÃO 2009; PARA ROMPER ROCHAS PRESENTES EM VALAS ONDE O SIMAE EFETUARÁ IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE REDES.

Quantidade - 100(CEM) Unidade de medida - HR (hora)

1º. Colocado - Empresa Secchi Serviços de Terraplanagem Ltda no valor unitário de R\$ 283,00 (duzentos e oitenta e três reais) a hora trabalhada.

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição dos serviços de escavadeira hidráulica, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0059/2012 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

4.1 O Serviço de Escavadeira Hidráulica deverá ser executado conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de

Autorização de Fornecimento e /ou Nota de Empenho..

4.2 Após o recebimento da AF-Autorização de Fornecimento e/ou NE-Nota Empenho, por parte do fornecedor, o serviço deverá ser iniciado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na AF e /ou NE.

4.2.1 Serão solicitados serviços na área urbana ou rural dos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna.

4.3 Cada AF e/ou NE deverá conter no mínimo:

- a) Data de Expedição;
- b) Indicação de Local ou dos locais onde serão prestados os serviços;
- c) Tipos de serviços que serão prestados.

4.4 Após a conclusão dos serviços a proponente deverá apresentar Nota Fiscal / Fatura correspondente à quantidade de horas trabalhadas, que será submetida à aprovação do Gerente responsável pela solicitação dos serviços.

4.5 Fica aqui estabelecido que os serviços serão recebidos:

- a) provisoriamente: A recepção provisória dos serviços será feita por responsável, designado pelo SIMAE, sendo que deverá verificar se os serviços foram executados adequadamente "in loco";
- b) definitivamente: A recepção definitiva dos serviços será feita por servidor designado, que será incumbido da fiscalização direta do contrato após vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados e assinatura do Comprovante de Inspeção comprovando que a empresa executou os serviços e liberando o pagamento (se for o caso), em um prazo máximo de até 05 (cinco) dias após apresentação da nota fiscal.

4.5.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do serviço, cujo pagamento se dará em até 5 (cinco) dias após a liberação do pagamento.

4.6 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, por conta e risco da mesma, sem qualquer ônus ao SIMAE.

4.7 Se os serviços não forem realizados no prazo estipulado, a licitante vencedora estará sujeita às sanções previstas neste edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta de Contrato e na Lei.

4.8 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade com as especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter os serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetivado em até 05(cinco) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços pelo Gestor do Contrato, mediante apresentação de nota fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 1051 e 1052

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;

b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas na Licitação (art.55, XII da Lei 8.666/93);

e) Permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo SIMAE, na execução dos serviços;

f) fornecer equipamentos de proteção individual (EPI's) aos empregados;

g) observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

b-1)- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

b-2)- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 29 de novembro de 2012.

Pregoeiro Substituto

ELIANE APARECIDA CERON VIER

Equipe de Apoio

ANDRÉ FRANCISCO FIORIN

LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA

Representantes Credenciados:

RODRIGO SECCHI

Secchi Serviços de Terraplanagem Ltda

Contrato JHL 0144/2012

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0144/2012

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0056/2012

PROCESSO LICITATÓRIO 0081/2012

PROTOCOLO Nº 3000/2012

Data: 23/11/2012

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO PARA MONTAGEM DOS BARRILETES DE SUCÇÃO E RECALQUE DA EAT-006 E RAP-006 DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Contratado: ANGOLINI & ANGOLINI LTDA

Valor Acrescentado: R\$ 17.802,39 (Dezessete mil e oitocentos e dois reais e trinta e nove centavos)

PROGRAMA: 14.01.1.051

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 23/11/2012 a 23/02/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

Homologação PP 59/2012 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 59/2012 - PR**

Processo Administrativo: 84/2012
 Processo de Licitação: 84/2012
 Data do Processo: 29/10/2012

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 84/2012
 b) Licitação Nr.: 59/2012-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 29/11/2012
 e) Data da Adjudicação: 29/11/2012 Sequência: 1
 f) Objeto da Licitação SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO HIDRÁULICA COM EQUIPAMENTO HIDRÁULICO E COM ROMPEDOR PARA ESCAVAÇÃO, REFERENTE RETIRADA DE ROCHAS E MATAÇÕES DE VALAS ONDE O SIMAE EXECUTARÁ REDES DE ÁGUA E ESGOTO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007149 - SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA	2	-	44.600,00
	2		44.600,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (3), 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (4)

Joaçaba, 29 de Novembro de 2012.

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Pregão JHL 0053/2012

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0078/2012

TÍTULO: Registro de Preços

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053/2012

PROTOCOLO JHL 2940/2012

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0053/2012 - Licitação 0078/2012, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE CIMENTO, CAL E AREIA DE FORMA PARCELADA.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 13/12/2012 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 13/12/2012 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 03/12/2012 a 13/12/2012.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 03 de DEZEMBRO de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Pregão Presencial JHL 0063/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0089/2012

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0063/2012

PROTOCOLO JHL 3275/2012

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0063/2012 - Licitação 0089/2012, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: aquisição de Combustíveis S-50 para Frota do SIMAE no exercício 2013.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 14/12/2012 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 14/12/2012 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 03/12/2012 a 14/12/2012.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 03 de Dezembro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

José Boiteux

PREFEITURA

Edital Calçamento 10 de Fevereiro

EDITAL DE CALÇAMENTO Nº 01/2012

A Prefeitura Municipal de José Boiteux, torna público os elementos que precedem os lançamentos de contribuição de melhorias

dos proprietários dos imóveis beneficiados pela pavimentação da Rua 10 de fevereiro, município de José Boiteux, com área total de 3.326,90 m² (três mil trezentos e vinte e seis metros noventa e quatro centímetros quadrados) com a sua extensão de 454,22 metros (quatrocentos e cinquenta e quatro metros e vinte e dois centímetros) e largura de 7 metros, a saber:

1. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

1.1 A pavimentação da Rua 10 de fevereiro, no trecho compreendido entre propriedade de lado direito de Solange Pereira e lado esquerdo de Augusto Moser até a propriedade de Genésio Pereira e Câmara Municipal de Vereadores, consiste no fornecimento do material e mão de obra para a pavimentação com Lajota sextavada, meio fio de concreto de tamanho regular, tubulação de águas pluviais e boca de captação de água.

2. PAVIMENTAÇÃO**2.1 Drenagem**

- a) Escavação mecânica de valas, solo 1º categoria - 408 m³
- b) Reaterro apiloado das valas - 260 m³
- c) Tubos de concreto: fornecimento, carga, transporte e colocação, tubos de 30 cm - 55 metros
- d) Tubos de concreto: fornecimento, carga, transporte e colocação, tubos de 40 cm - 455 metros
- e) Caixa de captação: fornecimento materiais e mão de obra, tubos de 30 cm - 11 um
- f) Caixa de captação: fornecimento materiais e mão de obra, tubos de 40 cm - 11 um
- g) Caixa de junção: fornecimento materiais e mão de obra, tubo de 40 cm - 1 um

2.2 Pavimentação

- a) Regularização e preparo da cancha compactada - 3.326,90 m²
- b) Colchão de areia espessura de 13 cm - 3.326,90 m²
- c) Lajota de concreto espessura de 8 cm - 3.326,90 m²
- d) Rejuntamento e compactação das lajotas - 3.326,90 m²
- e) Meio fio de concreto - 928 metros

2.3 Serviços complementares

- a) Placa denominação de rua 2 um.
- b) Reaterro dos passeios 1.618,00 m²
- c) Placa de sinalização de regularização vertical 2 un.
- d) Placa da obra (1,00 x 2,00 m) 1 un.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA A SER BENEFICIADA EM RELAÇÃO AOS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDO.

3.1 A zona beneficiada compreende a Rua 10 de fevereiro, no trecho compreendido entre propriedade de lado direito de Solange Pereira e lado esquerdo de Augusto Moser até a propriedade de Genésio Pereira e Câmara Municipal de Vereadores.

4. DO PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS

4.1 O pagamento da contribuição de melhoria poderá ser efetuada à vista ou ser parcelada de acordo com a lei vigente.

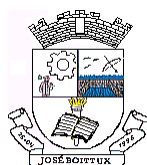
4.2 O calculo do pagamento da taxa de contribuição de melhorias resultou do Processo Licitatório nº 22/2012, Modalidade Tomada de preço para compras e serviços nº 2/2012. Sendo a Rua 10 de fevereiro com área de 3.326,90 m², Valor do convênio R\$ 200.000,00 Valor a ser rateado como contrapartida em taxa de contribuição de melhorias no valor de R\$ 35.000,00 tendo um custo médio de R\$ 10,52 por metros quadrados.

4.3 Caberá aos proprietários dos imóveis beneficiados com a obra de pavimentação situados as margens direita e esquerda da rua, o pagamento da taxa de contribuição de melhoria correspondente a 100% do valor do custo médio apurado, equivalente a R\$ 10,52 por metro quadrado.

José Boiteux, 29 de novembro de 2012.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo I

		Pista de Rolagem	7,00
		meia pista	3,50
Contribuintes Rua 10 de fevereiro		TOTAL M2	3326,90
		VALOR DA OBRA	R\$ 235.000,00
		VALOR M2	R\$ 70,64
		VALOR CONTRAPARTIDA	R\$ 35.000,00
Contribuintes Rua 10 de fevereiro		VALOR M2 A PAGAR	R\$ 10,52
Nome do Contribuinte	Testada/metros	TOTAL M2	Valor a pagar
lado direito 3,50 metros			
Solange Pereira	38	133,00	R\$ 1.399,20
Armélindo Fusinato	40	140,00	R\$ 1.472,84
Armélindo Fusinato	40	140,00	R\$ 1.472,84
Armélindo Fusinato	20	70,00	R\$ 736,42
Humberto Lunelli	60	210,00	R\$ 2.209,26
Belmiro Moretti	20	70,00	R\$ 736,42
Cleto Fusinato	13,5	47,25	R\$ 497,08
Rodolfo Penz Sobrinho	15	52,50	R\$ 552,32
Naiara Cristine Vicentin	15	52,50	R\$ 552,32
Gentil Arzena	15	52,50	R\$ 552,32
Anselmo Vinci	15	52,50	R\$ 552,32
Luiz da Cunha	15	52,50	R\$ 552,32
Luiz Lunelli	30	105,00	R\$ 1.104,63
Pedro Valcanaia	15	52,50	R\$ 552,32
Djalma Cesar Mass	15	52,50	R\$ 552,32
Alexandre Tenfen	15	52,50	R\$ 552,32
Geison Tottene	15	52,50	R\$ 552,32
Josnei Cassio da Cunha	15	52,50	R\$ 552,32
Marcia Bertelli Barboza Rodrigues	26,5	92,75	R\$ 975,76
Genesio Pereira	22,3	78,05	R\$ 821,11
lado esquerdo 3,50 metros			
Camara municipal de vereadores	30,2	105,70	R\$ 1.112,00
Joaquim Fusinato	40	140,00	R\$ 1.472,84
Ass. Desp. 7 de maio	120,2	420,70	R\$ 4.425,89
Marcemino Zonta	187,5	656,25	R\$ 6.903,95
Rua 03 de agosto/13 de maio/9 de dezembro	39,2429	137,35	R\$ 1.444,97
Solange Pereira	21,5	75,25	R\$ 791,65
Augusto Moser	21,6	75,60	R\$ 795,33
Augusto Moser	15	52,50	R\$ 552,32
Simone Aparecida Fernandes	15	52,50	R\$ 552,32
		0,00	R\$ -
TOTAL		3326,90	R\$ 35.000,00

Rua 16 de junho, 13 - 89.145-000 - José Boiteux - SC - Fone: (47) 3352-7111.

Email: gabinete@pmjb.sc.gov.br

site: www.pmjb.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Lages

PREFEITURA

Pe 41/2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PE 41-2012 PML

Objeto: Aquisição de Reboque para Transporte de Cavalos para uso do 6º Batalhão de Polícia Militar.

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 19/12/2012 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 9.733,33

A retirada do edital obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo Site www.lages.sc.gov.br sem Ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 29 de novembro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Pe 43/2012 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PE 43-2012 FMAS

Objeto: Aquisição de Veículo para o CRÁS, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 14/12/2012 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 41.770,00

A retirada do edital obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo Site www.lages.sc.gov.br sem Ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 29 de novembro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Pe 45/2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PE 45-2012 SMS

Objeto: Aquisição de Veículo para uso do Programa de Estratégia e Saúde da Família.

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 17/12/2012 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 53.186,72

A retirada do edital obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo Site www.lages.sc.gov.br sem Ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 29 de novembro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Pe 46/2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PE 46-2012 SMS

Objeto: Contratação de Empresa para o Fornecimento de Gás Oxigênio Medicinal para atender a demanda de consumo do Pronto Atendimento e para Pacientes em Tratamento Domiciliar da Secretaria Municipal da Saúde, no exercício de 2013.

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 18/12/2012 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 1.276.066,67 A retirada do edital obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo Site www.lages.sc.gov.br sem Ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 29 de novembro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

PP 50/2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 50-2012 PML

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos para Manutenção e Conservação da Iluminação Pública do Município

Tipo: Menor Preço por Lote

Abertura: 14/12/2012 às 16:30

Valor Estimado: R\$ 76.731,20

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem Ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 29 de novembro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Lebon Régis

PREFEITURA

Decreto Nº 112/2012

DECRETO Nº 112/2012, de 09 de Novembro de 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO APURADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2011, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso III do art. 11, da Lei Municipal nº 1380/2011 de 01 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas

seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	60	12	361	0011	2055	4490	58	20.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos do superávit financeiro do exercício de 2010 conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
00	01	0058	20.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de Novembro de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 29 de Novembro de 2012, nesta Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº 113/2012

DECRETO Nº 113/2012 - de 30 de novembro de 2012

"Dispõe sobre a homologação do resultado final do concurso público n. 01/2012".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do concurso público n. 01/2012, conforme classificação constante no Anexo I, que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - O prazo de validade do concurso público é de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis (SC), 30 de novembro de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta data na Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária Municipal de Administração e Finanças



Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

Informações municipais para a promoção do
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br



Divulgação Final dos Aprovados**DIVULGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS
EDITAL 001/2012 LEBON RÉGIS/SC****PAGINA - 01****O CRITÉRIO DE DESEMPATE ESTÁ EM CONFORMIDADE COM O ITEM 8.4 DO
PRESENTE EDITAL.****CARGO: ADVOGADO**

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0180	ALEXANDRA TOMACHEUSKI	8,8	1º LUGAR	-
0789	FERNANDO PADILHA KUHNEN	7,8	2º LUGAR	-
0229	JADIR GALINA	7,4	3º LUGAR	-
0819	MIGUEL GERMANO PODANOSCHE	7,4	4º LUGAR	-
0452	MICHELE MARTINS DA SILVA	7,2	5º LUGAR	-
0403	FRANCIELE FATTORI	7,2	6º LUGAR	-
0365	RAFAEL ERNANI CABRAL BROCHER	7,2	7º LUGAR	-
0904	LIDIANE OLIVEIRA FRACARI	7,2	8º LUGAR	-
0324	GLALCIA SANDRA GONÇALVES	7,2	9º LUGAR	-
0287	DANIEL FELIPE POYER	7,0	10º LUGAR	-
0777	ANDRE BOTECA LARROYD	6,8	11º LUGAR	-
0620	MARLON CANANI CORDEIRO DE ALMEIDA	6,8	12º LUGAR	-
0657	JOÃO LUIS RADICHEWSKI	6,4	13º LUGAR	-
0992	JAIR ZALESKI	6,4	14º LUGAR	-
0674	JACSON JOSÉ PEREGO	6,4	15º LUGAR	-
0886	RUBENS BORDINHÃO DE CAMARGO NETO	6,4	16º LUGAR	-
0631	THIAGO BIESUS BORSATTI	6,2	17º LUGAR	-
0209	RAFAEL DE MORAES	6,2	18º LUGAR	-
0041	LUIZ FERNANDO VESCOVI	6,2	19º LUGAR	-
0921	ALBANA LUNA BALESTRA	6,2	20º LUGAR	-
0850	GIANCARLO PAGANIN	6,2	21º LUGAR	-
0519	JAIR PEREIRA	6,0	22º LUGAR	-
0795	RODRIGO MOREIRA DOS SANTOS	6,0	23º LUGAR	-
0359	MARIANA KLIPPERT	6,0	24º LUGAR	-
0776	CIDCLEI RAMOS	5,8	25º LUGAR	-
0860	GIBIA REDIVO RAMOS	5,8	26º LUGAR	-
0773	ADROALDO MOREIRA JUNIOR	5,8	27º LUGAR	-
0277	GLENDA FRANCES DE MORAES	5,6	28º LUGAR	-
0775	RICARDO TADEU DE MORAES	5,6	29º LUGAR	-
0477	BRUNA AMARAL DALMAS	5,6	30º LUGAR	-
0955	RAFAEL KNOLL	5,2	31º LUGAR	-
0082	TAMIRIS AMARAL GRAZZIOTIN	5,2	32º LUGAR	-

CARGO: AGENTE DE SAÚDE

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0167	SANDRA MARIA GUEDES	7,2	1º LUGAR	-
0290	ROSILENE DE OLIVEIRA SOUZA	6,4	2º LUGAR	-
0101	CAMILA GUEDES DE MELO	6,4	3º LUGAR	-
0219	ERONITA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS	6,2	4º LUGAR	-
0626	CHAIANE DA SILVA LOURENA	6,2	5º LUGAR	-

**DIVULGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS
EDITAL 001/2012 LEBON RÉGIS/SC****PAGINA - 02****CARGO: AGENTE DE SAÚDE (Continuação)**

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0670	SERLI CASTRO DOS SANTOS	6,2	6º LUGAR	-
0823	ÉRICA MARISA DE ALMEIDA	5,8	7º LUGAR	-
0855	ROSILDA MEDEIROS RADECK	5,6	8º LUGAR	-
0798	CIRENE RIBEIRO DA SILVA	5,6	9º LUGAR	-
0809	FABIANA ALVES DA SILVA	5,6	10º LUGAR	-
0540	JOSIANE FERREIRA	5,6	11º LUGAR	-
0914	ERICA FERNANDA RIBEIRO CORDEIRO	5,6	12º LUGAR	-
0245	ANDRIELI GONSALVES	5,6	13º LUGAR	-
0165	PATRICIA MACHADO DOS SANTOS	5,4	14º LUGAR	-
0592	THAIS FERREIRA DE SOUZA GARCIA	5,4	15º LUGAR	-
0643	JOSEANE APARECIDA DOS SANTOS	5,2	16º LUGAR	-
0252	RONILDO PIRES	5,2	17º LUGAR	-
0917	NEUNICE GONÇALVES DE ARAUJO	5,0	18º LUGAR	-
0425	IRACEMERI PRESTES PEPES	5,0	19º LUGAR	-
0898	VANESSA DOS SANTOS SOUZA	5,0	20º LUGAR	-

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0513	DAMIAN MAIBERG DE SOUZA	6,8	1º LUGAR	-
0507	HELENA MAIBERG	5,6	2º LUGAR	-
0903	PAULO EDUARDO DOS ANJOS	5,4	3º LUGAR	-
0588	REGINALDO ROSARIO DA CRUZ	5,2	4º LUGAR	-
0112	JANIA APARECIDA DA ROSA PADILHA	5,2	5º LUGAR	-
0946	LUCAS ALVES DOS SANTOS CONCEIÇÃO	5,2	6º LUGAR	-

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0655	KAMILA BRANCO CARLOS	6,2	1º LUGAR	-
0799	BRUNA DA FONSECA	5,6	2º LUGAR	-
0932	DANIELE CAROLINE HEUSSER	5,0	3º LUGAR	-
0200	BRUNA HOLLEWEGER	5,0	4º LUGAR	-

CARGO: AUXILIAR DE ASSISTENTE SOCIAL

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0250	ADEVILSON CARLOS PIRES	6,2	1º LUGAR	-

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0446	ANA PAULA DE CHRISTO DA SILVEIRA	6,2	1º LUGAR	-
0822	GENI ANTUNES DE CAMPOS ROCHA	6,0	2º LUGAR	-
0805	DJULIA DOS SANTOS CALISTRO	5,6	3º LUGAR	-

**DIVULGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS
EDITAL 001/2012 LEBON RÉGIS/SC****PAGINA - 03****CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM (Continuação)**

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0212	ELOIR ALVES TIBES DOS SANTOS	5,2	4º LUGAR	-
0102	ROSANA APARECIDA PEPES	5,0	5º LUGAR	-

CARGO: BIOQUÍMICO

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0013	ANA MARIA WERNER	7,8	1º LUGAR	-
0308	RAFAELA FERREIRA	7,4	2º LUGAR	-
0956	ELVIO ROSSETTO	7,0	3º LUGAR	-
0651	CAROLINE ISRAEL	6,4	4º LUGAR	-
0586	DANELISE LEAL	6,4	5º LUGAR	-
0968	MICHAEL EDIMEICO RIBEIRO	6,0	6º LUGAR	-
0649	GRACIELI AP. FERLIN DE SOUZA	5,2	7º LUGAR	-

CARGO: BORRACHEIRO

INSCRICAO	NOME	
X	NÃO HOUVE APROVADOS.	-

CARGO: ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0844	THACYANA CANALLE	7,8	1º LUGAR	-
0432	GILMAR FRANCISCO PERETTI	7,2	2º LUGAR	-
0733	JOSE VANDERLEI DE CAMPOS	7,2	3º LUGAR	-
0463	JANE DE FATIMA GOIS RUTH	7,0	4º LUGAR	-
0870	JULIANA DE OLIVEIRA BALSINI	6,8	5º LUGAR	-
0196	RENATA MARAFON	6,8	6º LUGAR	-
0557	IRINEU CORREIA DA SILVA	6,6	7º LUGAR	-
0642	KELLY CRISTINA LIERMANN	6,4	8º LUGAR	-
0573	ANDRÉ LUIZ RIZZO	6,4	9º LUGAR	-
0329	EDUARDO PIERDONÁ	6,4	10º LUGAR	-
0248	LEONEL MARCOS VALCANAIA	6,2	11º LUGAR	-
0952	JAISON CAETANO DA SILVA	6,0	12º LUGAR	-
0220	SAMARA MOREIRA SCHEFFMACHER	6,0	13º LUGAR	-
0076	JOFÉN FRANCISCO MOHR	6,0	14º LUGAR	-
0546	SIDNEI JOSE GONÇALVES DE ARAUJO	5,8	15º LUGAR	-
0404	PRISCILA PEREGO	5,8	16º LUGAR	-
0769	JOHN LENNON SCHWINDEN DE OLIVEIRA	5,8	17º LUGAR	-
0583	LUANA GONÇALVES DE ARAUJO	5,8	18º LUGAR	-
0383	CINTIA LEILA NUNES	5,8	19º LUGAR	-
0464	EDER FABIO DALPIAZ	5,6	20º LUGAR	-

DIVULGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS
EDITAL 001/2012 LEBON RÉGIS/SC**PAGINA - 04****CARGO: ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS (Continuação)**

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0221	ELITA DAMBROS	5,6	21º LUGAR	-
0118	RAFAEL OLIVEIRA	5,6	22º LUGAR	-
0448	JONATHAN CARLOS FAIER DOS SANTOS	5,6	23º LUGAR	-
0137	MATEUS WILLIAN	5,6	24º LUGAR	-
0348	JESSÉ PEREGO	5,6	25º LUGAR	-
0438	RAMON DE OLIVEIRA	5,6	26º LUGAR	-
0900	LUCIANE BRUSCHI	5,4	27º LUGAR	-
0616	LEONAORDO JOSE SCHNEIDER	5,4	28º LUGAR	-
0691	ROSELI LINHARES DE OLIVEIRA	5,2	29º LUGAR	-
0427	FRANSIELE CANEPPELE PEREIRA	5,2	30º LUGAR	-
0214	FLAVIO GOMES PINTO	5,2	31º LUGAR	-
0705	ELIANE DA SILVA	5,2	32º LUGAR	-
0231	JOCIVANIA PESENTI	5,2	33º LUGAR	-
0925	ALEXANDRE BOHN	5,2	34º LUGAR	-
0779	FELIPE EDUARDO PEDROSO	5,2	35º LUGAR	-
0610	ANDRESSA RAMOS DE CARVALHO	5,2	36º LUGAR	-
0015	ADRIANO CARLOS XAVIER	5,2	37º LUGAR	-
0895	TUANY ROCHA	5,2	38º LUGAR	-
0942	LEONARDO DE ROSSI	5,2	39º LUGAR	-
0896	RAFAEL DE OLIVEIRA ANTUNES	5,2	40º LUGAR	-
0905	SÉRGIO DOS SANTOS CRUZ	5,0	41º LUGAR	-
0029	KAROLAI ROSARIO DA CRUZ MOREIRA	5,0	42º LUGAR	-
0077	DEBORA DE FATIMA BARTOVSKI	5,0	43º LUGAR	-
0929	ALINE RISSO KOJIKOSKI	5,0	44º LUGAR	-

CARGO: ENFERMEIRO

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0877	FABÍOLA NATÉL DE PAULA	6,6	1º LUGAR	-
0131	CRISTIANE ANTUNES SCUSSIATO	6,4	2º LUGAR	-
0344	FRANCIELY MARTINS FRUHAUF	6,2	3º LUGAR	-
0806	LICEIA RINALDI RAMOS	6,0	4º LUGAR	-
0885	KENNYA SOARES LIMA	6,0	5º LUGAR	-
0296	NARA TESCKE	5,8	6º LUGAR	-
0411	SANDRO LUIZ BOCASANTA	5,8	7º LUGAR	-
0085	EDSON DE OLIVEIRA MATOS	5,8	8º LUGAR	-
0152	VALÉRIA OSÓRIO DA CUNHA	5,8	9º LUGAR	-
0737	ADRIANA REGINA BATAGLIN	5,6	10º LUGAR	-
0089	DEYSE APARECIDA HEINE	5,4	11º LUGAR	-
0108	DIOGO LAURINDO BRASIL	5,4	12º LUGAR	-

**DIVULGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS
EDITAL 001/2012 LEBON RÉGIS/SC****PAGINA - 05****CARGO: ENFERMEIRO (Continuação)**

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0192	JUCIARA MENDES MADUREIRA	5,4	13º LUGAR	-
0456	CARINE DAUFENBACH	5,4	14º LUGAR	-
0028	ISELINE CORREIA DE SOUZA DO VALLE	5,2	15º LUGAR	-
0237	SANDRO LUIS SALLES DOS SANTOS	5,2	16º LUGAR	-
0492	ANA APARECIDA DA CUNHA DE MELLO	5,0	17º LUGAR	-
0314	GIZÉLI APARECIDA LOAT PEDROSO	5,0	18º LUGAR	-
0876	BRUNA ALMEIDA DA SILVA	5,0	19º LUGAR	-
0658	THAYSE DANIELLE MATOS	5,0	20º LUGAR	-
0728	ANDRESSA LAIARA FERRONATTO	5,0	21º LUGAR	-
0345	SIRLENE RAITZ	5,0	22º LUGAR	-
0424	CRISTIANE REGINA BACHMANN BOHN	5,0	23º LUGAR	-
0786	GIOVANNA ZANOTTO DA ROCHA	5,0	24º LUGAR	-
0353	JÉSSICA DANÚBIA SCHWERZ	5,0	25º LUGAR	-

CARGO: FARMACÊUTICO

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0983	FERNANDO SICKA	6,8	1º LUGAR	-
0297	ELAINE CRISTINA DE SOUZA	6,4	2º LUGAR	-
0878	DEISI HENTZ KOCHHANN	6,4	3º LUGAR	-
0920	CLEONICE ROZA ANTUNES	5,2	4º LUGAR	-

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0443	MAIRON LEONAM RIBEIRO	5,4	1º LUGAR	-

CARGO: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0640	BRUNA DA APARECIDA FRANCO	6,4	1º LUGAR	-
0476	MAYRA PAULA ALVES PACHECO	5,6	2º LUGAR	-

CARGO: FISIOTERAPÊUTA

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0689	SIMONE ANGELA SCOLARO	7,0	1º LUGAR	-
0291	THUYANNA MALÚ DIAS	7,0	2º LUGAR	-
0450	JANISSE CATARINA GONÇALVES DE SOUZA	6,6	3º LUGAR	-
0765	INDAIARA FELISBINO	6,6	4º LUGAR	-
0709	FERNANDO RENATO DIOGO JACINTO DE OLIVEIRA	6,6	5º LUGAR	-
0829	PATRICIA CRISTIANE ZAGO	6,4	6º LUGAR	-
0778	FABIANO BAZEN COSER	6,0	7º LUGAR	-

DIVULGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS
EDITAL 001/2012 LEBON RÉGIS/SC**PAGINA - 06****CARGO: FISIOTERAPÊUTA (Continuação)**

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0923	PATRICIA ALLAGE	5,8	8º LUGAR	-
0978	FRANCINE DEMARCHI	5,6	9º LUGAR	-
0757	POLYANNA APARECIDA AMARAL VERONEZI	5,4	10º LUGAR	-
0545	ALLYNE PAULA SANTOS	5,2	11º LUGAR	-
0824	IRINEU STEPHANE FILHO	5,2	12º LUGAR	-
0935	SILVANA PRIGOL	5,0	13º LUGAR	-
0584	EDILAINE CRIMINACIO DE OLIVEIRA	5,0	14º LUGAR	-

CARGO: MÉDICO

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0986	CÍNTIA SIMONE FETT	6,8	1º LUGAR	-
0666	DANIEL BARROS GARCIA HERNANDES	6,8	2º LUGAR	-
0323	JOEL WORMA DE SOUZA	6,6	3º LUGAR	-
0826	NATHALIE CRISTI GALVAN	6,4	4º LUGAR	-
0723	ANDERSON ZESCHAU	6,0	5º LUGAR	-
0998	RENAN DOS SANTOS PEREIRA	5,4	6º LUGAR	-

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0094	MAILTON RAFAEL WOLFART	5,8	1º LUGAR	-
0380	JOANA VALENTI	5,8	2º LUGAR	-
0552	EDILSON ANDRADE	5,4	3º LUGAR	-
0515	CLAUDIA GAIOVIS	5,2	4º LUGAR	-
0392	SADI JAIME SANDIN JÚNIOR	5,2	5º LUGAR	-
0268	RODRIGO AZAMBUJA MACHADO DE OLIVEIRA	5,0	6º LUGAR	-

CARGO: ODONTÓLOGO

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0837	SUSILEIDE DANIELE RODRIGUES PUTTI	7,0	1º LUGAR	-
0316	BRUNO LUCAS BUZZI TORRES	7,0	2º LUGAR	-
0321	JULIANA ROYER HEIDMANN	6,6	3º LUGAR	-
0772	JESSICA BARASUOL	6,2	4º LUGAR	-
0681	BRUNA DAMASCENO DA SILVA	6,2	5º LUGAR	-
0547	MAIKON PEDRO FABIAN	6,2	6º LUGAR	-
0957	ANUBA TIANA PIOVESANA	6,0	7º LUGAR	-
0866	TIAGO CASSOL	6,0	8º LUGAR	-

DIVULGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS
EDITAL 001/2012 LEBON RÉGIS/SC**PAGINA - 07****CARGO: ODONTÓLOGO (Continuação)**

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0130	ELISANGELA GRANDE GUIOTTI	5,8	9º LUGAR	-
0816	ROBERTA VEDANA ERCKMANN	5,8	10º LUGAR	-
0205	REGIS FABIANO DE OLIVEIRA	5,6	11º LUGAR	-
0667	FRANCIANE GOMES	5,6	12º LUGAR	-
0771	ANDRE LUIZ OLIVEIRA DE ARAUJO GUTERVIL	5,6	13º LUGAR	-
0043	FRANCINE ALLAGE	5,4	14º LUGAR	-
0742	MÁRCIO CAVALLI LAGRECA	5,4	15º LUGAR	-
0022	ARMANDO NUNES DA SILVA JUNIOR	5,2	16º LUGAR	-
0195	KAROENE CRISTINA DÁVILA DENARDI	5,2	17º LUGAR	-
0561	PAULA CRISTINA RECH	5,2	18º LUGAR	-
0982	JULIO FRANCISCO ROLOFF DE MELO	5,2	19º LUGAR	-
0593	ALEXANDRE ZAMBONINI MOREIRA	5,0	20º LUGAR	-

CARGO: OFICIAL ADMINISTRATIVO

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0624	CAROLINA DE CÁSSIA CAVALHERI	6,0	1º LUGAR	-
0014	ROBERTO CAETANO MORAES	5,6	2º LUGAR	-
0436	CAMILA OLIVEIRA DE LIMA CAMPOS	5,2	3º LUGAR	-
0836	VIVIANE APARECIDA DA SILVA	5,2	4º LUGAR	-

CARGO: PROFESSOR DE DANÇA

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0941	VANUSA DE OLIVEIRA CORRÊA	5,2	1º LUGAR	-
0639	ALYSSA OHANA SOARES	5,0	2º LUGAR	-

CARGO: PSICÓLOGO

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0825	LILIANE SCHEFFMACHER DE SOUZA XAVIER	6,8	1º LUGAR	-
0374	ROSANE REGINA DE SOUZA	5,8	2º LUGAR	-
0544	DÉBORA AUERSWALD DE MORAIS	5,8	3º LUGAR	-
0729	MÔNICA CARDOSO	5,8	4º LUGAR	-
0475	LILIANE CRIMINANCIO	5,6	5º LUGAR	-
0803	CRISTIANE SCHINEIDE	5,4	6º LUGAR	-
0431	ANDRÉIA APARECIDA RIBEIRO LEAL NUNES	5,2	7º LUGAR	-
0701	THAISE LILIAN GROTH	5,2	8º LUGAR	-
0650	MAIARA DE CASSIA BOLZANI	5,2	9º LUGAR	-
0259	GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO	5,0	10º LUGAR	-

**DIVULGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS
EDITAL 001/2012 LEBON RÉGIS/SC****PAGINA - 08****CARGO: RECEPCIONISTA**

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0716	CLARICE APARECIDA SCHIMITD CARVALHO DOS SANTOS	6,4	1º LUGAR	-
0535	SUELEN FRANCINI MOREIRA DA SILVA	6,4	2º LUGAR	-
0641	ADRIANA FERLIN MELO	5,6	3º LUGAR	-
0730	SIMONE APARECIDA ANTUNES	5,6	4º LUGAR	-
0506	NAYRA ANGEL CORREA SUBTIL	5,4	5º LUGAR	-
0915	KATIUSKA KELLY ROSA	5,4	6º LUGAR	-
0783	LAISA GABRIELLA DOS SANTOS LIMA	5,4	7º LUGAR	-
0280	ANDRE GIOVANE DA SILVA DOMINGUES	5,2	8º LUGAR	-
0694	CRISTIANI DE MELO COSTA	5,2	9º LUGAR	-
0454	CLAUDIA TATIANE DE SOUZA	5,0	10º LUGAR	-
0943	ELIZABETE SPAUTZ	5,0	11º LUGAR	-

CARGO: SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0385	EDILAINE PAHL	6,2	1º LUGAR	-
0198	MARIA DA LUZ BUENO	6,0	2º LUGAR	-
0486	MAIARA ALBUQUERQUE ALVES	5,6	3º LUGAR	-
0847	ALIONA RIBEIRO DA SILVA	5,4	4º LUGAR	-
0186	VALQUIRIA EMILIA TIBOLLA	5,4	5º LUGAR	-
0881	ROSANA TIBES PERETTI	5,2	6º LUGAR	-
0902	LUCIMARI APARECIDA KPEREL MELO	5,0	7º LUGAR	-
0533	GISELE MEDEIROS DA SILVA CESAR	5,0	8º LUGAR	-
0174	BERENICE DE SOUZA	5,0	9º LUGAR	-

CARGO: TÉCNICO AGRÍCOLA

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0449	ALMIR LIDANI	6,4	1º LUGAR	-
0924	RENATO LEANDRO	6,0	2º LUGAR	-

CARGO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0865	FERNANDO ALAN URIO	8,4	1º LUGAR	-
0645	CRISTYAN ANDREY PIERDONÁ	6,8	2º LUGAR	-
0740	ALEX SANDRO BARZOTTO	6,6	3º LUGAR	-
0340	LUCIANO DANIEL DICK	6,4	4º LUGAR	-
0012	DIEGO CASTILHO	6,4	5º LUGAR	-
0147	RUI BATISTA DOS SANTOS	6,0	6º LUGAR	-
0720	RICARDO MACALI CAMARGO	5,6	7º LUGAR	-

**DIVULGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS
EDITAL 001/2012 LEBON RÉGIS/SC**

PAGINA - 09

CARGO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA (Continuação)

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0100	ALONSO PAES CARNEIRO	5,4	8º LUGAR	-
0528	JOÃO LEANDRO PEREIRA DA SILVEIRA	5,2	9º LUGAR	-
0322	RODRIGO FALIGUSKI STRINGHINI	5,0	10º LUGAR	-

CARGO: VIGIA

INSCRICAO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	
0712	JOSE ADRIANO PEREIRA	5,4	1º LUGAR	-
0426	ANDERSON LUIZ PRESTES	5,4	2º LUGAR	-

PUBLICADO EM 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

APRENDER.COM

Divulgação Final dos Aprovados No Teste Prático

DIVULGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS NO TESTE PRÁTICO
EDITAL 001/2012 LEBON RÉGIS/SC

MOTORISTA					
N.P.O	N.P.P	CANDIDATO	M.F	CLASSIFICAÇÃO	
5,6	5,0	0784 - JOAO CARLOS RIZZO MOREIRA	10,6	1º LUGAR	-
3,6	7,0	0184 - AMAURI INHAIA	10,6	2º LUGAR	-
3,0	7,0	0761 - JOSE ADEMIR G. DE MELO	10,0	3º LUGAR	-
4,6	4,0	0441 - JAIR ALVES DE CARVALHO	8,6	4º LUGAR	-
3,4	5,0	0731 - VALDIR MOREIRA PEPPE	8,4	5º LUGAR	-
4,4	3,0	0146 - ADOLAR GITO DE LORENA	7,4	6º LUGAR	-
7,2	0,0	0980 - ALESSANDRO MORAES ROSA	7,2	7º LUGAR	-
MOTORISTA VEÍCULO ESCOLAR					
N.P.O	N.P.P	CANDIDATO	M.F	CLASSIFICAÇÃO	
7,0	6,0	0590 - ALESSANDRO G. SOUZA	13,0	1º LUGAR	-
5,2	6,0	0532 - RENI ANTONIO MAFIOLETTI	11,2	2º LUGAR	-
5,0	6,0	0437 - PAULO CEZAR F. RIBEIRO	11,0	3º LUGAR	-
5,0	6,0	0334 - JOSE ADEMIR C. SUBTIL	11,0	4º LUGAR	-
5,4	5,0	0970 - VASCONCELO CARLIM DA SILVA	10,4	5º LUGAR	-
4,4	6,0	0838 - ANDERSON LUZ DA COSTA	10,4	6º LUGAR	-
4,4	6,0	0435 - VANDERLEI SIMAO	10,4	7º LUGAR	-
5,4	5,0	0139 -- ADRIANO MORAES DA SILVA	10,4	8º LUGAR	-
3,4	6,0	0185 - ANDRE FRANCISCO DOS ANJOS	9,4	9º LUGAR	-
4,2	5,0	0407 - ODAIR JOSE SOARES TERCENIO	9,2	10º LUGAR	-
3,2	5,0	0615 - NILTON ALVES DOS SANTOS	8,2	11º LUGAR	-
6,6	0,0	0030 - EDIPO CARLOS MOREIRA	6,6	12º LUGAR	-
6,0	0,0	0350 - VALDIR BATISTA DE FREITAS	6,0	13º LUGAR	-
OPERADOR DE MÁQUINAS					
N.P.O	N.P.P	CANDIDATO	M.F	CLASSIFICAÇÃO	
6,0	5,0	0692 - ITAMAR RODRIGUES AZEVEDO	11,0	1º LUGAR	-
3,2	5,0	0647 - DANIEL DE SOUZA PIRES	8,2	2º LUGAR	-

PUBLICADO EM 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

APRENDER.COM

Extrato Termo Aditivo

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº27/2012.
Processo Licitatório nº 15/2012 - Pregão Presencial nº 6/2012
Contratante: Município de Lebon Régis-SC.
Contratado: POOL EMPRESARIAL S/A.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto à prorrogação do prazo de vigência estabelecido na Cláusula Decima do Contrato em tela celebrado entre as partes em 26/03/2012, para até 31 dezembro de 2013.

Amparo Legal: encontra-se consubstanciado no art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93, bem como no Processo em epigrafe.

Da Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditados.

Lebon Régis, 29 de novembro de 2012.

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES.

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESÃO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Leoberto Leal

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 085/2012 Pregão Presencial Nº 073/2012

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2012

TIPO: Menor Preço (por item) OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e consumo, para a Secretaria da Educação, Cultura e Desporto e para os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal para o ano de 2013, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 073/2012. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 13 de dezembro de 2012. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 29/11/2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

Errata ao Contrato 003/2012

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LEOBERTO LEAL

ERRATA DO CONTRATO Nº 003/2012

Considerando a falta de orçamento na dotação especificada e no aguardo para elaboração de projeto de lei, sanção da Lei e publicação de decreto suplementando a dotação para execução do Contrato nº 003/2012, publicado no Diário Oficial dos Municípios, publicado na Edição nº 1127, páginas 126 a 127, de 28 de novembro de 2012, retifica-se a referida publicação para a seguinte redação.

ONDE SE LÊ: Leoberto Leal, 26 de novembro de 2012.

LEIA-SE: Leoberto Leal, 30 de novembro de 2012.

Leoberto Leal/SC, 30 de novembro de 2012.

ARINO SCHEIDT MARIAN

Presidente da Câmara



www.ciga.sc.gov.br

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Pregão 55/2012

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2012

Adierson Carlos Bussolaro - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de um veículo sedan tipo passeio zero km, no dia 14 de dezembro de 2012, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no Setor de Licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 30 de novembro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1542 - Racadastrado por Incorreção

DECRETO Nº 1542 de 22 de outubro de 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art.21 da Lei nº 1014 de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcial ou totalmente, nas Atividades abaixo discriminadas, as Modalidades de Aplicação das despesas:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.175,00

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Atividade - 0501.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.600,00

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 11.000,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica Infantil

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.204,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras ações da educação básica) R\$ 28.004,99

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras ações da educação básica) R\$ 307,00

Atividade - 0801.12.368.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras ações da educação básica) R\$ 10.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 26.802,00

Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.200,00

Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 45.000,00

Categoria Econômica - 4.4.50.00.00 - Aplicações Diretas - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 14.165,00

TOTAL ANULADO R\$ 197.457,99

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as Modalidades de Aplicação das despesas atribuídas às Atividades abaixo relacionadas:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.175,00

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Atividade - 0501.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.600,00

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 11.000,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.204,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (aplicação na valorização dos profissionais do magistério) R\$ 28.311,99

Atividade - 0801.12.368.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil

Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (aplicação na valorização dos profissionais do magistério) R\$ 10.000,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 26.802,00

Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.200,00

Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 75.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 34.165,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 197.457,99

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de outubro de 2012.

NORIVAL FIORINI

Prefeito Municipal

Decreto 1563

DECRETO Nº 1563 de 26 de novembro de 2012.

"ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

CARLOS RENATO MARCON, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.014, de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 57.979,33 (cinquenta e sete mil, novecentos e setenta e nove reais e trinta e três centavos), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, observada a tendência no exercício, apurado até 26 de novembro de 2012, nas Fontes abaixo especificadas, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído as seguintes classificações orçamentárias:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica) R\$ 50.000,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 22 - Transferências de Convênio da Educação R \$ 7.388,42

Fonte 61 - Programa de Apoio ao Transporte do Escolar R\$ 590,91

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 57.979,33

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de novembro de 2012.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

Decreto 1565

DECRETO Nº 1565 de 26 de novembro de 2012.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2012".

CARLOS RENATO MARCON, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.014 de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2011, apurado na fonte abaixo especificada, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2012, atribuído ao Projeto:

UNIDADE GESTORA- PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal

e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 40.000,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2011.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de novembro de 2012.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

Extrato Alteração Pregão PML.046.2012 - Escavadeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL

Pregão Presencial nº 046/2012

AVISO DE ALTERAÇÃO

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal em exercício, CARLOS RENATO MARCON, comunica aos interessados que Edital de Pregão Presencial nº 046.2012, cujo objeto é "Aquisição de 01 (uma) Escavadeira hidráulica nova, em conformidade com as especificações do Anexo I e demais condições do Edital." sofreu ALTERAÇÕES NA DESCRIÇÃO DO OBJETO.

Diante disso, fica alterada a data para o processamento do pregão para o dia 14/12/2012 às 08h, com abertura no dia 14/12/2012 às 08h10min.

Permanecem inalteradas as demais disposições do PREGÃO em referência.

Extrato de Contrato Nº PML.065.12 - Luzerna Inst Elétricas - Túnel de Luzes

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.065.12

MODALIDADE: Carta-Convite p/Compras e Serviços nº 0017/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME

OBJETO: Contrato de empresa especializada para instalação de túnel de luzes na Avenida 16 de Fevereiro no Município de Luzerna, conforme descrição em anexo.

VALOR: R\$ 15.805,00 (quinze mil oitocentos e cinco reais).

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2012, contados da data de emissão da Ordem de Serviço inicial.

Luzerna(SC), 22 de novembro de 2012.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

CONTRATANTE

AURÉLIO BRUSTOLIN

LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME

CONTRATADA

Extrato de Contrato Nº PML.066.12 - Viga Pavimentação e Obras Ltda - Pavimentação Vila Kennedy - Parte de Estrada

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.066.12
MODALIDADE: Tomada de Preços nº 0012/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

OBJETO: Contrato de fornecimento de material e mão-de-obra para execução de pavimentação asfáltica em cauq, em parte de estrada municipal na Vila Kennedy, com extensão de 325,67m e área de 2.000,05m², conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.
VALOR: R\$ 116.749,67 (cento e dezesseis mil e setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos).
VIGÊNCIA: 03 (três) meses, contados da data de emissão da Ordem de Serviço inicial.

Luzerna(SC), 22 de novembro de 2012
CARLOS RENATO MARCON
Prefeito Municipal em exercício
CONTRATANTE

FELIPE RAMOS D'AGOSTINI
VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
CONTRATADA

Maracajá

PREFEITURA

Lei 909/2012

LEI Nº 909 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE MULTA POR EXECUTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS NÃO DELEGADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a pagar a multa dos autos de infrações de números: B3001 de 24 de Novembro de 2007 e B3233 de 10 de Julho de 2008, por executar serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros não delegado, com os veículos ônibus de Placas: IDQ-3491 e MDD-1494 de propriedade do Município de Maracajá, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º As despesas com o pagamento deste auto de infração serão custeadas com dotação própria.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá, 14 de Novembro de 2012.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 14 de Novembro de 2012.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Lei 910/2012

LEI Nº 910 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE MARACAJÁ, SEUS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, INTERRELAÇÕES ENTRE OS SEUS COMPONENTES, RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta lei regula no município de Maracajá e em conformidade com a Constituição de República Federativa do Brasil e da Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura - SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º. A Política Municipal de Cultura estabelece o papel do poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Maracajá, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I

Do Papel do Poder Público Municipal Na Gestão da Cultura

Art. 3º. A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Maracajá.

Art. 4º. A cultura é um importante vetor de desenvolvimento do ser humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Maracajá.

Art. 5º. É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Maracajá e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º. Cabe ao Poder Público do Município de Maracajá planejar e implementar políticas públicas para:

I assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;

V combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

XI estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;

X consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

XI intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º. A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias a buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º. A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente e turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º. Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II Dos Direitos Culturais

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I o direito à identidade e à diversidade cultural;

II livre criação e expressão;

a livre acesso;

b livre difusão;

c livre participação nas decisões de política cultural.

III o direito autoral;

IV o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III Da concepção Tridimensional da Cultura

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura-simbólica, cidadã e econômica-como fundamento da Política Municipal de Cultura.

Seção I

Da Dimensão Simbólica da Cultura

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Maracajá, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art.216 da Constituição Federal.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

Seção II Da Dimensão Cidadã da Cultura

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

Seção II Da Dimensão Econômica da Cultura

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura com espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e

promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I sistema de produção materialização em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo.

II elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e

III conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de idéias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do seu município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Maracajá deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I

Das Definições e dos Princípios

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura -SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e produção de políticas públicas, bem como de informação e de formação na área cultural, tendo como essência a coordenação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura - SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira - União, Estado, Municípios e Distrito Federal - com suas respectivas políticas e instituições culturais e sociedade e a sociedade civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

I diversidade das expressões culturais;

II universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII transversalidade das políticas culturais;

VIII autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX transparência e compartilhamento das informações;

X democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II Dos Objetivos

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura - SMC tem como objetivo formular e implantar políticas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais, no âmbito do município.

Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos políticos na área cultural;

II assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;

III articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município.

IV promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

V criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura-SMC.

VI estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III Da Estrutura

Seção I

Dos Componentes

Art.33. Integram o Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I coordenação;

a Fundação Cultural de Maracajá.

II instâncias de articulação, pactuação e deliberação;

a Conselho Municipal de Política Cultural- CMPC.

b Conferência Municipal de Cultura- CMC.

III Instrumento de Gestão:

a Plano Municipal de Cultura- PMC;

b Sistema Municipal de Financiamentos à Cultura - SMFC;

c Outros que venham a ser constituídos conforme regulamento.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura -SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

Seção II

Da coordenação do Sistema Municipal de Cultura - SMC

Art. 34. A Fundação Cultural de Maracajá é o órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura-SMC.

Art. 35. Integram a estrutura da Fundação Cultural de Maracajá as instituições vinculadas indicadas a seguir:

I Centro Histórico Cultural "Avetti Paladini Zilli";

II Biblioteca Pública Municipal Frei Marcelo Bianchi;

III outras que venham a ser constituídas.

Art. 36. São atribuições do órgão gestor de cultura Fundação Cultural de Maracajá:

I formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura PMC, executando as políticas culturais definidas;

II implementar o Sistema Municipal de Cultura- SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando a sua estrutura e atuação;

III promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;

V preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do município;

VII manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII promover o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;

IX assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura -SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do município;

X descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XI estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;

XII estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.

XV operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;

XVI realizar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XVII exercer outras atividades correlatadas com suas atribuições.

Art. 37. A Fundação Cultural de Maracajá como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC, compete:

I exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura-SMC;

II promover a integração do Município Sistema Municipal de Cultura- SMC e ao Sistema Estadual de Cultura - SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural-CMPC e nas suas instâncias setoriais;

IV implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestora Tripartite -CTI e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural- CNPC e na Comissão Intergestora Bipartite- CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural -CEPC;

V emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura - SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural- CMPC;

VI colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura -SNC e do Sistema Estadual de Cultura- SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC para a compatibilização e interação de normas, procedimentos

técnicos e sistema de gestão;

VIII Subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicas do Governo Municipal.

IX auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura -SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especificamente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura- CMC.

Seção III

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

Art. 38. Os órgãos previstos no inciso II do art. 33 desta lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SNC, organizadas na forma descrita na presente Seção.

Do Conselho Municipal de Política Cultural- CMPC

Art. 39. O Conselho Municipal de Política Cultural- CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Fundação Cultural de Maracajá, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura- SMC.

§1º. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura- CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura-PMC.

§2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.

§3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.

§4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar a representação do Município de Maracajá, por meio da Fundação Municipal de Cultura e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federativos.

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído de 30 membros, incluindo titulares e suplentes, com a seguinte composição:

I 15 membros representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo 2 representantes;

b Secretaria Municipal de Administração 2 representantes;

c Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 3 representantes. Sendo que a partir da implantação da Fundação Cultural de Maracajá, 1 representante será do Departamento e 2 representantes serão da Fundação, sendo um deles o seu Diretor Presidente;

d Departamento Municipal de Assistência e Bem Estar Social 2 representantes;

e Escolas Estaduais do município 2 representantes;

f Escolas Municipais 4 representantes;

II 15 membros incluindo titulares e suplentes representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:

a 4 Representantes da área de Artes Visuais e Cênicas do município;

b 2 Representantes dos Artesãos do município;

c 2 Representantes dos Músicos do município;

d 2 Representantes da área de Dança do município;

e 3 Representantes da área de Literatura do município;

f 2 Representantes da área de Indústria e Comércio do município;

g 4 Representantes dos Grupos de Jovens do município.

§1º. Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.

§2º. O Conselho Municipal de Políticas Culturais- CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente o Vice-Presidente e o Secretário Geral.

§3º. Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§4º. O presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais- CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 41. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC é constituído pela seguintes instâncias:

I Plenário;

II Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura-CIPOC;

III Colegiados Setoriais;

IV Comissões Temáticas;

V Grupos de Trabalho;

VI Fóruns Setoriais.

Art. 42. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, compete:

I propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura -PMC;

II estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

III colaborar na implantação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartites - CIT e na Comissão Intergestores Bipartite- CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselho Nacional e Estadual de Política Cultural;

IV aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura- FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura OMC;

VII acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura-FMC;

VIII apoiar a descentralização de programas projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura- SNC;

X apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XI apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrado pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99.

Parágrafo único. O Plenário poderá essa competência a outra instância do CMPC.

XII acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Maracajá para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura-SNC.

XIII promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XIV promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;

XV incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XVI delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

XVII aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura-CMC.

XVIII estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art.43. Compete ao Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura- CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do

Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Art.44. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 45. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporários, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 46. Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territórios.

Art. 47. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura - SMC- territoriais e setoriais- para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do sistema Municipal de Cultura-SMC.

Da Conferência Municipal de Cultura - CMC

Art. 48. A Conferência Municipal de Cultura - CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural do município e propor diretrizes para a formulação de Políticas Públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura- PMC.

§1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura - CMC analisar, aprovar, monções, proposições e avaliar a execução de metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§2º. Cabe à Fundação Cultural de Maracajá, convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura - CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§3º. A Conferência Municipal de Cultura - CMC será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais ou Pré-Conferências.

§4º. A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura - CMC será, no mínimo de dois terços dos delegados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

Seção IV

Dos Instrumentos de Gestão

Art. 49. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura- SMC:

I Plano Municipal de Cultura- PMC;

II Sistema Municipal de Financiamento à Cultura -SMFC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura-SMC, se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

Do Plano Municipal de Cultura

Art. 50. O Plano de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura-SMC.

Art. 51. A elaboração do Plano Municipal de Cultura -PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Fundação Municipal de Cultura e Instituições Vinculadas que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura- CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural- CMPC e, posteriormente, encaminhado a Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

I diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

II diretrizes e prioridades;

III Objetivos gerais e específicos;

IV estratégias, metas e ações;

V prazos de execução;

VI resultados e impactos esperados;

VII recursos materiais humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII mecanismos e fontes de financiamento; e

IX indicadores de monitoramento e avaliação.

Do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura- SMFC

Art. 52. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito de município de Maracajá que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do município de Maracajá:

I Orçamento Público do município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);

II Fundo Municipal de Cultura definido nesta lei;

III Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, conforme lei específica; e

IV outros que venham a ser criados.

Do Fundo Municipal de Cultura- FMC

Art. 53. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura - FNC, vinculado à Fundação Cultural de Maracajá como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta lei.

Art. 54. O Fundo Municipal de Cultura - FNC, vinculado à Fundação Cultural de Maracajá se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração

e cofinanciamento com a União e com o Governo do estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura -FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 55. São receitas do Fundo Municipal de Cultura - FMC:

I dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Maracajá e seus créditos adicionais;

II transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultural - FMC;

III contribuições de mantenedores;

IV produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Fundação Cultural de Maracajá., resultado da venda de ingresso de espetáculo ou outros eventos artísticos e promoções e serviços de caráter cultural;

V doações e legados nos termos da legislação vigente;

VI subvenções e auxílios de entidade de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

VII reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura -FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

VIII retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

IX resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

X empréstimo de instituições financeiras ou outras entidades;

XI saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura- SMFC;

XII devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura- SMFC;

XIII saldos de exercícios anteriores; e

XIV outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 56. O Fundo Municipal de Cultura - FMC será administrado pela Fundação Cultural de Maracajá na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

I não reembolsáveis, na forma do regulamento, para o apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderante por meio de editais de seleção pública; e

II reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a

concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, Fundação Cultural de Maracajá definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente, pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 57. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato da CMPC.

Art. 58. O Fundo Municipal de Cultura - FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC, ou que esta assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 59. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 60. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura - FMC fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 61. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC será constituída por 4 membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Os 2 membros do Poder Público serão indicados pela Secretaria ou Fundação Municipal de Cultura.

§ 2º Os 2 Membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Art. 62. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

I avaliação das três dimensões culturais do projeto - simbólica, econômica e social;

II adequação orçamentária;

III viabilidade de execução; e

IV capacidade técnico-operacional do proponente.

TÍTULO III DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I Dos Recursos

Art. 63. O Fundo Municipal de Cultura - FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Parágrafo Único. O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 64. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com recursos do Município, do Estado e da União. Além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura-FMC.

Art. 65. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contrapartida de transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º Os recursos oriundos de repasse dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura serão destinados a:

I políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura;

II para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 66. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a descontração do investimento, devendo ser estabelecido atualmente um percentual mínimo para cada segmento / território.

CAPÍTULO II Da Gestão Financeira

Art. 67. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Fundação Cultural de Maracajá e instituições vinculadas, sob vinculação, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

§ 1º Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura - FMC serão administrados pela Fundação Cultural de Maracajá.

§ 2º A Fundação Cultural de Maracajá acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 68. O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

§ 1º O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultante de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 69. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III

Do Planejamento e do Orçamento

Art. 70. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura - SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

§ 1º O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual- LOA.

Art. 71. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural- CMPC.

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 72. O Município de Maracajá deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura -SNC, por meio da assinatura do termo de adesão voluntária na forma do regulamento.

Art. 73. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprega irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura -SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 74. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 75. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá, 28 de Novembro de 2012.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente lei Municipal na Secretaria de Administração em 28 de Novembro de 2012.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Lei 911/2012

LEI Nº 911 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura (PMC), constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, o Município deverá, com base no Plano Municipal de Cultura, elaborar planos decenais correspondentes.

Art. 3º O Poder Legislativo, por intermédio das comissões afins, acompanhará a execução do Plano Municipal de Cultura.

Art. 4º O Município, através do Conselho Municipal de Política Cultural, acompanhará e opinará sobre a execução e implementação de projetos ou programas estratégicos programados pela Fundação Cultural de Maracajá.

Art. 5º Cabe ao Conselho Municipal de Política Cultural coordenar o processo de avaliação setorial a cada dois anos e avaliação geral do Plano Municipal de Cultura, a cada 5 (cinco) anos.

Art. 6º O Plano Plurianual do Município será elaborado de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Cultura e dos respectivos planos decenais.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá, 28 de Novembro de 2012.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 28 de Novembro de 2012.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração



PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE MARACAJÁ/SC

Prefeitura Municipal de Maracajá

Departamento de Educação, Cultura e Esportes

Conselho Municipal de Política Cultural



Maracajá – 2012

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE MARACAJÁ/SC

Prefeitura Municipal de Maracajá
Departamento de Educação, Cultura e Esportes
Conselho Municipal de Política Cultural

Maracajá - 2012
Sumário

Apresentação 4

Diagnóstico do desenvolvimento da cultura 5

Objetivos Gerais 17

Metas e Diretrizes 17

Prioridades e Ações 18

Resultados e impactos esperados 23

Recursos materiais humanos e financeiros disponíveis e necessários 23

Mecanismos e fontes de financiamento 23

Indicadores de monitoramento e avaliação 24

Objetivos gerais e específicos 25

Prazos de execução 25

Apresentação

Conforme afirma João Roberto Peixe, Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, após os inúmeros avanços ocorridos no campo da cultura e da gestão cultural em nosso país os maiores desafios que hoje se apresentam são de um lado, assegurar a continuidade das políticas de cultura com um nível cada vez mais elevado de participação e controle social, e de outro, viabilizar estruturas organizacionais e recursos financeiros e humanos, compatíveis com a importância da cultura para o desenvolvimento do país.

No município de Maracajá/SC este desafio foi estabelecido a partir do dia 15 de setembro de 2011, quando se realizou a primeira Conferência Municipal de Cultura, este evento reuniu expressivo número de representantes da sociedade civil e do poder público, significando que a comunidade está engajada para construir um Sistema Municipal de Cultura consistente, mas flexível na sua estrutura e acima de tudo democrático.

É importante que este sistema seja capaz de promover mudanças na gestão pública da cultura no município, criando condições para que a cultura deixe de ser um componente supérfluo e passe a ser considerada como elemento fundamental para o desenvolvimento da sociedade maracajaense.

Deste modo, organizaram-se grupos de discussões por segmento cultural para estruturar as diretrizes para cultura em Maracajá considerando a Cultura em suas três dimensões: Simbólica, expressada por meio de diversas línguas, valores, crenças e práticas. Cidadã, expressada pela garantia dos direitos culturais que fazem parte dos direitos humanos. Econômica, expressada por meio da geração de renda e emprego associado a partir da agregação de valor nos atrativos e produtos culturais.

O Plano Municipal de Cultura de Maracajá é um instrumento de gestão de médio e longo prazo, no qual o Poder Público assume a responsabilidade de implantar políticas culturais que ultrapassem os limites de uma única gestão de governo. O Plano estabelece estratégias e metas, define prazos e recursos necessários a sua implementação.

1. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA**Dados Gerais do Município**

O Município de Maracajá, com uma área geográfica de 63,4 Km, está situado a uma altitude de 12,0 metros do nível do mar. Faz parte da Região do Extremo Sul Catarinense e integra a Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense - AMESC, que é composta por 15 Municípios. Maracajá é o primeiro município da Região Turística Caminho dos Canyons. Sua população é de 6.404 habitantes, sendo que 40% residem no Meio Rural e 60% no perímetro urbano, possuindo um IDH de 0.813. O Clima de Maracajá é classificado como Mesotérmico Úmido, apresentando uma temperatura média anual de 20°C e precipitação anual de 1.200mm. O Relevo, na sua maior parte, é plano e suave ondulado, compondo-se de extensas regiões de várzeas, com algumas elevações esparsas. Destas, a mais importante é o Morro de Maracajá, hoje em pleno centro urbano.

Os municípios circunvizinhos são ao norte de Criciúma e Forquilha; ao sul Araranguá; a oeste Meleiro; e a leste Araranguá. Maracajá distancia-se de Florianópolis a 206 km; de Porto Alegre 265 km e de Curitiba 491 km.

Em relação à economia o município continua tendo sua base na agricultura familiar e em algumas atividades relacionadas à pecuária, existem alguns estabelecimentos comerciais e fábricas como por exemplo do ramo têxtil e empresas de extração mineral. Um dos problemas sociais do município é a falta de oportunidade de emprego muitos moradores buscam trabalhos em municípios vizinhos.

O potencial hídrico do município é reduzido devido a qualidade da água do Rio Mãe Luzia e do Rio Sangão, os quais apresentam altos índices de poluição, ocasionados pela presença de minas de carvão situadas, principalmente, nos municípios vizinhos. Isto também se deve ao fato de as águas do Rio Araranguá, em períodos de estiagem, sofrerem processo de salinização no trecho que abastece as lavouras de arroz de Maracajá. A escassez de água é problema, inclusive para o consumo humano em algumas comunidades. A água para abastecimento urbano e de algumas comunidades rurais é proveniente da Barragem do Rio São Bento, localizado em Nova Veneza.

O Município de Maracajá apresenta bem definida a distribuição de seu solo. Às margens dos rios que limitam o Município, estão as áreas baixas, de solos férteis, hoje toda sistematizada e destinada ao cultivo de arroz irrigado. As demais áreas com plantio, principalmente de fumo, milho e feijão pós-fumo, são formadas por areias quartzosas, que com bom manejo de solo, possibilitam aos agricultores maracajaenses, boa produtividade e qualidade de produção.

A Biodiversidade do município é composta por remanescentes da Floresta Atlântica. Empenhada no compromisso de proteger e conservar o pouco que ainda resta deste importante ecossistema, a Prefeitura Municipal de Maracajá, adquiriu e mantém a área de 107,8 hectares, que compreende a reserva do Parque Ecológico Maracajá, localizado às margens da BR-101, Km 403. Para poder oferecer possibilidades de plantio de árvores em áreas degradadas a Administração criou um Horto Florestal que produz mudas de árvores nativas em parceria com a Universidade de Santa Maria que doa as sementes. As mudas são distribuídas para a população incentivando o cultivo de espécies nativas.

A Administração Municipal preocupa-se com o uso dos recursos naturais por isso criou o Parque Ecológico; instituiu há oito anos Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos em 100% das residências; implantou o Centro de Triagem dos Resíduos Sólidos e promulgou a Lei Municipal número 516 de 12 de junho de 2001, que institui o programa de Educação Ambiental e Qualidade de Vida. Por meio deste programa desenvolve-se um projeto de Educação Ambiental com ações práticas para incentivar e despertar o sentimento da população de pertencimento com a problemática ambiental.

O município de Maracajá é composto pelas seguintes localidades: Centro; Vila Beatriz, Espigão Grande, Espigão da Toca, Sangão Madalena, Encruzo do Barro Vermelho, Garajuba, Cedro e Bairro São Cristovão. A densidade demográfica do município conforme o censo de 2010 é de 101,01 hab/m². Em relação a infraestrutura de transporte o município não dispõe de rodoviária, algumas linhas de ônibus de empresas de Araranguá e Criciúma passam pelo centro da cidade e outras linhas tem pontos de ônibus às margens da BR-101 que corta o município no sentido norte e sul. A Administração Municipal dispõe atualmente de uma frota de cinco ônibus escolares para o transporte dos alunos até as unidades de ensino. A infraestrutura de locais públicos é formada por uma Praça Pública em cada bairro do município; um complexo Esportivo composto por ginásio de esportes, pavilhão de eventos, e dois campos com pista de caminhada; um Parque Ecológico Municipal, um Centro de Convivência da Terceira Idade; um Centro Histórico Cultural que abriga a Biblioteca Pública e o Museu da Cidade.

1.2 Histórico do Município

Percorrendo os caminhos da história do Município observa-se que vários povos que passaram por este território. Os primeiros moradores de Maracajá são conhecidos como caçadores-coletores, isto é, grupos de poucas pessoas que circulavam em determinados território, coletavam frutos, pescavam e caçavam diversos animais de nossas matas. Os caçadores-coletores ficavam poucos dias nos acampamentos, por isso suas casas eram simples. Os locais que eles escolhiam para habitar ficavam próximos as nascentes de água, nas partes mais altas, geralmente encostas de morros e longe das enchentes.

Os arqueólogos e a equipe do Grupo de Pesquisas em Educação Patrimonial e Arqueologia da UNISUL, que pesquisaram o território de Maracajá no ano de 2005, descobriram nove sítios arqueológicos onde encontraram material feito em rocha, chamados de artefatos líticos, como pontas de flechas, pilões, mãos-de-pilão e lâminas de machados, entre outros. Estes objetos que a muito tempo foram produzidos pelos grupos de caçadores-coletores que habitavam as terras de Maracajá, hoje encontram-se expostos no museu do Centro Histórico Cultural Avetti Paladini Zilli, localizado no centro da cidade.

A identidade cultural de nosso município é bastante diversificada, devido principalmente aos povos que efetivaram a ocupação de seu território.

No século XIX, várias pessoas de outros países vieram para o Brasil, em busca de melhores condições de vida. Chegaram ao município de Maracajá açorianos, africanos, italianos, entre outros povos. Esses imigrantes praticaram a agricultura, a pecuária, e também construíram engenhos de cana-de-açúcar e de farinha de mandioca.

Outro elemento fundamental para o desenvolvimento de Maracajá foi a instalação do ramal ferroviário Dona Tereza Cristina, (atual Avenida Getúlio Vargas), importante na comercialização dos gêneros alimentícios produzidos pelos moradores e também para o crescimento populacional, pois muitas famílias instalaram-se no município para trabalhar na ferrovia.

Inicialmente as terras de Maracajá pertenciam a uma grande região chamada de Freguesia de Araranguá, posteriormente passou a ser distrito do município de Araranguá que havia se emancipado, e nesta época o nome da localidade era Morretes devido à presença de vários morros ao longo do território.

No final da década de 40 e início dos anos 50, ocorreu a substituição do nome do distrito de Morretes, pois existia no litoral paranaense um município com o mesmo nome, e isso estava causando desvios de correspondências e outros problemas burocráticos. Por isso, os membros dos poderes executivo e legislativo de Araranguá, decidiram pela troca do nome, escolhendo Maracajá, que significa gato-do-mato na língua indígena, um animal que existia em grande quantidade em nossas matas. O gato-maracajá (*Leopardus wiedii*) é um felino nativo de América Central e América do

Sul. Tem como característica uma cauda mais longa do que seus membros posteriores. Os pelos são amarelo-escuros nas partes superiores e na parte externa dos membros. Tem manchas por todo o corpo em forma de roseta.

Com o decorrer do tempo, a economia do município começou a diversificar-se e surgiram ferrarias, açougues, armazéns, madeiras e outros estabelecimentos comerciais. Em virtude do desenvolvimento do transporte rodoviário e do desuso do ferroviário, a desativação da Ferrovia Dona Tereza Cristina foi inevitável e aconteceu em 1968.

Com o fortalecimento econômico do município, em 12 de maio de 1967, Maracajá desmembra-se de Araranguá, deixando de ser distrito, tornando-se município legalmente.

A partir da década de 70, surgiram vários estabelecimentos comerciais às margens da BR-101, e ocorreu também um maior povoamento nesta localidade e em outras comunidades do município. A religiosidade primeiramente católica foi trazida para o município juntamente com os seus povoadores. A população, mesmo antes da emancipação político-administrativa, já contava com uma paróquia, que foi desmembrada da paróquia Nossa Senhora Mãe dos homens no ano de 1956. E neste período, a igreja influenciava também nas decisões políticas e sociais. O Frei capuchinho Euzébio Ferreto teve forte influência para o desenvolvimento da economia, da política, da cultura e da religião católica no município principalmente durante a fase de emancipação.

Com o passar do tempo, várias outras igrejas e ou religiões foram se instalando no município.

1.3 Desenvolvimento Cultural em Maracajá

No ano de 1989 foi implantado no município de Maracajá o Departamento de Educação, Cultura e Esportes este órgão mesmo não sendo exclusivo de cultura buscou ao longo dos anos desenvolver e fortalecer a identidade cultural do município.

Este município vem desde o ano de 2002 desenvolvendo atividades com a comunidade para a sensibilização em relação à identificação, preservação e a valorização do Patrimônio Cultural, realizou-se através de parceria com a Universidade do Sul de Santa Catarina um mapeamento arqueológico, onde foram catalogados 9 sítios, sendo que realizou-se coleta de superfície e a comunidade efetivou doações para a composição do acervo museológico.

No decorrer dos anos foram realizadas também pesquisas com a população das diferentes localidades do município com o objetivo de reconstituir a história do município, com este mapeamento cultural foram obtidas doações de fotografias, documentos e objetos relevantes que representam à memória e a identidade da população do município e estão expostos no Centro Histórico Cultural. Como ações de Educação Patrimonial foram elaboradas três publicações sobre o município uma delas o livro Maracajá: Pré-História e Arqueologia e a cartilha "Aventuras pela história de Maracajá" e o livro Maracajá: Novas histórias, Outras Memórias.

Além destas ações no âmbito cultural são realizadas anualmente atividades de estímulo a produção artesanal como a dos clubes de mães das comunidades, assim com Festas promovidas para divulgar os talentos locais e regionais como a Festa de emancipação, a Festa do Colono, as Festas Juninas, Julinas e Agostinas das escolas, as festas do grupo de idosos e o Maracajá é Natal.

1.4 Potencial Cultural do Município de Maracajá

1.4.1 Patrimônio Material e Imaterial

A partir da implantação do Sistema Municipal de Cultura pretende-se elaborar as leis de tombamento pertinentes ao município, pois até o momento não existem bens materiais e imateriais tombados. No entanto o município dispõe de um legado importante de patrimônios culturais.

Uma das tradições católicas que envolvem um grande acontecimento no município é a caminhada pela peregrinação e a

procissão da via sacra, no Morro da Cruz, na comunidade de Espigão da Toca. Cristãos de vários municípios vizinhos e moradores locais acompanham a procissão cumprindo promessas, fazendo pedidos e agradecendo pelas graças alcançadas, além de coletar ervas medicinais antes do sol nascer, pois acreditam no poder da cura; esta é uma prática religiosa realizada em vários municípios do litoral catarinense.

No dia de Corpus Christi as comunidades se reúnem para confeccionar tapetes pelas ruas, com flores, cepilho pintado, areia entre outros materiais usados para expressar a fé.

Os padroeiros da igreja matriz, sede paroquial do município, são Nossa Senhora da Imaculada Conceição e São Pedro. As festas de santos acontecem em todas as comunidades; três semanas antes das festas são realizadas novenas, com o objetivo de arrecadar fundos para as igrejas das comunidades e, no domingo pela manhã, são realizadas missas, seguidas de almoço e de tarde dançante, nos centros comunitários. Existe até um calendário de festas para cada comunidade na paróquia.

Destacam-se como manifestações culturais ainda, a Festa de São Cristóvão (Padroeiro dos Caminhoneiros) na comunidade de Vila Beatriz, que acontece todos os anos, na primeira quinzena de julho. E a tradicional Festa do Colono, com diversas atrações: missa festiva, alvorada de fogos, gincana com agricultores, escolha da rainha e das princesas da festa, além do encantamento do desfile das pequenas camponesas. Todas concorrentes filhas de agricultores da paróquia de Maracajá.

A tradição da festa do Divino Espírito Santo é, sem dúvida, a manifestação mais significativa da cultura profano-religiosa do sul do Brasil, nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Em Maracajá, a Bandeira do Divino eventualmente percorre as residências angariando fundos para a construção de igrejas e de obras assistenciais. Os foliões do divino atualmente concentram-se na comunidade de Espigão Grande e Vila Beatriz; a bandeira tem destaque no altar da igreja Nossa Senhora Aparecida na comunidade de Espigão Grande. O grupo é composto por integrantes da família Farias e por amigos. A tradição foi passada de geração em geração. Além das cantorias do divino, apresentam o Terno de Reis e o Boi de Mamão. Todas essas manifestações religiosas mostram o poder da cultura açoriana em Maracajá fortalecida pela igreja católica. Logicamente, essas tradições não são praticadas por todos, pois existem outras religiões atualmente no município. Os patrimônios materiais relevantes no município são: O Centro Histórico Cultural "Avetti Paladini Zilli". Até o ano de 2003, o município de Maracajá não contava com um espaço específico de valorização de seu patrimônio cultural e promoção de ações culturais diferenciadas. Porém, conforme a Lei nº. 582 de 20 de maio de 2003 criou-se no município o Centro Histórico Cultural "Avetti Paladini Zilli", que foi inaugurado no dia 12 de maio de 2004, em comemoração ao aniversário de emancipação político-administrativa do município. Localizado no centro de Maracajá, na Praça Frei Euzébio Alfredo Chaves, este espaço abriga a Biblioteca Pública Municipal e o Museu Histórico. Por meio de pesquisas nos arquivos e registros do museu, verificou-se que o local escolhido como sede reserva em sua própria história, a memória do desenvolvimento do município. O terreno era de propriedade do Senhor Giacomio Pellegrini, antigo morador e comerciante local. Na década de 1950, seu filho Alfredo Pellegrini, construiu uma casa com interesse de alugar para comerciantes. Estabeleceram-se no local alguns comerciantes e posteriormente, a Intendência do distrito de Morretes onde eram arrecadados os impostos para o município de Araranguá. Em 1968, quando Maracajá já havia se tornado município, esta casa passou a sediar a Delegacia de Polícia e a Prefeitura Municipal que funcionaram no local até o ano de 1978. Nos últimos anos havia abrigado a creche municipal e o conselho tutelar.

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Imaculada Conceição e a Gruta Nossa Senhora de Fátima caracterizam uma edificação com mais de cinquenta anos, localizada na encosta do Morro Maracajá, sua presença consegue ser visualizada pela maioria dos moradores pelas badaladas do sino chamando para a missa e pelo hino

fúnebre que sinaliza o falecimento de um morador. A igreja Matriz representa a fé católica no município principalmente no processo de colonização quando os freis participavam ativamente da vida político-administrativa da cidade.

O Parque Ecológico Maracajá é o principal atrativo do município. Situado

às margens da BR-101 é também um dos grandes Patrimônios Naturais do

Sul Catarinense. Tornando de utilidade pública através da Lei nº 224 de 08 de maio de 1990.

As Casas de Turma - Moradia dos antigos Ferroviários - Garajuva Maracajá/SC são os únicos remanescentes materiais da presença do Ramal Ferroviário na cidade. A construção de Casas de Turmas ocorreu por volta de 1947/48. Nessas casas residiam somente os turmeiros, pessoas que trabalhavam na manutenção da ferrovia. Quando ocorreu a retirada da Ferrovia em Maracajá por volta de 1967 aproximadamente, as casas ficaram abandonadas por um período. E a partir daí moradores sem residências passaram a invadir as casas. Atualmente a Administração Municipal busca a cessão destes bens junto a Superintendência do Patrimônio da União e o IPHAN para que possa buscar recursos para a restauração destes bens transformando-o em um Centro Integrado de Cultura - CIC.

Outros bens que podem ser considerados patrimônios materiais do município são as construções preservadas na Antiga Vila de Comércio, localizada no Centro de Maracajá, esta parte da cidade era a mais desenvolvida devido a presença da ferrovia, haviam vários tipos de comércio, como lojas de móveis, café, bares e ainda hoje alguns desses prédios são preservados e alguns ainda em plena atividade.

1.4.2 Artesanato e Trabalhos Manuais

A arte do saber fazer está bem representada no município, como a cidade é cortada no sentido norte-sul pela BR-101, alguns estabelecimentos comerciais artesanais se instalaram nas marginais da rodovia para facilitar a comercialização de seus produtos. As culturas artesanais desenvolvidas no município estão relacionadas com as tradições herdadas dos antigos moradores de descendência açoriana e italiana, destacam-se o Artesanato em Vime, a Cerâmica em argila e a Tapeçaria que possuem estabelecimentos formalizados.

Porém, como o município tem sua economia voltada para agricultura, muitas mulheres buscam nos trabalhos manuais fonte de renda complementar ou até mesmo opção de lazer, atualmente funcionam oito clubes de mães no município cada comunidade se reúne no centro comunitário e a Administração Municipal disponibiliza as monitoras e os materiais para produção de diversos trabalhos manuais. Apenas o clube de mães do Centro da cidade está formalizado legalmente os outros clubes estão interligados com o mesmo.

Um tipo de artesanato que também é relevante no município, realizado em madeira MDF cru e latonagem produzindo lembranças e as mais variadas peças de decoração.

Em Maracajá existe também uma cooperativa de agricultura familiar e alguns agricultores associam-se para comercializar produtos coloniais produzidos artesanalmente em suas propriedades entre eles, massas, pães e biscoitos.

Como é comum, não pode faltar em um município de cultura açoriana a produção de balaies, vassouras e chapéus de palha.

A Escola da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) também desenvolve vários trabalhos manuais com materiais recicláveis.

Cabe salientar ainda um trabalho artesanal muito importante no município, pois este trabalho alia cultura e preservação ambiental que já faz parte da identidade do município. Uma senhora há aproximadamente seis anos retira do Centro de Triagem de Resíduos Sólidos bonecas e brinquedos, e na sua residência higieniza e restaura deixando tudo parecendo novo. Este acervo é exposto

em feiras e em alguns momentos ocorrem doações. A ideia desta artesã é construir um museu de brinquedos que retrata a história da infância do município e também conscientiza em relação à preservação ambiental.

Entre os demais trabalhos manuais desenvolvidos no município citam-se os trabalhos com linhas, as pinturas em madeira, a confecção de mandalas, almofadas, chinelos decorados e objetos confeccionados com EVA.

O levantamento dos dados referentes ao artesanato e os trabalhos manuais locais são resultante de eventos realizados no município onde são convidados todos os artesãos para exporem seus produtos e divulgarem a cultura e a identidade local. Estas feiras ocorrem durante a Festa do Colono que já está em sua 23ª edição e em outras festividades do município e na região. A participação maciça dos artesãos ocorreu após a formação do Conselho de Políticas Culturais.

1.4.3 Artes Plásticas

O município de Maracajá dispõe de duas professoras formadas em artes visuais, que ministram aulas de artes plásticas e pintam quadros para comercialização e para coleção própria. No Centro Histórico Cultural e em eventos culturais promovidos no município realizam-se exposições das obras destes artistas.

1.4.4 Literatura

Em relação à literatura em Maracajá dois moradores e historiadores publicaram suas pesquisas sobre o município, assim como um jornalista da região e professores das universidades vizinhas. As Obras literárias sobre o município são:

MACHADO, Agilmar. Município de Maracajá. Criciúma: Tabajara, 2000.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy. Maracajá Pré-história e Arqueologia-Tubarão: Ed. UNISUL, 2005.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de, e SOUZA, Odécia Almeida de,(Orgs.) Aventuras pela história de Maracajá. Editora Samec: Florianópolis, 2007.

MORAES, Lúcio Vânio Moraes, História e Memória Religiosa: Paróquia Nossa Senhora da Conceição-Maracajá, SC (1956/2006).Ed. do autor: Maracajá, 2008.

MORAES, Lúcio Vânio Moraes, Memória Escolar e Campo Religioso. Ed.Insular Florianópolis, 2010.

SOUZA, Odécia Almeida de, e MORAES, Lúcio Vânio Moraes. Maracajá: Outras Memórias Novas Histórias. Editora Samec: Florianópolis, 2009

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de, e SOUZA, Odécia Almeida de, (Orgs.) Aventuras pela história de Maracajá. Editora Samec: Florianópolis, 2007.

Do mesmo modo que os outros segmentos culturais existem alguns escritores e poetas que praticam sua arte, mas, não são formalizados ou conseguiram publicar suas obras.

O município dispõe de uma Biblioteca Pública Municipal e de quatro Bibliotecas Escolares. A "Biblioteca Pública Municipal Frei Marcelo Bianchi" criada em 1970 pela Lei 07/73, participa do Sistema Estadual e Nacional de Bibliotecas. Está localizada nas dependências do Centro Histórico Cultural, na Praça Frei Euzébio de Alfredo Chaves no Centro do Município; e dispõe de um acervo com cerca de 2.500 exemplares.

1.4.5 Música

Conforme diagnóstico cultural desenvolvido em Maracajá, verifica-se que o município possui talentos musicais relevantes, porém, estes artistas não têm registro ou formalização de seus grupos. No ano de 2011 a Administração Municipal buscando atender o que prevê o Art. 26 da Lei 9394/96 no § 6º, que determina que "a música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.769, de 2008); Criou a Fanfarra Municipal Escolar, e os alunos das escolas do município participam de aulas teóricas e práticas de música. Assim com também foi instituído na Sede do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) oficinas de música para que os alunos em situação de vulnerabilidade social tenham acesso à cultura no contra-turno escolar, este Programa criou a Banda Dó Re Mi Fá.

Tradicional em Maracajá e na Região é o Grupo Musical Raiz Cultural. Filhos do Senhor Otávio Farias conhecido Tavinho Julio, violinista, compositor, trovador e cantor natural do município de Maracajá. Desde criança cantam e tocam as melodias que aprenderam com o pai. O grupo tem Cd gravado pela gravadora Sangue Novo do Rio Grande do Sul e já participaram de apresentações em programas de TV e Rádios da Região. O grupo Raiz Cultural é composto por compositores, trovadores, músicos e cantores que valorizam as tradições transmitidas na família: as músicas são raiz sertaneja e modas de viola.

Outro músico do município que há muitos anos transmite seus ensinamentos para as crianças e adolescentes é o Senhor Ermínio de Souza, cantor e violinista, ministra aulas de violão e canto para os interessados. Atualmente os alunos do professor Ermínio têm aulas na Escola de Educação Básica Manoel Gomes Baltazar, cantam e tocam um repertório variado fazendo apresentações em eventos locais.

Uma característica marcante de Maracajá no segmento musical é a formação de grupos de canto e vozes na Igreja Católica e os cantores e bandas de músicos das igrejas evangélicas do município. Todos estes talentos musicais foram identificados, desde que se institui o MaracajáFest e a Noite Gospel no ano de 2010, evento inserido dentro da Festa do Colono que reúne todos as artistas locais para apresentações gratuitas ao público.

1.4.6 Teatro

O teatro é um segmento que não foi identificado nos levantamentos culturais realizados no município. As informações encontradas tratam de grupos que praticam esta arte em oficinas religiosas de algumas igrejas evangélicas e nas escolas os professores utilizam em alguns momentos como metodologia de ensino.

1.4.7 Dança

Quanto ao segmento de dança não existem no município de Maracajá, grupos de danças formalizados, porém esta manifestação artística é desenvolvida em escolas no contra-turno, com o objetivo de organizar apresentações para eventos locais.

Nos últimos anos a cultura da dança de tradição gaúcha vem sendo ensinada por dançarinos de Centros de Tradição da Região para casais do município em algumas comunidades.

Existe também famílias que cultivam a tradição gaúcha participando de concursos de dança, canto e declamação nos Centros de Tradição Gaúcha da região.

A Escola de Educação Básica Municipal 12 de Maio possui um Grupo Folclórico de apresentação de boi-de-mamão, a cada ano renovam-se os personagem e incrementam os figurinos para realizarem apresentações nas festas juninas, julinas e agostinas do município e região.

Conforme as discussões elencadas na Conferência Municipal de Cultura de 2011, este segmento cultural precisa ser incentivado e potencializado principalmente quanto a formalização destes grupos.

1.4.8 Cultura Digital

No âmbito da Cultura Digital o município de Maracajá carece de mais investimentos, atualmente existe um Telecentro Comunitário instalado na Escola de Educação Básica Municipal 12 de Maio. No Parque Ecológico Municipal local de concentração de turistas e visitantes pela beleza natural do espaço, existe há dois anos acesso gratuito a rede wireless. Foram instaladas até o momento duas Lan House particulares.

1.5 Legislação Municipal Referente à Cultura

Lei Orgânica do Município de Maracajá, Seção II, Da Cultura, Art. 167 a 171.

Lei nº. 07 de 27 de novembro de 1973. Cria a Biblioteca Pública do Município de Maracajá.

Lei 228/90 Altera a Lei nº. 005/87 de 23 de junho de 1987 - Feriados Municipais.

Lei nº. 582 de 20 de maio de 2003. Cria no município de Maracajá o Centro Histórico Cultural "Avetti Paladini Zilli".

Lei 577/03 Cria o Hino Oficial do Município de Maracajá.

2 OBJETIVOS GERAIS

2.1 Organizar e Sistematizar a Gestão Pública da Cultura no município.

2.2 Promover ações que resultem na Preservação do Patrimônio Cultural material e imaterial do município.

2.3 Criar mecanismos de fomento ao desenvolvimento Artístico-Cultural

2.4 Promover ações de integração entre Economia, Cultura e Turismo buscando consolidar produtos culturais gerando assim renda e desenvolvimento.

2.5 Sistematizar mecanismos de divulgação, comunicação fruição da Cultura Local.

3-METAS E DIRETRIZES

3.1 GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA

3.1.1 Implantar do Sistema Municipal de Cultura (SMC).

3.1.2 Garantir à acessibilidade nos equipamentos e bens culturais.

3.1.3 Capacitar agentes e Gestores Culturais.

3.2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

3.2.1 Promover ações para desenvolver pesquisas, inventários e registros do patrimônio material e imaterial do município.

3.2.2 Organizar projetos que promovam a identificação e valorização de bens e saberes culturais.

3.2.3 Fomentar construção, ampliação e manutenção dos equipamentos culturais.

3.3 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO-CULTURAL

3.3.1 Fomentar a criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.

3.3.2 Criar e desenvolver programas de financiamentos para os diferentes segmentos culturais.

3.4. ECONOMIA, CULTURA E TURISMO

3.4.1 Estabelecer a inter-relação entre a cultura e o turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.

3.5 ECONOMIA, CULTURA E TURISMO

3.5.1 Promover a cultura digital.

3.5.2 Divulgar bens, conteúdos e valores oriundos das criações artísticas e culturais do município.

4- PRIORIDADES E AÇÕES

4.1 Gestão Pública da Cultura

- Assinatura do Acordo de Cooperação Federativa;

- Implantação do Sistema Municipal de Cultura e sucessiva adesão ao Sistema Nacional de Cultura, como instrumento de gestão articulada e compartilhada entre Estado e Sociedade criando condições para cultura deixar de ser um componente periférico para ocupar definitivamente seu espaço como um dos vetores centrais do processo de desenvolvimento do município, do estado e do país.

- Instituição de um Órgão Gestor de Cultura específico (No caso do Município Fundação ou Departamento);

- Criação do Conselho de Política Cultural órgão constituído de maneira paritária, que representará a articulação entre o poder público e a sociedade organizada.

- Estruturação do Plano Municipal de Cultura instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura;

- O Poder Público deverá cumprir o acordo federativo e executar as etapas da instituição do Sistema Municipal de Cultura, assim como promoverá a motivação da comunidade a fim de expressar sua cidadania participando ativamente de todo processo de desenvolvimento cultural do município.

Criação do Sistema de Financiamento a Cultura formado pelo conjunto dos instrumentos de financiamento público da cultura, tanto para as atividades desenvolvidas pelo Estado, como para apoio e incentivo a programas, projetos e ações culturais realizadas pela Sociedade. Este sistema irá criar principalmente o Fundo Municipal de Cultura constituído por lei específica.

- Viabilização e adequação de espaços culturais e bens públicos à portadores de necessidades especiais e idosos.

- Promoção e criação de cursos de capacitação para gestores culturais e membros da cadeia produtiva da cultura através de parcerias com instituições de Ensino.

- Capacitação dos educadores, bibliotecários e agentes do setor público e da sociedade civil para atuação como agentes de difusão da leitura, contadores de histórias e mediadores de leitura em escolas, bibliotecas e museus, entre outros equipamentos culturais e espaços comunitários;

- Desenvolvimento de um programa municipal de capacitação para elaboração e captação de projetos culturais;

- Disponibilização por parte da administração pública de profissionais para assessorar a cadeia produtiva da cultura a organizarem os registros de associações por segmentos culturais, (Com possível efetivação de funcionários no setor);

- Em parceria com instituições como Epagri, Senar e Sebrae implantar um programa de capacitação dos artesãos locais a fim de melhorar a qualidade dos produtos, estimulando o associativismo e orientando sobre estratégias de ampliação de mercado.

4.2 Preservação do Patrimônio Cultural

- Realização do inventário cultural da cidade, destacando e

cadastrando o potencial histórico-cultural e artístico referente à memória material e imaterial local.

- Promoção a elaboração de inventários sobre a diversidade das práticas religiosas, incluindo seus ritos e festas.

- Realização de inventário artístico do município cadastrando artesãos, artistas plásticos, músicos, grupos folclóricos, grupos de danças, cantores e escritores;

- Promoção do registro da memória dos antigos moradores por meio de entrevistas e gravações;

- Incentivo a pesquisas e elaboração de materiais didáticos e de difusão referentes a conteúdos multiculturais, étnicos e de educação patrimonial;

- Estabelecer parceria com instituições universitárias e de pesquisa da região para realização dos projetos culturais do município;

- Promoção do reconhecimento por parte da comunidade da necessidade de preservação e manutenção dos patrimônios culturais arquitetônicos, e incentivo a restauração por parte da iniciativa privada;

- Organização de projetos escolares e com a comunidade que valorizem as tradições do município como as brincadeiras da infância, as práticas artesanais de cultura, a história da ferrovia no município e entre outros temas de relevância histórica;

- Organização de campanhas de motivação para doação de acervos significativos para o museu da cidade e participação da comunidade na organização das exposições de longa, média e curta duração;

- Construção e implantação do museu ao ar livre no Parque Ecológico demonstrando inúmeros acervos de grande porte que retratam a história agrícola do município, acervos que foram guardados por famílias do município que se desfizeram das práticas artesanais de cultivo e produção agrícola;

- Organização de políticas públicas para tombamentos de bens patrimoniais que referenciem a memória da coletividade salvaguardando estes patrimônios para o conhecimento das próximas gerações.

- Construção de monumentos significativos sobre a história da cidade e suas memórias: Exemplo réplica da estação ferroviária em seu local de origem, réplica da ponte coberta e construção de um portal da cidade.

- Revitalização de praças, monumentos e lugares de memória e tradição como, por exemplo, o Morro da Cruz e construção das estações da Via Sacra potencializando esta manifestação cultural popular como opção de turismo religioso no município.

- Construção e implantação do Museu Histórico Municipal com espaço para reserva técnica, laboratórios anfiteatro, salas de exposições e loja de comercialização do artesanato local. Sendo que o espaço destinado hoje para abrigar o museu não atende a demanda de pesquisa, as regras museológicas e a acessibilidade do público.

- Instituição do museu das bonecas e brinquedos que são recolhidas no lixo por uma artesã da comunidade e restauradas

- Criação e implantação do Arquivo Público Municipal para preservar o patrimônio documental;

- Restauração das casas dos ferroviários na comunidade de Gara-juva. Implantando no local um Centro Integrado de Cultura;

- Instalação de um Cine Cultural no Parque Ecológico;

- Reforma e ampliação, informatização e compra de novos acervos para a Biblioteca Pública Municipal. Estabelecendo parcerias com o governo federal e estadual.

4.3 Fomento ao Desenvolvimento Artístico-Cultural

- Promoção de campanhas e concursos de produção literária;

- Promoção e incentivo para publicações literárias e científicas de maracajaenses;

- Buscar junto a esferas estadual e federal e também da iniciativa privada recursos para estimular a publicação de livros e CDs de artistas locais;

- Organizar grupos de teatro amador junto à comunidade.

- Organizar por parte do poder público e da comunidade cultural de festivais de música e dança com periodicidade anual.

- Instituição do mês cultural (agosto) com programação cultural diversificada.

- Implantação de aulas de música no município: Violão, voz, bateria, guitarra e entre outros.

- Motivação da comunidade para organização de um coral municipal ou grupos de cantos.

- Instalação de oficina ou escolas de dança.

- Incentivo a constituição de um grupo de Boi-de-mamão municipal já que esta é uma tradição cultural do município.

- Implantação de grupos de danças italiana, açoriana ou tradicionalista gaúcha no município.

- Fortalecimento da banda escolar municipal implantada no ano de 2011.

- Promoção de exposições itinerantes de artesanato.

- Busca de espaços para organização de exposições de artesãos e artistas plásticos locais e regionais.

- Potencialização do artesanato em barro (vasos de argila) e de vime tradicionais no município por meio do Centro Cultural.

- Elaboração de programas, editais e planos específicos para os segmentos culturais;

- Elaboração de Projetos de captação de recursos junto ao governo Federal, estadual e a Iniciativa Privada para potencializar os segmentos culturais;

4.4 Economia, Cultura e Turismo

- Incentivo por meio de legislação específica à instalação de pousadas e hotéis no município, considerando que a falta destes equipamentos turísticos constituem uma problemática no município.

- Organização de feiras de produtos coloniais oriundos da agricultura familiar.

- Organização de espaço de café colonial com alimentos produzidos pelos clubes de mães das diferentes comunidades a fim de

gerar renda alternativa para as famílias e atrativos turísticos para o município.

- Organização de roteiros religiosos, gastronômicos e arquitetônicos que possibilitem que o turista permaneça maior tempo no município e consiga apropriar-se de sua identidade cultural;

- Instituição de programas integrados de mapeamento do potencial turístico cultural, bem como de promoção, divulgação e marketing de produtos, contextos urbanos, destinos e roteiros turísticos culturais.

- Promoção da divulgação e marketing de produtos, contextos urbanos, destinos e roteiros turístico-culturais;

- Investimentos na realização de festas tradicionais do município como Maracajáfest, Festa do Colono, Festas religiosas comunitárias, Festas de Emancipação, Festa Maracajá é Natal; e Feijoada da Apae consolidando-as com produto turístico-cultural espaço para comercialização e divulgação do potencial cultural do município;

- Fomento o Turismo Ecológico, Religioso e de Compras através da Regionalização do turismo integrando a região turística "Caminho do Canyons";

- Elaboração de projetos e buscar recursos públicos e privados para investir em infraestrutura turística adequada: sinalização, saneamento, acessibilidade;

- Promoção do turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica e fomento às cadeias produtivas da cultura.

4.5 Comunicação e Cultura

- Promoção do acesso à cultura digital por meio de instalação de pontos de internet sem fio e instalação de telecentros comunitários;

- Criação de políticas públicas para o acesso gratuito de alta velocidade à internet;

- Implantação de um sistema digital de comunicação do acervo fotográfico digital do município;

- Incentivo para regularização da rádio cultural comunitária;

- Criação de instrumentos de divulgação das manifestações culturais locais;

- Criação de blog que comunique as atividades do Conselho de Políticas Culturais;

- Organização de um calendário de eventos culturais anual e integrado com divulgação local e regional;

- Disponibilização de informações sobre as leis e regulamentos que regem a atividade cultural no Município, no Estado e no País e a gestão pública das políticas culturais dando transparência a dados e indicadores sobre gestão e investimentos públicos.

5 Resultados e impactos esperados:

Após sua implantação, o Plano Municipal de Cultura deverá resultar na garantia dos direitos culturais à população municipal, entre eles a produção, a fruição a participação e o acesso à cultura em suas variadas dimensões, por meio de programas específicos para cada segmento cultural.

Estima-se com a execução do plano a promoção de maior autonomia do Órgão Gestor de Cultura e a democratização de recursos

financeiros, criando de uma Política Cultural Municipal que tenha continuidade independente da gestão de governo.

6 Recursos materiais humanos e financeiros disponíveis e necessários:

Como recurso materiais, a execução do plano conta com os equipamentos culturais públicos, com proposta de parceria para ocupação de espaços da iniciativa privada para desenvolvimento de ações culturais.

Gestores públicos, técnicos e especialistas capacitados e com experiência na gestão cultural comporão o quadro de funcionários municipais, sendo primordial o incentivo ao trabalho conjunto com o Conselho Municipal de Política Cultural, artistas, produtores e agentes culturais visando à qualificação e a democratização da gestão municipal.

7 Mecanismos e fontes de financiamento:

O financiamento se efetivará por meio de dotação orçamentária específica para a gestão pública da cultura, bem como com recursos do Fundo Municipal de Cultura para o fomento da área no município, estabelecidos na Lei Orçamentária Anual. Parcerias deverão ser firmadas como complemento de recursos, buscando transferências federais e/ou estaduais; doações e legados; e outras receitas legalmente incorporáveis ao Fundo.

O Fundo Municipal de Cultura poderá financiar projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos mediante fixação de programas ou editais, os projetos deverão ser aprovação pelo Conselho Municipal de Política Cultural que deverá levar em conta a adequação orçamentária, a viabilidade de execução e a capacidade técnico-operacional do proponente, além das diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho.

8 Indicadores de monitoramento e avaliação:

Como indicadores serão utilizadas as informações contidas no conteúdo do Plano Municipal de Cultura de Maracajá, fortalecidos por dados obtidos junto ao IBGE e outras fontes de informações. O Plano Municipal de Cultura de Maracajá tem validade por 10 (dez) anos a partir da data de sua publicação, tendo avaliação geral a cada 5 (cinco) anos e avaliação setorial a cada dois anos em fórum específicos de cada segmento cultural.

Compete ao Conselho Municipal de Política Cultural a fiscalização para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas da cultura. Cabe ao órgão Gestor de Cultura disponibilizar acesso a estatísticas, indicadores e outras informações para o acompanhamento do desempenho do Plano.

Município de Maracajá/SC, 28 de Novembro de 2012.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

	1. GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA				
	OBJETIVO GERAL	Organizar e Sistematizar a Gestão Pública da Cultura no município.			
	DOCUMENTO BASE	Relatório da Conferência Municipal de Cultura			
METAS E DIRETRIZES	PRIORIDADES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZO
Implantação do Sistema Municipal de Cultura (SMC).	Assinatura do Acordo de Cooperação Federativa;	Aderir ao sistema nacional de Cultura.	Acesso ao repasse de recursos fundo a fundo e a programas federais.		

	Implantação do Sistema Municipal de Cultura e sucessiva adesão ao Sistema Nacional de Cultura, como instrumento de gestão articulada e compartilhada entre Estado e Sociedade criando condições para cultura deixar de ser um componente periférico para ocupar definitivamente seu espaço como um dos vetores centrais do processo de desenvolvimento do município, do estado e do país;	Promover a autonomia administrativa dos segmentos culturais.	Maior fruição cultural no município.	Prefeitura Municipal	1 ano
	Instituição de um Órgão Gestor de Cultura específico (no caso do Município Fundação ou Departamento);			Departamento de Cultura	2 anos
	Criação de um Conselho de Política Cultural órgão constituído de maneira paritária, que representará a articulação entre o poder	Criar espaço de participação social institucionalizada para elaboração, fiscalização, acompanhamento,	Promoção da gestão democrática da cultura.		

	público e a sociedade organizada;	avaliação, execução das políticas públicas de cultura.		Prefeitura Municipal	
	Estruturação do Plano Municipal de Cultura de instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura;	Desenvolver um instrumento de planejamento estratégico que organize, regule e norteie a execução da Política Municipal de Cultura.	Garantia legal de execução de metas e prioridades definidas pelo plano ao longo de dez anos.	Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	1 ano
	O Poder Público deverá cumprir o acordo federativo e executar as etapas da instituição do Sistema Municipal de Cultura, assim como promoverá a motivação da comunidade a fim de expressar sua cidadania participando ativamente de todo processo de desenvolvimento cultural do município;	Promover a interação entre o poder público e a sociedade civil na elaboração das políticas públicas de cultural.	Promoção da gestão democrática da cultura.	Sociedade Civil Organizada	Permanente
	Criação do Sistema de Financiamento a Cultura formado pelo conjunto dos	Garantir que existam no orçamento anual do poder	Partilha e transferência de	Prefeitura	

	instrumentos de financiamento público da cultura, tanto para as atividades desenvolvidas pelo Estado, como para apoio e incentivo a programas, projetos e ações culturais realizadas pela Sociedade. Este sistema irá criar principalmente o Fundo Municipal de Cultura constituído por lei.	público recursos destinados exclusivamente aos segmentos culturais.	recursos de forma equitativa para fortalecimento da cultura local.	Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	1 ano
Garantir à acessibilidade nos equipamentos e bens culturais.	Viabilização e adequação de espaços culturais e bens públicos à portadores de necessidades especiais, crianças e idosos;	Adequar os equipamentos culturais de infraestrutura adequada a acessibilidade de portadores de necessidades especiais, crianças e idosos.	Aumento da frequência de visitantes e usuários aos equipamentos culturais e promoção de acessibilidade a diferentes públicos.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura	Permanente
Capacitar agentes e Gestores Culturais	Promoção de cursos de capacitação para gestores culturais e membros da cadeia produtiva da cultura através de parcerias com instituições de Ensino;	Capacitar periodicamente os gestores e agentes culturais.	Adoção de práticas de gestão cultural eficientes e qualificadas.		

	Capacitação dos educadores, bibliotecários e agentes do setor público e da sociedade civil para atuação como agentes de difusão da leitura, contadores de histórias e mediadores de leitura em escolas, bibliotecas e museus, entre outros equipamentos culturais e espaços comunitários;	Capacitar diferentes agentes multiplicadores da preservação da cultura material e imaterial local.	Maior qualificação profissional dos agentes culturais		
	Desenvolvimento de um programa municipal de capacitação para elaboração e captação de projetos culturais;	Organizar equipe e programa qualificado elaboração e captação de projetos culturais	Aprovação e financiamento de novos projetos culturais.	Prefeitura Municipal	
	Disponibilização por parte da administração pública de profissionais para assessorar a cadeia produtiva da cultura a organizarem os registros de associações por segmentos culturais, (Com possível efetivação de funcionários no	Promover assessoria e capacitação para a cadeia produtiva da cultura.	Organização formal da cadeia produtiva da cultura.	Departamento de Cultura	
				Conselho Municipal de Política Cultural	Permanente

	setor);			Instituições Parceiras	
	Em parceria com instituições como Epagri, Senar e Sebrae implantar um programa de capacitação dos artesãos locais a fim de melhorar a qualidade dos produtos, estimulando o associativismo e orientando sobre estratégias de ampliação de mercado.	Qualificar os artesãos locais a fim de promover , organização, diversificação e ampliação de mercado.	Melhoria, organização e diversificação da produção artesanal local e fortalecimento da identidade cultural artesanal de Maracajá.	<p>Prefeitura Municipal</p> <p>Departamento de Cultura</p> <p>Conselho Municipal de Política Cultural</p> <p>Instituições Parceiras</p>	3 anos

	2. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL				
	OBJETIVO GERAL	Promover ações que resultem na Preservação do Patrimônio Cultural material e imaterial do município.			
	DOCUMENTO BASE	Relatório da Conferência Municipal de Cultura			
METAS E DIRETRIZES	PRIORIDADES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZO
Promover ações para desenvolver pesquisas, inventários e registros do patrimônio material e	Realização de inventário cultural da cidade, destacando e cadastrando o potencial histórico-cultural e artístico referente à memória material e imaterial local;			Prefeitura Municipal	

imaterial do município.		Inventariar histórico e culturalmente o município de Maracajá.	Identificação, potencialização e preservação do patrimônio material e imaterial do município.	Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	3 anos
	Promoção e elaboração de inventários sobre a diversidade das práticas religiosas, incluindo seus ritos e festas;				
	Realização de inventário artístico do município cadastrando artesãos, artistas plásticos, músicos, grupos folclóricos, grupos de danças, cantores e escritores;				
	Promoção do registro da memória dos antigos moradores por meio de entrevistas e gravações;	Registrar o patrimônio Imaterial.	Preservação da memória dos moradores do município.		Permanente
	Incentivo a pesquisas e elaboração de materiais didáticos e de difusão referentes a conteúdos multiculturais, étnicos e de educação patrimonial;	Fornecer subsídios didáticos para as instituições de ensino do município e região em relação aos conteúdos culturais.	Incremento na área de pesquisas e produção cultural para divulgação visando preservação.		
	Estabelecer parceria com instituições universitárias e de pesquisa da região para realização dos projetos culturais	Articular acordos de cooperação e parceria com instituições de ensino da região para promoção de projetos	Envolvimento da sociedade civil em atividades culturais por	Prefeitura Municipal	

	do município;	e programas culturais.	meio de oportunidades geradas por instituições de ensino regionais.	Departamento de Cultura	
Organizar projetos que promovam a identificação e valorização de bens e saberes culturais.	Promoção do reconhecimento por parte da comunidade da necessidade de preservação e manutenção dos patrimônios culturais arquitetônicos, e incentivo a restauração por parte da iniciativa privada;	Motivar a comunidade e a iniciativa privada para a manutenção e restauração de bens culturais.	Restauração de bens materiais relevantes para o município.	Conselho Municipal de Política Cultural	
	Organização de projetos escolares e com a comunidade que valorizem as tradições do município como as brincadeiras da infância, as práticas artesanais de cultura, a história da ferrovia no município e entre outros temas de relevância histórica;	Envolver os setores da educação formal na preservação e difusão cultural por meio de projetos multidisciplinares.	Motivação quanto a valorização cultural desde a infância.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Departamento de Educação	
	Organização de campanhas de motivação para doação de acervos significativos para o museu da cidade e participação da comunidade na organização das exposições de longa,	Estimular a doação de acervos históricos para o museu da cidade.	Aumento do número de acervos culturais relevantes para a preservação da história	Prefeitura Municipal	

	média e curta duração;		do município.	Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	Permanente
Fomentar construção, ampliação e manutenção dos equipamentos culturais.	Construção e implantação do museu ao ar livre no Parque Ecológico demonstrando inúmeros acervos de grande porte que retratam a história agrícola do município, acervos que foram guardados por famílias do município que se desfizeram das práticas artesanais de cultivo e produção agrícola;	Implantar um museu agrícola ao ar livre no município.	Ampliação do número de equipamentos culturais.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	2 anos

	Organização de políticas públicas para tombamentos de bens patrimoniais que referenciem a memória da coletividade salvaguardando estes patrimônios para o conhecimento das próximas gerações;	Criar legislação específica quanto a preservação dos bens culturais.	Garantia de preservação de patrimônios culturais materiais e imateriais do município.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	2 anos
	<p>Construção de monumentos significativos sobre a história da cidade e suas memórias: Exemplo réplica da estação ferroviária em seu local de origem, réplica da ponte coberta e construção de um portal da cidade;</p> <p>Revitalização de praças, monumentos e lugares de memória e tradição como, por exemplo, o Morro da Cruz e construção das estações da Via Sacra potencializando esta manifestação cultural popular como opção de</p>	Viabilizar a construção e revitalização de monumentos e espaços históricos no município.	<p>Ampliação do número de equipamentos culturais.</p> <p>Manutenção de equipamentos culturais.</p>	<p>Prefeitura Municipal</p> <p>Departamento de Cultura</p>	Permanente

	turismo religioso no município;				
	Construção e implantação do Museu Histórico Municipal com espaço para reserva técnica, laboratórios anfiteatro, salas de exposições e loja de comercialização do artesanato local. Sendo que o espaço destinado hoje para abrigar o museu não atende a demanda de pesquisa, as regras museológicas e a acessibilidade do público;	Construir nova sede do Museu Histórico Municipal.	Ampliação de espaço para fruição cultural e preservação dos patrimônios locais.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura	4 anos
	Instituição do museu das bonecas e brinquedos que são recolhidas no lixo por uma artesã da comunidade e restauradas	Criar o museu dos brinquedos.			
	Criação e implantação do Arquivo Público Municipal para preservar o patrimônio documental;	Implantar o Arquivo Público Municipal.	Preservação do patrimônio documental do município.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura	3 anos
	Restauração das casas dos ferroviários	Restaurar patrimônios culturais do	Preservação dos únicos		4 anos

	na comunidade de Garajuva. Implantando no local um Centro Integrado de Cultura;	município.	remanescentes da presença da Ferrovia Tereza Cristina no município.		
	Instalação de um Cine Cultural no Parque Ecológico;	Oportunizar acesso a arte cinematográfica.	Acessibilidade da população ao cinema.	Prefeitura Municipal	8 anos
	Reforma e ampliação, informatização e compra de novos acervos para a Biblioteca Pública Municipal. Estabelecendo parcerias com o governo federal e estadual.	Investir na atualização da Biblioteca Pública Municipal.	Aumento do número de leitores e qualidade de acervo da Biblioteca Pública Municipal.	Departamento de Cultura	Permanente

	3 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO-CULTURAL				
	OBJETIVO GERAL	Criar mecanismos de fomento ao desenvolvimento Artístico-Cultural			
	DOCUMENTO BASE	Relatório da Conferência Municipal de Cultura			
METAS E DIRETRIZES	PRIORIDADES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZO
Fomentar a criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.	Promoção de campanhas e concursos de produção literária;	Criar concursos e campanhas anuais de produção literária para diferentes públicos.	Identificação de talentos locais e incentivo a leitura.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de	Permanente

				Política Cultural	
				Instituições Parceiras	
Promoção e incentivo para publicações literárias e científicas de maracajaenses;	Implantar programa de incentivo a publicação de obras literárias, científicas e artísticas de autores locais.	Reconhecimento e valorização dos autores locais.incentivar o hábito de ler e escrever. Aumento de atores e obras culturais, além da qualificação destas produções.			
Buscar junto a esferas estadual e federal e também da iniciativa privada recursos para estimular a publicação de livros e CDs de artistas locais;					
Organização de grupos de teatro amador junto à comunidade;	Incentivar a prática teatral no município.	Existência de grupo de teatro no município.		Prefeitura Municipal	
Organização por parte do poder público e da comunidade cultural de festivais de música e dança com	Promover eventos culturais	Criação de habito na população para participação em		Departamento de Cultura	Permanente

	periodicidade anual;	municipais e estimular a participação em eventos regionais;	eventos culturais e garantia de espaços para que os atores culturais locais possam expressar sua arte.	Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	
	Instituição do mês cultural (agosto) com programação cultural diversificada;				Agosto/ Permanente
	Implantação de aulas de música no município: Violão, voz, bateria, guitarra e entre outros;	Investir e estimular a formação de grupos, oficinas e escolas musicais e de dança no município.	Identificação dos talentos existentes para a área de dança e música e oportunizar o desenvolvimento de novos talentos. Além de garantir a existência de opções de lazer e cultura para a população.		
	Motivação da comunidade para organização de um coral municipal ou grupos de cantos;				
	Instalação de oficina ou escolas de dança;				
	Incentivo a constituição de um grupo de Boi-de-mamão municipal já que esta é uma tradição cultural do município;				

					Permanente
	Implantação de grupos de danças italiana, açoriana ou tradicionalista gaúcha no município;				
	Fortalecimento da banda escolar municipal implantada no ano de 2011;				
	Promoção de exposições itinerantes de artesanato;	Incentivar e estimular a produção artesanal local .	Crescimento da produção artesanal e qualificação desta produção, além de valorização dos artistas locais.	Prefeitura Municipal	Permanente
	Busca de espaços para organização de exposições de artesãos e artistas plásticos locais e regionais;			Departamento de Cultura	
	Potencialização do artesanato em barro (Vasos Argila) e de vime tradicionais no município por meio do Centro Cultural;			Conselho Municipal de Política Cultural	
				Instituições Parceiras	
Criar e desenvolver	Elaboração de programas, editais e	Organizar mecanismos de	Garantia da		Permanente

programas de financiamentos para os diferentes segmentos culturais.	planos específicos para os segmentos culturais;	financiamentos e capacitação de recursos para os projetos dos diferentes segmentos culturais.	distribuição equitativa de recursos para o setor cultural.		
	Elaboração de Projetos de captação de recursos junto ao governo Federal, estadual e a Iniciativa Privada para potencializar os segmentos culturais.				

	4. ECONOMIA, CULTURA E TURISMO				
	OBJETIVO GERAL	Promover ações de integração entre Economia, Cultura e Turismo buscando consolidar produtos culturais gerando assim renda e desenvolvimento.			
	DOCUMENTO BASE	Relatório da Conferência Municipal de Cultura			
METAS E DIRETRIZES	PRIORIDADES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZOS
Estabelecer a inter-relação entre a cultura e o turismo gerando benefícios e	Incentivo por meio de legislação específica à instalação de pousadas e hotéis no município, considerando que a falta destes equipamentos turísticos constituem uma problemática no município;	Estimular a instalação de empreendimentos de infraestrutura turística e cultural no município.	Existência de leitos de acomodação turísticas no município.	Prefeitura Municipal Iniciativa Privada	
	Organização de feiras de produtos coloniais	Organizar feiras e espaços	Complementação de	Prefeitura	

sustentabilidade para ambos os setores.	oriundos da agricultura familiar;	para comercialização de produtos culturais.	renda familiar e continuidade dos saberes fazeres locais.	Municipal	Permanente
	Organização de espaço de café colonial com alimentos produzidos pelos clubes de mães das diferentes comunidades a fim de gerar renda alternativa para as famílias e atrativos turísticos para o município;			Departamento de Cultura	
	Organização de roteiros religiosos, gastronômicos e arquitetônicos que possibilitem que o turista permaneça maior tempo no município e consiga apropriar-se de sua identidade cultural;	Criar, consolidar e potencializar produtos e atrativos turístico-culturais do município.	Promoção da permanência do turista por mais tempo no município.	Prefeitura Municipal	3 anos
	Instituição de programas integrados de mapeamento do potencial turístico cultural;		Apropriação da identidade cultural local.	Departamento de Cultura Conselho de Políticas Culturais Instituições Parceiras	

	Promoção da divulgação e marketing de produtos, contextos urbanos, destinos e roteiros turístico-culturais;	Criar estratégias de marketing para potencializar os atrativos e produtos turísticos e culturais locais.	Aumento de visitante e valorização por parte dos habitantes do município.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho de Políticas Culturais	Permanente
	Investimentos na realização de festas tradicionais do município como Maracajáfest, Festa do Colono, Festas religiosas comunitárias, Festas de Emancipação, Festa Maracajá é Natal; e Feijoada da Apae consolidando-as com produto turístico-cultural espaço para comercialização e divulgação do potencial cultural do município;	Preservar os eventos turísticos e culturais tradicionais no município.	Manutenção de culturas tradicionais.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho de Políticas Culturais Iniciativa Privada	

	Fomento o Turismo Ecológico, Religioso e de Compras através da Regionalização do turismo integrando a região turística "Caminho do Canyons";	Aderir ao programa de regionalização turística e cultural implantado no estado de Santa Catarina visando desenvolvimento integrado da região.	Crescimento econômico, turístico e cultural integrado da região do extremo sul catarinense.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura	Permanente
	Elaboração de projetos e buscar recursos públicos e privados para investir em infraestrutura turística adequada: sinalização, saneamento, acessibilidade;	Captar recursos para melhoria da infra-estrutura local.	Melhoria da infra-estrutura local e sucessivo aumento de fluxo de visitantes.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura	
	Promoção do turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica e fomento às cadeias produtivas da cultura.	Aliar práticas de preservação ambiental e sustentabilidade em todas as ações de gestão cultural.	Desenvolvimento com respeito ao ambiente natural e cultural.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura	

	5. ECONOMIA, CULTURA E TURISMO				
	OBJETIVO GERAL	Sistematizar mecanismos de divulgação, comunicação fruição da Cultura Local.			
	DOCUMENTO BASE	Relatório da Conferência Municipal de Cultura			
METAS E DIRETRIZES	PRIORIDADES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZOS
Promover a cultura digital.	Promoção do acesso à cultura digital por meio de instalação de pontos de internet sem fio e instalação de telecentros comunitários;	Oportunizar acesso a cultura digital	Incidência de percentuais elevados de inclusão digital.	Prefeitura Municipal Departamento de	

	Criação de políticas públicas para o acesso gratuito de alta velocidade à internet;			Cultura	Permanente
	Implantação de um sistema digital de comunicação do acervo fotográfico digital do município;	Criar sistema digital de divulgação do acervo municipal	Diversificação dos meios de acesso aos elementos da cultura e memória local.		
Divulgar bens, conteúdos e valores oriundos das criações artísticas e culturais do município.	Incentivo para regularização da rádio cultural comunitária;	Incentivar e auxiliar a implantação de uma rádio comunitária no município.	Efetivação de mecanismos de divulgação dos conteúdos culturais locais.	Prefeitura Municipal	
	Criação de instrumentos de divulgação das manifestações culturais locais;	Criar diversos tipos de instrumentos de divulgação das manifestações culturais locais;		Departamento de Cultura	
	Criação de blog que comunique as atividades do Conselho de Políticas Culturais;			Conselho Municipal de Política Cultural	
	Organização de um calendário de eventos culturais anual e integrado com divulgação local e regional;	Sistematiza e organizar a realização de eventos culturais.		Instituições Parceiras	
			Organização para evitar choques de eventos e disputa de		

			públicos. Divulgação integrada de eventos culturais.		
	Disponibilização de informações sobre as leis e regulamentos que regem a atividade cultural no Município, no Estado e no País e a gestão pública das políticas culturais dando transparência a dados e indicadores sobre gestão e investimentos públicos;	Promover a transparência administrativa na gestão cultural.	Comunicação de dados da administração pública da cultura.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura	Permanente

Município de Maracajá/SC, 28 de Novembro de 2012.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Decreto 72/2012

DECRETO Nº 72 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando das atribuições legais e em conformidade com o artigo 73, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO, que no dia 15 de Novembro é Feriado Nacional em comemoração ao dia da Proclamação da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO, a necessidade de contenção de despesas, devido a queda vertiginosa nos repasses financeiros do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, o que compromete o equilíbrio das contas públicas, devendo o Administrador Público tomar as providências para o cumprimento das metas impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO, que esta prática tem comprovado a economia ao erário público, atendendo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal em que os agentes públicos devem diminuir despesas ao final de cada exercício fiscal; e

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse da Administração Pública,

DECRETA:

Art. 1º O ponto facultativo no dia 16 de Novembro de 2012, durante todo o expediente, em comemoração ao Dia da Proclamação da República, comemorado no dia 15 de Novembro.

Parágrafo único. No dia 19 de Novembro de 2012, Segunda-feira o expediente retorna a normalidade do horário de verão (Horário Especial), conforme o Decreto nº 61 de 10 de Outubro de 2012.

Art. 2º Ficam excluídos os serviços considerados essenciais e de enorme interesse público, dada a natureza dos serviços prestados, onde serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade dos Diretores dos respectivos Departamentos e/ou Chefe Imediato, tais como:

I - a Coleta Seletiva do Lixo e a Limpeza Pública, vinculados ao Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos;

II - o Parque Ecológico Maracajá, vinculado a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo.

Art. 3º Os diretores das repartições onde os trabalhos não forem interrompidos organizarão escalas de revezamento entre os respectivos servidores, em seus horários de serviços, de tal forma que todos possam gozar do benefício deste ato, sem prejuízo dos trabalhos públicos essenciais.

Art. 4º Este Ponto Facultativo poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, 12 de Novembro de 2012.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal, em 12 de Novembro de 2012.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto 74/2012

DECRETO Nº 74 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

APROVA O REGULAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE MARACAJÁ.

WAGNER DA ROSA, PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade a Lei Municipal nº 29, de 16 de Fevereiro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público de Maracajá que acompanha o presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá, 12 de Novembro de 2012.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 12 de Novembro de 2012.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

REGULAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE MARACAJÁ**TÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Este Regulamento estabelece os princípios e as formas para funcionamento do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá (FASSEMA), dos titulares de cargos efetivos e dos aposentados e pensionistas do Município de Maracajá, cuja organização será baseada em normas gerais de contabilidade, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro.

Art. 2º. O Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá, criado pela Lei Municipal nº. 29, de 16 de fevereiro de 2012, de acordo com os artigos 71 a 77 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para garantir o plano de custeio da Assistência dos Servidores Municipais de Maracajá, observados os seguintes critérios:

I - Financiamento mediante recursos provenientes do Município e das contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas titulares de cargos efetivos;

II - Cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos ativos, inativos e pensionistas e a seus respectivos dependentes;

IV - Pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime, com participação de representantes de servidores públicos, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

II - Sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo;

IV - Disponibilização ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados, informações atualizadas sobre receitas e despesas do respectivo regime.

Art. 3º. A Assistência dos servidores tem por finalidade o



atendimento de despesas de saúde e de assistência dos servidores públicos municipais ativos, inativos e seus dependentes.

TÍTULO II DOS BENEFICIÁRIOS

CAPÍTULO I DOS SEGURADOS

Art. 4º. São segurados facultativos do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá de que trata este Regulamento o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas, bem como os aposentados nos cargos citados neste artigo.

§ 1º. Fica excluído do disposto no caput o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado.

§ 2º. Não fica excluído do disposto no caput o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas, bem como os aposentados nos cargos citados neste artigo que estiverem afastados para ocupar cargo em comissão;

§ 3º. Na hipótese de acumulação remunerada, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

CAPÍTULO II DOS DEPENDENTES

Art. 5º. Consideram-se dependentes do segurado para a obtenção dos benefícios previstos nesta lei:

I - o cônjuge;

II - a companheira ou companheiro;

III - os filhos solteiros menores de 21 (vinte e um) anos, ou 24 (vinte e quatro) anos, se estiverem freqüentando o curso superior; e

IV - os filhos inválidos com ou incapaz de qualquer idade e que constem do assentamento individual do segurado.

§ 1º. A dependência econômica das pessoas indicadas no caput deste artigo é presumida.

§ 2º. Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada por mais de um ano.

§ 3º. Verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

Art. 6º. Equiparam-se aos filhos, nas condições do caput do art. 5º, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

Parágrafo único. O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação do respectivo termo.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO DOS SEGURADOS E DOS DEPENDENTES

Art. 7º. A inscrição do segurado facultativo é automática e ocorre quando da investidura no cargo efetivo e a do dependente mediante requerimento.

Art. 8º. A inscrição do dependente será efetuada mediante requerimento do segurado, com apresentação de certidão ou outro documento hábil a comprovar a dependência.

§ 1º. Caso o segurado venha a falecer, o dependente não inscrito poderá requerer sua inscrição mediante requerimento com a comprovação da dependência.

§ 2º. A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção realizada por junta médica indicada pelo Conselho Gestor do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá e nomeada pelo Prefeito Municipal.

§ 3º. As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

§ 4º. O segurado responderá pelas despesas acarretadas ao Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá, oriundas de inscrição indevida de dependentes, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 9º. A perda da qualidade de dependente ocorre:

I - para o cônjuge; por nulidade ou anulação de casamento, por separação judicial ou por divórcio;

II - para a (o) companheira (o), mediante solicitação do segurado, quando não mais existirem as condições inerentes a essa situação;

III - para os filhos, enteados, tutelados, pela emancipação ou ao completarem o limite máximo de idade;

IV - por óbito;

V - para o inválido, quando cessar a invalidez;

VI - quando cessar a dependência econômica;

VII - por perda da qualidade de segurado de quem ele dependa.

Parágrafo único. A responsabilidade pela comunicação do evento que faça cessar a dependência será do segurado, cabendo à Unidade Gestora do Regime certificar e tomar as providências necessárias para excluir o dependente em situação indevida.

TÍTULO III DOS DIREITOS DOS BENEFICIÁRIOS

CAPÍTULO I DOS BENEFÍCIOS EM GERAL

Art. 10. O Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá compreende, dentro dos recursos técnicos existentes no Município e mediante convenio ou credenciamento, a prestação dos seguintes serviços:

I - Consulta Médica;

II- Exames complementares de diagnóstico e tratamento; e

III - tratamento médico em regime de hospitalização;

Parágrafo único: Estão excluídas das coberturas as despesas relativas a;

I - despesas médicas hospitalares efetuadas antes do início das coberturas ou do cumprimento das carências previstas;

II - tratamento e cirurgias experimentais, exames e medicamentos ainda reconhecidos pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, e suas conseqüências, bem como cirurgias não éticas, cirurgias para mudança de sexo e inseminação artificial, e qualquer tratamento para controle de natalidade e suas conseqüências;

III - cirurgia para miopia;

IV - tratamento odontológicos (nos casos de lesões traumáticas buco facial decorrente de acidentes pessoais), haverá cobertura, desde que, caracteriza a urgência e emergência;

V - enfermagem em caráter particular, seja em hospital ou residência, mesmo que as condições do paciente exijam cuidados especiais e extraordinários;

VI - cirurgias plásticas que não sejam restauradoras e não sejam decorrentes de acidentes pessoais ocorridos na vigência da lei, ficando claro que a mamoplastica não está assegurada, ainda que a hipertrofia mamária sobre a coluna vertebral;

VII - tratamento à pessoas portadoras de AIDS;

VIII - despesas extraordinárias e de acompanhamento em internação hospitalar, exceto para os casos de despesas com acomodação e alimentação fornecidos pelo hospital para acompanhantes de menores de 14 (quatorze) anos;

IX - lente intra-ocular;

X - quaisquer medicamentos, inclusive vacinas, fora da internação hospitalar, acupuntura e tratamentos de varizes por injeções esclerosantes, imunoterapia e betaterapia bem como suas conseqüências;

XI - exames pré-admissionais, periódicos e demissionais, bem como "check-up" preventivo, internações para investigação diagnóstica não seguida de tratamento e cirurgia, e internações para tratamento com medicamento homeopático.

XII - atendimento nos casos de epidemias, calamidade pública, conflitos sociais, guerras, revoluções e outras perturbações da ordem pública, e ainda de envenenamento de caráter coletivo ou outra causa física que atinja maciçamente a população;

XIII - tratamentos para patologia congênitas, exceto para os nascidos durante a vigência desta lei;

XIV - transplantes e implantes, inclusive despesas com doadores;

XV - hemodiálise;

XVI - tratamentos fonoaudiológicos;

XVII - aluguel de equipamentos hospitalares e similares.

§ 1º. As despesas de saúde com os beneficiários serão efetuadas diretamente com os credores ou mediante celebração de convênios com outras entidades ou institutos para atender tais fins.

§ 2º. Parte das despesas de saúde serão assumidas pelos próprios usuários, na proporção de 20% (vinte por cento) dos custos de cada procedimento (serviços médicos, hospitalares e exames médicos), sendo os outros 80% (oitenta por cento) assumidos pelo Fundo.

§ 3º. A parte das despesas de saúde assumidas pelos próprios usuários será deduzida da remuneração deste, podendo ser parcelada sendo que cada parcela na proporção de 20% (vinte por cento) da remuneração do servidor.

§ 4º. Os exames até o valor de R\$ 200,00 reais (duzentos reais) serão permitidos 02 (dois) procedimentos mensais, nos exames acima deste valor serão permitidos 02 (dois) procedimentos semestrais.

TÍTULO IV

DO CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 11. É assegurada a liberdade de escolha, por parte dos beneficiários, de profissionais ou entidades conveniadas ou credenciadas, observadas as normas e tabelas adotadas pelo FASSEMA.

Art. 12. O segurado participará das despesas de que trata o art. 8º, conforme Lei Complementar nº 29 de 16 de fevereiro de 2012, nas seguintes condições e proporções;

I - 30% (cinquenta por cento) do valor das consultas;

II - 20% (vinte por cento) do valor dos exames complementares, fisioterapia e radio terapia;

III - 50% (cinquenta por cento) nos tratamentos médicos - psiquiátricos ou nos tratamentos psicológicos ambulatoriais, que ultrapassem o valor de cinco pisos municipais anuais;

IV - 20% (vinte por cento) das despesas decorrentes da internação hospitalar necessária, obedecidos aos limites das tabelas utilizadas, condicionadas a apresentação de laudo médico circunstanciado, a critério médico do FASSEMA.

§ 1º - Correrá totalmente por conta dos beneficiários:

I - utensílios para higiene;

II - alimentos dietéticos;

III - materiais cirúrgicos como: gaze, algodão, ataduras, esparadrapo, exceto quando hospitalizado, correndo tais custos, neste caso, totalmente por conta do FASSEMA.

IV - cintas e meias elásticas;

V - cirurgia plástica, com finalidade estética, excetuando-se os casos de estética corretiva em caso de acidente; e

VI - o custo do tratamento psicológico e psiquiátrico acima do limite estabelecido no inciso II deste artigo.

Art. 13 A concessão das prestações dos serviços e benefícios independentes de período de carência.

Art. 14 Constituem recursos do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá:

I - o produto da arrecadação referente às contribuições de caráter compulsório, dos servidores ativos de qualquer dos Poderes do Município, suas autarquias e fundações na razão de 2% (dois por cento) sobre a remuneração da base contratual;

II - o produto da arrecadação referente às contribuições dos aposentados e pensionistas de qualquer dos Poderes do Município, suas autarquias e fundações na razão de 2% (dois por cento), incidentes sobre a remuneração do benefício;

III - o produto dos encargos de correção monetária e juros legais devidos pelo Município, em decorrência de eventuais atrasos no recolhimento das contribuições;

IV - os rendimentos e juros decorrentes da aplicação do mercado financeiro dos saldos de recursos do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá.

V - aportes de capital que satisfaçam o disposto no inciso III do Art. 6º da Lei Federal nº 9.717 de 27 de novembro de 1998;

VI - outros recursos que lhe sejam destinados.

§ 1º. Constituem também fonte do plano de custeio do Fundo Municipal as contribuições previstas nos incisos I e II incidentes sobre o abono anual, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

§ 2º. Considera-se remuneração de contribuição a parcela da remuneração ou do provento recebido pelo segurado ou beneficiário, aí considerado o abono anual, sobre a qual incide o percentual de contribuição ordinária para o plano de custeio, assim entendido o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei e dos adicionais de caráter individual, exceto:

- a) as diárias de viagem;
- b) a ajuda de custo em razão de mudança de sede;
- c) a indenização de transporte;
- d) o salário-família;
- e) o auxílio-alimentação;
- f) o auxílio-creche;
- g) o abono de permanência;
- h) as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;
- i) a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança;
- j) outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei;
- k) o abono-assiduidade;
- l) a cesta-básica;
- m) as horas extraordinárias;
- n) o adicional noturno;
- o) o adicional de insalubridade e periculosidade;
- p) a regência de classe.

§ 3º. O recolhimento dos valores das contribuições retidas dos servidores, bem como da parte devida pelo empregador deverá ser efetuado ao Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês seguinte ao da competência.

Art. 15. Os recursos do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá serão depositados em conta distinta da conta do Tesouro Municipal.

Art. 16. As disponibilidades do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá serão aplicadas em estabelecimento bancário, mediante operação que assegure, no mínimo, correção monetária do valor, respeitando o disposto no art. 6º da Lei Federal nº 9.717, de 1998, e Resolução de nº 3.244/04 do Conselho Monetário Nacional, vedados empréstimos de qualquer natureza, inclusive ao próprio Município, a entidades da administração indireta e os respectivos segurados.

TÍTULO V

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Art. 17. O Conselho Gestor do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá, criado pela Lei Complementar nº. 29, de 16 de fevereiro de 2012, órgão superior de deliberação colegiada, terá a seguinte composição:

I - um representante do Poder Executivo e seus respectivos suplentes;

II - um representante do Poder Legislativo e seu respectivo suplente;

III - um representante dos servidores ativos e seus respectivos suplentes, escolhidos entre seus pares;

§ 1º. Cada membro terá um suplente e será nomeado pelo Prefeito, para um mandato de quatro (04) anos, admitida recondução.

§ 2º. Os representantes do Executivo e do Legislativo serão indicados pelos próprios Poderes e os representantes dos servidores ativos, inativos e pensionistas, escolhidos entre seus pares, pelos sindicatos ou associações correspondentes, ou na falta destes, por escolha de seus representantes.

§ 3º. O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhidos através de eleições efetuada pelos membros do Conselho, sendo o Secretário indicado pelo Presidente.

§ 4º. Os membros do Conselho não serão destituíveis ad nutum, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados em processo administrativo, culpados por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em quatro intercaladas no mesmo ano.

§ 5º. Como medida cautelar e a fim de que o membro do Conselho não venha a influir na apuração de irregularidades ou falta grave, a autoridade instauradora da sindicância, sempre que julgar necessário, poderá ordenar o seu afastamento do cargo até a apuração das irregularidades.

§ 6º. Os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração pelos seus serviços prestados.

CAPÍTULO II

FUNCIONAMENTO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Art. 18. O Conselho Gestor reunir-se-á, ordinariamente, em sessões trimestrais e, extraordinariamente, quando convocado por, pelo menos, três de seus membros, com antecedência mínima de três dias.

Parágrafo Único. Das reuniões do Conselho serão lavradas atas em livro próprio.

Art. 19. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria, exigido o quorum de três membros.

Parágrafo Único. Das reuniões do Conselho os suplentes poderão participar, porém, sem direito a voto.

Art. 20. Incumbirá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE

MARACAJÁ**Art. 21. Compete ao Conselho Gestor:**

I - estabelecer e normatizar as diretrizes gerais do Fundo;

II - apreciar a proposta orçamentária do Fundo;

III - acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do Fundo;

IV - examinar e emitir parecer conclusivo sobre propostas de alteração da política de assistência aos servidores do Município;

V - autorizar a alienação de bens imóveis pelo Fundo;

VI - apreciar a contratação de agentes financeiros, bem como a celebração de contratos, convênios e ajustes pelo Fundo;

VII - deliberar sobre a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos;

VIII - adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do Fundo;

IX - acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao Fundo;

X - solicitar a elaboração de estudos e pareceres técnicos relativos a aspectos jurídicos, financeiros e organizacionais relativos a assuntos de sua competência;

XI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao Fundo, nas matérias de sua competência; e

XII - elaborar e votar o seu Regimento Interno; e

XIII - deliberar sobre os casos omissos no âmbito das regras aplicáveis ao Fundo.

**CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Art. 22. A autoridade administrativa ou o servidor que, no exercício de suas funções, deixar de efetuar os recolhimentos das obrigações sociais ao Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá incorrerá, respectivamente, em crime de responsabilidade pelo descumprimento de lei, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou criminal cabíveis.

Art. 23. O orçamento e a escrituração contábil do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá integrarão o seu orçamento bem como a prestação de contas anual, e obedecerão aos princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.

Art. 24. Dentro de até trinta dias do encerramento do exercício, o Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá remeterá à contabilidade do Município a prestação de contas do exercício, para fins de aprovação de incorporação dos resultados e compor a prestação de contas do Município que deverá ser entregue ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal.

Art. 25. Os recursos financeiros do FASSEMA serão depositados, em conta específica, em agência de banco oficial, e serão movimentados, conjuntamente, pelo Presidente do Conselho Gestor e pelo Secretário de Administração da Prefeitura Municipal.

Art. 26. Os servidores em licença de qualquer natureza, demitidos ou exonerados, com sua fonte salarial cessada pelo Município de Maracajá, com pendências financeiras junto ao Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá deverão declarar expressamente todos os serviços de saúde por ele utilizados e ainda não quitados, bem como firmar termo de compromisso para pagamento nos mesmos prazos como se fossem retidos em folha.

§ 1º. Os Servidores licenciados inadimplentes com prazo superior a 30 (trinta) dias serão notificados pelo Fundo para o cumprimento de suas obrigações, com vigência máxima de 30 (trinta) dias a contar do recebimento, para quitação.

§ 2º. Ao final de cada ano serão inscritos em Dívida Ativa os débitos vencidos dos servidores afastados.

§ 3º. Aplica-se, no que couber aos servidores demitidos ou exonerados as disposições elencadas neste artigo e seus parágrafos.

Art. 27. Este Regulamento poderá ser alterado a qualquer momento por ato próprio do Prefeito Municipal, mediante prévia deliberação do Conselho Gestor.

Art. 28. O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao órgão gestor do Fundo relação nominal dos segurados e dependentes, valores de subsídios, remunerações e contribuições respectivas.

Art. 29. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, 12 de Novembro de 2012.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Conselho Gestor do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá

Membros Efetivos:

Presidente: ANDRÉIA MARQUES
Vice-presidente: ROSANE ROLDÃO DE FAVERI
Secretário: VILMAR LEANDRO

Membros Suplentes:
GEOVANA TREVISOL TEIXEIRA
JOSÉ PAULO FARIAS

Decreto 77/2012

DECRETO Nº 77 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NO PARQUE ECOLÓGICO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 73, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Maracajá, Estado de Santa Catarina, e;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção da estrutura física do parque Ecológico Maracajá;
CONSIDERANDO a necessidade de reduzir custos com energia elétrica, telefone, material de expediente e outras despesas de custeio;
CONSIDERANDO finalmente o interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Horário Especial de Atendimento Público

no Parque Ecológico Maracajá, no período de 01 de dezembro de 2012 à 31 de janeiro de 2013, das 13:00 h às 18:00 h, de segunda-feira à sexta-feira.

Parágrafo Único. No período compreendido no Art. 1º, nos Sábados e Domingos o horário de atendimento será das 08:00 h às 18:00 h

Art. 2º Este Decreto poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, interesse da administração pública, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 3º Havendo a necessidade, os servidores enquadrados no horário estabelecido neste Decreto poderão ser convocados para trabalhar em horário integral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 19 de Novembro de 2012.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração, em 19 de Novembro de 2012.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Decreto 78/2012

DECRETO Nº 78 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.
NOMEIA LEILOEIRO ADMINISTRATIVO PARA A REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO MUNICIPAL DE BENS MÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 96, Inciso II da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Servidor, senhor DIOMAR DE SOUZA MACHADO JÚNIOR, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Gabinete, Nível CC-2, Matrícula nº 1182, RG 3.715.573, CPF Nº 004.512.069-24, para proceder todos os atos necessários ao Leilão Público Municipal de Alienação de Bens Móveis de Propriedade do Município de Maracajá.

Art. 2º A Alienação através de Leilão Público de Bens Móveis de Propriedade do Município de Maracajá, está autorizado pela Lei Orgânica do Município de Maracajá, Estado de Santa Catarina em seu art. 96, inciso II.

Art. 3º Todos os atos necessários a execução de Leilão Público Municipal, principalmente o Edital de Alienação, obedecerá a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Federal Nº 8.883/94.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá, 19 de Novembro de 2012.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 19 de Novembro de 2012.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Assembléia Fassema

FUMPREVI - Fundo Municipal de Previdência de Maracajá

CONVOCAÇÃO

A Administração do Fundo Municipal de Previdência - FUMPREVI convoca seus associados para participarem da Assembleia Extraordinária no dia 06/12/2012, às 18:00 horas, no Centro de Convivência da Terceira Idade.

Maracajá, 29 de novembro de 2012.
MICHELINI COSTA FRANCISCO
Presidente - Previdência

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Nº. 1465 de 27 de Novembro de 2012

LEI Nº. 1465 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012

Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 181.500,00 (cento e oitenta e um mil e quinhentos reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0302 - GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
0302 .004.122.0041.2010 - Administração Serviços Gerais
0302 - 31900000- Aplicações Diretas
0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 33.000,00

0400- SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401- GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.452.0151.2.068 - Conservação de vias urbanas
0401 - 33900000 - Aplicações Diretas
0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 31.500,00

0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS E RODAGENS
0403.026.782.0260.2.086- Conservação de Estradas Vicinais
0403 - 31900000 - Aplicações Diretas
0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 65.000,00
0403 - 33900000 - Aplicações Diretas
0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

0500- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0505 - GERÊNCIA DE CULTURA
0505.013.392.0130.2060 - Incentivo à Cultura
0505 - 31900000 - Aplicações Diretas
0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA
0901.020.606.0.200.2076 - Assistência ao Produtor Rural
0901- 31900000- Aplicações Diretas
0901 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 181.500,00 (cento e oitenta e um mil e quinhentos reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0200 - Gabinete do Prefeito
 0201 - Gabinete do Prefeito
 0201.004.122.0040.2.004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
 0201 - 33500000 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.500,00
 0201 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0201.004.122.0040.2.007 - Gerenciamento do Controle Interno
 0201-44900000 - Aplicações Diretas
 0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 0301 - GERÊNCIA DE PESSOAL
 0301.004.122.0041.2.008 - Administração de Recursos Humanos
 0301 - 31900000 - Aplicações Diretas
 0301 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

0302 - GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
 0302.004.122.0041.2.009 - Administração do Patrimônio
 0302 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
 0304.004.123.0042.2.012 - Manutenção dos Serviços da Tesouraria
 0304 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0304 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
 0304 - 44900000 - Aplicações Diretas
 0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

0304.004.123.0042.2.013 - Manutenção dos Serviços Contábeis
 0304 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0400- SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401- GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401.015.451.0150.1.064 - Pavimentação de Ruas
 0401 - 44900000 - Aplicações Diretas
 0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 17.000,00

0500- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.306.0120.2.040 - Fornecimento de Merenda Escolar
 0501 - 31900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0501.012.306.0122.2.050 - Fornecimento de Merenda Escolar Pré - Escola
 0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0501.012.364.0121.2.049 - Apoio ao Ensino Superior
 0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

0501.012.367.0124.2.057 - Apoio a Educação Especial
 0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0505 - GERÊNCIA DE CULTURA
 0505.013.392.0130.2063 - Incentivo à Biblioteca Municipal
 0505 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
 EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012
 MARIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

Lei Nº. 1467 de 27 de Novembro de 2012

LEI Nº. 1467 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
 Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0122.2.054 - Manutenção da Educação Infantil

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11800 - Transferências Fundeb (Aplic. Prof.) R\$ 156.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2.044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11900 - Transferências Fundeb (Aplic. Outras.)

R\$ 96.000,00

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11900 - Transferências Fundeb (Aplic. Outras.)

R\$ 36.000,00

0501.012.361.0120.1.041 - Ampliação da Rede Física

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11900 - Transferências Fundeb (Aplic. Outras.)

R\$ 12.000,00

0501.012.365.0122.1.053- Ampliação e Reforma da Rede Física

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11900 - Transferências do Fundeb (aplic. Outras.)

R\$ 12.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
 EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012
 MARIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

Lei Nº. 1466 de 27 de Novembro de 2012

LEI Nº. 1466 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012

Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.306.0120.2040 - Fornecimento de Merenda Escolar

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 15801 - Transferências Salário Educação R\$ 10.000,00

0501.012.306.0122.2.050 - Fornecimento de Merenda Escolar Pré- Escola

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 15801 - Transferência Salário Educação R\$ 5.000,00

0501.012.306.0122.2.051 - Programa Merenda Escolar

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 15801 - Transferência Salário Educação R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0122.2.054 - Manutenção da Educação Infantil

0501 - 45900000 - Inversões Financeiras

0501 - 15801 - Transferências Salário Educação R\$ 20.000,00

0501.012.361.0120.1.041 - Ampliação da Rede Física

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 15801 - Transferência Salário Educação R\$ 10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2601 de 27 de Novembro de 2012

DECRETO Nº. 2601 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1465 de 27 de Novembro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 181.500,00 (cento e oitenta e um mil e quinhentos reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0302 - GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO

0302 .004.122.0041.2010 - Administração Serviços Gerais

0302 - 31900000- Aplicações Diretas

0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 33.000,00

0400- SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401- GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.452.0151.2.068 - Conservação de vias urbanas

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 31.500,00

0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS E RODAGENS

0403.026.782.0260.2.086- Conservação de Estradas Vicinais

0403 - 31900000 - Aplicações Diretas

0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 65.000,00

0403 - 33900000 - Aplicações Diretas

0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

0500- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0505 - GERÊNCIA DE CULTURA

0505.013.392.0130.2060 - Incentivo à Cultura

0505 - 31900000 - Aplicações Diretas

0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.606.0.200.2076 - Assistência ao Produtor Rural

0901- 31900000- Aplicações Diretas

0901 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 181.500,00 (cento e oitenta e um mil e quinhentos reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Gabinete do Prefeito

0201.004.122.0040.2.004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

0201 - 33500000 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.500,00

0201 - 33900000 - Aplicações Diretas

0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0201.004.122.0040.2.007 - Gerenciamento do Controle Interno

0201-44900000 - Aplicações Diretas

0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0301 - GERÊNCIA DE PESSOAL

0301.004.122.0041.2.008 - Administração de Recursos Humanos

0301 - 31900000 - Aplicações Diretas

0301 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

0302 - GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO

0302.004.122.0041.2.009 - Administração do Patrimônio

0302 - 33900000 - Aplicações Diretas

0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.004.123.0042.2.012 - Manutenção dos Serviços da Tesouraria

0304 - 33900000 - Aplicações Diretas

0304 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0304 - 44900000 - Aplicações Diretas

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

0304.004.123.0042.2.013 - Manutenção dos Serviços Contábeis

0304 - 33900000 - Aplicações Diretas

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0400- SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401- GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.451.0150.1.064 - Pavimentação de Ruas
0401 - 44900000 - Aplicações Diretas
0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 17.000,00

0500- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.306.0120.2.040 - Fornecimento de Merenda Escolar
0501 - 31900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0501.012.306.0122.2.050 - Fornecimento de Merenda Escolar Pré - Escola
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0501.012.364.0121.2.049 - Apoio ao Ensino Superior
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

0501.012.367.0124.2.057 - Apoio a Educação Especial
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0505 - GERÊNCIA DE CULTURA
0505.013.392.0130.2063 - Incentivo à Biblioteca Municipal
0505 - 33900000 - Aplicações Diretas
0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2602 de 27 de Novembro de 2012
DECRETO Nº. 2602 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012
Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1466 de 27 de Novembro de 2012, DECRETA:
Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.306.0120.2040 - Fornecimento de Merenda Escolar
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 15801 - Transferências Salário Educação R\$ 10.000,00
0501.012.306.0122.2.050 - Fornecimento de Merenda Escolar Pré- Escola
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 15801 - Transferência Salário Educação R\$ 5.000,00

0501.012.306.0122.2.051 - Programa Merenda Escolar
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 15801 - Transferência Salário Educação R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.365.0122.2.054 - Manutenção da Educação Infantil
0501 - 45900000 - Inversões Financeiras
0501 - 15801 - Transferências Salário Educação R\$ 20.000,00
0501.012.361.0120.1.041 - Ampliação da Rede Física
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 15801 - Transferência Salário Educação R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2603 de 27 de Novembro de 2012
DECRETO Nº. 2603 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1467 de 27 de Novembro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.365.0122.2.054 - Manutenção da Educação Infantil
0501 - 31900000 - Aplicações Diretas
0501 - 11800 - Transferências Fundeb (Aplic. Prof.) R\$ 156.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0120.2.044 - Manutenção do Ensino Fundamental
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 11900 - Transferências Fundeb (Aplic. Outras.) R\$ 96.000,00
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 11900 - Transferências Fundeb (Aplic. Outras.) R\$ 36.000,00
0501.012.361.0120.1.041 - Ampliação da Rede Física
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 11900 - Transferências Fundeb (Aplic. Outras.) R\$ 12.000,00
0501.012.365.0122.1.053- Ampliação e Reforma da Rede Física

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 11900 - Transferências do Fundeb (aplic. Outras.) R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2606 de 27 de Novembro de 2012

DECRETO Nº. 2606 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil
0501 - 31900000 - Aplicações Diretas
0501 - 11800 - Transferências do Fundeb (aplic.prof) R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil
0501 - 45900000 - Aplicações Diretas
0501 - 11900 - Transferências do Fundeb (outras aplic) R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

Lei N.º 1564-2012

LEI N.º 1564-2012

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ORGANIZAÇÃO DEFESA ANIMAL DE MELEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Declara de Utilidade Pública a Organização Defesa Animal de Meleiro, com sede na Rua Mariano Fontanela, n.º 415, Bairro Jardim Itália, Meleiro/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.171.320/0001-07.

Art. 2.º O reconhecimento de Utilidade Pública à Organização Defesa Animal de Meleiro confere a mesma os benefícios da legislação vigente.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Decreto N.º 072/2012.

DECRETO n.º 072/2012.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.521/2012, de 19 de Dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), neste termo:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.2026 - Manutenção de Outros Programas de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.02.0121.0 - Aplicações Diretas (48)

R\$ 5.000,00

Total R\$ 5.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.2026 - Manutenção de Outros Programas de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.02.0121.0 - Aplicações Diretas (59)

R\$ 5.000,00

Total R\$ 5.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.



**VISÃO ESTRATÉGICA E
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Meleiro, 23 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.
DECRETO n.º 072/2012.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.521/2012, de 19 de Dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), neste termo:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.2026 - Manutenção de Outros Programas de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.02.0121.0 - Aplicações Diretas (48)

R\$ 5.000,00

Total R\$ 5.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.2026 - Manutenção de Outros Programas de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.02.0121.0 - Aplicações Diretas (59)

R\$ 5.000,00

Total R\$ 5.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

Portaria N.º 009/2012

PORTARIA n.º 009/2012

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ÉRICK SARTOR - matrícula 15, ocupante do cargo de Operador de Estação (Eta/Ete), referente ao período aquisitivo de 18/05/2011 a 17/05/2012.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 387/2012

PORTARIA n.º 387/2012

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 3 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º À servidora pública municipal SERGIANE BIFF, ocupante do cargo de Engenheira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a licença gestante por 120 (cento e vinte) dias, a partir da presente data, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 388/2012

PORTARIA n.º 388/2012

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ANTONIO JOSÉ MACARINI - matrícula 551, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 03/05/2011 a 02/05/2012.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 389/2012

PORTARIA n.º 389/2012

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal EDSON BOELL - matrícula 1284, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, referente ao período aquisitivo de 01/09/2011 a 31/08/2012.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 390/2012

PORTARIA n.º 390/2012

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JOÃO BATISTA SALVALAIO - matrícula 332, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 01/03/2011 a 29/02/2012.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 391/2012

PORTARIA n.º 391/2012

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JOSÉ ARILTON DEMÉTRIO - matrícula 989, ocupante do cargo de Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 15/01/2011 a 14/01/2012.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 392/2012

PORTARIA n.º 392/2012

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal OSÉIAS CORRENTE - matrícula 989, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, referente ao período aquisitivo de 01/03/2011 a 29/02/2012.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 393/2012

PORTARIA n.º 393/2012

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JAIRO LUIZ CANELA - matrícula 996, ocupante do cargo de Secretário de Educação, Esportes, Cultura e Turismo, referente ao período aquisitivo de 01/01/2012 a 31/12/2012.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 394/2012

PORTARIA n.º 394/2012

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS À SERVIDORA QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal ANA DA COSTA OSTETTO - matrícula 1026, ocupante do cargo de Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 02/03/2011 a 01/03/2012.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 395/2012

PORTARIA n.º 395/2012

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ADILTON PESSETI CONTI - matrícula 326, ocupante do cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 02/03/2011 a 01/03/2012.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 385/2012

PORTARIA nº 385/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE CARPINTEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor JOÃO GEREMIAS COELHO, ocupante do cargo de Carpinteiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aposentadoria, junto ao INSS.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 115/1991 e Livro de Registro de Empregados nº 03, folha 055.

Meleiro, 28 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Decreto Nº 092/2012

DECRETO Nº 092/2012, de 27 de Novembro de 2012.
"ESTABELECE RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO PERÍODO DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012 À 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os feriados nacionais dos dias 25 de dezembro (Natal) e 01 de janeiro (Confraternização Universal);
CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento às normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal;
CONSIDERANDO que o Recesso mencionado proporciona redução do custeio da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido Recesso nas Repartições Públicas Municipais, no período de 10 de Dezembro de 2012 à 31 de Dezembro de 2012.

Art. 2º - Não haverá recesso no período mencionado no art. 1º, aos órgãos abaixo elencados, em razão da tipicidade dos serviços executados, pois não admitem paralisação por serem considerados de prestação de serviços essenciais:

I - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Econômico, os seguintes serviços:

a) Coleta de Lixo;

b) Caminhão Pipa,

II - Secretaria Distrital, os seguintes serviços:

a) Coleta de Lixo;

b) Caminhão Pipa,

c) Agência Comunitária de Correio.

III - Setor de Tributos

Com expediente normal, exceto nos dias 24, 25, 31, de Dezembro de 2012 e 01 de Janeiro de 2013.

IV - Unidades Básicas de Saúde

Com expediente normal, exceto nos dias 24, 25, 31 de Dezembro de 2012 e 01 de Janeiro de 2013.

V - Conselho Tutelar;

VI - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU.

§ 1º - As atividades essenciais da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Econômico e do Conselho Tutelar funcionarão através do Sistema de Plantão.

§ 2º - O sistema de plantão consiste no atendimento ininterrupto através de telefone, fornecido pelo Órgão, Setor ou Secretaria prestador do serviço de atividade essencial, sendo o mesmo fixado na sede do respectivo órgão em lugar visível e de fácil acesso.

§ 3º - Cada Órgão, Setor ou Secretaria deverá nomear pessoa responsável para o devido atendimento do plantão, devendo o mesmo providenciar o cumprimento das atividades elencadas como essenciais.

§ 4º - No período mencionado no art. 1º, será implementada escala de revezamento de folgas aos servidores, que será regulamentada a critério de cada Órgão, Setor ou Secretária.

§ 5º - As demais atividades consideradas essenciais e que não admitem paralisação, ficará a critério de cada Secretário, responsável pelo Setor ou Órgão, zelar por sua funcionalidade e manutenção.

Art. 3º - Visando ao bom funcionamento dos serviços de saúde, durante este período de recesso, as unidades de saúde continuarão com seu funcionamento normal, exceto no período de 24 à 31 de dezembro 2012 e 01 de janeiro de 2013.

§ 1º - No período compreendido neste artigo, as Unidades de Saúde funcionarão pelo sistema de plantão, sendo que o atendimento se dará somente no Posto Central de Saúde, localizado à Rua Dunélio Zanelatto, nº 433, Centro, neste Município de Morro da Fumaça.

§ 2º - No dia 25 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2013, o Posto Central de Saúde será FECHADO, e seu funcionamento se dará sobre o sistema de plantão e com sobreaviso aos funcionários, para os serviços considerados essenciais de extrema necessidade.

Art. 4º - A Sede Administrativa da Secretaria de Saúde será fechada, ficando seus funcionários sobreavisados para os serviços considerados essenciais pelo sistema de plantão.

Art. 5º - Fica em sobreaviso todos os Funcionários, Secretários e demais Servidores Públicos Municipais, para prestarem os serviços considerados essenciais, no caso de extrema necessidade da Administração Pública Municipal.

Artigo 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,
em 27 de Novembro de 2012.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 176/2012 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2012 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM PLAINA, TORNO, MONTADOR COM AQUISIÇÃO DE PEÇAS (CHAPAS, BARRAS REDONDAS, ELETRODOS E OUTROS) PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DAS MAQUINAS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 13/12/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 13/12/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 30 de novembro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 177/2012 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2012 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DE OBRAS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 13/12/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 13/12/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, ([0-3][0-9]) de novembro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato de Contrato Nº 221/2012 PMN

Prefeitura de Navegantes
Extrato do Contrato Nº.: 221/2012
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : INSTITUTO O BARRIGA VERDE Valor : 49.480,00 (quarenta e nove mil quatrocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 30/11/2012 Término: 31/12/2012
Licitação : Concorrência Nº 164/2012
Recursos : Dotação: 2.014.3390.00 (134) 184/2012 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão Objeto : CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC

NAVEGANTES, 30 de NOVEMBRO de 2012

Extrato Revogação a Suspensão Contrato Nº 62/2012 FMS

TERMO DE REVOGAÇÃO A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 62/2012 FMS

O Município de Navegantes, pessoa jurídica de direito público registrada sob o CNPJ nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Roberto Carlos de Souza, que esta subscreve e a empresa BELGA EMPREITEIRA LTDA, registrada sob o CNPJ nº 81.537.672/0001-32, , Resolvem em comum acordo Revogar a Suspensão a Execução do Contrato nº 62/2012, formalizado com fulcro na Concorrência Pública nº 16/2012, que visa a CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PARTE I - BAIRRO SÃO DOMINGOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, tudo em consonância com a lei nº 8.666/93.

Navegantes, 30 de novembro de 2012
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito de Navegantes

Extrato Revogação a Suspensão Contrato Nº 76/2012 FMS

TERMO DE REVOGAÇÃO A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 76/2012

O Município de Navegantes, pessoa jurídica de direito público registrada sob o CNPJ nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Roberto Carlos de Souza, que esta subscreve e a empresa Minister Construtora Ltda ME, registrada sob o CNPJ nº 00.736.449/0001-12, , Resolvem em comum acordo Revogar a Suspensão a Execução do Contrato nº 76/2012, formalizado com fulcro na Concorrência Pública nº37/2012, que visa a AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, tudo em consonância com a lei nº 8.666/93.

Navegantes, 30 de novembro de 2012
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito de Navegantes

Extrato Revogação a Suspensão Contrato Nº 77/2012 FMS

TERMO DE REVOGAÇÃO A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 77/2012 FMS

O Município de Navegantes, pessoa jurídica de direito público registrada sob o CNPJ nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Roberto Carlos de Souza, que esta subscreve e a empresa Minister Construtora Ltda ME, registrada sob o CNPJ nº 00.736.449/0001-12, , Resolvem em comum acordo Revogar a Suspensão a Execução do Contrato nº 77/2012, formalizado com fulcro na Concorrência Pública nº36/2012, que visa a ampliação e reforma da Policlínica de Machados, tudo em consonância com a lei nº 8.666/93.

Navegantes, 30 de novembro de 2012
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito de Navegantes

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 215/2012 PMN

Contrato Nº : 215/2012.
Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : ENGEMAIS CONSTRUTORA LTDA EPP
Valor : 29.379,07 (vinte e nove mil trezentos e setenta e nove reais e sete centavos).

Vigência : Início: 06/11/2012 Término: 20/09/2013
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº.: 99/2012.

Recursos : Dotação: 1.044.4.4.90.00.00.00.00 (98),
1.044.4.4.90.00.00.00.00 (99).

Objeto : O presente termo aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO o ADITIVO de 6,70% (seis vírgula setenta por cento) do valor do contrato inicial firmado entre as partes em 27 de junho de 2012.

Navegantes, 29 de novembro de 2014.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 216/2012 PMN
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 216/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : ARTEFATOS DE CIM. STA TEREZINHA LTDA-ME

Valor : 933.870,09 (novecentos e trinta e três mil oitocentos e setenta reais e nove centavos)

Vigência : Início: 23/11/2012 Término: 24/02/2013

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 144/2012

Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00 (136),
1.039.4.4.90.00.00.00.00 (138)

Objeto : PRIMEIRO TERMO ADITIVO CUJO OBJETO É A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 24 DE AGOSTO DE 2012, A QUAL VIGORARÁ DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012 ATÉ 24 DE FEVEREIRO DE 2013.

NAVEGANTES, 29 de Novembro de 2012

Resultados

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

Navegantes – SC, 29 de novembro de 2012

EDITAL nº 007/2012- 02/SMEN

Defere e homologa o Resultado Final do Processo de Remoção e Permuta dos ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal de Navegantes.

A Secretaria de Educação defere e homologa o Resultado Final do Processo de Remoção e Permuta dos ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 072 de 08 de janeiro de 2010 que trata do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Navegantes.

Do Deferimento

Pelo presente Edital, ficam Deferidas e homologadas as inscrições do Anexo I, indicadas para a Processo de Remoção e Permuta nos termos do Edital nº. 007/20121/SMEN de 25 de outubro de 2012.

Os servidores relacionados no item 1.1 deste edital, atenderam as indicações do Edital nº. 007/2012/SMEN de 25 de outubro de 2012.

Pelo presente ficam Reprovadas e Homologadas as Inscrições do Anexo II deste Edital, por não classificarem no Concurso de

Alteração de Carga Horária não cumprindo com os critérios do Art. 4 - § 4.3 do Edital nº 007/2012/SMEN de 25 de outubro de 2012.

À Secretaria Municipal de Educação cabe atender aos subitens do Edital nº. 007/2012/SMEN de 25 de outubro de 2012.

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação de comum acordo com seu Departamento Administrativo.

Navegantes (SC), 29 de novembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS ROMÃO CARMONA
Secretário de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

ANEXO I
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome do Requerente	C.H.	Remove da Unidade Escolar	Para Unidade Escolar	Período
Adriane Moreira da Conceição Santana	20	CMEI Prof. ^a Silvete Couto de Miranda	CMEI Prof. ^a Regina Marly da Costa	Ves.
Ana Cristina de Moraes Braz	20	CMEI Prof. ^a Solange Pascuali de Souza	CMEI Pedacinho do Céu	Mat.
Cléia Ramos	20	CMEI Prof. ^a Solange Pascuali de Souza	CMEI Prof. ^a Didymea L. de Oliveira	Ves.
Elza Aniceto da Silva	20	CMEI Prof. ^a Martinha Correia da Silva	CMEI Prof. ^a Marlene de Souza Couto	Ves.
Heloísa Demétrio	20	CMEI Prof. ^a Maria Carlota Vieira	Extensão CMEI Prof. ^a Silvete Couto Miranda	Mat.
Janilce Ortêncio Raulino	20	CMEI Prof. ^a Solange Pascuali de Souza	CMEI Prof. ^a Maria das Neves Emílio	Ves.
Célia Dzin Olegário	20	CMEI Pedacinho do Céu	CMEI Prof. ^a Nerozilda Pinheiro Ferreira	Ves.
João Evangelista Chagas Santos Junior	20	CMEI Prof. ^a Nerozilda Pinheiro Ferreira	CMEI Portal do Saber	Mat.
João Evangelista Chagas Santos Junior	20	CE Prof. ^a Maria de Lourdes Couto Cabral – Creche	CMEI Prof. ^a Nerozilda Pinheiro Ferreira	Ves.
Juçara de Mello	20	CMEI Silvete Couto de Miranda	Extensão CMEI Prof. ^a Silvete Couto de Miranda	Ves.

Kalinka Mette Feyth	20	CMEI Profª. Lenita de Souza Gaya	Extensão CMEI Profª. Silvete Couto de Miranda	Mat.
Leide das Neves Silva	20	CE Profª Maria de Lourdes Couto Cabral – Creche	CMEI Profª. Rosana de Fatima Gaya Barreto	Mat.
Maria Losangela M. do Nascimento	40	CMEI Profª. Rosana de Fatima Gaya Barreto	CMEI Profª. Regina Marly da Costa	m/v
Nome do Requerente	CH	Remove da Unidade Escolar	Para Unidade Escolar	Período
Patricia Cordeiro	20	CMEI Profª. Rosana de Fatima Gaya Barreto	Extensão CMEI Profª. Silvete Couto de Miranda	Ves
Patricia Cordeiro	20	CMEI Profª. Silvete Couto de Miranda	Extensão CMEI Profª. Silvete Couto de Miranda	Mat.
Rosangelei Possamai dos Santos	20	CMEI Profª. Elvira Pierre da Silva	Extensão CMEI Profª. Silvete Couto de Miranda	Ves.
Rosane de Siqueira Prestes	20	E.M. Profª Maria Tereza Leal	CMEI Marlene de Souza Couto	Mat.
Rosemary Cataneo Ferreira	20	CMEI Rosana de Fatima Gaya Barreto	CMEI Profª. Regina Marly da Costa	Mat.
Rosemary Cataneo Ferreira	20	CME Profª. Leonora Schmitz	CMEI Profª. Regina Marly da Costa	Ves.
Silvanete Bezerra de Oliveira	20	CMEI Profª. Nerezilda Pinheiro Ferreira	Extensão CMEI Profª. Silvete Couto de Miranda	Mat.
Silvia Tais Alves Barnosa Silva	20	CMEI Profª. Silvete Couto de Miranda	Pré Escola Profª. Nazir Rodrigues Rebello	Ves.
Sirléia Vieira	20	CMEI Profª. Rosana de Fátima Gaya Barreto	CMEI Profª. Regina Marly da Costa	Mat.
Valcilete Grapp Deola	20	CMEI Profª. Marlene de Souza Couto	CMEI Profª. Maria das Neves Emílio	Mat.

ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO

Nome do Requerente	C.H	Remove da Unidade Escolar	Para Unidade Escolar	Período
Alexandra Rover	40	E.M.Profª. Badia de Faria Araújo	E.M. Profª. Rosa Maria Xavier de Araújo	Mat/vesp
Marcia Terezinha Leal Romão	40	E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos	C.M.E.Profª. Maria Hostim da Costa	Mat/vesp

Rosimare Rosa de Souza	40	E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos	E.M. Profª. Givana Soares da Cunha	Mat/vesp
------------------------	----	---	------------------------------------	----------

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

Nome do Requerente	CH	Remove da Unidade Escolar	Para Unidade Escolar	Horário
MARIZA MARIA AMORIM	40	C.E. Prof.ª Maria de Lourdes Couto Cabral	C.E.M. Profª Giovana Soares da Cunha	M/V

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II

Nome do Requerente	Disciplina	CH	Remove da Unidade Escolar	Para Unidade Escolar	Horário
Carlos Arioli	Ed. Física	20	CMEI Profª. Giovana Soares da Cunha	E.M Profª. Badia de Faria	Ves.
Fabricia Gisele Pereira	História	10	E.M. Profª. Ilka Muller de Mello	E.M. Profª. Neusa Ma Rebello Vieira	Ves.
Iracema Ma dos Santos	Matemática	20	E.M. Profª. Neusa Ma Rebello Vieira	E.M. Profª. Elsir B. Gaya Muller	Mat.
João Edson Fagundes	História	10	E.M. Profª. Maria Tereza Leal	E.M. Profª. Neusa Ma Rebello Vieira	Mat.
Márcia Rubneck Nogara	Artes	20	C.E. Profª. Mª DE Lourdes Couto Cabral	E.M.Profª. MªIvone Muller dos Santos	Mat.
Sirley Cristine Medeiros	Ed. Física	20	E.M. Profª. Mª Ivone Muller dos Santos	CEProfª Mª DE Lourdes Couto Cabral	Mat.
Sueli Couto Fernandes	Língua Portuguesa	20	E.M. Profª. Mª Ivone Muller dos Santos	E.M. Profª. Rosa Ma Xavier de Araújo	Ves.
Vilma Bernardes Silva	Língua Portuguesa	10	E.M. Profª. Vilna Correa Pretti	E.M. Profª. Neusa Ma Rebello Vieira	Ves.

PROCESSO DE PERMUTA- PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Nome do Requerente	Disciplina	CH	Remove da Unidade Escolar	Para Unidade Escolar	Período
--------------------	------------	----	---------------------------	----------------------	---------

Juliana da Silva Juttel	Língua Portuguesa	10	E.M. Profª. Rosa Mª Xavier de Araújo	E.M. Profª Elsir Bernardete Gaya Muller	Ves.
Sueli Couto Fernandes	Língua Portuguesa	10	E.M. Profª Elsir Bernardete Gaya Muller	E.M. Profª Rosa Mª Xavier de Araújo	Ves.

ANEXO II

REPROVADOS – PROFESSORES EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome do Requerente	CH	Remove da Unidade Escolar	Para Unidade Escolar	Parecer
Andrea Geraldo	20	CMEI Profª. Silvette Couto de Miranda	Pré Escola Profª Nazir Rodrigues Rebello	Não atende ao Art.4 § 4.3 item a do Edital 007/2012.
Jaqueline Melies da Conceição	20	CMEI Profª Marlene de Souza Couto	CMEI Profª Nerezilda Pinheiro Ferreira	Não atende ao Art.4 § 4.3 item a do Edital 007/2012
Elisandra Pereira Bento Couto	20	CMEI Portal do Saber	Pré Escola Profª Nazir Rodrigues Rebello	Não atende ao Art.4 § 4.3 item a do Edital 007/2012
Salette de Fátima da Luz Agliardi	20	CEM Profª Bernardete Mª Sedrez da Silva	Pré Escola Profª Nazir Rodrigues Rebello	Não atende ao Art.4 § 4.3 item a do Edital 007/2012

Nova Trento

PREFEITURA

Decreto Nº 123/2012

DECRETO Nº 123 / 2012

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO NÚCLEO COMUNITÁRIO DE DEFESA CIVIL DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PROF. FRANCISCO JOÃO VALLE - "NUDEC ESTUDANTES DA FRANCISCO VALLE".

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, SR. ORIVAN JARBAS ORSI, no uso de suas atribuições e de conformidade com o inciso VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a sétima diretriz da Política Nacional de Defesa Civil "Implementa a interação entre os órgãos do governo e a comunidade especialmente por intermédio das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil - COMDEC ou órgãos correspondentes e dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, com a finalidade de garantir uma resposta integrada de toda a sociedade";

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 2.186, de 16/05/2007, Cria a COMDEC deste município e alterada pela Lei nº 2.470, de 15 de outubro de 2012, que dá nova redação ao Art. 4º, da Lei de criação, estabelece as competências da COMDEC e propõe a

promoção da mobilização comunitária visando à implantação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC's nos bairros e distritos;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer elos formais entre a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC e a população;

CONSIDERANDO a necessidade de participar na construção de mapa de risco e da comunidade, do planejamento e da execução das atividades:

CONSIDERANDO a urgência em se estabelecer canais de formação e informação no tocante a cultura de riscos; DECRETA:
Art. 1º - Fica criado o Núcleo Jovem de Defesa Civil da ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PROF. FRANCISCO JOÃO VALLE, sob a denominação "NUDEC ESTUDANTES DA FRANCISCO VALLE".

Art. 2º - As atividades atinentes ao "NUDEC Estudantes da Francisco Valle" estão relacionadas aquelas que estimulem a criação de uma cultura de riscos, por meio de um

processo de orientação permanente junto à população, tendo como primeiro objetivo a prevenção e minimização dos riscos e desastres nas áreas de maior vulnerabilidade do Município, estabelecendo um elo formal entre o Poder Público e a sociedade.

Art. 3º - Comporão o "NUDEC Estudantes da Francisco Valle" os alunos da 7ª (sétima) série 01, do ensino fundamental da Escola de Ensino Fundamental Prof. Francisco João Valle.

Art. 4º - A primeira diretoria do "NUDEC Estudantes da Francisco Valle" será composta pelos alunos que possuem envolvimento com projetos nas áreas de meio ambiente.

Art. 5º - Ficam nomeados os membros integrantes do "NUDEC Estudantes da Francisco Valle", estando assim constituídos:

I - Diretoria:

- Diretora da Escola: Hindyanara Antunes dos Passos ;
- Professor Responsável: Carlos Roberto Orsi;
- Presidente: Moacir Antonio Facchini;
- Secretária: Bruna Minatti;

II - Membros:

- Aianik Montibeller;
- Alecsandra Tomasi;
- Amanda Vizentainer;
- Bruno Alan Facchini;
- Bruno Scalvin;
- Cassiano Montibeller;
- Daiana de Oliveira Dallabrida;
- Denilson Steinheuser;
- Emanuela Dell'Antonia;
- Francisco Dell'Antonio Neto;
- Geovane Enes dos Santos;
- Jair Jakson Mafra;
- Jaqueline Oliveira Pires;
- Julia Caroline de Cristo Ferreira;
- Lúcia Virginia Dallabrida ;
- Lucas Vili;
- Luiz Alberto Galvan;
- Maicon Abelino Dallabrida;
- Marco Antonio Giacomini;
- Maria Gabriela Dalri;
- Mateus Virgilio Minatti;
- Paola Andressa da Silva;
- Paula Vargas;
- Pedro Paulo Dallabrida;



y) Thais Cristina de Farias;
z) Vitor Hugo Tridapalli;
aa) Vitória Gabriela da Silva;

Art. 6º - Os membros do "NUDEC Estudantes da Francisco Valle" não serão remunerados, sendo as atividades realizadas consideradas de relevância educativa e social, devendo as suas competências respeitar sempre os ditames do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 7º - Após a nomeação, o "NUDEC Estudantes da Francisco Valle" irá elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC,
em 26 de novembro de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio nesta data e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. de Administração e Finanças

Processo Licitatório Nº 093/2012 - PP Nº 057/2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 093/2012 - Pregão Presencial nº 057/2012

Objeto: Aquisição parcelada de ALIMENTOS PARA CRECHES MUNICIPAIS para o ano de 2013, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste PREGÃO.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 14/12/2012 às 14:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 / 3267.3211 - E-mail: compras@nova-trento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Resultado Julgamento Habilitação PL Nº 070/2012
RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2012 - CARTA CONVITE Nº 027/2012-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é a contratação de empresa para Fornecimento de peças e serviços, visando à recuperação da Motoniveladora Dresser nº 11, que apresentou problemas no Diferencial, sendo necessário o seu conserto para continuidade dos serviços, conforme quantitativos e condições, constantes no Anexo II (Relação de Itens da licitação) deste Processo Licitatório. QUE houve a participação das seguintes empresas convidadas: CCM MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA; S.S. MÁQUINAS LTDA - SERMAQ; MAPEL COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA., as quais pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital,

restaram HABILITADAS pela Comissão, quando do julgamento da documentação, estando HABILITADAS para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data.

Novo Horizonte (SC), em 30 de Novembro de 2012
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Resultado Julgamento Proposta PL Nº 070/2012
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2012 - CARTA CONVITE Nº 027/2012-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é a contratação de empresa para Fornecimento de peças e serviços, visando à recuperação da Motoniveladora Dresser nº 11, que apresentou problemas no Diferencial, sendo necessário o seu conserto para continuidade dos serviços, conforme quantitativos e condições, constantes no Anexo II (Relação de Itens da licitação) deste Processo Licitatório, QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA a empresa MAPEL - COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, com valor Global de R\$ 7.188,42 (Sete mil cento e oitenta oito reais e quarenta dois centavos), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte (SC), em 30 de Novembro de 2012
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Palhoça

PREFEITURA

Ato Nº. 453/2012.
ATO Nº. 453/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR JACKSON FELIPE DE ABREU, para ocupar o cargo de Provimento em Co-missão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/12/2012.

Palhoça, SC, em 05 de novembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Ato Nº. 459/2012.
ATO Nº. 459/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JACKSON FELIPE DE ABREU, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Finanças da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.448, de 01 de novembro de 2012, com efeitos a contar de 03/12/2012.

Palhoça, SC, em 28 de novembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 460/2012.
ATO Nº. 460/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO AMABILE BOTELHO GONÇALVES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2012.

Palhoça, SC, em 28 de novembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3151/2012
PORTARIA Nº 3151/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) LUCIANE GENI DA SILVA DE MEDEIROS, Matrícula nº 801660, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3153/2012
PORTARIA Nº 3153/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) LUCIANE ZULMA DA SILVA, Matrícula nº 801685, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3154/2012
PORTARIA Nº 3154/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MÁRCIA ELIA DA COSTA, Matrícula nº 801536, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3155/2012
PORTARIA Nº 3155/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MÁRCIA OSVALDINA DA SILVA, Matrícula nº 801615, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3156/2012
PORTARIA Nº 3156/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MÁRCIA VALDETE DUTRA ALVES, Matrícula nº 801447, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3157/2012

PORTARIA Nº 3157/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARI ALBA ARAUJO SILVA, Matrícula nº 801506, no cargo de A-gente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3158/2012

PORTARIA Nº 3158/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA APARECIDA GARCIA DA SILVA, Matrícula nº 801491, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3159/2012

PORTARIA Nº 3159/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA APARECIDA MARTINS CESCNETTO, Matrícula nº 801175, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3160/2012

PORTARIA Nº 3160/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA CELI DA SILVA SIMONETTI, Matrícula nº 800059, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3161/2012

PORTARIA Nº 3161/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA DA GLORIA MORAIS SILVEIRA, Matrícula nº 800355, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3162/2012

PORTARIA Nº 3162/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA DO ROSARIO BORGES DA ROSA KOCK, Matrícula nº 801482, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3163/2012

PORTARIA Nº 3163/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA ELIZABETE DUARTE FOLSTER, Matrícula nº 801530, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3164/2012

PORTARIA Nº 3164/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA FERNANDA NASCIMENTO DE ALMEIDA, Matrícula nº 801194, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3165/2012

PORTARIA Nº 3165/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA IVONE MARAFIGO VELHO, Matrícula nº 801523, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3166/2012

PORTARIA Nº 3166/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA LUCIA SOARES, Matrícula nº 801458, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3167/2012

PORTARIA Nº 3167/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA MARGARETE DE CAMPOS, Matrícula nº 801503, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3168/2012

PORTARIA Nº 3168/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA ODETE VIEIRA, Matrícula nº 801575, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3169/2012

PORTARIA Nº 3169/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA TERESINHA WEINGARTNER, Matrícula nº 800076, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3170/2012

PORTARIA Nº 3170/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIANA DE SOUZA, Matrícula nº 801526, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3171/2012

PORTARIA Nº 3171/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARILENE FERREIRA FURLANETTO, Matrícula nº 801437, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3172/2012

PORTARIA Nº 3172/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARISA CRISTIANE DE SOUZA, Matrícula nº 801493, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3173/2012

PORTARIA Nº 3173/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARISA NEUBAUER OCAMPOS, Matrícula nº 801077, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3174/2012

PORTARIA Nº 3174/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) LUCIMARA APARECIDA PRIM, Matrícula nº 401008, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº 3175/2012

PORTARIA Nº 3175/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARA RUBIA PIERRI, Matrícula nº 801076, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº 3176/2012

PORTARIA Nº 3176/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA APARECIDA COELHO, Matrícula nº 400042, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº 3177/2012

PORTARIA Nº 3177/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA DAS NEVES SCHMITT, Matrícula nº 400046, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº 3178/2012

PORTARIA Nº 3178/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA DE FÁTIMA FARIAS, Matrícula nº 300125, no cargo de A-gente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº 3179/2012

PORTARIA Nº 3179/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA DO CARMO MIRANDA, Matrícula nº 800068, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº 3180/2012

PORTARIA Nº 3180/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARCIA REGINA DA CONCEIÇÃO, Matrícula nº 300127, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3181/2012
PORTARIA Nº 3181/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA GORETI MOREIRA, Matrícula nº 300126, no cargo de A-gente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 3182/2012
PORTARIA Nº 3182/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA SOUZA DA SILVA, Matrícula nº 100300, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de novembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3183/2012
PORTARIA Nº 3183/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARILU IVETE SAVEDRA BARRETO, Matrícula nº 300121, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3184/2012
PORTARIA Nº 3184/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIDOR PÚBLICO o servidor JOÃO JÚLIO DA ROSA JÚNIOR, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Administração, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para Superintendência da Águas de Palhoça, de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3185/2012.
PORTARIA Nº 3185/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da 30ª. Delegacia Regional de Polícia da Comarca de Palhoça com ônus para origem MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula nº. 800227, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, lotado (a) no (a) Secretaria Educação e Cultura, de acordo com Convênio nº. 9015/2009-8, pelo período de 05/11/2009 a 31/12/2012.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 3152/2012
PORTARIA Nº. 3152/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARIA APARECIDA DOS PASSOS MENDONÇA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 23/11/2012.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3186/2012.
PORTARIA Nº. 3186/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSELI SUELI MARTINS, matrícula nº. 500031, titular do cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/03/2006 a 18/03/2011, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 19/11/2012 à 19/12/2012.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 3187/2012.

PORTARIA Nº. 3187/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MORGANA PAMPLONA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS - II da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/11/2012 a 20/11/2013.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3188/2012.

PORTARIA Nº. 3188/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL - para os servidores abaixo relacionados de acordo com a Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Nome	DE	Para	a contar de
800816	Adriana Judite dos Santos	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	14/10/2011
800789	Alessandra Mendes	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	06/06/2012
800790	Cláudia Schwinden	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	13/06/2012
800776	Cleide Vanusa Netto	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	17/04/2012
800594	Cristina Maria da Silva	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	07/06/2011
800607	Deolinda Pickler Pereira	DOC - 3 - B	DOC - 3 - C	16/01/2012
800792	Dilma Turnes dos Santos	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	14/10/2011
800780	Fabiana Rosalina de Souza Ramos	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	19/08/2011

800246	Janice Maria Martins	DOC - 3 - J	DOC - 3 - K	13/06/2012
800660	Karla da Silva Albino	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	28/07/2011
800815	Lilian Diniz	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	17/10/2011
800197	Lucia Silva Debiasi	PED - 3 - H	PED - 3 - I	14/10/2011
800834	Luciane Marcia da Silveira	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	10/07/2012
800646	Rosemere Maria Espíndola	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	22/09/2012
800820	Sarah Cristina Pflieger	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	01/08/2012
800779	Valdésia de Espíndola	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	21/06/2012

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3189/2012.

PORTARIA Nº. 3189/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LIDIANE MACHADO MENDES, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/11/2012.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3190/2012.

PORTARIA Nº. 3190/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ZENILDE MARIA DE SOUZA, matrícula nº. 300171, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Governo, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/01/2003 a 08/01/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 19/11/2012 à 19/12/2012.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 3191/2012.

PORTARIA Nº. 3191/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NÁDIA MARIA CARDOSO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/11/2012 a 20/11/2013.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3192/2012.

PORTARIA Nº. 3192/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MANOEL CAMPELO BRANDÃO, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2012, para ocupar o cargo de Médico Psiquiatra, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/11/2012 a 12/11/2013.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3193/2012.

PORTARIA Nº. 3193/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARIA APARECIDA DOS PASSOS MENDONÇA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Rio Grande da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 26/11/2012.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3194/2012.

PORTARIA Nº. 3194/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSILDA DOS SANTOS, matrícula nº. 400301, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 30/06/2000 a 30/06/2005, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 26/11/2012 à 26/01/2013.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3195/2012.

PORTARIA Nº. 3195/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DIAN CARLA GONÇALVES, matrícula nº. 500004, titular do cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 25/09/2005 a 25/09/2010, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 26/12/2012 à 26/01/2013.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 3196/2012.

PORTARIA Nº. 3196/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARCIA PAULA TONIN MATOS titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2012.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3197/2012.

PORTARIA Nº. 3197/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ELIANE DE MELO MARCOS, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2012.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3198/2012.

PORTARIA Nº. 3198/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALINE DOS SANTOS FERNANDES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/11/2012 a 20/11/2013.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3199/2012.

PORTARIA Nº. 3199/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DEBORA DE ALMEIDA CORREA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Passa Vinte da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 03/12/2012.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Ata de Registro de Preços Nº084/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º084/2012 do PREGÃO Nº164/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: aquisição de combustível, filtros e lubrificantes. VALOR: R\$ 76.620,80 (setenta e seis mil seiscentos e vinte reais e oitenta centavos). DATA: 31/10/2012 A 30/10/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDADE	VALOR UN
1	Anel de vedação para Carter	UN	6	3,00
2	Bujão de Carter	UN	3	15,00
3	Filtro de ar Fiat/Doblo	UN	3	87,00
4	Filtro ar Fiat/Uno Mille	UN	27	24,00
5	Filtro de combustível Fiat/Doblo	UN	3	23,00
6	Filtro combustível Fiat/Uno Mille	UN	15	23,00
7	Filtro óleo lubrificante Fiat/Doblo	UN	3	27,00
8	Filtro óleo lubrificante Fiat/Uno Mille	UN	27	25,00
9	Fluido freio dot 3500ml	UN	5	15,00
10	Gasolina comum filtrada	LT	26.000	2,719
11	Óleo lubrificante p/ caixa transmissão para veículos	LT	2	17,90
12	Óleo lubrificante p/ motores a gasolina semi-sintético	LT	130	24,60
13	Palheta limpador dianteiro Fiat/Doblo	Par	2	49,00
14	Palheta limpador dianteiro Fiat/Uno Mille	Par	4	38,00
15	Palheta limpador dianteiro Kombi	Par	2	33,00
16	Filtro ar Kombi	UN	2	25,00
17	Filtro combustível Kombi	UN	1	18,00
18	Filtro óleo Kombi	UN	4	23,00
Total do Fornecedor: R\$ 76.620,80				

Ata de Registro de Preços Nº085/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ATA N.º085/2012 do PREGÃO Nº165/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: aquisição de combustível, filtros e lubrificantes. VALOR: R\$ 13.332,90 (treze mil trezentos e trinta e dois reais e noventa centavos). DATA: 08/11/2012 A 07/11/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDADE	VALOR UN
1	Filtro ar Palio Weekend	UN	2	27,00
2	Filtro ar Strada Working	UN	2	27,00
3	Filtro combustível Palio Weekend	UN	1	27,00
4	Filtro combustível Strada Working	UN	1	27,00

5	Filtro óleo Palio Weekend	UN	3	29,00
6	Filtro óleo Strada Working	UN	3	29,00
7	Fluido freio dot 3	UN	1	15,00
8	Óleo lubrificante semi-sintético motores gasolina/álcool	LT	24	24,60
9	Palheta limpador dianteiro Strada Working	UN	1	45,00
10	Palheta limpador dianteiro Palio weekend	UN	1	45,00
11	Palheta limpador traseiro Palio Weekend	UN	1	45,00
12	Gasolina comum filtrada	LT	4.500	2,719
13	Bujão de carter	UN	1	15,00
14	Anel de vedação para Carter	UN	2	3,00
Total do Fornecedor: R\$ 13.332,90				

Ata de Registro de Preços Nº086/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

ATA N.º086/2012 do PREGÃO Nº166/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: aquisição de combustível, filtros e lubrificantes. VALOR: R\$ 16.382,70 (dezesesseis mil trezentos e oitenta e dois reais e setenta centavos). DATA: 08/11/2012 A 07/11/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDAD	VALOR UN
1	Diesel	LT	7.000	2,190
2	Filtro ar Ford/Ranger	UN	3	55,30
3	Filtro combustível Ford/Ranger	UN	2	34,00
4	Filtro óleo lubrificante Ford/Ranger	UN	3	35,00
5	Fluido de freio	UN	1	15,00
6	Líquido conjunto de arrefecimento	LT	6	25,00
7	Óleo motor Ford/Ranger	LT	30	14,50
8	Palheta limpador dianteiro Ford/Ranger	PAR	1	58,80
9	Pastilha de freio Ford/Ranger	JG	1	55,00
Total do Fornecedor: R\$ 16.382,70				

Ata de Registro de Preços Nº087/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º087/2012 do PREGÃO Nº162/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: aquisição de materiais para manutenção da iluminação pública. VALOR: R\$ 200.330,40 (duzentos mil trezentos e trinta reais e quarenta centavos). DATA: 09/11/2012 A 08/11/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDAD	VALOR UN
------	---------------	---------	-------	----------

1	Lâmpada a vapor de sódio em alta pressão bulbo tubular 70w	Pç	3.045	11,20
2	Lâmpada a vapor de sódio em alta pressão 150w	Pç	1.580	21,30
3	Lâmpada a vapor de sódio em alta pressão 250w	Pç	1.440	22,40
4	Lâmpada a vapor de sódio em alta pressão bulbo ovóide 400w	Pç	576	24,90
5	Reator com kit removível inte-grado para lâmpada a vapor 70w	Pç	220	56,70
6	Reator com kit removível para lâmpada a vapor 150w	Pç	160	70,00
7	Reator com kit removível inte-grado para lâmpada a vapor 250w	Pç	644	86,80
8	Reator com kit removível inte-grado para lâmpada a vapor 400w	Pç	80	86,49
Total do Fornecedor: R\$ 200.330,40				

Ata de Registro de Preços Nº088/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º088/2012 do PREGÃO Nº172/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PRO SURF WEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: confecção de uniformes para os agentes de serviços operacionais da rede de ensino. VALOR: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais). DATA: 12/11/2012 A 11/11/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDAD	VALOR UN
1	Confecção de calça em microfibra cor azul royal	Pç	1.000	14,20
2	Confecção de colete em microfibra cor azul Royal	Pç	1.000	11,80
Total do Fornecedor: R\$ 26.000,00				

Ata de Registro de Preços Nº089/2012**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º089/2012 do PREGÃO Nº163/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: aquisição de combustível, filtros e lubrificantes. VALOR: R\$ 1.104.937,00 (um milhão cento e quatro mil novecentos e trinta e sete reais). DATA: 14/11/2012 A 13/11/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDDE	VALOR UN
1	Anel de vedação para Carter	UN	27	3,00
2	Bujão do Carter	UN	11	15,00
3	Filtro combustível Logan/Renault	UN	2	12,20
4	Filtro ar Logan/Renault	UN	3	12,2203
5	Filtro de óleo Logan/Renault	UN	3	13,7478
6	Fluido de freio dot 3 500ml	UN	114	7,6377
7	Gasolina comum filtrada	LT	97.000	2,719
8	Óleo lubrificante p/ caixa de transmissão para veículos gasolina	LT	15	17,90
9	Óleo lubrificante para motores a gasolina	LT	47	24,60
11	Filtro de ar Ford/Fusion	UN	4	31,0598
12	Filtro de óleo lubrificante Ford/Fusion	UN	4	37,1699
13	Filtro de combustível Ford/Fusion	UN	2	43,2801
15	Filtro combustível Fiat Uno Mille Fire	UN	14	11,7111
16	Filtro ar Fiat Uno Mille Fire	UN	18	12,2203
17	Filtro óleo lubrificante Fiat Uno Mille Fire	UN	18	14,7661
18	Óleo lubrificante semi-sintético p/ motores a gasolina/álcool 5000km	LT	144	24,60
19	Óleo lubrificante semi-sintético 500km	LT	12	24,60
20	Bujão de Carter	UN	2	15,00
21	Filtro de ar Fiat Uno Mille fire	UN	9	12,2203
22	Filtro de ar Fiat Doblo 1.8	UN	3	44,2984
23	Filtro de ar Ford Transit	UN	3	48,3718
24	Filtro de combustível Fiat Doblo Motor 1.8	UN	2	11,7111
25	Filtro combustível Fiat Uno Mille Fire	UN	6	11,7111
26	Filtro combustível Ford Transit	UN	2	41,2434
27	Filtro óleo lubrificante Ford Transit	UN	3	41,7525
28	Filtro óleo lubrificante Fiat Uno Mille Fire	UN	9	14,7661
29	Filtro óleo Fiat Doblo	UN	3	13,7478
30	Óleo diesel	LT	4.000	2,190
31	Óleo hidráulico tipo ATF	LT	606	17,90
32	Óleo lubrificante p/ caixa transmissão para veículos a diesel	LT	32	17,90

33	Óleo lubrificante para motores diesel SAE 15w40	LT	2.020	14,50
34	Óleo lubrificante semi-sintético para motores álcool/gasolina 5000km	LT	60	24,60
38	Óleo diesel comum filtrado	LT	275.000	2,190
39	Óleo 2T 500ml	UN	170	10,00
40	Óleo lubrificante mineral para motor gasolina/álcool 5000 km	LT	170	16,40
41	Óleo lubrificante para motor a diesel SAE 20W 50	LT	200	14,50
42	Óleo lubrificante para motor diesel SAE 40	LT	200	13,00
43	Óleo lubrificante p/ caixa de transmissão p/ veículos gasolina/álcool SAE 90	LT	5	17,90
44	Óleo lubrificante p/ caixa transmissão veículos a diesel SAE 140	LT	5	17,90
45	Óleo lubrificante p/ transmissão hidráulico	LT	200	17,90
46	Óleo lubrificante tipo ATF	LT	100	17,90
50	Filtro combustível Ford/Cargo 1421	UN	5	132,3861
51	Filtro combustível Ford F-4000	UN	5	24,9497
52	Filtro combustível Ford/ Courier	UN	5	14,2570
53	Filtro combustível Trator MF 785	UN	5	14,7661
54	Filtro combustível Trator Valtra 275	UN	5	29,0231
55	Filtro combustível retroescava-deira MF 750	Un	5	29,0231
56	Filtro de ar Ford/Cargo 1421	UN	5	89,1060
57	Filtro de ar Ford F-4000	UN	5	37,1699
58	Filtro de ar Ford/ Courier	UN	5	12,2203
59	Filtro de ar Trator MF 785	UN	5	34,6241
60	Filtro de ar trator Valtra 275	UN	5	40,2250
61	Filtro de ar retroescavadeira MF750	UN	5	37,1699
62	Filtro de óleo Ford Cargo 1421	UN	5	90,6336
63	Filtro de óleo lubrificante Ford F-4000	UN	5	25,4589
64	Filtro de óleo lubrificante Ford/Courier	UN	5	12,7294
65	Filtro de óleo trator MF 785	UN	5	35,1332
66	Filtro de óleo trator Valtra 275	UN	5	36,1516
67	Filtro de óleo retroescavadeira MF 750	UN	5	35,1332

68	Filtro separador de água Ford 1421	UN	5	63,6472
69	Graxa	KG	440	10,20
70	Filtro de ar	UN	6	28,1575
71	Filtro de óleo	UN	6	17,8212
72	Filtro de combustível	UN	6	17,3120
74	Detergente automotivo	LT	600	3,70
75	Detergente decapante automotivo	LT	600	3,70
76	Detergente desengra-xante automotivo	LT	600	3,70
77	Disco para tacógrafo	CX	20	42,20
78	Filtro combustível carregadeira W20 Motor Mercedes 1113	UN	6	11,2019
79	Filtro combustível Ford/Cargo 2422	UN	20	132,3861
80	Filtro combustível Ford/Cargo 815	UN	3	132,3861
81	Filtro combustível Ford/Courier	UN	4	14,2570
82	Filtro combustível Patrola 165 S	UN	4	14,7661
83	Filtro combustível Retroescavadeira	UN	26	31,0598
84	Filtro de ar carregadeira W20 Motor Mercedes 1113	UN	6	63,6472
85	Filtro de ar Ford/Courier	UN	4	12,2203
86	Filtro de ar Ford/Cargo 815	UN	3	89,1060
87	Filtro de ar Fiat/Doblo	UN	3	44,2984
88	Filtro de ar Retro JCB	UN	6	25,9680
89	Filtro de ar Patrola 165 S	UN	4	94,7070
90	Filtro de ar Fiat/Siena	UN	3	12,2203
91	Filtro de ar primário BOB CAT	UN	8	78,9225
92	Filtro de ar primário Motoniveladora RG 140B	UN	16	127,2943
93	Filtro de ar primário Escavadeira hidráulica E215B	UN	20	147,6614
94	Filtro de ar primário retroescavadeira LB90/110	UN	16	60,0829
95	Filtro de ar secundário BOB CAT	UN	8	48,3718
96	Filtro de ar secundário Motoniveladora RG 140B	UN	16	46,3351
97	Filtro de ar secundário Escavadeira hidráulica E215B	UN	20	81,4684
98	Filtro de ar secundário Retroescavadeira LB90/110	UN	16	29,0231
99	Filtro de ar Trator MF 86	UN	4	77,3950
100	Filtro de combustível BOB CAT	UN	8	43,2801
101	Filtro de combustível Fiat/Doblo	UN	3	11,7111

102	Filtro de combustível Escavadeira hidráulica E215B	UN	20	90,6336
103	Filtro de combustível Fiat/Siena	UN	3	12,2203
104	Filtro de combustível Motoniveladora RG 140B	UN	16	52,4453
105	Filtro de combustível retro JCB	UN	6	39,7158
106	Filtro de combustível Trator MF86	UN	4	15,7845
107	Filtro de óleo BOB CAT	UN	8	15,7845
108	Filtro de óleo Honda CG 125	UN	2	10,6927
109	Filtro de óleo lubrificante Escavadeira hidráulica E125B	UN	26	66,7022
110	Filtro de óleo lubrificante Moto-niveladora RG 140B	UN	26	51,9361
111	Filtro de óleo lubrificante Fi-at/Doblo	UN	3	13,7478
112	Filtro de óleo lubrificante Retro JCB	UN	6	22,9130
113	Filtro de óleo lubrificante Ford/Courier	UN	4	12,7294
114	Filtro de óleo lubrificante Retroescavadeira LB90/110	UN	26	15,2753
115	Filtro de óleo lubrificante Trator MF 86	UN	4	32,0782
116	Filtro de óleo Fiat/Siena	UN	3	12,7294
117	Filtro de sucção hidráulico Escavadeira hidráulica E215	UN	20	66,1931
118	Filtro de transmissão Motoniveladora RG 140B	UN	6	194,5057
119	Filtro de transmissão Retroescavadeira LB90/110	UN	6	194,5057
120	Filtro hidráulico BOB CAT	UN	8	107,9456
121	Filtro hidráulico Retroescavadeira LB90/110	UN	16	119,6567
122	Filtro de óleo lubrificante Ford/Cargo 815	UN	3	90,6336
123	Filtro de óleo lubrificante carregadeira W20	UN	6	17,8212
124	Filtro de óleo lubrificante Ford/Cargo 2422	UN	40	90,6336
125	Filtro de óleo lubrificante Patrola 165	UN	4	21,8946
126	Filtro respiro reservatório hidráulico Escavadeira hidráulica	UN	20	149,1890
127	Filtro de retorno reservatório hidráulico Escavadeira	UN	20	128,3127
128	Filtro separador água Ford/Cargo Eletrônico	UN	20	63,6472
129	Filtro separador de água Ford/Cargo 815	UN	3	63,6472

130	Filtro separador de água Moto-niveladora RG 140B	UN	26	40,2250
131	Filtro separador de água Retro-escavadeira LB90/110	UN	26	45,3168
132	Filtro torque Retro JCB	UN	6	56,0095
133	Graxa grafitada	KG	510	28,5000
134	Óleo lubrificante hidráulico tipo 68	LT	400	17,60
135	Óleo lubrificante hidráulico THF11	UN	300	17,60
136	Óleo lubrificante mineral classe SAE 20W50	LT	20	16,40
137	Óleo lubrificante mineral p/ motocicleta a gasolina	LT	5	16,50
138	Óleo lubrificante p/ motores diesel SAE 40	LT	200	13,00
139	Óleo lubrificante p/ caixa de transmissão p/ veículos a diesel SAE 140	LT	10	17,90
140	Óleo lubrificante p/ transmissão hidráulico	LT	400	17,90
141	Óleo lubrificante tipo ambra	LT	1.500	23,80
142	Óleo lubrificante W 10	LT	1.400	17,90
147	Pré filtro de combustível p/ escavadeira hidráulica E215B	UN	20	272,00
148	Pré filtro sucção hidráulico Motoniveladora RG 140G	UN	6	159,00
149	Filtro de óleo Ford/Ranger	UN	8	17,8212
150	Filtro de ar Ford Ranger	UN	4	28,1575
151	Filtro combustível Ford Ranger	UN	4	17,8212
Total do Fornecedor: R\$ 1.104.937,00				

Ata de Registro de Preços Nº090/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º090/2012 do PREGÃO Nº177/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: FLAME COMÉRCIO DE GÁS LTDA. OBJETO: aquisição de carga de gás para atender as cozinhas das unidades de ensino. VALOR: R\$ 67.300,00 (sessenta e sete mil e trezentos reais). DATA: 20/11/2012 A 19/11/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UN
1	Carga de gás para cozinha GLP botijão 13 kg	UN	1.000	30,1343
2	Carga de gás para cozinha - GLP botijão 45 kg	UN	300	123,8856
Total do Fornecedor: R\$ 67.300,00				

Ata de Registro de Preços Nº092/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º092/2012 do PREGÃO Nº174/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ANCS INFORMÁTICA LTDA EPP. OBJETO: aquisição de balança para auxiliar as merendeiras nas unidades de ensino. VALOR: R\$ 58.083,25 (cinquenta e oito mil oitenta e três reais e vinte e cinco centavos). DATA: 20/11/2012 A 19/11/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UN
1	Balança eletrônica de plataforma sem coluna	UN	44	1.259,00
2	Balança eletrônica digital	UN	5	537,45
Total do Fornecedor: R\$ 58,083,25				

Ata de Registro de Preços Nº093/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º093/2012 do PREGÃO Nº179/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIAL SUPRI DISTRIBUIDORA LTDA ME. OBJETO: aquisição de equipamentos para atender as necessidades das cozinhas das unidades de ensino. VALOR: R\$ 17.550,00 (dezesete mil quinhentos e cinquenta reais). DATA: 26/11/2012 A 25/11/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UN
1	Freezer horizontal 519L	UN	10	1.755
Total do Fornecedor: R\$ 17.550,00				

Ata de Registro de Preços Nº094/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º094/2012 do PREGÃO Nº179/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: JEFERSON DA SILVEIRA ME. OBJETO: aquisição de equipamentos para atender as necessidades das cozinhas das unidades de ensino. VALOR: R\$ 15.350,00 (quinze mil trezentos e cinquenta reais). DATA: 26/11/2012 A 25/11/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UN
1	Refrigerador duplex	UN	10	1.535
Total do Fornecedor: R\$ 15.350,00				

Ata de Registro de Preços Nº091/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

ATA N.º091/2012 do PREGÃO Nº173/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: RONALDO DA ROSA JR EPP. OBJETO: manutenção das tampas dos bueiros e bocas de lobo das caixas de drenagens pluviais das ruas e avenidas do município. VALOR:

R\$ 225.500,00 (duzentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais).
DATA: 20/11/2012 A 19/11/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDADE	VALOR UN
1	Grelha de ferro padrão PMPUN (60x40) cm		1.000	85,50
2	Tampa de concreto armado (e=10) M² cm e ferro de aço 8,00mm		2.000	70,00
Total do Fornecedor: R\$ 225.500,00				

CÂMARA MUNICIPAL

Projeto de Lei Nº 1.035/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.035/2012.

PROÍBE A NOMEAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA A CANDIDATOS QUE SE ENQUADREM NA LEI DA FICHA LIMPA, LEI COMPLEMENTAR Nº. 135 DE 04 DE JUNHO DE 2010, NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Palhoça/SC, proibido de nomear cargos em comissão e designar funções de confiança a candidatos que estiverem incluídos nas seguintes hipóteses que visam proteger a probidade e a moralidade administrativas:

I - os agentes políticos que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, no período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para a qual tenham sido eleitos;

II - os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da decisão;

III - os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso, do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes de:

a) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;

b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na Lei que regula a falência;

c) contra o meio ambiente e a saúde pública;

d) eleitorais, para os quais a Lei comine pena privativa de liberdade;

e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função

pública;

f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;

h) de redução à condição análoga à de escravo;

i) contra a vida e a dignidade sexual; e

j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

IV - os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 08 (oito) anos;

V - os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da decisão;

VI - os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da decisão;

VII - os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição;

VIII - os agentes políticos que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da renúncia;

IX - os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

X - os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

XI - os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude;

XII - os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

XIII - a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral

pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão;

XIV - os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos.

Parágrafo único. A vedação prevista no inciso III, alínea "a", deste artigo, não se aplica aos crimes culposos, àqueles definidos em Lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada, bem como àqueles que não tiveram enriquecimento ilícito com o ato administrativo praticado.

Art. 2º Ficam vedadas de ocupar os cargos em comissão da Câmara Municipal, incluídos os de assessor parlamentar e de assessor parlamentar de gabinete, todas as pessoas que estiverem incluídas nas situações previstas nos incisos do art. 1º desta LEI.

Art. 3º A seleção de funcionários públicos por via de concurso público reger-se-á por normas próprias, devendo o edital reservar cláusulas de impedimento a candidatos que estiverem incluídos nas situações previstas nos incisos e suas alíneas do art. 1º desta LEI

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.088/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.088/2012.

INSTITUI o serviço público de coleta seletiva dos resíduos secos domiciliares e dá outras providências.

CONSIDERANDO que cabe ao município prover sobre a limpeza do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

CONSIDERANDO que também cabe ao município proteger o meio ambiente e combater a poluição atmosférica, visual, sonora e das águas, bem como outras formas de agressões ao meio ambiente, à saúde e ao bem estar da população (LOM, art. 144);

CONSIDERANDO que também cabe ao município combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (LOM, art.105, VI e VII);

CONSIDERANDO que todos os munícipes têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (LOM, art. 141);

CONSIDERANDO que cabe ao Município implementar política setorial visando à coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos urbanos, com ênfase nos processos que envolvam sua reciclagem (LOM, art. 142, XIV)

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

ARTIGO 1º Para efeito do disposto nesta Lei, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I. Lixo Seco Reciclável: resíduos secos provenientes de residências ou de qualquer outra atividade que gere resíduos com características assemelhadas.

II. Bacias de Captação de Resíduos: parcelas da área urbana municipal, vinculadas aos Pontos de Entrega Voluntária para entrega de pequenos volumes, que serão disponibilizadas aos Grupos de Coleta Seletiva Solidária para a captação de lixo seco reciclável.

III. Pontos de Entrega Voluntária para entrega de pequenos volumes: equipamentos públicos destinados ao recebimento de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, que serão disponibilizados aos Grupos de Coleta Seletiva Solidária para a captação de lixo seco reciclável.

IV. Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária: grupos autogestionários reconhecidos pelos órgãos municipais competentes como formados por munícipes demandatários de ocupação e renda, organizados em Grupos de Coleta Seletiva Solidária com atuação local.

V. Postos de Coleta Solidária: instituições públicas ou privadas (escolas, igrejas, empresas, associações e outras) captadoras do lixo seco reciclável, participantes voluntárias do processo de coleta seletiva solidária estabelecida por esta Lei.

VI. Catadores informais e não organizados: munícipes reconhecidos pelos órgãos municipais competentes como sobreviventes do recolhimento desordenado do lixo seco reciclável.

CAPÍTULO 1

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

ARTIGO 2º Esta lei estabelece as diretrizes municipais para a universalização do acesso ao serviço público de coleta seletiva de lixo seco reciclável de Palhoça, definindo que este será estruturado com:

I. Priorização das ações geradoras de ocupação e renda;

II. Compromisso com ações alteradoras do comportamento dos munícipes perante os resíduos que geram;

III. Incentivo à solidariedade dos munícipes e suas instituições sociais com a ação de associações autogestionárias formadas por munícipes demandatários de ocupação e renda;

IV. Reconhecimento das associações e cooperativas autogestionárias como agentes ambientais da limpeza urbana, prestadores de serviço de coleta de resíduos à municipalidade;

Parágrafo único. Para a universalização do acesso ao serviço os gestores do serviço público de coleta seletiva responsabilizar-se-ão pela eficiência e sustentabilidade econômica das soluções aplicadas.

ARTIGO 3º Os geradores de resíduos domiciliares ou assemelhados são os responsáveis pelos resíduos de suas atividades e pelo atendimento das diretrizes do serviço público de seletiva de lixo seco reciclável, quando usuários da coleta pública.

CAPÍTULO 2

DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA SELETIVA

ARTIGO 4º O serviço público de coleta seletiva de lixo seco reciclável será prestado por cooperativas e associações autogestionárias de catadores.

§ 1º As Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária agregarão ao serviço de coleta seletiva, nas regiões sob sua responsabilidade, programas específicos de informação ambiental voltados aos munícipes atendidos.

§ 2º As Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária poderão, nos Pontos de Entrega Voluntária e nos Galpões de Triagem viabilizados pela administração municipal, utilizar espaços

designados para operacionalização da coleta, triagem e comercialização do lixo seco reciclável oriundo dos domicílios e dos Postos de Coleta Solidária.

§ 3º O serviço de coleta realizado pelas Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária em domicílios e estabelecimentos já atendidos pela coleta convencional será remunerado pelo Poder Público Municipal, por meio do estabelecimento de contratos em conformidade com a legislação federal específica (Art. 24, inciso XXVII, da Lei Federal 8666/1993, na redação que lhe conferiu o Art. 57 da Lei federal 11445/2007).

ARTIGO 5º É responsabilidade da administração municipal a implantação e manutenção da rede de Pontos de Entrega Voluntária e Galpões de Triagem em número e localização adequados ao atendimento universalizado da área urbana do município.

§ 1º A rede de Pontos de Entrega Voluntária e Galpões de Triagem necessária à universalização do serviço de coleta seletiva poderá ser estabelecida pela administração municipal em áreas e instalações:

- I. Públicas;
- II. Cedidas por terceiros;
- III. Locadas entre os imóveis disponíveis no município.

§ 2º A administração municipal cederá o uso dos Pontos de Entrega Voluntária e Galpões de Triagem pelas Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva.

§ 3º A administração municipal fornecerá às Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva materiais para o desenvolvimento contínuo dos programas de informação ambiental voltados aos municípios por elas atendidos.

§ 4º A administração municipal estabelecerá os mecanismos de controle e monitoramento das atividades remuneradas de coleta e informação ambiental desenvolvidas pelas Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva.

ARTIGO 6º É responsabilidade da administração municipal o desenvolvimento de ações inibidoras de práticas não admitidas como:

- I. Ação de catadores informais não organizados;
- II. Ação de sucateiros, ferros-velhos e aparistas financiadores do trabalho de catadores informais;
- III. Armazenamento de resíduos em domicílios, com finalidade comercial ou que propiciem a multiplicação de vetores ou outros animais nocivos à saúde pública.

Parágrafo único. As práticas anunciadas nos incisos I, II e III deste artigo constituem infrações penalizáveis na forma desta lei.

CAPÍTULO 3

DO PLANEJAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA SELETIVA

ARTIGO 7º O planejamento do serviço público de coleta seletiva de lixo seco reciclável será desenvolvido visando a universalização de seu alcance, com a consideração, entre outros, dos seguintes aspectos:

- I. necessário atendimento de todos os roteiros porta-à-porta na área atendida pela coleta regular no município e de todos os Postos de Coleta Solidária estabelecidos nas Bacias de Captação de resíduos;
- II. setorização da coleta seletiva a partir da ação dos Grupos de Coleta e dos Pontos de Entrega Voluntária com uso a eles cedidos;
- III. dimensionamento das metas de coleta e informação ambiental

referenciadas nos setores censitários do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nas áreas de abrangência das unidades de saúde, bem como nas micro áreas de atuação dos agentes de saúde, agentes de controle de vetores, agentes de vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde;

IV. envolvimento dos agentes de saúde, agentes comunitários de saúde e outros agentes inseridos nas políticas municipais intersetoriais, no processo de planejamento, organização de grupos locais e implantação do serviço público de coleta seletiva do lixo seco reciclável.

§ 1º O planejamento do serviço definirá metas incrementais:

I. para os contratos com as Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária;

II. para a implantação da rede de Pontos de Entrega Voluntária e Galpões de Triagem.

§ 2º O planejamento do serviço definirá, em função do avanço geográfico da implantação da coleta seletiva solidária, o desenvolvimento das ações inibidoras das práticas descritas nos incisos I e III do art. 6º.

ARTIGO 8º O planejamento e o controle do serviço público de coleta seletiva serão de responsabilidade da instância de gestão definida no art. 15 desta lei, garantida a plena participação das Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária e de outras instituições sociais envolvidas com a temática.

CAPÍTULO 4

DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

ARTIGO 9º Os contratos estabelecidos com as Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária, para a prestação do serviço público de coleta seletiva de lixo seco reciclável, deverão prever, entre outros, os seguintes aspectos:

- I. A remuneração por tonelagem coletada, referenciada no preço estabelecido para contratos da coleta convencional de resíduos domiciliares, seus ajustes e aditamentos;
- II. O controle contínuo das quantidades coletadas e da quantidade de rejeitos, em obediência às metas traçadas no planejamento do serviço;
- III. A previsão contratual do desenvolvimento, pelos Grupos de Coleta, de trabalhos de informação ambiental compatibilizados com as metas de coleta definidas no planejamento;
- IV. A obrigatoriedade dos cooperados ou associados com a manutenção dos filhos em idade escolar matriculados e freqüentando o ensino regular e com a carteira de vacinação atualizada, de acordo com o calendário básico de vacinas;
- V. O impedimento de contratação da coleta por terceiros e da compra de materiais coletados por terceiros;
- VI. A contratação com dispensa de licitação, nos termos do Art. 57 da Lei federal 11.445/2007.

ARTIGO 10 Visando à universalização do serviço prevista na Lei federal 11.445/2007, fica instituído o FMUCS - Fundo Municipal para Universalização da Coleta Seletiva constituído com as seguintes parcelas do custo de destinação das toneladas de resíduos sólidos domiciliares que deixarem de ser aterradas:

- I. 100% (cem por cento) do custo de destinação final até o atingimento da meta de 10% (dez por cento) de coleta seletiva sobre a massa total de resíduos domiciliares coletada;
- II. 60% (sessenta por cento) do custo de destinação final até o atingimento da meta de 15% (quinze por cento) de coleta seletiva sobre a massa total de resíduos domiciliares coletada;
- III. 40% (quarenta por cento) do custo de destinação final até o atingimento da meta de 20% (vinte por cento) de coleta seletiva

sobre a massa total de resíduos domiciliares coletada;
IV. 20% (vinte por cento) do custo de destinação final até o atingimento da meta de 25% (vinte e cinco por cento) de coleta seletiva sobre a massa total de resíduos domiciliares coletada;
V. 10% (dez por cento) do custo de destinação final após o atingimento da meta de 25% (vinte e cinco por cento) de coleta seletiva sobre a massa total de resíduos domiciliares coletada.

§ 1º Os valores para constituição do fundo municipal anunciado neste artigo estarão referenciados no preço estabelecido nos contratos em vigor, seus ajustes e aditamentos, referentes à destinação final dos resíduos sólidos domiciliares em aterros sanitários.

§ 2º O FMUCS vigorará até o atendimento das seguintes condições:

I. atendimento da totalidade dos domicílios urbanos com o serviço público de coleta seletiva e;

II. adesão de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da totalidade dos domicílios urbanos ao serviço público de coleta seletiva.

§ 3º Todos os investimentos e despesas a serem realizadas com recursos do FMUCS deverão ser aprovados pelo Núcleo de Gestão definido no Art. 15 desta lei.

ARTIGO 11 Será responsabilidade das Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária propiciar:

I. A inclusão dos catadores informais não organizados nos Grupos de Coleta e nos trabalhos desenvolvidos nos Galpões de Triagem;
II. A educação continuada dos seus integrantes e sua capacitação nos aspectos sociais e econômicos.

Parágrafo único. Esta responsabilidade será monitorada pelo Núcleo de Gestão anunciado no Art. 15 desta lei.

ARTIGO 12 As ações das Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária serão apoiadas pelo conjunto dos órgãos da administração pública municipal.

CAPÍTULO 5 DOS ASPECTOS TÉCNICOS

ARTIGO 13 O serviço público de coleta seletiva será implantado e operado em conformidade com as normas e regulamentos técnicos.

§ 1º Os operadores dos Galpões de Triagem deverão promover o manejo integrado de pragas por meio de empresas credenciadas junto à vigilância sanitária.

§ 2º Os contratos estabelecidos com as Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária estabelecerão a obrigatoriedade de existência de assessoria técnica em tempo integral, com formação de nível superior.

ARTIGO 14 As Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária, sob pena de rescisão do contrato, estarão obrigadas a orientar seus cooperados ou associados quanto à proibição de:

I. Uso de procedimentos destrutivos dos dispositivos acondicionadores dos resíduos domiciliares ou assemelhados;

II. Sujar as vias públicas durante a carga ou transporte dos resíduos.

Parágrafo único. As práticas anunciadas nos incisos I e II deste artigo constituem infrações penalizáveis na forma desta lei.

CAPÍTULO 6

DA PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS E AGENTES MUNICIPAIS NO CONTROLE

ARTIGO 15 O serviço público de coleta seletiva será gerido pelo Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos definido nessa lei.

§ 1º O Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos será responsável pela coordenação das ações, integrando-as com outras iniciativas municipais, notadamente as relativas à coleta diferenciada dos resíduos da construção civil e resíduos volumosos.

§ 2º O Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos será regulamentado e implantado por decreto do executivo municipal e deverá incorporar os órgãos municipais responsáveis pelas ações de planejamento, meio ambiente, limpeza urbana, assistência social, políticas para a saúde pública e educação, sob a coordenação do órgão municipal de Palhoça.

§ 3º Estará garantida a plena participação das Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária e de outras instituições sociais envolvidas com a temática, nas reuniões do Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos.

§ 4º O Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos deverá promover seminários semestrais, com divulgação ampla para toda a comunidade e obrigatória para todas as instituições de ensino estabelecidas no município, visando à apresentação dos resultados e metas estabelecidas, e à expansão de parcerias.

CAPÍTULO 7 DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 16 Os estabelecimentos dedicados ao manejo de sucatas, ferros velhos e aparas diversas, terão a concessão de seu alvará de funcionamento condicionada à obtenção de licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Municipal e à apresentação de termo de compromisso do cumprimento das diretrizes definidas em legislação trabalhista.

§ 1º A comprovação de descumprimento da licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Municipal ou do termo de compromisso quanto à legislação trabalhista constituirá motivação suficiente para a cassação do alvará de funcionamento.

§ 2º Os estabelecimentos com alvará de funcionamento prévio à promulgação desta lei deverão obedecer ao disposto no caput deste artigo e em seu parágrafo primeiro, e serão comunicados pela administração municipal para adequação de sua operação, no momento de expansão do serviço público de coleta seletiva para as regiões onde estejam implantados.

§ 3º Os estabelecimentos citados no parágrafo anterior terão prazo máximo de adequação de 60 (sessenta) dias após comunicado da administração municipal.

§ 4º Os operadores dos empreendimentos citados no caput deste artigo e em seus parágrafos deverão promover o manejo integrado de pragas por meio de empresas credenciadas junto à vigilância sanitária.

ARTIGO 17 Os órgãos públicos da administração municipal deverão implantar, em cada uma de suas instalações, procedimentos de coleta seletiva dos resíduos de características domiciliares gerados em suas atividades.

§ 1º Os órgãos públicos deverão indicar, do seu quadro efetivo, em

cada uma de suas instalações, os funcionários responsáveis pela eficiência do procedimento de coleta seletiva.

§ 2º Os resíduos segregados serão destinados exclusivamente às Cooperativas ou Associações de Coleta Solidária prestadoras do serviço público de coleta seletiva de resíduos secos recicláveis.

§ 3º Os órgãos públicos da administração municipal serão comunicados pelo Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos para imediata adequação de seus procedimentos, no momento de expansão do serviço público de coleta seletiva para as regiões onde estejam implantados.

§ 4º O Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos promoverá reuniões centralizadas de orientação à implantação dos procedimentos nos órgãos públicos e destes receberá, na implantação, e semestralmente após o fato, relatórios sintéticos descritivos dos resultados e dos responsáveis em cada uma de suas unidades.

ARTIGO 18 A adoção dos princípios fundamentais anunciados no art. 2º e art. 3º desta lei, não eliminam a possibilidade do desenvolvimento de ações específicas de instituições privadas, com objetivos diferenciados dos estabelecidos para o serviço público de coleta seletiva.

CAPÍTULO 8 FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ARTIGO 19 Cabe aos órgãos de fiscalização do município, no âmbito da sua competência, o cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei e aplicação de sanções por eventual inobservância.

ARTIGO 20 No cumprimento da fiscalização, os órgãos competentes do município devem:

- I. Orientar e inspecionar os geradores, transportadores e receptores de lixo seco reciclável quanto às normas desta Lei;
- II. Vistoriar os veículos cadastrados para o transporte e os equipamentos acondicionadores de resíduos;
- III. Expedir notificações, autos de infração, de retenção e de apreensão;
- IV. Enviar aos órgãos competentes, os autos que não tenham sido pagos, para fins de inscrição na Dívida Ativa.

ARTIGO 21 Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão, praticada a título de dolo ou culpa, que viole as disposições estabelecidas nesta Lei e nas normas dela decorrentes.

ARTIGO 22 Por transgressão do disposto nesta Lei e das normas dela decorrentes, consideram-se infratores:

- I. O proprietário, o locatário ou aquele que estiver, a qualquer título, na posse do imóvel;
- II. O condutor e o proprietário do veículo transportador;
- III. O dirigente legal da empresa transportadora;
- IV. O proprietário, o operador ou responsável técnico da instalação receptora de resíduos.

ARTIGO 23 Considera-se reincidência o cometimento de nova infração dentre as tipificadas nesta Lei, ou de normas dela decorrentes, dentro do prazo de doze meses após a data de aplicação de penalidade por infração anterior.

ARTIGO 24 No caso de os efeitos da infração terem sido sanados pelo Poder Público, o infrator deverá ressarcir os custos incorridos, em dinheiro, ou, a critério da autoridade administrativa, em bens e serviços.

SEÇÃO I PENALIDADES

ARTIGO 25 O infrator está sujeito à aplicação das seguintes penalidades:

- I. Multa;
- II. Suspensão do exercício de atividade por até noventa dias;
- III. Interdição do exercício de atividade;
- IV. Perda de bens.

ARTIGO 26º A pena de multa consiste no pagamento de valor pecuniário definido mediante os critérios constantes do Anexo desta Lei, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas no art. 25.

§ 1º Será aplicada uma multa para cada infração, inclusive quando duas ou mais infrações tenham sido cometidas simultânea ou sucessivamente.

§ 2º No caso de reincidência, o valor da multa será do dobro do previsto no Anexo desta LEI.

§ 3º A quitação da multa, pelo infrator, não o exime do cumprimento de outras obrigações legais nem o isenta da obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente ou a terceiros.

§ 4º A base de cálculo para aplicação da multa será de R\$ 600,00 (seiscentos reais) à R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), definida no Auto de Infração e Multa pelo agente fiscalizador em razão da capacidade econômica do infrator, avaliada em razão de seus sinais exteriores de riqueza especialmente a posse ou a propriedade de bens.

ARTIGO 27 A suspensão do exercício da atividade por até noventa dias será aplicada nas hipóteses de:

- I. Obstaculização da ação fiscalizadora;
- II. Não pagamento da pena de multa em até 120 (cento e vinte) dias após a sua aplicação;
- III. Resistência à apreensão de equipamentos e outros bens.

§ 1º A suspensão do exercício de atividade consiste do afastamento temporário do desempenho de atividades determinadas.

§ 2º A pena de suspensão do exercício de atividade poderá abranger todas as atividades que constituam o objeto empresarial do infrator.

§ 3º A suspensão do exercício de atividade será aplicada por um mínimo de dez dias, com exceção de quando aplicada com fundamento no inciso III do caput, cujo prazo mínimo será de trinta dias.

ARTIGO 28 Se, antes do decurso de um ano da aplicação da penalidade prevista no art. 27, houver cometimento de infração ao disposto nesta Lei, será aplicada a pena de cassação do alvará de funcionamento; caso não haja alvará de funcionamento, será aplicada a pena de interdição do exercício de atividade.

§ 1º A pena de interdição de atividade perdurará por no mínimo dez anos e incluirá a proibição de qualquer das pessoas físicas sócias da empresa infratora desempenhar atividade igual ou semelhante, diretamente ou por meio de outra empresa.

ARTIGO 29 A pena de perda de bens consiste na perda da posse e propriedade de bens antes apreendidos e poderá ser aplicada cumulativamente nas hipóteses de:

- I. Cassação de alvará de funcionamento;
- II. Interdição de atividades;

III. Desobediência à pena de interdição de atividade.

SEÇÃO II PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

ARTIGO 30 A cada infração, ou conjunto de infrações cometidas simultânea ou sucessivamente, será emitido Auto de Infração, do qual constará:

- I. A descrição sucinta da infração cometida;
- II. O dispositivo legal ou regulamentar violado;
- III. A indicação de quem é o infrator e as penas a que estará sujeito;
- IV. As medidas preventivas eventualmente adotadas.

ARTIGO 31 O infrator será notificado mediante a entrega de cópia do Auto de Infração e Multa para, querendo, exercer o seu direito de defesa em 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º Considerar-se-á notificado o infrator mediante a assinatura ou rubrica de seu representante legal, ou de qualquer preposto seu presente no local da infração.

§ 2º No caso de recusa em lançar a assinatura ou rubrica, poderá o agente fiscalizador declarar tal recusa e identificar o notificando por meio da menção a seu documento de identidade; caso inviável a menção ao documento de identidade, deverá descrever o notificado e indicar duas testemunhas idôneas, que comprovem que o notificado teve acesso ao teor do Auto de Infração.

§ 3º No caso de erro ou equívoco na notificação, este será sanado por meio de publicação de extrato do Auto de Infração corrigido na imprensa oficial.

§ 4º A notificação com equívoco ou erro será convalidada e considerada perfeita com a tempestiva apresentação de defesa pelo notificado.

ARTIGO 32 Decorrido o prazo de defesa, o Auto de Infração será enviado à autoridade superior, que poderá confirmá-lo e aplicar as penalidades nele previstas, ou para rejeitá-lo.

§ 1º Caso tenham sido juntados documentos ou informações novas ao Auto de Infração, o infrator será novamente notificado para apresentar defesa.

§ 2º A autoridade superior, caso julgue necessário, poderá realizar instrução, inclusive com realização de perícia e oitiva de testemunhas.

§ 3º A autoridade administrativa poderá rejeitar parcialmente o Auto de Infração, inclusive reconhecendo infração diversa ou aplicando penalidade mais branda.

§ 4º A autoridade administrativa poderá deixar de aplicar penalidade no caso de o infrator não ser reincidente e, ainda, em sua defesa demonstrar que tomou efetivamente todas as medidas a seu alcance para a correção da infração e o cumprimento do disposto nesta LEI.

§ 5º Com a decisão prevista no caput cessarão os efeitos de todas as medidas preventivas.

ARTIGO 33 Da decisão administrativa prevista no art. 32 não caberá recurso administrativo, podendo, no entanto, ser anulada no caso de ofensa ao direito de defesa ou outro vício jurídico grave.

SEÇÃO III MEDIDAS PREVENTIVAS

Art. 34. Sempre que em face da presença da fiscalização a atividade infracional não cessar, ou houver fundado receio de que ela venha a ser retomada, serão adotadas as seguintes medidas preventivas:

- I. Suspensão do exercício de atividade;
- II. Apreensão de bens.

§ 1º As medidas preventivas poderão ser adotadas separadamente ou em conjunto.

§ 2º As medidas preventivas previstas neste artigo poderão ser adotadas também no caso de o infrator não cooperar com a ação fiscalizadora, especialmente impedindo o acesso à locais e documentos, inclusive os de identificação de pessoas físicas ou jurídicas.

§ 3º Os equipamentos apreendidos devem ser recolhidos ao local definido pelo órgão municipal competente; os documentos, especialmente contábeis, ficarão na guarda da Administração ou em instituição bancária.

§ 4º Tendo sido sanada a irregularidade objeto de notificação, o infrator poderá requerer a liberação dos equipamentos ou documentos apreendidos desde que apurados e recolhidos os valores referentes aos custos de apreensão, remoção e guarda.

CAPÍTULO 9 DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 35 O Poder Executivo terá o prazo de até 180 dias, a partir da promulgação desta lei, para a implantação da coleta seletiva de resíduos secos domiciliares.

ARTIGO 36 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

ANEXO

Tabela de multas

Ref.	Art.	Natureza da Infração	Graduação das multas (referências)
I	Art. 3º	Descumprimento das diretrizes para a coleta pública de resíduos	[25%]
II	Art. 6º, I	Coleta não autorizada de resíduos sob responsabilidade pública	[25%]
III	Art. 6º, II	Coleta não autorizada de resíduos sob responsabilidade pública	[100%]
IV	Art. 6º, III	Armazenamento não autorizado de resíduos sob responsabilidade pública	[25%]
V	Art. 13, § 1º	Desconformidade no manejo integrado de pragas	[50%]
VI	Art. 14, I	Destruição de dispositivo acondicionador de resíduos domiciliares	[25%]
VII	Art. 14, II	Sujar via pública na carga ou transporte de resíduos	[25%]
VIII	Art. 16, § 4º	Desconformidade no manejo integrado de pragas	[50%]

[O responsável pela elaboração do projeto de lei deverá definir a base de cálculo e a forma de atualização dos valores para as multas a serem aplicadas.]

Nota: a tabela não inclui as multas e penalidades decorrentes de infrações a outros dispositivos legais.

Projeto de Lei Nº 1.092/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.092/2012.

“Altera Lei nº 3.491, de 20 de junho de 2011. Denomina Via Pública no Município de Palhoça”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal nº 3.491, de 20 de junho de 2011, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada de Servidão Placidino Brasileiro dos Santos, via pública localizada no Bairro Caminho Novo, com extensão de 125 (cento e vinte e cinco) metros e 6,00 (seis) metros de largura, tendo início na Rua Expedicionário Aderbal Correia da Silva.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.103/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.103/2012.

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE SANITÁRIOS PÚBLICOS E BEBEDOUROS D'ÁGUA NAS PRINCIPAIS PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Todas as praças e áreas de lazer já existentes e as futuras que deverão ser implantadas, a partir da presente Lei deverá contar com sanitários públicos e bebedouros, definidas em norma regulamentadora.

Art. 2º A cobrança ou não pela utilização dos respectivos sanitários públicos ficará ao inteiro critério da Administração Municipal.

Parágrafo único. Ocorrendo cobrança, os valores arrecadados, deduzidas as respectivas despesas de manutenção e conservação, deverão ser repassados integralmente a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Energia, Telecomunicações, Transportes e Habitação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.104/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.104/2012.

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE SEMÁFOROS SONOROS PARA TRAVESSIA DE PEDESTRES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Todos os atuais semáforos, bem como, aqueles que vierem a ser instalados, ou substituídos, nas avenidas do Município de Palhoça deverão contar com dispositivos sonoros, a fim de informar os pedestres com deficiência visual sobre o sistema de travessia de pedestres.

Parágrafo único. Os semáforos terão diferenciação sonora, indicando o momento de travessia ou de espera, em ambos os sentidos, para que o pedestre com deficiência visual possa acompanhar as etapas.

Art.2º Os semáforos localizados nas avenidas do município serão distinguidos por pisos construídos em material de textura diferenciada dos já existentes, a fim de indicarem a sua localização aos pedestres com deficiência.

Art.3º A implantação dos dispositivos sonoros será precedida de campanha informativa e educativa destinada a população em geral e aos condutores de veículos em particular.

Art.4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art.5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art.6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.120/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.120/2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Santilha Xavier da Silva.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Santilha Xavier da Silva, via pública localizada no Bairro Aririú, neste Município com extensão de 70,00 (setenta metros) de comprimento e 07 (sete) metros de largura, com início na Rua: Felisberto José da Silva.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.126/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.126/2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Nova Iguaçu.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Rua: Nova Iguaçu, com extensão de 135,00 metros de comprimento por 7,00 metros de largura com início na Rua: João Martins de Souza, via pública localizada no Bairro Pachecos neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.133/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.133/2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Nelci Dias.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão NELCI DIAS, com extensão de 250 metros de comprimento, com 06 metros de largura, tendo início na Rua Januário P. de Lima, via pública localizada no Bairro Pachecos, neste Município de Palhoça.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece a croqui em anexo e certidão de óbito, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.134/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.134/2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Godeardo Plácido Farias.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de

Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Rua: Godeardo Plácido Farias, com extensão de 33,00 metros de comprimento por 7,00 metros de largura, com início na Rua: José Cosme Pamplona, via pública localizada no Bairro Bela Vista, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.135/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.135/2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Evaldo Passig.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada Rua Evaldo Passig, com extensão de aproximadamente 110,00 metros de comprimento e largura de 10 metros, com início na Rua da Olaria, via pública localizada no Loteamento Parque Residencial dos Lagos, identificada como Rua VT - 02, Bairro Aririú, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croquis em anexo, partes integrantes desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.136/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.136/2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Martinho Lutero.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada Rua Martinho Lutero, com extensão de aproximadamente 122 metros de comprimento e largura de 10 metros, com início na Rua da Olaria, via pública localizada no Loteamento Parque Residencial dos Lagos, identificada como Rua VT - 01, Bairro Aririú, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croquis em anexo, partes integrantes desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.137/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.137/2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Teresa Luchtenberg Schütz.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º Fica denominada Rua Teresa Luchtenberg Schütz, com extensão de aproximadamente 96 metros de comprimento e largura de 10 metros, com início na Rua da Olaria, via pública localizada no Loteamento Parque Residencial dos Lagos, identificada como Rua VT-03, Bairro Aririú, neste município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croquis em anexo, partes integrantes desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.140/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.140/2012.

PRODEP. Programa de Fomento Econômico e de Incentivos Fiscais para Empresas do Município de Palhoça. Altera dispositivos do inciso III artigo 5º da Lei 2.460, de 25 de outubro de 2006.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Altera a redação do inciso III do artigo 5º da Lei 2.460, de 25 de outubro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Os créditos decorrentes de Fomento Econômico, de que trata o inciso I do artigo 2º desta Lei, poderão ser utilizados pela pessoa jurídica integrante do Programa para pagamento:

()

III - de taxas e demais tributos municipais, inclusive os que vierem a ser instituídos, relativos ao imóvel objeto do benefício, exceto o IPTU, ITBI e as taxas destinadas ao reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.141/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.141/2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Arthur de Brito.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Rua Arthur de Brito, com extensão de 850,00 metros, via pública situada no Loteamento Élon Camisão Ávila, localizada no Bairro Aririú, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições da Lei nº 3.321, de 9 de julho de 2010.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.142/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.142/2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Mario Cesar da Silveira.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominado de Servidão Mario Cesar da Silveira, com extensão de 262 metros de comprimentos, com 05 metros de largura, tendo como ponto de referência o Viaduto da BR 101 na localidade de Praia de Fora, neste município via pública.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.149/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.149/2012.

DENOMINA PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA. José Orival Goedert.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominado junto a Rua JOSÉ ORIVAL GOEDERT, o prolongamento desta via pública, com extensão de 330 (trezentos e trinta) metros, com 06 (seis) metros de largura, via pública no Bairro Aririú, neste Município.

Parágrafo único. A via pública de que trata o caput foi denominado

através da Lei Municipal nº 2.639, de 09 de agosto de 2007.

Art. 2º A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croquis em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.150/2012

PROJETO DE LEI Nº 1150/2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão: Santa Rosa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Servidão: Santa Rosa via pública localizada no Bairro São Sebastião, neste Município com extensão de 45,00 (Quarenta e Cinco Metros) de Comprimentos e 03 (Três) metros de largura, com início na Rua: Paulo Manoel da Silva.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.151/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.151/2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão: Laudelino Antonio Augusto.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Laudelino Antonio Augusto, com extensão de 95,00 metros de comprimento por 5,00 metros de largura com início na Rua: Francisco Aureliano de Medeiros, via pública localizada no Bairro Jaqueira, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croquis em anexo, partes integrantes desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.154/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.154/2012.

DENOMINA. Rua Laudelino Goulart.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada Rua Laudelino Goulart, com extensão de 140 metros de comprimento e largura de 7 metros, com início na Estrada Geral Praia do Sonho, via pública localizada no Bairro Praia do Sonho.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croquis em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.155/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.155/2012.

DENOMINA VIAS PÚBLICAS. Loteamento Nova Palhoça. Avenida Vidal Procópio Lohn. Avenida Aleixo Alves de Souza.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam denominadas as vias públicas relacionadas abaixo, Loteamento Nova Palhoça, localizado no bairro Rio Grande, neste Município.

I - Rua L1 - Avenida Aleixo Alves de Souza, com extensão de 1.595 metros de comprimento e largura composta por 7,5 metros de pista de rolamento, 7 metros vala de drenagem, 2 metros de canteiro central;

II - Rua T1 - Avenida Vidal Procópio Lohn, com extensão de 1.352 metros de comprimento e largura composta por 8 metros de pista de rolamento e 2 metros de canteiro central.

Parágrafo único. As localizações das referidas vias públicas de que tratam o artigo anterior obedecem croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.157/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.157/2012.

VIA PÚBLICA. Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 1.022, de 25 de maio de 2000, que denomina Servidão Maria José de Melo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 1.022, de 25 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada de SERVIDÃO MARIA JOSÉ DE MELO, Via pública, situada na localidade do ARIRIÚ, Município de Palhoça”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1.160/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.160/2012.

PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA. Altera Lei nº 2.749, de 19 de dezembro de 2007.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 2.749, de 19 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada Rua Vanio Pedro Dutra, com extensão de 350 metros e largura de 7 metros, com início a Rua Maria Leopoldina da Silva, via pública localizada no Bairro Pachecos, neste Município.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 965/2011

PROJETO DE LEI Nº 965/2011.

INSTITUI O FESTIVAL INTERESCOLAR DE MÚSICA POPULAR BRASILEIRA NO MUNICIPIO DE PALHOÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o festival interestelar de música popular brasileira no Município de Palhoça a ser realizado no segundo semestre de cada ano nas escolas do município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.639, de 30 de Novembro de 2012.

LEI Nº 1.639, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE ESTÍMULOS FISCAIS À EMPRESA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 136, de 02 de fevereiro de 2007, e Processo Administrativo de Expediente nº 006/2011: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado, na forma da Lei Complementar Municipal nº 136, de 02 de fevereiro de 2007, a conceder estímulos fiscais à empresa VINHOS DUELO LITDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.679.989/001-76, com sede na Linha Santo Isidoro, Município de Pinheiro Preto.

Parágrafo único. Os incentivos fiscais concedidos dar-se-ão em razão da ampliação de barracão industrial que abrigará novo maquinário, consistente:

I - isenção de 100 % do Imposto Sobre Serviços - ISS incidente sobre a construção de um barracão para abrigar novo maquinário da empresa, num total de 2.641,84 m² de área a ser construída;

II - isenção de taxas e emolumentos incidentes sobre a construção de que trata o inciso I.

Art. 2º A empresa beneficiária, em razão dos incentivos fiscais concedidos, fica obrigada a cumprir os seguintes encargos:

I - concluir a obra no prazo de 6 (seis) meses;

II - gerar no mínimo 10 (dez) novos empregos diretos;

III - aumentar faturamento médio anual.

Art. 3º O valor referente aos estímulos fiscais de que trata esta lei deverão ser restituídos aos cofres públicos nos seguintes casos:

I - deixar de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação dos benefícios, Processo Administrativo Municipal nº 054/2012;

II - prática de sonegação fiscal, fraude ou agressão ambiental;

III - cessação das atividades ou desvio de finalidade;

IV - entrar em processo de falência;

V - extinção ou dissolução da sociedade;

VI - paralisação ou alteração da atividade;

VII - transferir, sem autorização, abandonar ou desativar a unidade.

Parágrafo único. No caso de restituição dos valores correspondentes aos benefícios obtidos através da presente lei, estes deverão ser corrigidos e acrescidos de juros legais desde a data que

deveriam ter sido recolhidos aos cofres públicos.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.640, de 30 de Novembro de 2012.

LEI Nº 1.640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A EFETUAR DESPESAS COM AS COMEMORAÇÕES ALUSIVAS AOS FESTEJOS DE FIM DE ANO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI: Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado, através do Chefe do Poder Executivo, a realizar gastos para execução das seguintes atividades alusivas às comemorações de fim de ano:

I - compra de brinquedos para distribuição às crianças de 0 (zero) a 10 (dez) anos de idade, nos festejos que o Município promoverá alusivos ao natal 2012;

II - compra e distribuição de lanches e refrigerantes para as crianças participantes dos festejos de que trata o inciso anterior;

III - compra de material e despesas com serviços de iluminação, ornamentação da cidade e despesas com ornamentação da noite natalina;

IV - contratação de bandas musicais para animação da noite natalina e festejos do dia 1º de ano;

V - alimentação dos componentes das bandas musicais.

Parágrafo único. Os gastos para os fins do disposto nos artigos 1º e 2º desta lei ficam limitados em R\$ 56.0000,00 (cinquenta e seis mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no atual orçamento e na lei de orçamento de 2013.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.706, de 30 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 3.706, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.546 de 05 de outubro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 91.999,00 (Noventa e um mil, novecentos e noventa e nove reais), para atender a seguinte programação:

02 Poder Executivo

0202 Secretaria de administração e Finanças

0202.04 Administração

0202.04.122 Administração Geral

0202.04.122.0402 Administração Geral

0202.04.122.0402.4004 Manut. das atividades de Sec. De Admin. e Finanças

3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 3.999,00

3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 31.000,00

3191-0000 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo

0206 Secretaria de Transportes e Obras

0206.26 Transporte

0206.26.782 Transporte Rodoviário

0206.26.782.2601 Estradas Vicinais

0206.26.782.2601.4055 Manutenção da Sec. de Transp. e Obras

3190-0000 Aplicações Diretas .R\$ 35.000,00

Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo

0203 Secretaria de Educação e Cultura

0203.13 Cultura

0203.13.392 Difusão Cultural

0203.13.392.1301 Desenvolvimento Cultural

0203.13.392.1301.4042 Manutenção das festividades municipais

3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Ficam anuladas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 91.999,00 (Noventa e um mil, novecentos e noventa e nove reais):

02 Poder Executivo

0202 Sec de Administração e Finanças

0202.23 Comércio e Serviços

0202.23.695 Turismo

0202.23.695.2301 Promoção do Turismo

0202.23.695.2301.4054 Manut. Das atividades voltadas ao Turismo

3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo

0203 Sec. de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.361 Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 Ensino para Todos

0203.12.361.1201.4032 Manut. Das Atividades do ensino fundamental

3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 20.000,00

3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0101

02 Poder Executivo

0203 Sec. de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.364 Ensino Fundamental

0203.12.364.1201 Ensino para Todos

0203.12.364.1201.4035 Apoio ao Ensino Superior

3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo

0203 Sec. de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.365 Ensino Fundamental

0203.12.365.1201 Ensino para Todos

0203.12.365.1201.4037 Manutenção da Educação Infantil
4490-0000 Aplicações Diretas .R\$ 2.000,00
Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo
0203 Sec. de Educação e Cultura
0203.12 Educação
0203.12.365 Ensino Fundamental
0203.12.365.1201 Ensino para Todos
0203.12.365.1201.4038 Manutenção do Transporte Escolar Infantil
3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 3.000,00
Fonte de Recursos 0101

02 Poder Executivo
0203 Sec. de Educação e Cultura
0203.13 Cultura
0203.13.392 Difusão Cultural
0203.13.392.1301 Desenvolvimento Cultural
0203.13.392.1301.3034 Obras na área cultural
4490-0000 Aplicações Diretas .R\$ 4.999,00
Fonte de Recursos 0101

02 Poder Executivo
0206 Sec. de Transportes e Obras
0206.06 Segurança Pública
0206.06.181 Policiamento
0206.06.181.0601 Segurança Municipal
0206.06.181.0601.4008 Manutenção convênio com a polícia militar
4490-0000 Aplicações Diretas .R\$ 6.000,00
Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo
0206 Sec. de Transportes e Obras
0206.06 Segurança Pública
0206.06.181 Policiamento
0206.06.181.0601 Segurança Municipal
0206.06.181.0601.4009 Manutenção do Funmpom
4490-0000 Aplicações Diretas .R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo
0207 Encargos Gerais do Município
0207.28 Encargos Especiais
0207.28.846 Outros Encargos Especiais
0207.28.846.2800 Amortização da Dívida Municipal
0207.28.846.2800.4060 Outras Despesas Correntes
3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 11.000,00
3290-0000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
4690-0000 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto,
30 DE NOVEMBRO DE 2012.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.708 de 30 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 3.708 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da

Lei Municipal nº 1.546 de 05 de outubro de 2011:
DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal da Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

03 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

0301 Fundo Municipal da Saúde
0301.10 Saúde
0301.10.301 Atenção Básica
0301.10.301.1001 Saúde para Todos
0301.10.301.1001.4022 Manutenção Piso de Atenção Básica Variável
3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte 0164.0

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação apurado até 29 de novembro de 2012 na fonte de recursos de Atenção Básica - Cofinanciamento da Atenção Básica Fonte 0164.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,
30 DE NOVEMBRO DE 2012.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.709, de 30 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 3.709, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.546 de 05 de outubro de 2011:
DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 5.745,00 (Cinco mil setecentos e quarenta e cinco reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0203 Secretaria de Educação e Cultura
0203.12 Educação
0203.12.361 Ensino Fundamental
0203.12.361.1201 Ensino para Todos
0203.12.361.1201.4033 Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 5.745,00
Fonte 0122.55

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 5.745,00 (Cinco mil setecentos e quarenta e cinco reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado até 29 de novembro de 2012 na fonte de recursos do Transporte Escolar Estadual

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,
30 DE NOVEMBRO DE 2012.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 381, de 23 de Novembro de 2012
PORTARIA Nº 381, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012
REVOGA LICITAÇÃO Nº 050/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 49 da Lei 8.666/93;

CONSIDERANDO a necessidade de contenção de gastos, tendo em vista o encerramento do exercício financeiro, pois verificando agora os recursos financeiros encontram-se no limite para atender os gastos básicos de manutenção da máquina administrativa, tendo em vista inclusive a redução do repasse do FPM;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n. 101/2000;

CONSIDERANDO que nenhum prejuízo haverá ao interesse público no sentido de referida compra ser realizada no próximo exercício,

RESOLVE:

Art. 1º Revoga a licitação 050/2012, modalidade Pregão Presencial.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto,
23 DE NOVEMBRO DE 2012
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Edital N.º 009/2012
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL N.º 009/2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos, que se encontra em aberto, as inscrições para prova seletiva referente à contratação de servidor em caráter temporário, para função de TELEFONISTA, OPERÁRIO BRAÇAL, MOTORISTA E SERVENTE

Data período da inscrição: 03 A 17/12/2012
Horário: Das 07:30horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas
Local: Setor de Recursos Humanos, na sede do Centro Administrativo, sito na Avenida Marechal Costa e Silva,111, em Pinheiro Preto.
Data da prova: 19/12/2012 às 08:30horas

Centro Administrativo, em 30 de novembro de 2012
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 1.030/2012

DECRETO Nº 1.030, de 28 de novembro de 2012.

Dispõe sobre prorrogação do prazo do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 5º da Lei Municipal nº 3.961, de 14 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º PRORROGA até a data de 28 de dezembro de 2012 o prazo para o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, nas condições constantes dos incisos III, IV, V, VI e VII do artigo 3º, da Lei Municipal nº 3.961, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1322/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.322, de 07 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Andréa Aparecida Bueno da Silva, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1323/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.323, de 07 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Katiane Aparecida Machado, das funções do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.



Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1324/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.324, de 07 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 1.143 de 01 de agosto de 2012, que altera a carga horária da servidora Aline Cristina Colita.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1325/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.325, de 07 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 347 de 01 de fevereiro de 2012, que altera a carga horária da servidora Danieli Katchoroski.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1326/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.326 de 07 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 1.505, de 30 de dezembro de 2011, que concede Função Gratificada à servidora Tatiane Thonia da Luz.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua

assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2012.

Porto União - SC, em 07 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1327/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.327 de 07 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 1.522, de 30 de dezembro de 2011, que concede Função Gratificada à servidora Elizabeth Aparecida Roiek Maciel.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2012.

Porto União - SC, em 07 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1328/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.328, de 07 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 356 de 01 de fevereiro de 2012, que altera a carga horária da servidora Ana Rosa Maria de Agostinho.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1329/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.329, de 07 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 359 de 01 de fevereiro de 2012, que altera a carga horária da servidora Rita de Cássia do

Nascimento Pecharke.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1330/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.330, de 07 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 354 de 01 de fevereiro de 2012, que altera a carga horária da servidora Isabela de Fátima Machado.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1331/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.331 de 09 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Elisangela Aparecida Zaboroski de Paula, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Programa Ler é Legal), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1332/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.332, de 09 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REDUZIR, a carga horária de 40 horas semanais para 20 horas semanais, da servidora Denise Tandler dos Santos.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1333/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.333, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Soely Terezinha de Freitas, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1334/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.334, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REDUZIR, a carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais para 15 (quinze) horas semanais, alterada pela Portaria nº 327 de 01 de fevereiro de 2012, do servidor efetivo Neylton Lucas de Melo ocupante do cargo de Médico (Clínica Geral).

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 12 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1335/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.335 de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REDUZIR, a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para 15 (quinze) horas semanais, alterada pela Portaria nº 372 de 09 de março de 2011, do servidor efetivo Dércio Luis Kliemann, ocupante do cargo de Médico (Clínica Geral).

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 12 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1336/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.336, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 1.530, de 30 de dezembro de 2011, que concede Função Gratificada ao servidor Cecil Laureano Leme.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1337/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.337, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 711, de 02 de abril de 2012, que concede Função Gratificada a servidora Suzana Fátima Bannak.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1338/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.338, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 1.528, de 30 de dezembro de 2011, que concede Função Gratificada ao servidor Simão Ilczyszyn.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1339/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.339, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 710, de 02 de abril de 2012, que concede Função Gratificada à servidora Odete Terezinha Diniz Roiek.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1340/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.340, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 1.529, de 30 de dezembro de 2011, que concede Função Gratificada ao servidor Octávio Coas.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1341/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.341, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 017, de 02 de janeiro de 2012, que concede Função Gratificada à servidora Nilza Custódio Michelotto.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1342/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.342, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 021, de 02 de janeiro de 2012, que concede Função Gratificada à servidora Maria Luciana Sidor.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1343/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.343, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 020, de 02 de janeiro de 2012, que concede Função Gratificada à servidora Maria Inês Stonoga Zielinski.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1344/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.344, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 019, de 02 de janeiro de 2012, que

concede Função Gratificada à servidora Maria Cristina Gan.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1345/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.345, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 016, de 02 de janeiro de 2012, que concede Função Gratificada à servidora Márcia Aparecida Baggio Caus.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1346/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.346, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 1.526, de 30 de dezembro de 2011, que concede Função Gratificada à servidora Ilse Aparecida Simioni.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1347/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.347, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 712, de 02 de abril de 2012, que

concede Função Gratificada à servidora Gláucia Bendlin de Camargo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1348/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.348, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 015 de 02 de janeiro de 2012, que concede Função Gratificada à servidora Eliane Maria Schneck Bortolon.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1349/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.349, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 1.527 de 30 de dezembro de 2011, que concede Função Gratificada à servidora Eliane Bradoski dos Santos.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1350/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.350, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 1.210, de 17 de setembro de 2012, que altera a carga horária da servidora Mara Clei Marschalk Puff.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1351/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.351, de 12 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do professor contratado Alexandre Farber Sucharski, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 12 a 26 de novembro de 2012, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Cladian Reisdorfer que continua afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 12 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1352/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.352, de 14 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 14 de novembro de 2012, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município e Artigo 4º do Decreto 668/2011, ao servidor Osni José Borges de Camargo, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1353/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.353 de 19 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Lúcia Paolyck, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 01 de novembro a 20 de dezembro de 2012, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2012.

Porto União, SC em 19 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1354/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.354 de 19 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Deizi Carla Drosdoski Amaro, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 01 de novembro a 20 de dezembro de 2012, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo Educacional da Lança.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2012.

Porto União, SC em 19 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1355/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.355, de 19 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20722007.1.00127/00-3, datada de 13 de setembro de 2012, da Servidora EUNICE ZAKIA AYRES DOMIT, que ocupa o cargo de Agente Educacional, pertencente ao Grupo Ocupacional Isolado em Extinção - GIE, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 2.113 dias, ou seja, 05 (cinco) anos, 09 (nove) e 18 (dezoito) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme abaixo discriminado:

Período	Empregador	Tempo de contribuição
- 01/11/1988 31/10/1989	a - Eunisse Ayres Domit	01a 00m 00d
- 02/04/1990 19/01/1995	a - Prefeitura Municipal de Porto União	04a 09m 18d

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1356/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.356 de 20 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor Odair Borges Muniz, protocolado em 23 de outubro de 2012, com opção expressa de permanecer em atividade laborativa, embora já tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária integral;

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS e a Portaria de Averbação nº 1.285 de 01 de novembro de 2012 do referido servidor;

CONSIDERANDO parecer Jurídico desta Municipalidade, opinando pelo deferimento do pedido do servidor;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ABONO DE PERMANENCIA a partir de 23 de outubro de 2012, ao servidor ODAIR BORGES MUNIZ, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, nos termos da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003 e Lei Municipal nº 3.079, de 06/07/2005, observado o Decreto Municipal nº 687 de 18 de novembro de 2011.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua

assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 23 de outubro de 2012.

Porto União - SC, em 20 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1357/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.357, de 20 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Suellen Cristine Bacci, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1358/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.358, de 21 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20722007.1.00016/97-0, datada de 20 de novembro de 2012, da servidora SUELY APARECIDA POFAHL, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 4.392 dias, ou seja, 12 (doze) anos, 00 (zero) e 12 (doze) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme abaixo discriminado:

Período	Empregador	Tempo de contribuição
- 10/01/1976 16/04/1977	a- A. Passos Cia Ltda	01a 03m 07d
- 21/08/1989 21/12/1989	a- Prefeitura Municipal de Porto União	00a 04m 01d
- 15/03/1990 19/01/1995	a- Prefeitura Municipal de Porto União	04a 10m 05d
- 01/04/1970 31/12/1971	a- Hans Hirzinger Padaria e Confeitaria Glória	01a 09m 00d
- 02/01/1972 31/10/1975	a- Adilson Wengerkiewicz	03a 09m 29d

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1359/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.359, de 21 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Jane Alcione Pitz Gregolin, das funções do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de novembro de 2012.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1360/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.360, de 22 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 22 de novembro a 20 de dezembro de 2012, o Contrato de Trabalho nº 185/2012, de 24 de setembro de 2012, de Janete Fernandes, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Rosane da Silva Derengoski que continua afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 22 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1361/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.361, de 23 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Alcione Aparecida Húpalo, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 23 de novembro a 05 de dezembro de 2012, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Leonilda Blaskowski que se continua afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 23 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1362/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.362, de 30 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 475, de 07 de março de 2012, que altera a carga horária do servidor Alfredo Oscar Koch.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1363/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.363, de 30 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Vanessa Witiuk Ferreira, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC 30 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1364/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.364, de 30 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Marli Teresinha Zanella Pleczak, das funções do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC 30 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Termo de Revogação do Pregão Presencial 078/2012

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 136/2012

Pregão Presencial 078/2012

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993, tendo em vista que a mesma deu-se deserta, conforme ata do pregoeiro e equipe de apoio.

Porto União SC, 28 de Novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal



Republicação RREO Anexos RREO I - II - X e XVI 5º Bim 2012
REPUBLICAÇÃO RREO ANEXOS RREO I - II - X E XVI 5º BIM 2012

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.915.000,00	54.915.000,00	8.489.154,12	15,46	45.589.392,81	83,02	9.325.607,19
RECEITAS CORRENTES	50.577.000,00	50.577.000,00	7.892.566,62	15,61	42.103.807,56	83,25	8.473.192,44
RECEITA TRIBUTARIA	7.465.000,00	7.465.000,00	906.475,24	12,14	6.087.023,43	81,54	1.377.976,57
IMPOSTOS	5.300.000,00	5.300.000,00	641.280,15	12,10	4.476.800,50	84,47	823.199,50
TAXAS	2.120.000,00	2.120.000,00	265.195,09	12,51	1.610.222,93	75,95	509.777,07
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.540.000,00	2.540.000,00	602.699,19	23,73	2.574.314,16	101,35	-34.314,16
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.000.000,00	2.000.000,00	500.074,23	25,00	2.096.437,21	104,82	-96.437,21
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	540.000,00	540.000,00	102.624,96	19,00	477.876,95	88,50	62.123,05
RECEITA PATRIMONIAL	2.860.000,00	2.860.000,00	1.034.346,78	36,17	6.078.896,30	212,55	-3.218.896,30
RECEITAS IMOBILIARIAS	5.000,00	5.000,00	1.805,00	36,10	19.605,75	392,12	-14.605,75
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.855.000,00	2.855.000,00	1.032.541,78	36,17	6.059.290,55	212,23	-3.204.290,55
RECEITA DE SERVIÇOS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.457.000,00	35.457.000,00	5.001.602,64	14,11	26.089.528,02	73,58	9.367.471,98
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.463.000,00	34.463.000,00	5.001.602,64	14,51	25.257.054,18	73,29	9.205.945,82
Transf. de Conv.	994.000,00	994.000,00	0,00	0,00	832.473,84	83,75	161.526,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.243.000,00	2.243.000,00	347.442,77	15,49	1.274.045,65	56,80	968.954,35
Multas e Juros de Mora	490.000,00	490.000,00	86.191,20	17,59	427.025,85	87,15	62.974,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	157.261,89	196,58	207.181,14	258,98	-127.181,14
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	900.000,00	900.000,00	45.401,65	5,04	361.492,88	40,17	538.507,12
RECEITAS DIVERSAS	773.000,00	773.000,00	58.588,03	7,58	278.345,78	36,01	494.654,22
RECEITAS DE CAPITAL	4.338.000,00	4.338.000,00	596.587,50	13,75	3.485.585,25	80,35	852.414,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	666.000,00	666.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	666.000,00	666.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	35.381,43	176,91	106.820,24	534,10	-86.820,24
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	35.381,43	0,00	106.820,24	0,00	-106.820,24
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.652.000,00	3.652.000,00	561.206,07	15,37	3.378.765,01	92,52	273.234,99
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	47.000,00	47.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.605.000,00	3.605.000,00	561.206,07	15,57	3.378.765,01	93,72	226.234,99
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.915.000,00	1.915.000,00	413.542,16	21,59	1.779.452,92	92,92	135.547,08
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.750.000,00	1.750.000,00	413.542,16	23,63	1.768.335,06	101,05	-18.335,06
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.750.000,00	1.750.000,00	413.542,16	23,63	1.768.335,06	101,05	-18.335,06
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.750.000,00	1.750.000,00	413.542,16	23,63	1.768.335,06	101,05	-18.335,06
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	11.117,86	6,74	153.882,14

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.915.000,00	1.915.000,00	413.542,16	21,59	1.779.452,92	92,92	135.547,08
ALIENAÇÃO DE BENS	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	11.117,86	6,74	153.882,14
Alienação de Outros Bens Imóveis	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	11.117,86	6,74	153.882,14
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	56.830.000,00	56.830.000,00	8.902.696,28	15,67	47.368.845,73	83,35	9.461.154,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	56.830.000,00	56.830.000,00	8.902.696,28	15,67	47.368.845,73	83,35	9.461.154,27
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	56.830.000,00	56.830.000,00	8.902.696,28	15,67	47.368.845,73	83,35	9.461.154,27
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.193.893,73	—	—	2.193.893,73	—	—
Superávit Financeiro	—	2.193.893,73	—	—	2.193.893,73	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.876.000,00	5.652.293,40	60.528.293,40	7.610.295,07	40.608.302,50	7.451.334,60	39.394.786,68	65,08	21.133.506,72
DESPESAS CORRENTES	38.855.542,00	3.679.719,39	42.535.261,39	6.248.470,85	32.507.183,62	6.143.708,64	31.688.552,40	74,50	10.846.708,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.466.230,00	2.713.811,00	24.180.041,00	3.623.208,76	19.392.697,03	3.671.669,75	19.379.990,62	80,15	4.800.050,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	320.000,00	-100.000,00	220.000,00	17.176,07	120.852,14	17.176,07	120.852,14	54,93	99.147,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.069.312,00	1.065.908,39	18.135.220,39	2.608.086,02	12.993.634,45	2.454.862,82	12.187.709,64	67,20	5.947.510,75
DESPESAS DE CAPITAL	14.845.458,00	1.972.574,01	16.818.032,01	1.361.824,22	8.101.118,88	1.307.625,96	7.706.234,28	45,82	9.111.797,73
INVESTIMENTOS	14.275.458,00	1.930.574,01	16.206.032,01	1.265.805,29	7.573.117,64	1.211.607,03	7.178.233,04	44,29	9.027.798,97

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.876.000,00	5.652.293,40	60.528.293,40	7.610.295,07	40.608.302,50	7.451.334,60	39.394.786,68	65,08	21.133.506,72
INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	-18.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	550.000,00	60.000,00	610.000,00	96.018,93	528.001,24	96.018,93	528.001,24	86,56	81.998,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.175.000,00	0,00	1.175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.175.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.954.000,00	192.000,00	2.146.000,00	315.635,10	1.715.501,77	358.366,68	1.715.501,77	79,94	430.498,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.954.000,00	192.000,00	2.146.000,00	315.635,10	1.715.501,77	358.366,68	1.715.501,77	79,94	430.498,23
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	56.830.000,00	5.844.293,40	62.674.293,40	7.925.930,17	42.323.804,27	7.809.701,28	41.110.288,45	65,59	21.564.004,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	56.830.000,00	5.844.293,40	62.674.293,40	7.925.930,17	42.323.804,27	7.809.701,28	41.110.288,45	65,59	21.564.004,95
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	6.258.557,28	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	56.830.000,00	5.844.293,40	62.674.293,40	7.925.930,17	42.323.804,27	7.809.701,28	47.368.845,73	65,59	21.564.004,95

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.746.107,25

FONTE:

PORTO UNIAO, 29/11/2012

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILII

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.876.000,00	60.528.293,40	7.610.295,07	40.608.302,50	7.451.334,60	39.394.786,68	95,83	65,08	21.133.506,72
Legislativa	1.970.000,00	1.970.000,00	187.519,33	1.068.412,10	199.432,90	1.068.412,10	2,60	54,23	901.587,90
Ação Legislativa	1.970.000,00	1.970.000,00	187.519,33	1.068.412,10	199.432,90	1.068.412,10	2,60	54,23	901.587,90
Administração	3.881.000,00	3.919.000,00	501.087,43	2.871.118,82	499.714,15	2.864.160,47	6,97	73,08	1.054.839,53
Planejamento e Orçamento	310.000,00	280.000,00	40.390,21	203.838,61	40.346,92	203.675,42	0,50	72,74	76.324,58
Administração Geral	2.971.000,00	3.059.000,00	370.504,24	2.200.757,93	369.414,25	2.194.202,77	5,34	71,73	864.797,23
Administração Financeira	600.000,00	580.000,00	90.192,98	466.522,28	89.952,98	466.282,28	1,13	80,39	113.717,72
Defesa Nacional	8.000,00	8.000,00	0,00	903,65	0,00	903,65	0,00	11,30	7.096,35
Defesa Terrestre	8.000,00	8.000,00	0,00	903,65	0,00	903,65	0,00	11,30	7.096,35
Segurança Pública	472.000,00	646.664,87	144.888,29	489.186,94	54.239,23	380.948,09	0,93	58,91	265.716,78
Policiamento	34.000,00	44.000,00	3.092,89	18.249,89	2.491,89	17.249,89	0,04	39,20	26.750,11
Defesa Civil	438.000,00	602.664,87	141.795,40	470.937,05	51.747,34	363.698,20	0,88	60,35	238.966,67
Assistência Social	2.328.812,00	2.578.117,48	436.820,86	1.780.588,26	450.146,17	1.717.270,90	4,18	66,61	860.846,58
Assistência à Criança e ao Adolescente	162.000,00	172.000,00	24.190,80	112.593,34	20.198,26	108.520,90	0,26	63,09	63.479,10
Assistência Comunitária	1.621.000,00	1.954.459,45	317.978,90	1.324.331,13	306.846,99	1.285.389,10	3,13	65,77	669.070,35
Alimentação e Nutrição	545.812,00	451.658,03	94.651,16	343.663,79	123.100,92	323.360,90	0,79	71,59	128.297,13
Previdência Social	5.265.000,00	5.265.000,00	302.526,90	1.051.645,88	301.367,88	1.050.255,82	2,55	19,95	4.214.744,18
Previdência do Regime Estatutário	5.265.000,00	5.265.000,00	302.526,90	1.051.645,88	301.367,88	1.050.255,82	2,55	19,95	4.214.744,18
Saúde	9.820.200,00	11.910.494,00	1.435.334,44	9.566.175,13	1.325.273,72	8.906.808,90	21,67	74,78	3.003.685,10
Atenção Básica	6.632.200,00	8.240.799,00	967.943,57	7.130.216,36	915.116,87	6.651.409,42	16,18	80,71	1.589.389,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.883.000,00	3.281.298,00	412.730,81	2.239.598,98	384.205,38	2.116.343,32	5,15	64,50	1.164.954,68
Vigilância Sanitária	163.000,00	190.317,00	5.673,45	98.147,82	8.342,42	81.578,13	0,20	42,86	108.738,87
Vigilância Epidemiológica	142.000,00	198.080,00	48.986,61	98.211,97	17.609,05	57.478,03	0,14	29,02	140.601,97
Educação	10.050.238,00	11.733.202,05	1.732.629,51	9.537.985,06	1.780.884,20	9.414.837,57	22,90	80,24	2.318.364,48
Ensino Fundamental	6.540.238,00	7.348.843,04	1.110.519,84	6.434.752,32	1.157.801,14	6.319.012,22	15,37	85,99	1.029.830,82
Educação Infantil	3.110.000,00	4.230.359,01	612.257,83	3.020.372,02	613.231,22	3.012.964,63	7,33	71,22	1.217.394,38
Educação de Jovens e Adultos	400.000,00	154.000,00	9.851,84	82.860,72	9.851,84	82.860,72	0,20	53,81	71.139,28
Cultura	270.000,00	194.000,00	23.756,30	90.542,59	16.212,07	73.994,15	0,18	38,14	120.005,85
Difusão Cultural	270.000,00	194.000,00	23.756,30	90.542,59	16.212,07	73.994,15	0,18	38,14	120.005,85
Urbanismo	6.825.000,00	7.458.335,00	1.002.515,83	5.424.265,91	979.547,45	5.383.431,89	13,10	72,18	2.074.903,11
Infra-Estrutura Urbana	4.605.000,00	5.421.335,00	607.574,68	3.775.001,07	606.817,86	3.762.417,55	9,15	69,40	1.658.917,45

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.876.000,00	60.528.293,40	7.610.295,07	40.608.302,50	7.451.334,60	39.394.786,68	95,83	65,08	21.133.506,72
Urbanismo	6.825.000,00	7.458.335,00	1.002.515,83	5.424.265,91	979.547,45	5.383.431,89	13,10	72,18	2.074.903,11
Serviços Urbanos	1.920.000,00	1.902.000,00	369.202,62	1.555.442,73	344.111,06	1.527.192,23	3,71	80,29	374.807,77
Lazer	300.000,00	135.000,00	25.738,53	93.822,11	28.618,53	93.822,11	0,23	69,50	41.177,89
Habitação	2.220.000,00	2.220.000,00	0,00	34.962,38	0,00	34.962,38	0,09	1,57	2.185.037,62
Habitação Urbana	2.220.000,00	2.220.000,00	0,00	34.962,38	0,00	34.962,38	0,09	1,57	2.185.037,62
Saneamento	680.000,00	1.062.000,00	283.940,90	466.161,57	309.729,40	466.050,07	1,13	43,88	595.949,93
Saneamento Básico Urbano	680.000,00	1.062.000,00	283.940,90	466.161,57	309.729,40	466.050,07	1,13	43,88	595.949,93
Gestão Ambiental	260.000,00	110.000,00	0,00	29.387,46	15.462,00	29.387,46	0,07	26,72	80.612,54
Preservação e Conservação Ambiental	200.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Recursos Hídricos	60.000,00	60.000,00	0,00	29.387,46	15.462,00	29.387,46	0,07	48,98	30.612,54
Agricultura	710.000,00	1.145.250,00	120.862,95	1.022.529,41	125.711,52	1.004.847,84	2,44	87,74	140.402,16
Promoção da Produção Vegetal	700.000,00	1.135.250,00	120.862,95	1.022.529,41	125.711,52	1.004.847,84	2,44	88,51	130.402,16
Abastecimento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Indústria	810.000,00	733.000,00	169.266,46	486.801,03	112.823,96	424.388,63	1,03	57,90	308.611,37
Promoção da Produção Vegetal	130.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
Promoção Industrial	150.000,00	105.000,00	31.587,71	72.009,79	8.787,71	49.209,79	0,12	46,87	55.790,21
Produção Industrial	530.000,00	538.000,00	137.678,75	414.791,24	104.036,25	375.178,84	0,91	69,74	162.821,16
Comunicações	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Telecomunicações	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Energia	145.000,00	145.000,00	18.254,02	68.244,02	18.254,02	68.244,02	0,17	47,06	76.755,98
Energia Elétrica	145.000,00	145.000,00	18.254,02	68.244,02	18.254,02	68.244,02	0,17	47,06	76.755,98
Transporte	5.021.750,00	4.873.750,00	673.570,12	3.601.986,37	655.972,71	3.564.982,75	8,67	73,15	1.308.767,25
Transporte Rodoviário	5.021.750,00	4.873.750,00	673.570,12	3.601.986,37	655.972,71	3.564.982,75	8,67	73,15	1.308.767,25
Desporto e Lazer	1.205.000,00	1.608.000,00	153.749,28	845.666,98	233.811,31	838.714,85	2,04	52,16	769.285,15
Desporto Comunitário	1.205.000,00	1.608.000,00	153.749,28	845.666,98	233.811,31	838.714,85	2,04	52,16	769.285,15
Encargos Especiais	2.929.000,00	2.943.480,00	423.572,45	2.171.738,94	372.751,91	2.102.185,14	5,11	71,42	841.294,86
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	290.000,00	390.000,00	43.786,87	266.155,06	43.786,87	266.155,06	0,65	68,24	123.844,94
Refinanciamento da Dívida Interna	870.000,00	830.000,00	113.195,00	648.853,38	113.195,00	648.853,38	1,58	78,18	181.146,62
Outros Encargos Especiais	1.769.000,00	1.723.480,00	266.590,58	1.256.730,50	215.770,04	1.187.176,70	2,89	68,88	536.303,30

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.954.000,00	2.146.000,00	315.635,10	1.715.501,77	358.366,68	1.715.501,77	4,17	79,94	430.498,23
Legislativa	10.000,00	10.000,00	3.058,32	3.058,32	3.058,32	3.058,32	0,01	30,58	6.941,68
Ação Legislativa	10.000,00	10.000,00	3.058,32	3.058,32	3.058,32	3.058,32	0,01	30,58	6.941,68
Previdência Social	50.000,00	50.000,00	1.914,99	6.504,21	1.914,99	6.504,21	0,02	13,01	43.495,79
Previdência do Regime Estatutário	50.000,00	50.000,00	1.914,99	6.504,21	1.914,99	6.504,21	0,02	13,01	43.495,79
Saúde	470.000,00	510.000,00	65.602,77	442.028,62	108.334,35	442.028,62	1,08	86,67	67.971,38
Atenção Básica	410.000,00	450.000,00	65.449,97	441.363,22	108.181,55	441.363,22	1,07	98,08	8.636,78
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.000,00	30.000,00	152,80	665,40	152,80	665,40	0,00	2,22	29.334,60
Vigilância Epidemiológica	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Educação	824.000,00	976.000,00	148.956,01	750.399,16	148.956,01	750.399,16	1,83	76,89	225.600,84
Ensino Fundamental	504.000,00	706.000,00	139.111,10	563.486,18	139.111,10	563.486,18	1,37	79,81	142.513,82
Educação Infantil	300.000,00	250.000,00	9.844,91	186.912,98	9.844,91	186.912,98	0,45	74,77	63.087,02
Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Encargos Especiais	600.000,00	600.000,00	96.103,01	513.511,46	96.103,01	513.511,46	1,25	85,59	86.488,54
Outros Encargos Especiais	600.000,00	600.000,00	96.103,01	513.511,46	96.103,01	513.511,46	1,25	85,59	86.488,54
TOTAL (III) = (I + II)	56.830.000,00	62.674.293,40	7.925.930,17	42.323.804,27	7.809.701,28	41.110.288,45	100,00	65,59	21.564.004,95

FONTE:

PORTO UNIAO, 29/11/2012

RENATO STASIAK	RICARDO DRAGONI	SOFIA SYDOL	DINARTE RIBEIRO GUEDES NET
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIO DE FINANÇAS E C	CONTADORA - CRC/SC 14640/0-4	ANALISTA CONTR INTERNO CRF

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.050.000,00	6.050.000,00	709.127,76	5.006.592,03	82,75
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.440.000,00	3.440.000,00	296.747,56	3.013.105,11	87,59
1.1.1- IPTU	2.800.000,00	2.800.000,00	234.317,63	2.537.929,50	90,64
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	100.000,00	100.000,00	8.869,84	28.059,22	28,06
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	440.000,00	440.000,00	33.305,16	259.681,94	59,02
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	20.254,93	187.434,45	187,43
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	600.000,00	600.000,00	114.254,67	467.956,03	77,99
1.2.1- ITBI	600.000,00	600.000,00	114.254,67	467.956,03	77,99
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.510.000,00	1.510.000,00	261.102,81	1.172.617,62	77,66
1.3.1- ISS	1.400.000,00	1.400.000,00	255.685,13	1.118.001,70	79,86
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00	3.664,18	36.332,01	60,55
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	1.753,50	18.283,91	36,57
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	500.000,00	37.022,72	352.913,27	70,58
1.4.1- IRRF	500.000,00	500.000,00	37.022,72	352.913,27	70,58
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	27.163.750,00	27.163.750,00	3.313.204,75	18.150.098,51	66,82
2.1- Cota-Parte FPM	16.000.000,00	16.000.000,00	1.688.205,30	10.612.676,66	66,33
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.000.000,00	16.000.000,00	1.688.205,30	10.612.676,66	66,33
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.750.000,00	8.750.000,00	1.211.868,14	5.641.779,34	64,48
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	62.500,00	62.500,00	5.924,24	29.627,16	47,40
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	188.750,00	188.750,00	19.343,25	90.609,74	48,01
2.5- Cota-Parte ITR	37.500,00	37.500,00	25.823,75	27.431,71	73,15
2.6- Cota-Parte IPVA	2.125.000,00	2.125.000,00	362.040,07	1.747.973,90	82,26
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	33.213.750,00	33.213.750,00	4.022.332,51	23.156.690,54	69,72
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	600.000,00	600.000,00	100.134,87	516.329,23	86,05
5.1- Transferências do Salário-Educação	600.000,00	600.000,00	100.134,87	516.329,23	86,05
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.445.450,00	1.445.450,00	169.086,64	764.800,72	52,91
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.045.450,00	2.045.450,00	269.221,51	1.281.129,95	62,63

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.492.250,00	5.492.250,00	662.640,50	3.630.025,05	66,09
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.200.000,00	3.200.000,00	337.641,01	2.122.535,06	66,33
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.750.000,00	1.750.000,00	242.373,42	1.128.354,97	64,48
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	1.184,84	5.925,40	49,38
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	37.750,00	37.750,00	3.868,63	18.121,84	48,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	7.500,00	7.500,00	5.164,73	5.486,23	73,15
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	485.000,00	485.000,00	72.407,87	349.601,55	72,08
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.117.050,00	7.117.050,00	1.187.440,97	5.695.083,08	80,02
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.087.050,00	7.087.050,00	1.186.087,55	5.686.216,75	80,23
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	1.353,42	8.866,33	29,55
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.594.800,00	1.594.800,00	523.447,05	2.056.191,70	128,93
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.206.230,00	5.901.230,00	1.080.405,48	5.497.113,49	93,15
13.1- Com Educação Infantil	1.731.000,00	2.081.000,00	417.756,02	2.001.758,69	96,19
13.2- Com Ensino Fundamental	3.475.230,00	3.820.230,00	662.649,46	3.495.354,80	91,50
14- OUTRAS DESPESAS	1.910.820,00	547.820,00	64.057,33	269.953,56	49,28
14.1- Com Educação Infantil	330.000,00	40.000,00	0,00	9.935,82	24,84
14.2- Com Ensino Fundamental	1.580.820,00	507.820,00	64.057,33	260.017,74	51,20
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.117.050,00	6.449.050,00	1.144.462,81	5.767.067,05	89,43
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					96,52
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	8.303.437,50	8.303.437,50	1.005.583,13	5.789.172,64	69,72
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.910.000,00	2.640.000,00	474.601,12	2.208.254,53	83,65
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.061.000,00	2.121.000,00	417.756,02	2.011.694,51	94,85
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	849.000,00	519.000,00	56.845,10	196.560,02	37,87
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.056.738,00	7.414.738,00	1.159.210,86	6.215.944,70	83,83
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.056.050,00	4.328.050,00	726.706,79	3.755.372,54	86,77
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.000.688,00	3.086.688,00	432.504,07	2.460.572,16	79,72
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.966.738,00	10.054.738,00	1.633.811,98	8.424.199,23	83,78
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.056.191,70
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					8.866,33
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					19.552,10
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.084.610,13
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					6.339.589,10
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					27,38

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	605.000,00	1.027.924,34	195.919,65	798.187,68	77,65
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	101.500,00	1.377.534,67	47.708,58	749.056,35	54,38
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	706.500,00	2.405.459,01	243.628,23	1.547.244,03	64,32
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.673.238,00	12.460.197,01	1.877.440,21	9.971.443,26	80,03
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		19.552,10		

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.686.216,75	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.192.665,43	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	8.866,33	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.502.417,65	0,00

PORTO UNIAO, 29/11/2012

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIT

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33.485.750,00	33.485.750,00	23.278.681,68	69,52
Impostos	5.300.000,00	5.300.000,00	4.476.800,50	84,47
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.800.000,00	2.800.000,00	2.537.929,50	90,64
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	600.000,00	600.000,00	467.956,03	77,99
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.400.000,00	1.400.000,00	1.118.001,70	79,86
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	500.000,00	500.000,00	352.913,27	70,58
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.022.000,00	1.022.000,00	651.782,67	63,78
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	150.000,00	150.000,00	52.377,29	34,92
Dívida Ativa dos Impostos	600.000,00	600.000,00	361.492,88	60,25
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	272.000,00	272.000,00	237.912,50	87,47
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	27.163.750,00	27.163.750,00	18.150.098,51	66,82
Da União	16.100.000,00	16.100.000,00	10.669.735,53	66,27
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	16.000.000,00	16.000.000,00	10.612.676,66	66,33
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	37.500,00	37.500,00	27.431,71	73,15
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	62.500,00	62.500,00	29.627,16	47,40
Do Estado	11.063.750,00	11.063.750,00	7.480.362,98	67,61
Cota-Parte do ICMS	8.750.000,00	8.750.000,00	5.641.779,34	64,48
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	188.750,00	188.750,00	90.609,74	48,01
Cota-Parte do IPVA	2.125.000,00	2.125.000,00	1.747.973,90	82,26
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	28.836.500,00	28.836.500,00	27.720.189,10	96,13
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.492.250,00	-5.492.250,00	-3.630.025,05	66,09
TOTAL	56.830.000,00	56.830.000,00	47.368.845,73	83,35

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	8.593.000,00	10.321.294,00	8.275.533,96	80,18
Pessoal e Encargos Sociais	6.034.000,00	6.517.247,00	5.842.296,21	89,64
Outras Despesas Correntes	2.559.000,00	3.804.047,00	2.433.237,75	63,96
DESPESAS DE CAPITAL	207.200,00	609.200,00	123.823,09	20,33
Investimentos	207.200,00	609.200,00	123.823,09	20,33

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Continuação 2/2

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	207.200,00	609.200,00	123.823,09	20,33
Investimentos	207.200,00	609.200,00	123.823,09	20,33
TOTAL (IV)	8.800.200,00	10.930.494,00	8.399.357,05	76,84

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	8.800.200,00	10.930.494,00	8.399.357,05	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.961.000,00	4.441.294,00	2.692.986,71	32,06
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.819.000,00	4.271.977,00	2.619.972,68	31,19
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	142.000,00	169.317,00	73.014,03	0,87
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	5.839.200,00	6.489.200,00	5.706.370,34	67,94

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=2 [(V - VI) / I]	24,51
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	7.042.200,00	8.690.799,00	7.092.772,64	84,44
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.423.000,00	1.821.298,00	1.167.528,25	13,90
Vigilância Sanitária	163.000,00	190.317,00	81.578,13	0,97
Vigilância Epidemiológica	172.000,00	228.080,00	57.478,03	0,68
TOTAL	8.800.200,00	10.930.494,00	8.399.357,05	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO UNIAO, 29/11/2012

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18935

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 1273/2012

PORTARIA Nº. 1273/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 26/11/2012, a servidora SALETE ALVES PAES, admitida em cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Novembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Csvg

Portaria Nº. 1.269/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Com fundamento no § 1º. do Art. 50 da Lei Complementar nº 207/2010, fica dispensado do registro de ponto eletrônico diário a servidora municipal MARCIA PASSOS DE ANDRADE, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, em razão das justificativas apresentadas conforme os termos do Protocolo nº 137184/2012.

Art. 2º Deverá a servidora realizar o registro de ponto utilizando-se da Folha Ponto Individual do Anexo II do DECRETO Nº 1.989 de 18 de julho de 2011 e encaminhar mensalmente a Divisão de Controle de Pessoal da Secretaria de Saúde.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

CÂMARA MUNICIPAL

Contrato Nº 005/2012

RESUMO DO CONTRATO Nº 05/2012
DISPENSA DE LICITAÇÃO - 01/2012

Contratante: CAMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL / SC.
Contratada: MDS - TAMBOSI CONTADORES ASSOCIADOS LTDA.

Objeto: Prestação de Serviço de Auditoria Contábil no setor de contabilidade da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao exercício social 2012 competente aos meses de janeiro a outubro.

Vigência: O prazo de vigência do contrato será de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da assinatura do contrato.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2012.
JOSÉ THOMÉ
Presidente da Câmara Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 107/2012

Decreto Municipal nº 107/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 35.000,00

TANIA REGINA DALPIZZOL, GESTOR de SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 1001 SAUDE PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4014 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 35.000,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 1001 SAUDE PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4014 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do GESTOR, em 29 de novembro de 2012.

Errata do Decreto 88/2012

Errata do Decreto 88/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

Na Edição nº 1128 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 29.11.2012, p.536, Decreto nº. 88/2012.

Onde se lê:

Decreto Municipal Nº 088/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 143.377,03
PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO,
SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferi-
das pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei
Municipal 001445/2011 07/12/2011;
Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um
crédito suplementar no valor de R\$ 143.377,03 (cento e quarenta
e três mil e trezentos e setenta e sete reais e três centavos), con-
forme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4025 MANUT. DAS ATIV. ENSINO
FUNDAMENTAL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 75.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4028 MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO
INFANTIL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 18.377,03

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4028 MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO
INFANTIL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 25.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4028 MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO
INFANTIL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 91 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER.
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER.
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER.

INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Valor: R\$ 25.000,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto
pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4025 MANUT. DAS ATIV. ENSINO
FUNDAMENTAL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 75.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4028 MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO
INFANTIL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 18.377,03

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 25 de outubro de 2012.
Prefeito Municipal Contador CRC - SC-15.177/0
PEDRINHO ANSILIERO ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Leia-se:

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 118.377,03

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO,
SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas
pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Muni-
cipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um
crédito suplementar no valor de R\$ 118.377,03 (cento e dezoito
mil e trezentos e setenta e sete reais e três centavos), conforme
discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4025 MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMEN-
TAL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 75.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4028 MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 18.377,03

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4028 MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 91 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS
Valor: R\$ 25.000,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4025 MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 75.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4028 MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 18.377,03

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4028 MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 25 de outubro de 2012.
Prefeito Municipal Contador CRC - SC-15.177/0
PEDRINHO ANSILIERO ALVARO ANTÔNIO BISCARO

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 1312/2012

DECRETO Nº 1312, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 204.000,00 (Duzentos e quatro mil reais) no orçamento vigente do Município e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 03.092.0003.2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica
3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 50.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais R\$ 1.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 04.122.0005.2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração
3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 35.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 04.123.0006.2.007 - Manutenção da Secretaria de Finanças
3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig.Patronais Inst. Previd. R\$ 20.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Atividade: 04.121.0007.2.014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 14.500,00

3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais R\$ 7.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 15.452.0012.2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras
3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 16.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 22.661.0008.2.016 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 22.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais R\$ 3.000,00

Unidade: 03 - Turismo

Funcional: 23.695.0010.2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 12.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrig.Patronais R\$ 1.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig.Patronais Inst. Previd R\$ 2.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 20.606.0009.2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig.Patronais Inst. Previd R\$ 15.000,00

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 18.541.0021.4.003 - Manutenção do Depto de Meio Ambiente e Planejamento Ambiental

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig.Patronais Inst. Previd R\$ 2.000,00

3.3.90.46.00.00.00.00.0100 - Auxílio-Alimentação R\$ 1.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizadas como fonte de recursos às anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 03.092.0003.2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica

3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 5.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 2.000,00

3.3.90.91.00.00.00.00.0100 - Sentenças Judiciais R\$ 44.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 04.122.0005.2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 20.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamentos e Material Perm R\$ 15.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 04.123.0006.2.007 - Manutenção da Secretaria de Finanças

3.3.90.35.00.00.00.00.0100 - Serviços de Consultoria R\$ 20.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 04.121.0007.2.014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. com Locom R\$ 1.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 15.500,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamentos e Material Perm R\$ 3.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 15.452.0012.2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 5.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip e Mat Permanente R\$ 11.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 22.661.0008.2.016 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

3.3.90.31.00.00.00.00.0100 - Prem. Cult., Artist., Cientif.e Outras R\$ 3.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 5.000,00

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 6.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 1.000,00

Unidade: 03 - Turismo

Funcional: 23.695.0010.2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Com Locomoção R\$ 10.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 20.606.0009.2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária

3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais R\$ 15.000,00

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 18.541.0021.4.003 - Manutenção do Depto de Meio Ambiente e Planejamento Ambiental

3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais R\$ 2.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 2.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 1.500,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N° 356/2012

EXTRATO DO CONTRATO N° 356/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Produtos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPÓRIO MISTURA FINA - MARLENE RAWIETSCH KRAUSE ME.

DO OBJETO: Fornecimento de materiais de higiene e limpeza para as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, conforme Edital de Tomada de Preços nº 303/2012, constante de 04 itens.

DO VALOR: R\$ 17.676,06 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 02 (dois) meses e 27 (vinte e sete) dias, a contar desta data.



São Bento do Sul, 04 de outubro de 2012.
ASS: NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS, pela Secretaria de Educação do Município.
MARLENE RAWIETSCH KRAUSE, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 357/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 357/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Produtos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa J.P. DE LIMA COMÉRIO LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de materiais de higiene e limpeza para as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, conforme Edital de Tomada de Preços nº 303/2012, constante de 12 itens.

DO VALOR: R\$ 50.765,90 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 02 (dois) meses e 27 (vinte e sete) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2012.
ASS: NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS, pela Secretaria de Educação do Município.
JANICE PEREIRA DE LIMA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 358/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 358/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Produtos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa COMERCIAL MULTVILLE LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de materiais de higiene e limpeza para as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, conforme Edital de Tomada de Preços nº 303/2012, constante de 05 itens.

DO VALOR: R\$ 20.217,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 02 (dois) meses e 27 (vinte e sete) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2012.
ASS: NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS, pela Secretaria de Educação do Município.
MARILI APARECIDA DA SILVA CRISPIM, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 360/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 360/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Concessão que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CAIUÁ ASSESSORIA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA.

DO OBJETO: Concessão dos serviços de implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo em vias e logradouros do Município de São Bento do Sul, para controle da rotatividade de veículos com uso de parquímetros eletrônicos multivagas, com base no art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93, conforme Dispensa de Licitação nº 348/2012.

DO VALOR: O preço cobrado dos usuários do sistema é de R\$ 1,40 (hum real e quarenta centavos) por hora de estacionamento para carros e caminhões, e R\$ 0,70 (setenta centavos) para motos; e regularização na forma contida no regulamento.

DA VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data, e deverá o mesmo cessar no ato da assinatura do Contrato resultante do processo licitatório em andamento.

São Bento do Sul, 08 de outubro de 2012.
ASS: MAURO OSOWSKY, pela Secretaria de Planejamento e

Urbanismo do Município.
HELIO TAKESHI MIZUBUTI, pela Concessionária.

Extrato do Contrato Nº 364/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 364/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Materiais Impressos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa GISELLE MALINOWSKY EPP.

DO OBJETO: Fornecimento de 3.000 unidades de materiais impressos diversos para a Praça do PAC; impressos que serão usados nas Oficinas de Gestão Compartilhada que ocorrerão até dezembro/2012, conforme Convite nº 340/2012.

DO VALOR: R\$ 360,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 02 (dois) meses e 16 (dezesesseis) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2012.
ASS: LINDACIR EMIDIA CONDE, pela Secretaria de Assistência Social do Município.
GISELLE MALINOWSKY, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 351/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 351/2012

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 066/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SADENCO SUL AMERICANA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, em 14 de fevereiro de 2011, conforme Edital de Tomada de Preços nº 280/2010.

Considerando o objeto do contrato de serviços especializados de engenharia necessários a execução de manutenção, ampliação e melhoria de parque instalado de iluminação pública no Município de São Bento do Sul - SC, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e serviços de mão de obra, e devido a substituição de considerável número de luminárias na cidade, tornaram-se insuficientes os recursos contratados no item mão de obra, para fechamento do semestre, em 13 de fevereiro de 2013, faz-se necessário aditar em 25% (vinte e cinco por cento) no valor total da mão de obra, sendo o valor de R\$ 42.065,32 (quarenta e dois mil, sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos), com base no Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 14 de fevereiro de 2011, Termo Aditivo nº 212/2011 de 11 de julho de 2011, Termo Aditivo nº 234/2011 de 04 de agosto de 2011, Termo Aditivo nº 085/2012 de 10 de fevereiro de 2012 e Termo Aditivo nº 287/2012 de 03 de agosto de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2012.
Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
PEDRO ALBERTO DE MIRANDA SANTOS, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 352/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 352/2012

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel de nº 313/2011 firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. MAURÍCIO CELSO ZANELLA, em 21 de outubro de 2011, conforme Dispensa de Licitação nº 335/2011.

Considerando o objeto do Contrato que consiste na locação de um imóvel com área de 247,91 m², e terreno com área de 450,84 m², situado na Rua Jorge Zipperer, nº 451, para abrigar a Central de Atendimento de Trabalhos da Equipe de Iluminação Pública (COSIP), e em virtude da continuidade do funcionamento da COSIP, faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato, por 03 (três)

meses, a contar de 01 de outubro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Altera-se o valor mensal de R\$ 1.750,00 (hum mil, setecentos e cinquenta reais) para R\$1.891,23 (hum mil, oitocentos e noventa e um reais e vinte e três centavos), reajustado pela variação acumulada do IGPM em 8,0705%.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 21 de outubro de 2011, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

MAURÍCIO CELSO ZANELLA, como Locador.

Extrato do Termo Aditivo Nº 354/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 354/2012

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 301/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 06 de outubro de 2011, conforme Convite nº 302/2011.

Considerando o objeto do Contrato a prestação de serviços de licenciamento ambiental de regularização para o Cemitério Vertical, sito à Rua Germano Brand, Schramm, contemplando: Preenchimento das informações pertinentes ao Licenciamento Ambiental; ECA; Planta Planialtimétrica do Local; Locação e Perfuração de 03 (três) Poços de Monitoramento com: Perfuração a Trado dos Três Poços; Laudo Hidrogeológico; juntada de documentação e protocolo junto a FATMA, e tendo em vista que a continuidade dos serviços depende de aprovação pelo órgão responsável, Fundação do Meio Ambiente - FATMA, que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, portanto fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 03 de outubro

de 2012 e com término em 01 de dezembro de 2012 e a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 02 de novembro de 2012 e com término em 31 de dezembro de 2012.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 06 de outubro de 2011, Termo Aditivo nº 342/2011 de 02 de dezembro de 2011, Termo Aditivo nº 079/2012 de 07 de fevereiro de 2012, Termo Aditivo nº 127/2012 de 03 de abril de 2012, Termo Aditivo nº 206/2012 de 01 de junho de 2012 e Termo Aditivo nº 290/2012 de 03 de agosto de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 02 de outubro de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

CHARLES COSTI, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 362/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 362/2012

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens de nº 028/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A, em 06 de janeiro de 2012, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 26/2012.

Considerando o objeto do Contrato de fornecimento de passagens (vale transporte) de São Bento do Sul - Mafra, São Bento do Sul - Rio Negrinho e São Bento do Sul - Campo Alegre, para os funcionários da Rede Municipal de Ensino, e em virtude de que as passagens adquiridas para o ano de 2012 são insuficientes até o término do Contrato, faz-se necessário aditar o mesmo, com base no Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, incluindo no contrato o valor de R\$ 24.860,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e sessenta reais).

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 06 de janeiro de 2012, permanecem inalteradas.

Retificação - Edital Nº 006/2012

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL Nº 006/2012

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

SELINO CARVALHO FILHO, pela Empresa Contratada.

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, vem por meio desta, RETIFICAR o anexo do referido Edital.

Onde se lê

Professor – Oficina Música - Coral	Habilitação = Licenciatura Plena em Música ou áreas afins	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)

Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Professor – Oficina Banda	Habilitação = Licenciatura Plena em Música ou áreas afins	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)

Leia-se

Professor – Oficina Música - Coral	Habilitação = Licenciatura Plena em Música ou áreas afins	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso fundamental de música/instrumento/curso elementar de teoria musical completo.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)

Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Professor – Oficina Banda	Habilitação = Licenciatura Plena em Música ou áreas afins	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso fundamental de música/instrumento/curso elementar de teoria musical completo.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)

São Bento do Sul - SC, 30 de novembro de 2012.


MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal



Prêmio FECAM de Fotografia

Retratos das riquezas de Santa Catarina
Vida, Paisagem, Gente e Cultura.



SAMAE**Portaria/SAMAE/SBS/Nº 304/2012, de 28 de Novembro de 2012.****"CONCEDE AVERBAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO"**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal SÉRGIO ESTICA, ocupante do cargo de Operador de Serviços de Pedreiro, lotado nesta Autarquia, Averbação por Tempo de Serviço/Contribuição dos seguintes períodos: 1º/05/1987 a 31/10/1987, 1º/04/1988 a 28/02/2001, 05/07/1982 a 31/12/1982, 07/08/1982 a 30/05/1983, 1º/10/1987 a 30/03/1988. Protocolo nº 20024040.1.00079/12-8.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

Errata PR 58/2012

AVISO ERRATA DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 58/2012.

Onde se lê: TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

Leia-se: TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

Onde se lê: ENCERRAMENTO E ABERTURA: 04/12/2012 ÀS 09:30 HORAS

Leia-se: ENCERRAMENTO E ABERTURA: 13/12/2012 ÀS 09:30 HORAS

No item 1 onde se lê: "CAPACIDADE MÁXIMA DE DOSAGEM DE 50 KG/DIA".

leia-se: "CAPACIDADE MÁXIMA DE DOSAGEM DE 105 KG/DIA".

Ainda no item 1 onde se lê: "01 ROTÂMETRO COMPLETO, COM CAPACIDADE DE DOSAGEM DE 50 KG/DIA".

leia-se: "01 ROTÂMETRO COMPLETO, COM CAPACIDADE DE DOSAGEM DE 105 KG/DIA."

No item 2 onde se lê: "FAIXA DA CAPACIDADE MÁXIMA DE VAZÃO 0 A 500 LB/DIA (240 KG/DIA OU 10 KG/H)".

leia-se: "FAIXA DA CAPACIDADE MÁXIMA DE VAZÃO 0 A 232 LB/DIA (105 KG/DIA OU 4,4 KG/H)".

Permanecem inalteradas as demais informações contidas no referido edital.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2012.

CLAUDETE STAWNY

Pregoeira

Extrato Dispensa de Licitação

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DO OBJETO: O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE torna público, para quem possa interessar, que conforme autorização do Art.24, Inciso VIII da Lei 8.666/93 de 21/06/1993, emitiu Nota de Empenho (NE 2161/12) para pagamento de TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PRÉVIA, LICENCIAMENTO

AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO e LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE OPERAÇÃO.

DO VALOR: R\$ 8.139,23,00 total.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 53 - 3.3.90.47.10.00.00

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA.

São Bento do Sul, 28 de novembro de 2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Decreto Nº 4.528, de 30 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 4.528, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente, adicionando pelo crédito suplementar o valor de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE

08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0058 44 Aplicação Direta R\$ 43.000,00

08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0058 49 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do provável excesso de arrecadação em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de novembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações 189/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/12/2013, às 16:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/2012, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2012. DOAÇÃO COM ENCARGOS E CLÁUSULA DE REVERSÃO DO IMÓVEL: LOTE INDUSTRIAL 02 (DOIS), COM ÁREA DE 13.381,03m² MATRÍCULA Nº 15.701, LOCALIZADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO, A TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 28/11/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 28/11/2012 até 28/11/2012

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		91.842,69
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	91.842,69
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	91.842,69
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	55.105,61
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	36.737,08

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 29/11/2012

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

São Pedro de Alcântara**PREFEITURA****Decreto Nº 142/2012**

DECRETO Nº142/2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº656/2011:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais) por conta do excesso de Arrecadação de recursos do PMAQ na dotação abaixo identificada:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2054 - Func. e Manutenção do PSF R\$ 4.800,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.198.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.800,00

11.01.10.301.12.2.056 - Func e Manutenção do PACS R\$ 5.400,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.198.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.400,00

11.01.10.301.12.2057 - Func. e Manutenção da Saúde Bucal R\$ 1.800,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.198.0 - Aplicações Diretas R\$1.800,00

11.01.10.301.12.2051 - Func. e Manutenção da Coord. da Saude R\$ 1.200,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.198.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.200,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 21 de novembro de 2012.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 145/2012

DECRETO Nº145/2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº656/2011:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais) por conta do excesso de Arrecadação de recursos do PMAQ na dotação abaixo identificada:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2054 - Func. e Manutenção do PSF R\$ 3.800,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.198.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.800,00

11.01.10.301.12.2.056 - Func e Manutenção do PACS R\$ 7.200,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.198.0 - Aplicações Diretas R\$ 7.200,00

11.01.10.301.12.2057 - Func. e Manutenção da Saúde Bucal R\$ 2.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.198.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

11.01.10.301.12.2051 - Func. e Manutenção da Coord. da Saude R\$ 2.100,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.198.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.100,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 26 de novembro de 2012.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 146/2012

DECRETO Nº146/2012

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECA-
DAÇÃO DO FUNDEB no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura
Municipal de São Pedro de Alcântara.ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcân-
tara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal
e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º
da Lei nº656/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a
abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefei-
tura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 24.000,00
(vinte e quatro mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação do
FUNDEB na dotação abaixo identificada:**04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**04.01.12.361.04.2006 - Funcionamento e Manutenção do
Ensino Fundamental R\$ 24.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.184 - Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 26 de novembro de 2012.

ERNEI JOSÉ SATHLIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 149/2012

DECRETO Nº149/2012

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGO-
RIA DE PROGRAMAÇÃO.ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcân-
tara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a

autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 656/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma cate-
goria de programação.**11- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**11.01.10.301.12.2054 - Funcionamento e Manutenção do
PSF R\$ 14.178,72

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 14.178,72

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 14.178,72

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 27 de novembro de 2012.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 046/2012PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº.
046/2012, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA EDITE HACK.O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado
de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se
localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São
Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representa-
do pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÁHELIN, brasileiro,
casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e do-
miciliado a Rua João Stáhelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro
de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado
a Senhorita EDITE HACK, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob
nº. 047.480.789.44, residente a Rua João Stahelin, nº.2607, Boa
Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CON-
TRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO
DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art.
209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações,
bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, confor-
me as disposições que seguem:**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula
quarta do contrato de trabalho nº. 046/2012, passando a vigorar
com a seguinte redação:Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº.
046/2012 até o dia 30/12/2012.**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de
acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 30 de novembro de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 95/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 95/2012-PMS

PROCESSO Nº. 148/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a locação e manutenção de impressora para o setor de Tributação da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referencia, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de dezembro de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 13 de dezembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 96/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 96/2012-PMS

PROCESSO Nº. 149/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para viagens especiais para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 14 de dezembro de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 14 de dezembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 97/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 97/2012-PMS

PROCESSO Nº. 150/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Gabinete do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referencia, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 17 de dezembro de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 17 de dezembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A86/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A86/2012 - PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 158/2012 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201,

bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.433.705/0001-92, estabelecida na Rua Carlos Hruschka, nº 161, Bairro Rau, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-432, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Roland Walter Janssen, inscrito no CPF sob o nº. 154.156.199-68, portador da carteira de identidade nº. 19/R 187.966/SI/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 158/2012-PMS, celebrado em 05 de setembro de 2012, proveniente da Modalidade Tomada de Preço nº. 19/2012-PMS, Processo nº. 102/2012-PMS, para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), de um reservatório de água com capacidade para 100m³ e suas instalações serem implantadas na Estação de Tratamento de Água, localizada na Rua Marechal Castelo Branco, Bracinho, neste Município, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, frente à prorrogação para conclusão dos serviços em 10 (dez) dias, sendo até 20 de novembro de 2012, para conclusão dos serviços conforme parecer em anexo ao processo.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57,§ 1º, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando que a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUA LTDA, solicitou o aditivo de execução da obra em 05 de novembro de outubro de 2012.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização da Engenharia Civil Fabieli Pilatti, CREA-SC 093.485-5, da Administração Pública e aprovação da mesma, conforme anexo a este processo, na data de 12 de novembro de 2012.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada com efeito retroativo, a Cláusula Segunda (do prazo de entrega e do local) no item 2.1 e Cláusula Décima (das obrigações da empresa vencedora) no item 10.1.4 do contrato nº 158/2012-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra em 10 (trinta) dias, sendo até 20 de novembro de 2012.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 158/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 29 de novembro de 2012.
CONTRATADA:

CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUA LTDA
Roland Walter Janssen
CPF sob o nº. 154.156.199-68

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:
1ª Nome: IVANDRA DE SOUZA 2ª Nome: MARILENE BUSCH
CPF nº. 047.563.299-00 CPF nº. 037.813.699-27

Timbó

PREFEITURA

Aviso de Abertura das Propostas Carta Convite N.º 139 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
CARTA CONVITE Nº. 139/2012
AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

O Município de Timbó, leva ao conhecimento dos interessados que a abertura dos envelopes de proposta da CARTA CONVITE N.º 139/2012 para Execução de Projeto de Extensão de Rede da Rua Inglaterra conforme projetos e demais anexos, acontecerá no dia 04/12/2012 às 09h00min na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó.

BARBARA HOCHHEIM
Presidente da Comissão de Licitações

Cancelamento de Publicação Pregão Presencial N.º 18 2012 Fct

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

Conforme publicação ocorrida no DOM, página 558, Edição nº. 1129, do dia 30/11/2012, o Município de Timbó torna público o CANCELAMENTO DA PUBLICAÇÃO referente ao Aviso Pregão Presencial N.º 18 2012 Fct - Reforma dos Paineis Casa do Poeta.

Timbó 30/11/2012
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Departamento de Licitações

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 2012 _160

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/160.

CONTRATANTE: Município de Timbó
CONTRATADO: A.C.M.M. Serviços de Engenharia Elétrica Ltda

OBJETO: acréscimo ao objeto e ao preço constante da Cláusula Terceira e prorrogação do prazo constante da Cláusula Sexta do Contrato Administrativo 2012/160.

OBRA: Contratação de serviços e aquisição de materiais para melhorias na rede de iluminação pública.

Data da Assinatura: 07/11/2012.

VALOR ACRESCIDO: R\$ 4.815,40 (quatro mil, oitocentos e quinze reais e quarenta centavos).

PRAZO ACRESCIDO: 30 (trinta) dias corridos a contar de 11/10/2012.

ORLEI A. PEDRON

Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 137 2012 - Transporte de Passageiros

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 137/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Contratação de empresa para serviço de transporte de passageiros residentes no Município de Timbó para roteiros no estado de Santa Catarina ou demais estados.

EMPRESAS VENCEDORAS: C.J.M. Turismo Ltda e Azitur Transporte Ltda ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 201.600,00 (duzentos e um mil e seiscentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 23/11/2013

Timbó, 14/11/2012

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N.º 16/2012

Exonera Vidal José Michei da Luz Júnior do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar Especial.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III, da Lei Orgânica e art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, Resolve:

Art. 1º Exonerar Vidal José Michei da Luz Júnior do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar Especial - CPC-AE, a partir do dia 30 de Novembro de 2012.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 29 de Novembro de 2012.

WIEGOLD STARKE

Presidente



Sistema de
Indicadores de
Desenvolvimento
Municipal
Sustentável

Informações municipais para a promoção do
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina
indicadores.fecam.org.br



Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ODIMAR MALAGUTTI & CIA LTDA EPP

OBJETO: Contratação de empresa para a execução do projeto de uma Sala de Espera na Unidade Básica de Saúde do município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 43.101,13 (quarenta e três mil cento e um reais e treze centavos).

AMPARO LEGAL: LEIS 8.666/93 e suas alterações e Contrato nº 203/2012.

Vargeão, SC, 30 de novembro de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Lei N.º 2.818/12

LEI Nº 2.818/12, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 27.456,76 (vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ - 2080 - Manutenção da Saúde no Município

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas

27.456,76

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 27.456,76

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação total ou parcial das seguintes dotações:

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ - 2.067 - Programa DST/AIDS

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 27.456,76

TOTAL DAS ANULAÇÕES 27.456,76

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de novembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.819/12

LEI Nº 2.819/12, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente com a Associação de Moradores da Rondinha - AMOR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com a Associação de Moradores da Rondinha - AMOR, inscrita no CNPJ sob o nº 13.083.386/0001-94, para o fim de realizar a XX Festa da Vindima, evento de caráter turístico-cultural, a realizar-se nos dias 01, 02 e 03 de fevereiro de 2013, com a importância de até R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2013.

Art. 3º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de novembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.820/12

LEI Nº 2.820/12, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

Homologa o Termo de Compromisso de Cooperação Técnica nº 4/2012, celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e o Município de Videira/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Compromisso de Cooperação Técnica nº 4/2012, celebrado entre o Ministério Público do

Trabalho e o Município de Videira/SC, conforme termo anexo, parte integrante da presente LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de novembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.248/12

DECRETO Nº 10.248/12, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.818/12, de 28 de novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 27.456,76 (vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ - 2080 - Manutenção da Saúde no Município

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 27.456,76

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 27.456,76

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação total ou parcial das seguintes dotações:

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ - 2.067 - Programa DST/AIDS

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 27.456,76

TOTAL DAS ANULAÇÕES 27.456,76

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de novembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

Edital Nº 005/12 - Concurso Publico - Saude

CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO

EDITAL DE Nº 005/2012 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo

37, inciso II da Constituição Federal, bem como na Lei Federal nº 11.350/2006 e na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, torna público o Edital nº 005/2012 para realização de Concurso Público para Emprego Público, para provimento de vagas do quadro do Programa de Estratégia Saúde da Família e Programa Equipe de Saúde Bucal, mediante as condições previstas neste Edital com o seguinte teor:

Capítulo I DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

A realização do certame seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Cronograma das Atividades	Período
1.	Ficam reabertas no as inscrições exclusivamente pela internet (on-line), no site www.iobv.com.br	05/12/2012 a 05/01/2013
2.	Último dia para pagamento da taxa de inscrição.	07/01/2013
3.	Prazo final para protocolo ou envio via sedex do requerimento e do laudo médico dos candidatos solicitarem condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz.	04/01/2013
4.	Homologação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os empregos	11/01/2013
5.	Prazo para recursos contra o resultado da homologação das inscrições	14 e 15/01/2013
6.	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações	17/01/2013
7.	Aplicação das provas escritas objetivas	20/01/2013
8.	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita no site www.iobv.com.br	20/01/2013
9.	Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita	21 e 22/01/2013
10.	Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva, nos sites www.videira.sc.gov.br e www.iobv.com.br	Após julgados os recursos
11.	Divulgação da classificação preliminar nos sites www.videira.sc.gov.br e www.iobv.com.br	Após julgados os recursos
12.	Recursos contra a classificação preliminar	Dois dias após publicação
13.	Classificação final geral	Após julgados todos os recursos

14. O cronograma acima poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Fiscalizadora do Concurso Público e do Instituto o Barriga Verde.

Capítulo II DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Concurso Público para emprego público será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde, obedecidas as normas deste Edital.
2. O Concurso Público para emprego público destina-se ao preenchimento do quadro de vagas dos Programas Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal, previstos na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, de acordo com a tabela constante no item III deste Edital.
4. Os candidatos nomeados em empregos públicos, serão regidos pelo Decreto-lei nº 5.452/43 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, previsto

no artigo 201 da Constituição Federal, e incluídos no Regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, previsto no artigo 7º, inciso III, da Constituição Federal.

5. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, respeitada a ordem de classificação.

6. O Concurso Público terá validade por dois anos, a contar da publicação da homologação, prorrogáveis por mais dois anos, a critério da administração.

7. A divulgação oficial das informações referentes a este Concurso Público dar-se-ão pela publicação de editais, por meio da internet no site www.videira.sc.gov.br e em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br.

Capítulo III DOS EMPREGOS, DAS VAGAS, DA CARGA HORARIA, DA REMUNERAÇÃO E DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas para emprego público, do quadro de vagas dos Programas Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal, previstos na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, de acordo com a tabela de empregos e vagas abaixo, e ainda das vagas que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso.

EMPREGO	Carga Horária semanal	Habilitação/Escolaridade	Vencimento	Vagas	Tipo
Médico - ESF	40h	Ensino Superior completo em Medicina e registro no órgão de classe.	R\$ 11.569,62	CR	Emprego Público
Enfermeiro - ESF	40h	Ensino Superior completo em Enfermagem e registro no órgão de classe.	R\$ 2.777,08	01 + CR	Emprego Público
Odontólogo - ESF	40h	Ensino Superior completo em Enfermagem e registro no órgão de classe.	R\$ 3.968,32	01 + CR	Emprego Público
Atendente de Consultório Dentário - ESF	40h	Ensino Médio completo	R\$ 793,64	01 + CR	Emprego Público

2. A descrição dos empregos encontram-se no Anexo I do presente edital e os conteúdos programáticos constam do Anexo II.

- ## Capítulo IV DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO EMPREGO PÚBLICO
1. O candidato aprovado no Concurso Público de que trata este Edital será investido no emprego se atender às seguintes exigências, na data da posse:
 - I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
 - II - ter completado dezoito anos;

III - estar no gozo dos direitos políticos;
 IV – ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação e estar quite com as obrigações eleitorais;
 V - possuir os requisitos de escolaridade exigidos para o seu exercício;
 VI - atender às exigências especiais para seu provimento, previstos na legislação específica de âmbito municipal;
 VII – não ter sido demitido de serviço público Federal, Estadual ou Municipal, com impedimento de exercer função pública;
 VIII – apresentar os seguintes documentos;
 a) Carteira de Trabalho;
 b) PIS/PASEP;
 c) 1 (uma) foto 3x4;
 d) Comprovante de Residência;
 e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
 f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
 g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
 h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
 i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
 IX - apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.
 a) Avaliação Cardiológica;
 b) Avaliação Neurológica;
 c) RX Tórax;
 d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
 e) Hemograma;
 f) VDRL;
 g) ABO RH;
 h) Glicemia;
 i) Ex. Quant. Urina;
 j) EPF;
 k) Avaliação Audiométrica;
 l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
 m) Exame Anti-HBS.
 X) conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

2. O candidato que, na data da posse, não reunir os requisitos enumerados no item 1 deste Capítulo perderá o direito à investidura no referido emprego.

Capítulo V

DAS INSCRIÇÕES

1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e a tácita aceitação das condições do Concurso, tais como se acham definidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

1.1 Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Concurso.

2. As inscrições serão recebidas por meio do endereço eletrônico www.iobv.com.br do Instituto o Barriga Verde.

3. As inscrições ao Concurso serão realizadas exclusivamente no site do Instituto o Barriga Verde: www.iobv.com.br, por meio do Formulário de Inscrição via Internet, no período descrito conforme cronograma do capítulo I deste edital, observado o horário de Brasília.

3.1 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional.

3.2 A prorrogação das inscrições de que trata o item anterior poderá ser feita sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.com.br.

4. Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o endereço

eletrônico www.iobv.com.br durante o período das inscrições e, por meio dos links referentes ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Videira, efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

4.1 Ler e aceitar as normas do edital, preencher o Formulário de Inscrição e transmitir os dados pela Internet.

4.2 Efetuar o pagamento referente à inscrição, de acordo com as instruções constantes no endereço eletrônico, até o dia estabelecido conforme cronograma do capítulo I deste edital.

4.2.1 Do valor das Inscrições

Escolaridade	Valor
Empregos com nível médio completo	R\$ 40,00
Empregos com nível superior completo	R\$ 100,00

4.3 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.4 O candidato deverá efetuar o pagamento do valor da inscrição por boleto bancário, pagável em qualquer banco.

4.5 O boleto bancário, disponível no endereço eletrônico www.iobv.com.br, deverá ser impresso para o pagamento do valor da inscrição, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line.

4.6 O candidato inscrito não deverá enviar cópia do documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade as informações dos dados cadastrais no ato de inscrição, sob as penas da lei.

4.7 Transcorridas quarenta e oito horas após o pagamento do boleto bancário, o candidato poderá conferir, no endereço eletrônico do Instituto o Barriga Verde, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante de inscrição. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC do Instituto o Barriga Verde, telefone (0XX47) 3562-1598, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília), ou pelo e-mail concursos@iobv.com.br, para verificar o ocorrido.

4.8 As inscrições somente serão confirmadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição.

4.9 As solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após o dia estabelecido no cronograma, não serão aceitas.

4.10 Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos de devolução da importância paga em hipótese alguma, a não ser no caso de cancelamento do concurso.

5. Ao inscrever-se, o candidato deverá indicar no Formulário de Inscrição o emprego a que deseja concorrer.

6. O local de realização da prova será somente no município de Videira – SC.

7. Ao inscrever-se no Concurso, é recomendado ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas, uma vez que é de sua responsabilidade manter-se informado sobre as publicações deste certame.

8. O candidato que efetivar mais de uma inscrição terá confirmada apenas a última, sendo as demais canceladas. Não sendo possível identificar a última inscrição efetivada, todas poderão ser canceladas.

8.1. Será de inteira responsabilidade do candidato a viabilidade de apresentar-se nos locais e horários determinados para a realização das provas.

9. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração.

Capítulo VI

DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

1. Após análise das inscrições o Chefe do Poder Executivo homologará as inscrições nos meios de publicações oficiais, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação.

2. Julgados os recursos interpostos, com o exame da documentação

apresentada e satisfeitas as exigências, caso haja alteração, será divulgada nova homologação.

Capítulo VII

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E das condições especiais PARA REALIZAR AS PROVAS

1. De acordo com o Decreto Federal nº 3.298/99, como o número de vagas dos empregos a que se refere o presente Concurso Público é de apenas 1 (uma) vaga para cada emprego, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência.

2. O candidato portador de deficiência que necessitar de condição especial para realização da prova deverá solicitá-la através do anexo III, até a data prazo estabelecida no cronograma, pessoalmente protocolando na PREFEITURA MUNICIPAL ou via Sedex, para o Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, n.233 – 89.190-000 – Centro – Taió – SC. (o Instituto o Barriga Verde e a Prefeitura não se responsabilizam por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da documentação a seu destino).

2.1 O candidato deverá encaminhar, junto à sua solicitação de condição especial para realização da prova, Laudo Médico (original ou cópia autenticada) atualizado que justifique o atendimento especial solicitado.

2.2 O candidato que não o fizer até o término das inscrições, terá sua solicitação indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública.

2.3 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

3. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira conforme anexo III, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

3.1 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova deverá solicitá-la através do anexo III, até o término das inscrições, pessoalmente protocolando na PREFEITURA MUNICIPAL ou via Sedex, para o Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 22 – 89.190-000 – Centro – Taió – SC, (o Instituto o Barriga Verde e a Prefeitura não se responsabilizam por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da documentação a seu destino).

3.2 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

3.3 A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata). O Instituto o Barriga Verde não disponibilizará acompanhante para a guarda da criança e a candidata não poderá permanecer com a criança na sala de prova.

3.4 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

3.5 Na sala reservada para amamentação ficarão a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), referido no item 3.3. ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

Capítulo VII

DAS PROVAS

1. As provas serão realizadas no município de Videira – SC.

2. Não será permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação;

3. O Concurso Público será constituído de:

a) provas escritas objetivas de caráter classificatório para todos os empregos;

4. DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

4.1. Os itens da prova objetiva poderão avaliar habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

4.2 Cada item da prova objetiva poderá contemplar mais de uma habilidade de conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento e conhecimentos relativos à atribuição do emprego.

4.3. Será aplicado exame de habilidades e de conhecimentos, mediante provas objetivas, de caráter classificatório e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de resposta em cada questão, com somente uma opção correta, distribuídas conforme quadros abaixo:

QUADRO DE QUESTÕES PARA OS EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO:

PROVA	No. QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL PONTOS
Língua Portuguesa	10	0,22	2,20
Conhecimentos Gerais	05	0,22	1,10
Informática Básica	05	0,22	1,10
Matemática	05	0,22	1,10
Legislação e Conteúdos Específicos do Emprego	15	0,30	4,50
Total	40		10,00

QUADRO DE QUESTÕES PARA OS EMPREGOS DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO:

PROVA	No. QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL PONTOS
Língua Portuguesa	10	0,15	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,10	0,50
Matemática	05	0,10	0,50
Legislação e Conteúdos Específicos do Emprego	30	0,25	7,50
Total	50		10,00

4.4. DO HORÁRIO E LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

4.4.1. As provas escritas objetivas, serão realizadas em data conforme cronograma do capítulo I deste edital. O local será divulgado em edital de convocação. E serão realizadas nos seguintes horários:

Fechamento dos Portões	Início da Prova	Término	Liberção do Caderno de Provas
08h15min.	08h30min	11h30min	11 horas

4.4.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário de Brasília.

4.4.3. A confirmação da data e as informações sobre horários, locais e distribuição dos empregos e candidatos por sala (ensalamento) serão divulgadas oportunamente por meio de edital próprio a ser publicado no site www.videira.sc.gov.br em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br.

4.4.4. Ao candidato só será permitida a realização das provas na respectiva data, local e horários se constar o seu nome no edital de convocação.

4.4.5. O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões, para localizar sua sala e assinar a lista de presença.

4.4.6. Os portões de acesso às salas de provas serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início das provas e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário, ficando, automaticamente, excluído do certame. O candidato terá o tempo de 15 minutos para localizar sua sala, conferir seu material

e documentação e deverá estar em sala de provas até o horário previsto para o início das provas.

4.4.7. A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado será de inteira responsabilidade do candidato.

4.4.8. Somente será admitido à sala de provas o candidato:

a) cujo nome conste da lista de homologação das inscrições
b) que se apresentar no portão até horário estabelecido para seu fechamento.

c) e estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reserva; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97).

4.4.8.1. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

4.4.8.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido a identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

4.4.8.3. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

4.4.9. O candidato deverá levar consigo o material de uso pessoal para realização da prova, sendo este obrigatoriamente: 02 (duas) canetas esferográficas de tinta azul ou preta de material transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

4.4.10. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Concurso Público, o Instituto O Barriga Verde, poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital nas folhas de respostas personalizadas, de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

4.4.11. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova.

4.4.12. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

4.4.13. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Concurso Público.

4.4.14. Durante a realização das Provas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

4.4.15. Motivarão a eliminação do candidato do Concurso, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Concurso, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

4.4.16. Por medida de segurança os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas à observação dos fiscais de sala, durante a realização das provas.

4.4.17. Poderá ser excluído do Concurso Público o candidato que:

a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
d) não apresentar documento que bem o identifique;
e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 01h00min (uma hora) do início das provas;

g) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o autorizado pelo Instituto O Barriga Verde no dia da aplicação das provas;

h) ausentar-se da sala de provas levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;

i) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

j) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

k) não devolver integralmente o material recebido;

l) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar;

m) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

n) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

4.4.18. Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados antes de embalados e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

4.4.18.1 Os pertences pessoais dos candidatos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos na sala de prova.

4.4.18.2 O Instituto O Barriga Verde e a PREFEITURA MUNICIPAL não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

4.4.19. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde procederá à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante de Inscrição.

4.4.19.1 A inclusão de que trata o item 4.4.19 será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde, na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

4.4.19.2 Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

4.4.20. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o Coordenador do Local de Prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

a) substituir os Cadernos de Questões defeituosos;

b) proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;

c) estabelecer, prazo para compensação do tempo usado para regularização do Caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

4.4.21. Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e o candidato será automaticamente eliminado do Concurso.

4.4.22. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

4.4.23. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

4.4.24. O candidato só poderá levar o caderno de provas se permanecer em sala até 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término da prova.

4.4.25. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das

provas deverão retirar-se do local simultaneamente, após lacrar o envelope de provas.

4.4.26. A Comissão Fiscalizadora poderá, justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

4.4.27. Não será aceita a solicitação de condição especial de prova se o candidato não comprovar a sua deficiência, e requerer tais condições nos termos deste edital.

4.4.28. Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

4.4.29. Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato deverá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas, cartão de respostas, comprovante de inscrição e identidade.

4.4.30. Ao candidato aconselha-se que no dia da realização da prova, leve consigo o comprovante de inscrição para possíveis conferências. Porém é indispensável a apresentação de documento de identificação com foto.

4.5. DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

4.5.1. As questões da prova serão do tipo múltipla escolha. O candidato deverá assinalar as respostas da prova objetiva no cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.

4.5.2. Poderá haver mais de um tipo de prova para cada emprego, neste caso o candidato deverá obrigatoriamente identificar o tipo de prova no seu cartão resposta.

4.5.3. Nas Provas Objetivas, o candidato deverá assinalar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA, que será o único documento válido para a correção da prova.

4.5.4. O preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas no Caderno de Questões.

4.5.5. Não será fornecido em nenhuma hipótese novo cartão-resposta.

4.5.6. Não é de responsabilidade do fiscal de sala conferir se o candidato preencheu corretamente o cartão-resposta.

4.5.7. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos no cartão-resposta, em especial seu nome, número de inscrição e opção de emprego, e em seguida deverá assiná-lo.

4.5.8. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

4.5.9. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta serão de inteira responsabilidade do candidato.

4.5.10. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

4.5.11. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

4.5.12. Tendo em vista ser o processo de correção de provas por meio eletrônico - leitura ótica -, não haverá desidentificação dos cartões-respostas.

4.5.13. Será permitido aos candidatos copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial, podendo utilizar-se da folha de instruções do caderno de provas.

4.5.14. O Gabarito Preliminar das provas objetivas será divulgado pela PREFEITURA MUNICIPAL, no Mural e no site www.videira.sc.gov.br no dia seguinte da data da realização das provas e em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br.

4.5.15. Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais não serão fornecidas cópias das provas a instituições de direito público ou privado, nem mesmo sua publicação on-line, mesmo após o encerramento do certame.

4.5.16. Aos candidatos só será fornecido o caderno de provas se o candidato permanecer em sala de provas até 30 (trinta) minutos

antes do horário previsto para o término das provas.

4.5.17. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

4.5.18. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

Capítulo IX

DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

1. Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita objetiva.

3. A classificação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem decrescente das notas obtidas, expressas com 3 (três) casas decimais.

4. Não serão divulgadas as notas dos candidatos que não atingirem a nota mínima para aprovação, os quais poderão solicitar seu boletim de notas através do email concursos@iobv.com.br, ou junto a Comissão Fiscalizadora de Concurso.

Capítulo X

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

1. Em caso de empate nas notas, para fins de classificação final, como critério de desempate, terá preferência o candidato que:

1º possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;

2º – Que obtiver maior nota na prova de conhecimentos específicos;

3º – Que obtiver maior nota na Prova de Conhecimentos Gerais;

4º – De maior idade;

Capítulo XI

DOS RECURSOS E REVISÕES

1. Serão admitidos recursos das seguintes fases:

a) do presente edital;

b) do não deferimento do pedido de inscrição;

c) da formulação das questões;

d) da discordância com o gabarito das provas escritas;

e) da classificação;

f) da homologação do resultado do concurso ;

g) e da nomeação.

2. Os recursos contra este Edital poderão ser efetuados por qualquer cidadão no prazo de dois dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal.

2.1. Os recursos contra a homologação do resultado do concurso e contra a nomeação, igualmente devem ser dirigidos mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal.

3. Os demais recursos, nos termos do modelo anexo IV deste Edital, deverão conter nome do candidato recorrente, nome do emprego, número de inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura do mesmo, sua fundamentação, que deverá ser clara e objetiva, quando for referente à questões citar a bibliografia consultada e será dirigido ao Instituto o Barriga Verde e deverá ser protocolado na PREFEITURA MUNICIPAL, aos cuidados da Comissão Fiscalizadora do Concurso e o prazo para tanto será de 02 (dois) dias úteis, excluído o dia da publicação, sendo os recursos:

I - da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;

II - dos gabaritos, para impugnação de questões formuladas. O pedido de revisão só poderá ser referente ao conteúdo das provas;

III - da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a

classificação, assim como para a revisão de sua própria prova e notas.

4. Se do exame de recursos resultarem anulação de questão ou item de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

4.1. No caso do gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

5. Findo o prazo para recurso, o concurso será homologado pelo Chefe do Poder Executivo, dentro de no máximo 10 (dez) dias, após publicação do resultado final.

6. Os recursos devem ser apresentados conforme anexo IV deste edital, digitado ou datilografado, sendo um formulário para cada questão.

Capítulo XII

REQUISITOS BÁSICOS PARA A NOMEAÇÃO AO EMPREGO

1. O provimento dos empregos ficarão a critério da PREFEITURA MUNICIPAL e obedecerão à ordem de classificação específica dos candidatos homologados, conforme a opção feita no ato de inscrição e de acordo com a necessidade.

2. O candidato nomeado que, por qualquer motivo, não tomar posse terá o ato de nomeação tornado sem efeito.

3. No caso de desistência formal da nomeação, prosseguir-se-á a nomeação dos demais candidatos aprovados, observada a ordem classificatória.

4. Serão exigidos dos candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas, até o momento da posse, os documentos comprobatórios dos requisitos para investidura no emprego.

5. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias ou xerocópias não autenticadas.

6. A não apresentação dos documentos comprobatórios fixados no presente Capítulo, dentro do prazo legal, implicará que seja tornado sem efeito o ato de nomeação.

7. A falta da comprovação de quaisquer dos requisitos para investidura no emprego até a data da posse ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretarão cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo Concurso Público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados pelo PREFEITURA MUNICIPAL. Mesmo que já tenha sido publicado o edital de homologação do resultado final, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

8. O provimento de empregos ficará a critério da PREFEITURA MUNICIPAL e obedecerá à ordem rigorosa de classificação dos candidatos aprovados.

Capítulo XIII

DA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS

1. Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

2. A convocação para contratação será feita através de carta com aviso de recebimento - AR.

3. Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da PREFEITURA MUNICIPAL, no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, contados da publicação do Edital de Convocação, munido de todos os documentos constantes no Capítulo IV, inclusive com o resultado da avaliação médica realizada pela junta médica oficial.

4. Não haverá, em hipótese alguma, segunda convocação, por qualquer que seja o motivo.

5. Será de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço, junto ao PREFEITURA MUNICIPAL, quando houver alteração do endereço informado na ficha de inscrição.

6. O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no item 3, deste capítulo, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Capítulo XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

2. A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

3. Todos os cálculos descritos neste Edital, relativos aos resultados das provas, serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.

4. A PREFEITURA MUNICIPAL poderá homologar, por atos diferentes e em épocas distintas, o resultado final dos empregos do Concurso Público.

5. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Concurso Público.

6. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço (inclusive eletrônico) e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do Concurso, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, quando for nomeado, perder o prazo para tomar posse, caso não seja localizado.

7. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

8. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as Provas correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

9. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e Processo Seletivo e à sua apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.

10. A PREFEITURA MUNICIPAL e o Instituto O Barriga Verde não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso.

11. O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, a qualquer tempo, implicará sua eliminação do Concurso Público.

12. Os cadernos de provas pertencem aos candidatos e estes poderão levá-los consigo desde que permaneçam em sala de provas até 30 minutos antes do horário previsto para o término da prova.

13. Os cadernos de provas escritas que não forem levados pelos candidatos no dia da prova, serão mantidos sob responsabilidade do Instituto O Barriga Verde, por um período de 03 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

14. Os demais apontamentos e documentação do certame, serão mantidos por 3 (três) meses, quando serão encaminhados para arquivo da administração municipal, após serem feitas cópias aleatórias para arquivo de segurança do IOBV.

15. Por resolução interna da instituição, os cadernos de provas não serão disponibilizados na rede mundial de computadores, como medida cautelar, a fim de evitar plágios futuros, mantendo o ineditismo e integridade da banca elaboradora.

16. A partir da abertura do prazo recursal a Comissão Fiscalizadora do Concurso, disponibilizará um caderno de provas de cada emprego, para consulta, não podendo os mesmos serem reproduzidos.

17. É expressamente vedada a participação de candidatos que forem parentes até 2º grau de membros das bancas examinadora ou organizadora.

17.1. Os membros da Comissão Fiscalizadora do Concurso Público, nomeada para acompanhar o certame ficam impedidos de funcionar e serão substituídos se qualquer candidato inscrito for seu parente até 2º grau.

18. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Fiscalizadora do Concurso .

19. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I – Atribuições dos Empregos, Anexo II – Conteúdo Programático, Anexo III– Requerimento de Necessidades Especiais, Anexo IV – Formulário para Interposição de Recursos.

Videira (SC), 30 de novembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS

MÉDICO – ESF

- I – Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita;
- II – Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso;
- III – Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde da Família (USF) e, quando necessário, no domicílio;
- IV – Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção da atenção básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS/2001 e suas alterações;
- V – Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- VI – Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabetes, de saúde mental, etc;
- VII – Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
- VIII – Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento da USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
- IX – Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- X – Indicar internação hospitalar;
- XI – Solicitar exames complementares;
- XII – Verificar e atestar óbito.

ENFERMEIRO – ESF

- I – Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada;
- II – Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as Disposições legais da profissão;
- III – Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF;
- IV – Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto, e idoso;
- V – No nível de suas competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária;
- VI – Realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na USF e, quando necessário, no domicílio;
- VII – Realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS 2002;
- VIII – Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- IX – Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc;
- X – Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções.

ODONTÓLOGO – ESF

- I – Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de

saúde bucal da população adstrita;

II - Realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB/SUS 96 – e na Norma Operacional Básica da Assistência à Saúde (NOAS);

III - Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adstrita;

IV - Encaminhar e orientar os usuários que apresentem problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento.

V - Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;

VI - Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;

VII - Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados;

VIII - Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;

IX - Executar as ações de assistência integral, aliado a atuação à saúde coletiva, assistindo famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local;

X - Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal;

XI - Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;

XII - Capacitar as equipes de Saúde da Família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;

XIII - Supervisionar o trabalho pelo Técnico de Higiene Dental – THD e o Atendente de Consultório Dentário – ACD.

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO – ESF

- I - Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados;
- II - Sob supervisão do cirurgião dentista ou do THD, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidênciação de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientações de escovação, uso do fio dental;
- III - Preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda, etc.) necessário para o trabalho;
- IV - Instrumentalizar o cirurgião dentista ou Técnico de Higiene Dental -THD durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mãos);
- V - Agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento;
- VI - Acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde bucal.
- VII - Orientar os pacientes sobre higiene bucal;
- VIII - Marcar consultas;
- IX - Preencher e anotar fichas clínicas;
- X - Manter em ordem arquivo e fichário;
- XI - Revelar e montar radiografias intra-orais;
- XII - Preparar o paciente para o atendimento;
- XIII - Auxiliar no atendimento ao paciente;
- XIV - Promover isolamento do campo operatório;
- XV - Manipular materiais de uso odontológico;
- XVI - Selecionar moldeiras;
- XVII - Confeccionar modelos em gesso;
- XVIII - Aplicar métodos preventivos para controle da cárie dental;
- XIX - Proceder à conservação e à manutenção do equipamento odontológico.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENSINO MÉDIO COMPLETO

LINGUA PORTUGUESA

Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção,

sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos. Ortografia oficial – novo acordo ortográfico. Regência verbal e nominal; Concordância verbal e nominal; Termos relacionados ao nome (adjunto adnominal, predicativo do sujeito, predicativo do objeto, complemento nominal, apostro, vocativo); Tipos de predicado. literatura portuguesa. Aspectos semânticos: adequação vocabular, denotação, conotação, polissemia e ambigüidade; homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais e atuais do Município de Videira, DE Santa Catarina, do Brasil e do Mundo. Atualidades econômicas e políticas, em nível local e nacional e Mundial. Temáticas atuais relevantes e amplamente divulgadas referente a acontecimentos no Mundo, no Brasil, no Estado de Santa Catarina e do Município de Videira. História, Geografia, Ciências Naturais, cultura, artes, pluralidade, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo, do Estado do Santa Catarina e do Município de Videira. Fatos da atualidade: nacionais e internacionais; Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e movimentos ecológicos.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, o números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

INFORMÁTICA BÁSICA

Sistema Operacional – Características da interface gráfica: manipulação de janelas, acesso a menus, uso do mouse, área de trabalho, barra de tarefas e de inicialização rápida. Botão Iniciar: programas, documentos recentes, painel de controle, impressoras, desligar. Utilização do Explorer: operações com arquivos e pastas, atalhos, modos de visualização, unidades de rede, lixeira. Acessórios do Windows: calculadora, bloco de notas, paint. Editores de Textos - Manipulação de documentos: novo, salvar, abrir, imprimir, proteger com senha, propriedades. Formatação de documentos: fonte, espaçamento, parágrafo, tabulação, maiúsculas e minúsculas, marcadores e numeração. Edição de documentos: localizar e substituir texto, selecionar, recortar, copiar, colar, numerar páginas, trabalhar com cabeçalho e rodapé, inserir figuras, quebrar páginas. Exibição de documentos: modo normal, layout de impressão, zoom, tela inteira. Configuração de documentos: margens, tamanho do papel, orientação para impressão. Tabelas: criar tabela, selecionar, inserir e eliminar células, formatar tabela, classificar. Ferramentas adicionais: verificar ortografia, corrigir palavras automaticamente, definir idioma, trabalhar com mala direta. Planilhas Eletrônicas – Área de trabalho: células, linhas e colunas, deslocamento do cursor na planilha, área de impressão, barra de edição, pastas de trabalho. Células: selecionar, copiar, recortar, colar, transpor, limpar, eliminar, proteger, inserir dados. Formatação de células e planilhas: formatar números, textos, datas e moedas, alinhamento, borda, fonte, padrões, formatação condicional.

-Versões dos softwares utilizados no programa:

- Sistema operacional Windows 98 e XP;
- Editores de textos e planilhas eletrônicas Microsoft Office XP e BR Office 2.0;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Métodos e técnicas para educação em saúde bucal, individual e coletiva; Noções de planejamento e avaliação das ações educativas; Técnicas de escovação e aplicação de flúor; Ações básicas de promoção à saúde bucal; Relação dos profissionais da saúde com as pessoas portadores de deficiências; Qualidade na prestação dos serviços na área da saúde; Anatomia bucal e dental; Noções de microbiologias oral; Fatores de risco ao aparecimentos e desenvolvimentos de doenças bucais; Principais doenças infecto-contagiosas e crônicas; Higiene e profilaxia: saúde bucal, higiene pessoal e ambiental; Placa bacteriana e método do controle da placa bacteriana; Ficha clínica e anotação dentária; Atendimento ao público; Ergonomia e riscos ocupacionais em odontologia; Equipamentos, materiais e instrumentais odontológicos; Noções de primeiros socorros; Conhecimentos básicos das estruturas anatômicas da cabeça e pescoço, tecidos moles da cavidade bucal e demais componentes do aparelho estomatognático; Conhecimento da fisiologia da mastigação e deglutição; Reconhecimento da dentição permanente e temporária através da representação gráfica e numérica; Características gerais e idade de irrupção dentária; Morfologia da dentição; Noções gerais de microbiologia; Meios de proteção de infecção na prática odontológica; Meios de contaminação de hepatite, Aids, tuberculose, sífilis e herpes; Formação e colonização da placa bacteriana; SUS (Sistema Único de Saúde) – importância e finalidade; Lei Federal n.º 8.080/90 e Lei n.º 11.350/2006 Noções de assepsia e antisepsia. Procedimentos práticos de desinfecção e esterilização no consultório. Noções básicas de saúde bucal. Manipulação e conservação dos materiais dentários utilizados em procedimentos de prevenção e dentística. Tipos de instrumentais utilizados. preenchimento adequado do odontograma da ficha clínica. Código de ética da profissão.

- Lei Municipal n.º 1.942/2007;
- Portaria n.º 648 de 28 de março de 2006;
- Lei Federal nº 11.350 de 05 de outubro de 2006;
- Lei Orgânica do Município de Videira.

COMUNS AOS EMPREGOS DE ENSINO SUPERIOR COMPLETO

LINGUA PORTUGUESA

Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos. Ortografia oficial – novo acordo ortográfico. Regência verbal e nominal; Concordância verbal e nominal; Termos relacionados ao nome (adjunto adnominal, predicativo do sujeito, predicativo do objeto, complemento nominal, apostro, vocativo); Tipos de predicado. literatura portuguesa. Aspectos semânticos: adequação vocabular, denotação, conotação, polissemia e ambigüidade; homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais e atuais do Município de Videira, DE Santa Catarina, do Brasil e do Mundo. Atualidades econômicas e políticas, em nível local e nacional e Mundial. Temáticas atuais relevantes e amplamente divulgadas referente a acontecimentos no Mundo, no Brasil, no Estado de Santa Catarina e do Município de Videira. História, Geografia, Ciências Naturais, cultura, artes, pluralidade, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo, do Estado do Santa Catarina e do Município de Videira. Fatos da atualidade: nacionais e internacionais; Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e movimentos ecológicos.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, o números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**MÉDICO - ESF**

Legislação: Lei Municipal 1942/2007; Portaria 648 de 28 de março de 2006; Lei Federal nº 11350 de 05 de outubro de 2006; Portaria n.º 2.027, de 25 de agosto de 2011; Lei Orgânica do Município. Sistema Único de Saúde – SUS; Política Nacional de Humanização do Atendimento – HUMANIZASUS; Normas de biossegurança; Atenção à saúde da criança, do adulto, da mulher e do idoso; Atenção à vacinação e aos problemas relativos às doenças ocupacionais; Procedimentos cirúrgicos de pequeno porte; Elaboração em equipe do perfil epidemiológico e das estratégias de ação para a promoção, prevenção e recuperação da saúde; Planejamento e programação em saúde; Implementação do sistema de referência e contra-referência; Doenças de notificação compulsória obrigatória; Doenças Infecciosas; Doença Sexualmente Transmissível; Doenças do aparelho digestivo; Reumatologia; Aparelho respiratório; Aparelho circulatório; Sistema hemolinfopoético; Aparelho urinário; Metabolismo e endocrinologia; Doenças infectoparasitárias; Dermatologias; Rastreamento de câncer de colo uterino; Prática clínica baseada em evidência; Síncope; Tabagismo e alcoolismo; Alguns aspectos do controle da criança no primeiro ano de vida; Hipertensão Arterial; Insuficiência Cardíaca; Seguimento da Gravidez normal; Ansiedade, Depressão e Insônia; Violência Familiar e Abuso Sexual Infantil; Algumas reflexões sobre a Prática da Medicina Familiar; Histórico da medicina familiar e da saúde da família no Brasil; Princípios da medicina familiar e comunitária; Noção de território e planejamento de ações voltadas a realidade local; Desenvolvimento de soluções práticas aos problemas locais; Metodologia de estudo e pesquisa de saúde; Técnicas de associação e avaliação familiar; Teoria sistêmica; Teoria da abordagem comunitária; Construindo um relacionamento terapêutico; Auxiliando a comunidade a se organizar; Desenvolvimento de grupos terapêuticos nos diferentes cenários da atenção primária; Referenciando pacientes. Atribuições do emprego de Médico de ESF.

ENFERMEIRO - ESF

Legislação: Lei Municipal 1942/2007; Portaria 648 de 28 de março de 2006; Lei Federal nº 11350 de 05 de outubro de 2006; Lei Orgânica do Município. Sistema Único de Saúde – SUS; Política Nacional de Humanização do Atendimento – HUMANIZASUS; Deontologia e a enfermagem. Leis que regulamentam a enfermagem, a saúde e o SUS. Vigilância Epidemiológica, indicadores de saúde e Vigilância Sanitária. Sistema de Informação. Estratégia Saúde da Família e a Enfermagem. Ações de Enfermagem nos programas ministeriais: Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus, Planejamento Familiar; Controle das DST's; Imunização, tuberculose, hanseníase, hepatite B e C, anemia falciforme; Assistência ao Idoso; Assistência a Mulher; Pré-Natal, Parto e Puerpério, Saúde Reprodutiva, Prevenção de Câncer de Colo de Útero e de Mama, Violência intra-familiar; Assistência à Criança, ao Adolescente, ao Recém-nascido e ao Prematuro; Política de Saúde Mental; Assistência em Unidade Básica de Saúde, Unidades de Saúde. Métodos e técnicas para esterilização. Assistência em feridas. Administração e gerenciamento

em Enfermagem. Assistência ao paciente crítico nas urgências e emergências. Atribuições do emprego de Enfermeira de ESF.

ODONTÓLOGO - ESF

Morfologia dos dentes decíduos. Diferença entre os dentes permanentes e decíduos. Características anatômicas dos dentes decíduos: características da dentição decídua; desenvolvimento da dentição mista; implicações clínicas no desenvolvimento das dentições decíduas e mistas; reabilitação bucal e manejo cirúrgico; técnicas de anestesia local em odontologia cirúrgica em odontopediatria; tratamento endodôntico em dentes decíduos; capeamentos pulpare; pulpotomias; pulpotomias com formocresol e técnicas de trabalho; pulpectomias em dentes decíduos; tratamento de dentes decíduos com polpa mortificada; lesões traumáticas em dentes decíduos e permanentes jovens. Estudo e diagnóstico das alterações pulpares e periapicais. Etiopatogenia das alterações pulpares. Etiopatogenia das alterações periapicais. Conhecimentos básicos necessários ao diagnóstico. Seleção de casos. Tratamento: Conservador da polpa viva. Radical. Anestesia local. Exodontia. Semiologia: Diagnóstico em patologia bucal: o processo do diagnóstico; exame clínico; exames complementares; semiologia da boca; lesões ulcerativas e vésico-bolhosas; lesões brancas; doenças infecciosas; semiologia do câncer bucal; manifestações de doenças sistêmicas; estomatologia pediátrica; estomatologia geriátrica. Vias de administração de drogas. Normas de receituário e de notificação de receita. Bases farmacológicas para prática clínica. Uso clínico dos antimicrobianos. Pacientes que requerem cuidados especiais. Saúde Bucal e Preventiva, Ética, Dentística: Epidemiologia das doenças bucais no Brasil. Nutrição, dieta e cárie. Diagnóstico. Tratamento da doença cárie. Controle da placa dental realizado pelo paciente. Flúor sistêmico, aspectos básicos, toxicológicos e clínicos. Ciclo restaurador repetitivo. Dentística e manutenção de Saúde Bucal. Promoção de saúde em odontopediatria. Bioética em Odontologia. Considerações clínicas e laboratoriais sobre a reatividade de compostos fluoretados aplicados no esmalte dental humano. Materiais Dentários: Resinas para restauração. Adesão. Amálgama dental: a) estrutura e propriedades; b) considerações técnicas. Cimentos odontológicos para restaurações e proteção pulpar. Materiais de acabamento e polimento. Periodontia: Anatomia do periodonto. Placa dental e cálculo dental. Microbiologia da doença periodontal associada à placa. Doença periodontal em crianças e adultos jovens. Lei nº 8069, de 13/07/1990 e alterações - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Legislação: Lei Municipal 1942/2007; Portaria 648 de 28 de março de 2006; Lei Federal nº 11350 de 05 de outubro de 2006; Lei Orgânica do Município. Sistema Único de Saúde – SUS; Política Nacional de Humanização do Atendimento – HUMANIZASUS; Princípios da técnica cirúrgica. Código de ética odontológica. Cistos e tumores odontogênicos. Emergências médicas. Princípios básicos e determinantes da oclusão em odontologia. Perícia odontológica. Odontologia legal. Diagnóstico clínico das lesões fundamentais em odontologia. Farmacologia e terapêutica medicamentosa em odontologia. Urgência e emergência em odontologia. Atribuições do emprego de Odontólogo de ESF.

ANEXO III**REQUERIMENTO**

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público para Emprego Público - Edital nº 005/2012, da

PREFEITURA MUNICIPAL, inscrição número _____,
para o emprego de _____ requer a
Vossa Senhoria:

1) () Condição Especial para Deficiente Físico realizar a prova,
sendo a deficiência:

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte
Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2012.

Assinatura do Requerente

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO - EDITAL Nº005/2012

Nome do Candidato: _____

Tipo de Recurso:

- [] 1 – Contra o edital
[] 2 – Contra indeferimento de inscrição
[] 3 – Contra indeferimento da isenção da taxa de inscrição
[] 4 – Contra Inscrição
[] 5 – Contra questão da prova
[] 6 - Contra o Gabarito
[] 7 – Contra a Pontuação Prova
[] 8 - outros

1 – Deferido

2 – Indeferido

N.º de Inscrição: _____

Emprego: _____

N.º da Questão: _____

Data: _____

Fundamentação e Referência Bibliográfica: _____

Assinatura do Candidato _____

Local e data _____ de _____ de 2012.

Edital Nº 006/12 - Processo Seletivo-Saude

PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 006/2012 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, bem como na Lei Federal nº 11.350/2006 e na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, torna público o Edital nº 006/2012 para realização de Processo Seletivo para Emprego Público, para provimento de vagas do quadro do Programa Estratégia Saúde da Família, mediante as condições previstas neste Edital com o seguinte teor:

Capítulo I

DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

A realização do certame seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Cronograma das Atividades	Período
1.	Período de inscrições exclusivamente pela internet (on-line), no site www.iobv.com.br	05/12/2012 a 05/01/2013
2.	Último dia para pagamento da taxa de inscrição.	07/01/2013
3.	Prazo final para protocolo ou envio via sedex do requerimento e do laudo médico dos candidatos solicitarem condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz.	04/01/2013
4.	Homologação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os empregos	11/01/2013
5.	Prazo para recursos contra o resultado da homologação das inscrições	14 e 15/01/2013
6.	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações	17/01/2013
7.	Aplicação das provas escritas objetivas	20/01/2013
8.	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita no site www.iobv.com.br	20/01/2013
9.	Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita	21 e 22/01/2013
10.	Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva nos sites www.videira.sc.gov.br e www.iobv.com.br	Após julgados os recursos
11.	Divulgação da classificação preliminar nos sites www.videira.sc.gov.br e www.iobv.com.br	Após julgados os recursos
12.	Recursos contra a classificação preliminar	Dois dias após publicação
13.	Classificação final geral	Após julgados todos os recursos

14. O cronograma acima poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Fiscalizadora de Processo Seletivo e do Instituto o Barriga Verde.

Capítulo II

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Processo Seletivo para emprego público será realizado sob



a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde, obedecidas as normas deste Edital.

2. O Processo Seletivo para emprego público destina-se ao preenchimento do quadro de vagas do Programa Estratégia Saúde da Família, previsto na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, de acordo com a tabela constante no Capítulo III deste Edital.

3. Os candidatos nomeados nos empregos públicos, serão regidos pelo Decreto-lei nº 5.452/43 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, previsto no artigo 201 da Constituição Federal, e incluídos no Regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, previsto no artigo 7º, inciso III, da Constituição Federal.

4. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, respeitada a ordem de classificação.

5. O Processo Seletivo terá validade de 01 ano, a contar da publicação da homologação, prorrogáveis por mais um ano, a critério da administração.

6. A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo dar-se-ão pela publicação de editais, por meio da internet no site www.videira.sc.gov.br e em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br.

Capítulo III

DOS EMPREGOS, DAS VAGAS, DA CARGA HORARIA, DA REMUNERAÇÃO E DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O Processo Seletivo destina-se ao provimento de vagas para emprego público, do quadro de vagas do Programa Estratégia Saúde da Família, previstos na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, de acordo com a tabela de empregos e vagas abaixo, e ainda das vagas que vierem a surgir no prazo de validade do Processo Seletivo.

Emprego	Carga Horária semanal	Habilitação/Escolaridade	Vencimento	Vagas	Tipo
Agente Comunitário de Saúde (Santa Gema)	40h	Ensino Fundamental Completo, participação em Curso Introdutório de Formação Continuada e residir na área de atuação (bairro)	R\$ 622,00	01 + CR	Emprego Público
Agente Comunitário de Saúde (Panazzolo)	40h	Ensino Fundamental Completo, participação em Curso Introdutório de Formação Continuada e residir na área de atuação (bairro)	R\$ 622,00	01 + CR	Emprego Público

Agente Comunitário de Saúde (Marafon)	40h	Ensino Fundamental Completo, participação em Curso Introdutório de Formação Continuada e residir na área de atuação (bairro)	R\$ 622,00	01 + CR	Emprego Público
Agente Comunitário de Saúde (Oficina)	40h	Ensino Fundamental Completo, participação em Curso Introdutório de Formação Continuada e residir na área de atuação (bairro)	R\$ 622,00	01 + CR	Emprego Público
Agente Comunitário de Saúde (Farroupilha)	40h	Ensino Fundamental Completo, participação em Curso Introdutório de Formação Continuada e residir na área de atuação (bairro)	R\$ 622,00	01 + CR	Emprego Público
Agente Comunitário de Saúde (Santa Tereza)	40h	Ensino Fundamental Completo, participação em Curso Introdutório de Formação Continuada e residir na área de atuação (bairro)	R\$ 622,00	01 + CR	Emprego Público
Agente Comunitário de Saúde (Água Verde)	40h	Ensino Fundamental Completo, participação em Curso Introdutório de Formação Continuada e residir na área de atuação (bairro)	R\$ 622,00	CR	Emprego Público

Agente Comunitário de Saúde (Santos Dumond)	40h	Ensino Fundamental Completo, participação em Curso Introdutório de Formação Continuada e residir na área de atuação (bairro)	R\$ 622,00	CR	Emprego Público
Agente Comunitário de Saúde (Cidade Alta)	40h	Ensino Fundamental Completo, participação em Curso Introdutório de Formação Continuada e residir na área de atuação (bairro)	R\$ 622,00	CR	Emprego Público
Agente de Combate à Endemias	40h	Ensino Fundamental Completo e participação de Curso Introdutório de formação inicial e continuada.	R\$ 622,00	CR	Emprego Público

2. A descrição dos empregos encontram-se no Anexo I do presente edital e os conteúdos programáticos constam do Anexo II.

Capítulo IV

DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO EMPREGO

1. O candidato aprovado no Processo Seletivo de que trata este Edital será investido no emprego se atender às seguintes exigências, na data da posse:

- I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II - ter completado dezoito anos;
- III - estar no gozo dos direitos políticos;
- IV - ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação e estar quite com as obrigações eleitorais;
- V - possuir os requisitos de escolaridade exigidos para o seu exercício;
- VI - atender às exigências especiais para seu provimento, previstos na legislação específica de âmbito municipal;
- VII - não ter sido demitido de serviço público Federal, Estadual ou Municipal, com impedimento de exercer função pública;
- VIII - apresentar os seguintes documentos;
 - a) Carteira de Trabalho;
 - b) PIS/PASEP;
 - c) 1 (uma) foto 3x4;
 - d) Comprovante de Residência;
 - e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
 - f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
 - g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
 - h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Processo Seletivo);

- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Processo Seletivo);
- IX - apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.
 - a) Avaliação Cardiológica;
 - b) Avaliação Neurológica;
 - c) RX Tórax;
 - d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
 - e) Hemograma;
 - f) VDRL;
 - g) ABO RH;
 - h) Glicemia;
 - i) Ex. Quant. Urina;
 - j) EPF;
 - k) Avaliação Audiométrica;
 - l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
 - m) Exame Anti-HBS.
- X) conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

2. O candidato que não reunir os requisitos enumerados no item 1 deste Capítulo perderá o direito à investidura no referido emprego.

Capítulo V

DAS INSCRIÇÕES

1. A inscrição do candidato implicará conhecimento e a tácita aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham definidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

1.1 Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Processo Seletivo.

2. As inscrições serão recebidas por meio do endereço eletrônico www.iobv.com.br do Instituto o Barriga Verde.

3. As inscrições ao Processo Seletivo serão realizadas exclusivamente no site do Instituto o Barriga Verde: www.iobv.com.br, por meio do Formulário de Inscrição via Internet, no período descrito conforme cronograma do capítulo I deste edital, observado o horário de Brasília.

3.1 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional.

3.2 A prorrogação das inscrições de que trata o item anterior poderá ser feita sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.com.br.

4. Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.iobv.com.br durante o período das inscrições e, por meio dos links referentes ao Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Videira, efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

4.1 Ler e aceitar as normas do edital, preencher o Formulário de Inscrição e transmitir os dados pela Internet.

4.2 Efetuar o pagamento referente à inscrição, de acordo com as instruções constantes no endereço eletrônico, até o dia estabelecido conforme cronograma do capítulo I deste edital.

4.2.1 Do valor das Inscrições

Escolaridade	Valor
Empregos com nível fundamental completo	R\$ 25,00

4.3 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.4 O candidato deverá efetuar o pagamento do valor da inscrição por boleto bancário, pagável em qualquer banco.

4.5 O boleto bancário, disponível no endereço eletrônico www.iobv.com.br, deverá ser impresso para o pagamento do valor da

inscrição, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line.

4.6 O candidato inscrito não deverá enviar cópia do documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade as informações dos dados cadastrais no ato de inscrição, sob as penas da lei.

4.7 Transcorridas quarenta e oito horas após o pagamento do boleto bancário, o candidato poderá conferir, no endereço eletrônico do Instituto o Barriga Verde, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante de inscrição. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC do Instituto o Barriga Verde, telefone (0XX47) 3562-1598, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília), ou pelo e-mail concursos@iobv.com.br, para verificar o ocorrido.

4.8 As inscrições somente serão confirmadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição.

4.9 As solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após o dia estabelecido no cronograma, não serão aceitas.

4.10 Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos de devolução da importância paga em hipótese alguma, a não ser no caso de cancelamento do Processo Seletivo.

5. Ao inscrever-se, o candidato deverá indicar no Formulário de Inscrição o emprego a que deseja concorrer.

6. O local de realização da prova será somente no município de Videira – SC.

7. Ao inscrever-se no Processo Seletivo, é recomendado ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas, uma vez que é de sua responsabilidade manter-se informado sobre as publicações deste certame.

8. O candidato que efetivar mais de uma inscrição terá confirmada apenas a última, sendo as demais canceladas. Não sendo possível identificar a última inscrição efetivada, todas poderão ser canceladas.

8.1. Será de inteira responsabilidade do candidato a viabilidade de apresentar-se nos locais e horários determinados para a realização das provas.

9. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração.

Capítulo VI

DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

1. Após análise das inscrições o Chefe do Poder Executivo homologará as inscrições nos meios de publicações oficiais, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação.

2. Julgados os recursos interpostos, com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, caso haja alteração, será divulgada nova homologação.

Capítulo VII

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS E das condições especiais PARA REALIZAR AS PROVAS

1. De acordo com o Decreto Federal nº 3.298/99, como o número de vagas dos empregos a que se refere o presente Processo Seletivo é de apenas 1 (uma) vaga para cada emprego, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência.

2. O candidato portador de deficiência que necessitar de condição especial para realização da prova deverá solicitá-la através do anexo III, até a data prazo estabelecida no cronograma, pessoalmente protocolando na PREFEITURA MUNICIPAL ou via Sedex, para o Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, n.233 – 89.190-000 – Centro – Taió – SC. (o Instituto o Barriga Verde e a Prefeitura não se responsabilizam por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da documentação a seu destino).

2.1 O candidato deverá encaminhar, junto à sua solicitação de condição especial para realização da prova, Laudo Médico (original ou cópia autenticada) atualizado que justifique o atendimento especial solicitado.

2.2 O candidato que não o fizer até o término das inscrições, terá

sua solicitação indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública.

2.3 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

3. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira conforme anexo III, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

3.1 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova deverá solicitá-la através do anexo III, até o término das inscrições, pessoalmente pessoalmente protocolando na PREFEITURA MUNICIPAL ou via Sedex, para o Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 22 – 89.190-000 – Centro – Taió – SC, (o Instituto o Barriga Verde e a Prefeitura não se responsabilizam por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da documentação a seu destino).

3.2 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

3.3 A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata). O Instituto o Barriga Verde não disponibilizará acompanhante para a guarda da criança e a candidata não poderá permanecer com a criança na sala de prova.

3.4 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

3.5 Na sala reservada para amamentação ficarão a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), referido no item 3.3. ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

Capítulo VII

DAS PROVAS

1. As provas serão realizadas no município de Videira – SC.

2. Não será permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação;

3. O Processo Seletivo será constituído de:

a) provas escritas objetivas de caráter classificatório para todos os empregos;

4. DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

4.1. Os itens da prova objetiva poderão avaliar habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

4.2 Cada item da prova objetiva poderá contemplar mais de uma habilidade de conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento e conhecimentos relativos à atribuição do emprego.

4.3. Será aplicado exame de habilidades e de conhecimentos, mediante provas objetivas, de caráter classificatório e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de resposta em cada questão, com somente uma opção correta, distribuídas conforme quadros abaixo:

QUADRO DE QUESTÕES PARA OS EMPREGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO:

PROVA	No. QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL PONTOS
Língua Portuguesa	10	0,22	2,20
Conhecimentos Gerais	05	0,22	1,10
Informática Básica	05	0,22	1,10
Matemática	05	0,22	1,10
Legislação e Conteúdos Específicos de Emprego	15	0,30	4,50

Total	40		10,00
-------	----	--	-------

4.4. DO HORÁRIO E LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

4.4.1. As provas escritas objetivas, serão realizadas em data conforme cronograma do capítulo I deste edital. O local será divulgado em edital de convocação. E serão realizadas nos seguintes horários:

Fechamento dos Portões	Início da Prova	Término	Liberção do Caderno de Provas
08h15min.	08h30min	11h30min	11 horas

4.4.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário de Brasília.

4.4.3. A confirmação da data e as informações sobre horários, locais e distribuição dos empregos e candidatos por sala (ensalamento) serão divulgadas oportunamente por meio de edital próprio a ser publicado no mural oficial da Câmara em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br.

4.4.4. Ao candidato só será permitida a realização das provas na respectiva data, local e horários se constar o seu nome no edital de convocação.

4.4.5. O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões, para localizar sua sala e assinar a lista de presença.

4.4.6. Os portões de acesso às salas de provas serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início das provas e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário, ficando, automaticamente, excluído do certame. O candidato terá o tempo de 15 minutos para localizar sua sala, conferir seu material e documentação e deverá estar em sala de provas até o horário previsto para o início das provas.

4.4.7. A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado será de inteira responsabilidade do candidato.

4.4.8. Somente será admitido à sala de provas o candidato:

a) cujo nome conste da lista de homologação das inscrições
b) que se apresentar no portão até horário estabelecido para seu fechamento.

c) e estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97).

4.4.8.1. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

4.4.8.2 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido a identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

4.4.8.3. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

4.4.9. O candidato deverá levar consigo o material de uso pessoal para realização da prova, sendo este obrigatoriamente: 02 (duas) canetas esferográficas de tinta azul ou preta de material transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

4.4.10. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo, o Instituto O Barriga Verde, poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital nas folhas de respostas personalizadas, de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

4.4.11. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova.

4.4.12. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

4.4.13. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo Seletivo.

4.4.14. Durante a realização das Provas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

4.4.15. Motivarão a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

4.4.16. Por medida de segurança os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas à observação dos fiscais de sala, durante a realização das provas.

4.4.17. Poderá ser excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;

b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;

c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

d) não apresentar documento que bem o identifique;

e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 01h00min (uma hora) do início das provas;

g) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o autorizado pelo Instituto O Barriga Verde no dia da aplicação das provas;

h) ausentar-se da sala de provas levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;

i) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

j) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

k) não devolver integralmente o material recebido;

l) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar;

m) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

n) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

4.4.18. Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados antes de embalados e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

4.4.18.1 Os pertences pessoais dos candidatos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos na sala de prova.

4.4.18.2 O Instituto O Barriga Verde e a PREFEITURA MUNICIPAL não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

4.4.19. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde procederá à inclusão do candidato, desde que apresente

comprovante de Inscrição.

4.4.19.1 A inclusão de que trata o item 4.4.19 será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto o Barriga Verde, na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

4.4.19.2 Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

4.4.20. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o Coordenador do Local de Prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de Questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;
- c) estabelecer, prazo para compensação do tempo usado para regularização do Caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

4.4.21. Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e o candidato será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

4.4.22. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

4.4.23. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

4.4.24. O candidato só poderá levar o caderno de provas se permanecer em sala até 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término da prova.

4.4.25. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das provas deverão retirar-se do local simultaneamente, após lacram o envelope de provas.

4.4.26. A Comissão Fiscalizadora poderá, justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

4.4.27. Não será aceita a solicitação de condição especial de prova se o candidato não comprovar a sua deficiência, e requerer tais condições nos termos deste edital.

4.4.28. Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

4.4.29. Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato deverá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas, cartão de respostas, comprovante de inscrição e identidade.

4.4.30. Ao candidato aconselha-se que no dia da realização da prova, leve consigo o comprovante de inscrição para possíveis conferências. Porém é indispensável a apresentação de documento de identificação com foto.

4.5. DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

4.5.1. As questões da prova serão do tipo múltipla escolha. O candidato deverá assinalar as respostas da prova objetiva no cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.

4.5.2. Poderá haver mais de um tipo de prova para cada emprego, neste caso o candidato deverá obrigatoriamente identificar o tipo de prova no seu cartão resposta.

4.5.3. Nas Provas Objetivas, o candidato deverá assinalar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA, que será o único documento válido para a correção da prova.

4.5.4. O preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas no Caderno de Questões.

4.5.5. Não será fornecido em nenhuma hipótese novo

cartão-resposta.

4.5.6. Não é de responsabilidade do fiscal de sala conferir se o candidato preencheu corretamente o cartão-resposta.

4.5.7. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos no cartão-resposta, em especial seu nome, número de inscrição e opção de emprego, e em seguida deverá assiná-lo.

4.5.8. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

4.5.9. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta serão de inteira responsabilidade do candidato.

4.5.10. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

4.5.11. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

4.5.12. Tendo em vista ser o processo de correção de provas por meio eletrônico - leitura ótica -, não haverá desidentificação dos cartões-respostas.

4.5.13. Será permitido aos candidatos copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial, podendo utilizar-se da folha de instruções do caderno de provas.

4.5.14. O Gabarito Preliminar das provas objetivas será divulgado pela PREFEITURA MUNICIPAL, no Mural e no site www.videira.sc.gov.br, no dia seguinte da data da realização das provas e em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br.

4.5.15. Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais não serão fornecidas cópias das provas a instituições de direito público ou privado, nem mesmo sua publicação on-line, mesmo após o encerramento do certame.

4.5.16. Aos candidatos só será fornecido o caderno de provas se o candidato permanecer em sala de provas até 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término das provas.

4.5.17. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

4.5.18. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

Capítulo IX

DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

1. Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita objetiva.

3. A classificação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem decrescente das notas obtidas, expressas com 3 (três) casas decimais.

4. Não serão divulgadas as notas dos candidatos que não atingirem a nota mínima para aprovação, os quais poderão solicitar seu boletim de notas através do email concursos@iobv.com.br, ou junto a Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo.

Capítulo X

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

1. Em caso de empate nas notas, para fins de classificação final, como critério de desempate, terá preferência o candidato que:

1º possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;

2º possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;

3º possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Gerais;

4º o candidato mais velho.

5º. maior número de dependentes.

Capítulo XI DOS RECURSOS E REVISÕES

1. Serão admitidos recursos das seguintes fases:

- a) do presente edital;
- b) do não deferimento do pedido de inscrição;
- c) da formulação das questões;
- d) da discordância com o gabarito das provas escritas;
- e) da classificação;
- f) da homologação do resultado do Processo Seletivo;
- g) e da nomeação.

2. Os recursos contra este Edital poderão ser efetuados por qualquer cidadão no prazo de dois dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido a PREFEITURA MUNICIPAL.

2.1. Os recursos contra a homologação do resultado do Processo Seletivo e contra a nomeação, igualmente devem ser dirigidos mediante requerimento dirigido a PREFEITURA MUNICIPAL.

3. Os demais recursos, nos termos do modelo anexo IV deste Edital, deverão conter nome do candidato recorrente, nome do emprego, número de inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura do mesmo, sua fundamentação, que deverá ser clara e objetiva, quando for referente à questões citar a bibliografia consultada e será dirigido ao Instituto o Barriga Verde e deverá ser protocolado na PREFEITURA MUNICIPAL, aos cuidados da Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo e o prazo para tanto será de 02 (dois) dias úteis, excluído o dia da publicação, sendo os recursos:

I - da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;

II - dos gabaritos, para impugnação de questões formuladas. O pedido de revisão só poderá ser referente ao conteúdo das provas;

III - da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação, assim como para a revisão de sua própria prova e notas.

4. Se do exame de recursos resultarem anulação de questão ou item de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

4.1. No caso do gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

5. Findo o prazo para recurso, o Processo Seletivo será homologado pelo Chefe do Poder Executivo, dentro de no máximo 10 (dez) dias, após publicação do resultado final.

6. Os recursos devem ser apresentados conforme anexo IV deste edital, digitado ou datilografado, sendo um formulário para cada questão.

Capítulo XII REQUISITOS BÁSICOS PARA A NOMEAÇÃO AO EMPREGO

1. O provimento do emprego ficará a critério da PREFEITURA MUNICIPAL e obedecerá à ordem de classificação específica dos candidatos homologados, conforme a opção feita no ato de inscrição e de acordo com a necessidade.

2. O candidato nomeado que, por qualquer motivo, não tomar posse terá o ato de nomeação tornado sem efeito.

3. No caso de desistência formal da nomeação, prosseguir-se-á a nomeação dos demais candidatos aprovados, observada a ordem classificatória.

4. Serão exigidos dos candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas, até o momento da posse, os documentos comprobatórios dos requisitos para investidura no emprego.

5. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias ou xerocópias não autenticadas.

6. A não apresentação dos documentos comprobatórios fixados no presente Capítulo, dentro do prazo legal, implicará que seja tornado sem efeito o ato de nomeação.

7. A falta da comprovação de quaisquer dos requisitos para investidura no emprego até a data da posse ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretarão cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo Processo Seletivo e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados pela PREFEITURA MUNICIPAL. Mesmo que já tenha sido publicado o edital de homologação do resultado final, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

8. O provimento de empregos ficará a critério da PREFEITURA MUNICIPAL e obedecerá à ordem rigorosa de classificação dos candidatos aprovados.

Capítulo XIII DA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS

1. Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

2. A convocação para contratação será feita através de Carta com Aviso de Recebimento - AR.

3. Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da PREFEITURA MUNICIPAL, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do Edital de Convocação, munido de todos os documentos constantes no Capítulo IV, inclusive com o resultado da avaliação médica realizada pela junta médica oficial.

4. Não haverá, em hipótese alguma, segunda convocação, por qualquer que seja o motivo.

5. Será de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço, junto a PREFEITURA MUNICIPAL, quando houver alteração do endereço informado na ficha de inscrição.

6. O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no item 3, deste capítulo, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Capítulo XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

2. A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Processo Seletivo.

3. Todos os cálculos descritos neste Edital, relativos aos resultados das provas, serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.

4. A PREFEITURA MUNICIPAL poderá homologar, por atos diferentes e em épocas distintas, o resultado final dos empregos do Processo Seletivo.

5. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

6. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço (inclusive eletrônico) e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do Processo Seletivo, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, quando for nomeado, perder o prazo para tomar posse, caso não seja localizado.

7. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

8. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as Provas correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

9. As despesas relativas à participação do candidato no Processo Seletivo e à sua apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.

10. A PREFEITURA MUNICIPAL e o Instituto O Barriga Verde não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo.

11. O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, a qualquer tempo, implicará sua eliminação do Processo Seletivo.

12. Os cadernos de provas pertencem aos candidatos e estes poderão levá-los consigo desde que permaneçam em sala de provas até 30 minutos antes do horário previsto para o término da prova.

13. Os cadernos de provas escritas que não forem levados pelos candidatos no dia da prova, serão mantidos sob responsabilidade do Instituto O Barriga Verde, por um período de 03 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

14. Os demais apontamentos e documentação do certame, serão mantidos por 3 (três) meses, quando serão encaminhados para arquivo da administração municipal, após serem feitas cópias aleatórias para arquivo de segurança do IOBV.

15. Por resolução interna da instituição, os cadernos de provas não serão disponibilizados na rede mundial de computadores, como medida cautelar, a fim de evitar plágios futuros, mantendo o ineditismo e integridade da banca elaboradora.

16. A partir da abertura do prazo recursal a Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo, disponibilizará um caderno de provas de cada emprego, para consulta, não podendo os mesmos serem reproduzidos.

17. É expressamente vedada a participação de candidatos que forem parentes até 2º grau de membros das bancas examinadora ou organizadora.

17.1. Os membros da Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo, nomeada para acompanhar o certame ficam impedidos de funcionar e serão substituídos se qualquer candidato inscrito for seu parente até 2º grau.

18. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo.

19. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I – Atribuições dos Empregos, Anexo II – Conteúdo Programático, Anexo III – Requerimento de Necessidades Especiais, Anexo IV – Formulário para Interposição de Recursos.

Videira (SC), 30 de novembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

I – Preencher boletins do Programa de Controle Da Febre Amarela e Dengue-PCFAD.;

II – Efetuar pesquisa de campo em: Armadilhas, Pesquisa Pontos Estratégicos e Levantamento de Índice por Amostragem;

III – Efetuar visitas domiciliares, orientando sobre métodos de prevenção contra a Dengue;

IV – Organizar dados, registros e arquivar documentos, classificando-os por matérias, ordem alfabética ou outro sistema de classificação para possibilitar um controle sistemático do mesmo;

V – Colaborar na elaboração de relatórios, atendendo as normas ou exigências na área;

VI – Participar de cursos, seminários, treinamentos, atualizações, entre outros;

VII – Executar outras atividades correlatas.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

I - Cadastrar as famílias de sua área de atuação (+/- 250 famílias);

II - Estimular a participação comunitária;

III - Analisar junto com os demais membros da equipe de saúde, as necessidades da comunidade;

IV - Registrar nascimentos e óbitos;

V - Participar das ações de saneamento básico e melhoria do meio ambiente;

VI - Acompanhar gestantes, orientando sobre o pré-natal;

VII - Acompanhar crianças de 0-5 anos em relação ao crescimento e desenvolvimento;

VIII - Controlar o cartão de vacinas;

IX - Estimular o aleitamento materno;

X - Controlar as doenças diarreicas, estimulando a terapia de reidratação oral.

XI - Descobrir precocemente as crianças com infecções respiratórias;

XII - Orientar sobre os cuidados higiênicos com o corpo, a água, o preparo de alimentos;

XIII - Orientar sobre o correto destino do lixo;

XIV - Identificar situações de risco, como por exemplo: crianças com idade inferior a quatro meses que não estão sendo amamentadas ao peito, bebês com peso inferior a 2500g ao nascer, crianças desnutridas, filhos de mães alcoólatras, fumantes entre outras, gestantes que não iniciaram pré-natal, gestantes desnutridas, com pressão alta, menor de 18 anos e mulheres que engravidam após os 40 anos.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

COMUNS AOS EMPREGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto(s). Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero). Demonstrar Domínio da língua escrita; Alfabeto – Vogais e Consoantes; Maiúsculas e Minúsculas; Ditongos, tritongos; Masculino e Feminino (artigos); Sinônimo e Antônimo; encontros vocálicos; encontros consonantais; dígrafos; sílabas; tonicidade das sílabas. Ortografia oficial – novo acordo ortográfico.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais e atuais do Município de Videira, DE Santa Catarina, do Brasil e do Mundo. Atualidades econômicas e políticas, em nível local e nacional e Mundial. Temáticas atuais relevantes e amplamente divulgadas referente a acontecimentos no Mundo, no Brasil, no Estado de Santa Catarina e do Município de Videira. História, Geografia, Ciências Naturais, cultura, artes, pluralidade, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo, do Estado do Santa Catarina e do Município de Videira. Fatos da atualidade: nacionais e internacionais; Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e movimentos ecológicos.

MATEMÁTICA.

Conjunto de Números Naturais: Operações: (adição/subtração/multiplicação/divisão); Propriedades/comparação; Expressões numéricas; Teoria dos números: pares/ímpares/múltiplos/divisão/potenciação/radiciação simplificação; Ordem. – Conjunto de números inteiros relativos; Propriedades/comparação; Problemas simples de juros e porcentagem. Ordem crescente e decrescente. Noções de dobro e triplo. Medidas (dúzias, dezena e centena). Calendário (semana, mês e ano).

INFORMÁTICA BÁSICA

Sistema Operacional – Características da interface gráfica: manipulação de janelas, acesso a menus, uso do mouse, área de trabalho, barra de tarefas e de inicialização rápida. Botão Iniciar: programas, documentos recentes, painel de controle, impressoras, desligar. Utilização do Explorer: operações com arquivos e pastas, atalhos, modos de visualização, unidades de rede, lixeira. Acessórios do Windows: calculadora, bloco de notas, paint. Editores de Textos - Manipulação de documentos: novo, salvar, abrir, imprimir, proteger com senha, propriedades. Formatação de documentos: fonte, espaçamento, parágrafo, tabulação, maiúsculas e minúsculas, marcadores e numeração. Edição de documentos: localizar e substituir texto, selecionar, recortar, copiar, colar, numerar páginas, trabalhar com cabeçalho e rodapé, inserir figuras, quebrar páginas. Exibição de documentos: modo normal, layout de impressão, zoom, tela inteira. Configuração de documentos: margens, tamanho do papel, orientação para impressão. Tabelas: criar tabela, selecionar, inserir e eliminar células, formatar tabela, classificar. Ferramentas adicionais: verificar ortografia, corrigir palavras automaticamente, definir idioma, trabalhar com mala direta. Planilhas Eletrônicas – Área de trabalho: células, linhas e colunas, deslocamento do cursor na planilha, área de impressão, barra de edição, pastas de trabalho. Células: selecionar, copiar, recortar, colar, transpor, limpar, eliminar, proteger, inserir dados. Formatação de células e planilhas: formatar números, textos, datas e moedas, alinhamento, borda, fonte, padrões, formatação condicional.

-Versões dos softwares utilizados no programa:

- a) Sistema operacional Windows 98 e XP;
- b) Editores de textos e planilhas eletrônicas Microsoft Office XP e BR Office 2.0;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

Noções gerais sobre o SUS, PACS e ESF e sua legislação; Quem é o Agente Comunitário de Saúde; suas atribuições; ações a serem desenvolvidas pelo agente de comunitário de saúde; sistema de informações trabalhadas e sua finalidade para o trabalho do Agente Comunitário de Saúde; Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Necessidades nutricionais; Amamentação; Medidas profiláticas (tipos de vacinas e soros); Importância da Imunidade e tipos de Imunidade; Doenças sexualmente transmissíveis; Doenças parasitárias; Epidemiologia (epidemia, endemia e pandemia); Qualidade de vida (prevenindo a hipertensão e a diabetes); Planejamento familiar (métodos contraceptivos); Noções de primeiros socorros; SUS (Sistema Único de Saúde) – importância e finalidades – Lei Federal 8.080/90; Lei nº 11.350/2006. ESF (Programa Saúde da Família) – objetivos, método de trabalho, expectativas, saúde da mulher, saúde do idoso - Constituição Federal no que diz respeito à saúde. - Noções de ética e cidadania. Conceito de territorialização, micro-área e área de abrangência; Indicadores epidemiológicos; Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doenças da população; Critérios operacionais para definição de propriedades: indicadores sócio-econômicos, culturais e epidemiológicos; Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde coletiva; Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade, outros; Sistema de informação em saúde; Condições de risco social: violência, desemprego, infância desprotegida, processos migratórios, analfabetismo, ausência ou insuficiência de infra-estrutura básica, outros; Promoção da saúde: conceitos e estratégias; recursos existentes para o enfrentamento dos problemas; Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso; Estatuto da criança e do adolescente e do idoso; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do emprego. Uso de equipamentos de escritório. Noções básicas de administração pública e direitos e

deveres do servidor público.

- Lei Municipal n.º 1.942/2007;
- Portaria n.º 648 de 28 de março de 2006;
- Lei Federal nº 11.350 de 05 de outubro de 2006;
- Lei Orgânica do Município de Videira.

AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS

Princípios do Sistema Único de Saúde. SUS. Promoção, prevenção e proteção à saúde. Noções de Vigilância à Saúde, Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças. Ações de Educação em Saúde na Estratégia Saúde da Família. Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de vigilância em saúde. LEGISLAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: Lei Federal nº. 8080/90 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; e Lei Federal nº. 8142/90 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências inter-governamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências; e Lei Federal nº. 10.424/2002 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento de serviços correspondentes e regulamentando a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica de Saúde; Lei Federal nº. 11.350/2006 - Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº. 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Noções básicas de administração pública e direitos e deveres do servidor público. Noções de ética e cidadania;

- Lei Municipal n.º 1.942/2007;
- Portaria n.º 648 de 28 de março de 2006;
- Lei Federal nº 11.350 de 05 de outubro de 2006;
- Lei Orgânica do Município de Videira.

ANEXO III**REQUERIMENTO**

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 006/2012 da PREFEITURA MUNICIPAL, inscrição número _____, para o emprego de _____ requer a Vossa Senhoria:

1) () Condição Especial para Deficiente Físico realizar a prova, sendo a deficiência:

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte
Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial
Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.
Nome do Acompanhante: _____
Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2012.

Assinatura do Requerente

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PROCESSO SELETIVO 006/2012

Nome do Candidato:

Tipo de Recurso:

- [] 1 – Contra o edital
[] 2 – Contra indeferimento de inscrição
[] 3 – Contra indeferimento da isenção da taxa de inscrição
[] 4 – Contra Inscrição
[] 5 – Contra questão da prova
[] 6 - Contra o Gabarito
[] 7 – Contra a Pontuação Prova
[] 8 - outros

1 – Deferido

2 – Indeferido

N.º de Inscrição:

Emprego:

N.º da Questão:

Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Assinatura do Candidato

Local e data _____ de _____ de 2012.

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 203/2012

P O R T A R I A Nº 203/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ANETE WEITCHÁ

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA ACT

Do Quadro de Pessoal admitida em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 069/2012, de 04 de abril de 2012, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 30 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 204/2012

P O R T A R I A Nº 204/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARILIA CAXIAS POPÓ

Cargo: PROFESSOR NIVEL I ACT

Do Quadro de Pessoal admitida em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 056/2012, de 02 de março de 2012, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 30 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
30 DE NOVEMBRO DE 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 205/2012

P O R T A R I A Nº 205/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e suas alterações,

Nome: ROSILENI FISTAROL FORMENTIN

Cargo: DIRETORA DE EDUCAÇÃO

Do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 206/2012

P O R T A R I A Nº. 206/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROGÉRIO HOWE

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 03/12/2012 a 01/01/2013, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2011 a 30/11/2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Consórcios

AGIR

Resolução Nº, 029/2012 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº. 029/2012

AUTORIZA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS DE EMPREGO PÚBLICO NO SERVIÇO PÚBLICO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR, E REGULAMENTA PROVISÓRIAMENTE OS REQUISITOS E AS FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS A SEREM PREENCHIDOS.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30 Inciso XI e parágrafo único do Artigo 137 do Estatuto e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Considerando as disposições do Artigo 37, Incisos I, II, III e IV da Constituição Federal;

Considerando o disposto no Parágrafo Único do Artigo 137 do Estatuto dos Servidores da AGIR.

Art. 1º - A AGIR fica autorizada a lançar Edital de Concurso Público destinado a prover vagas de emprego público constantes do Anexo I - QUADRO GERAL DE CARGOS PERMANENTES e demais legislação pertinente.

Art. 2º - Até que se regulem as Atribuições/Ocupações dos cargos previsto pelo Estatuto dos Servidores Públicos da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, e a fim de que se possibilite o lançamento do Edital de Concurso Público de que trata o artigo 1º, ficam estabelecidos provisoriamente os requisitos mínimos e as funções/atribuições dos cargos a serem preenchidos, conforme Anexo I.

Art. 3º - Em caso de alteração estatutária do Consórcio Público os nomeados para os respectivos cargos serão readaptados no novo quadro, sem qualquer prejuízo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 29 de outubro de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

ANEXO I

QUADRO GERAL DE CARGOS PERMANENTES

I - Denominação do Cargo: Agente Administrativo (a) - 40 h/a semanais

Requisitos Mínimos: Nível médio completo e cursando nível superior nas áreas afins;

a) entende-se como cursando nível superior: cursando no mínimo o 5º semestre;

b) entende-se como área afim: Administração, Administração Pública ou Secretariado Executivo;

Contabilidade;

Engenharia Civil;

Engenharia Química/Ambiental e

Economia.

Descrição Sintética das Funções/Atribuições:

I - executar os serviços de apoio nas áreas compatíveis com sua especialidade (curso correspondente ao previsto no Edital)
II - dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas;
III - atender os representantes dos entes consorciados, concessionárias/autarquias e prestadores de serviços prestando informações sobre atividades, programas e atividades de competência da AGIR;
IV - tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos;
V - preparar relatórios e planilhas;
VI - executar serviços gerais de escritório e atendimento ao público;
VII - auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público;
VIII - executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria da AGIR;
IX - preencher os requisitos dispostos no Anexo I do Quadro de Cargos permanentes.

II - Denominação do Cargo: Auxiliar Administrativo (a) - 40 h/a semanais

Requisitos Mínimos: Nível médio completo e CNH categoria B.

Descrição Sintética das Funções/Atribuições:

I - encarregar-se da entrada e saída de correspondência, recepcionar documentos, organizar e manter o arquivo;
II - atender chamadas telefônicas, manter a agenda telefônica atualizada;
III - atender ao público encaminhando ao setor competente;
IV - operar máquinas de escritório como calculadoras, copiadoras, computadores e os programas usados na manutenção das atividades da AGIR;
V - executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria da AGIR.
VI - preencher os requisitos dispostos no Anexo I do Quadro de Cargos permanentes.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Resolução Nº. 034/2012 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº. 034/2012

Regulamenta a convocação e inscrição dos interessados/indicados para a composição de membro titular e para suplência do Comitê de Regulação da AGIR

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 29, Inciso I e pelo Artigo 35 e seguintes do Estatuto e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º. Expedir com fundamento no Artigo 35 e seguintes do Estatuto, o Edital de Chamamento dos interessados para composição de titular e para suplência do Comitê de Regulação da AGIR.

Art. 2º. O membro titular do Comitê de Regulação, em número de 01 (um) deve ser indicado pelos usuários e os membros suplentes

do Comitê de Regulação em número de 05 (cinco) indicados, respectivamente, sendo 03 (três) representando os conselhos municipais (usuários), 01 (um) representando os prestadores de serviços e 01 (um) representando o Consórcio AGIR.

Art. 3º. Cabe a equipe técnica da AGIR encaminhar cópia do edital para todos os municípios consorciados, aos conselhos municipais de saneamento e aos prestadores de serviços para que façam o encaminhamento dos nomes nos termos do edital, respeitados os limites do Estatuto.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 19 de novembro de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Resolução Nº. 035/2012 - AGIR

RESOLUÇÃO nº 035/2012

Dispõe sobre a Indenização de Transporte aos servidores da AGIR, e dá outras providências.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41 do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída Indenização de Transporte ao servidor da AGIR que utilizar-se de meio de transporte próprio para locomoção a serviço dos municípios consorciados.

Parágrafo Único - A indenização de que trata o "caput" deste artigo, será concedida na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) do preço do litro de gasolina ou álcool por quilômetro rodado.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior, dependerá de autorização do Diretor Geral, e será requerida através de Relatório de Viagem lavrado pelo interessado, na forma anexa.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, 20 de novembro de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

RELATÓRIO DE VIAGEM

Resolução nº 034/2012, de 20/11/2012.



**AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI □ AGIR**

RELATÓRIO DE VIAGEM

Resolução nº 034/2012, de 20/11/2012.

Nº	
----	--

Data de Saída:		Hora:		Data de Retorno:		Hora:	
Veículo Utilizado:						Placa:	
Destino:							
Funcionário(s):							
Objetivo da Viagem:							

DESPESAS

COMBUSTÍVEL

Veículo:				Placa Veículo:	
Obs:					
Km - inicial:		Km - final:		Km Percorridos:	
Q. Litros:		Coefic.		Nº N.F. / C.F.	
Veículo a Álcool			Preço do Litro	Total a Pagar	
	Km x 0,25				
Veículo a Gasolina			Preço do Litro	Total a Pagar	
	Km x 0,25				

ALIMENTAÇÃO

Nº N.F. / C.F.		Valor:	
Descrição:			

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTOS

Data ____/____/____	Assinatura:
	_____ Diretor Geral

RECIBO DE RESSARCIMENTO

Data ____/____/____	Assinatura:
	_____ Servidor

Rua: Alberto Stein, nº. 466 - Bairro: Velha, Blumenau / Santa Catarina.

CEP: 89036-200 - Fone (47) 3331-5827 - CNPJ 11.762.843/0001-41

www.agir.sc.gov.br

Resolução Nº. 036/2012 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº. 036/2012

Dispõe sobre a suspensão das atividades no final deste exercício e início do próximo ano, autorizando recesso e/ou férias regulares fracionadas aos servidores da AGIR.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando os festejos natalinos e de final de ano, período em que não há expediente nos Municípios consorciados à AGIR;

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender as atividades regulares da AGIR no período de 26.12.2012 à 11.01.2013, autorizando o gozo de recesso e/ou férias regulares fracionadas de seus servidores.

Parágrafo Único. Serão concedidas férias em dois períodos aos servidores da AGIR, com gozo de férias regulares fracionadas durante o primeiro período estabelecido no "caput" deste artigo, considerando-se este como 15 (quinze) dias, devidamente remuneradas nesta situação, remanesecendo saldo para gozo em período posterior, nos termos da LEI.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 27 de novembro de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Resolução Nº. 037/2012 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº. 037/2012

Declara ponto facultativo nos dias 24/12/2012 e 31/12/12 e dá outras providências.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando-se que as atividades da AGIR se estenderão até 21/12/2012 (sexta-feira), intercalando-se a segunda-feira dia 24/12/12, antes dos festejos de natal e o dia 31/12/2012, igualmente segunda-feira, antes do dia 01/01/2013 dia da confraternização universal;

Considerando que o início das férias coletivas se dará em 26/12/2012, e que a grande maioria dos Municípios consorciados já estará sem expediente de atendimento ao público;

Considerando-se que os serviços da AGIR ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede da AGIR nestes dias, sem prejuízo aos Municípios consorciados;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar facultativo o expediente aos servidores da AGIR nas datas de 24 e 31 de dezembro de 2012 (ambos segunda-feira).

Art. 2º. O servidor que desempenhar suas funções normalmente nas datas de que trata o "caput" do artigo 1º. desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Diretor Geral, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser

estabelecida pela AGIR, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 27 de novembro de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Resolução Nº. 038/2012 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº. 038/2012

Suspende os prazos dos processos administrativos da AGIR no período de 24.12.2012 a 11.01.2013.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

CONSIDERANDO que todos os entes consorciados da AGIR estarão com suas atividades paralisadas em razão de festividades de final de ano;

CONSIDERANDO que as demais entidades que se encontram abrigadas no prédio onde funciona a Agência entrarão em férias coletivas e os serviços básicos estarão interrompidos; e,

CONSIDERANDO o número reduzido de servidores à serviço da AGIR;

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender os prazos referentes aos processos administrativos em tramitação na Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, sem prejuízos dos atos e ações urgentes e obrigatórios, no período de 24 de dezembro de 2012 a 11 de janeiro de 2013.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 27 de novembro de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Errata Nº. 01 ao Edital de Convocação Para Comitê de Regulação

ERRATA Nº 01 DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE 19/11/2012

O Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 29, Inciso I e pelo Artigo 35 e seguintes do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis, vem a público retificar o EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE 19/11/2012, que convoca os interessados em participar da eleição para ocupar as vagas de titular e suplência do Comitê de Regulação da AGIR, observado o seguinte:

Altera em parte o Art. 6º do Edital de Convocação de 19/11/2012:

Onde se lê:

Art. 6º. Os candidatos selecionados serão submetidos à votação em sessão da Assembleia Geral da AGIR, quando será considerado eleito para titular dos prestadores de serviços o mais votado e para suplentes os 03 (três) mais votados de cada categoria, sempre observada a formação paritária do Comitê para um mandato de 04 (quatro) anos, observado o período inicial de transição,

como previsto no Artigo 38, § 1º. do Estatuto.

Leia-se:

Art. 6º. Os candidatos selecionados serão submetidos à votação em sessão da Assembleia Geral da AGIR, quando será considerado eleito para titular dos usuários o mais votado e para suplentes os 03 (três) mais votados de cada categoria, sempre observada a formação paritária do Comitê para um mandato de 04 (quatro) anos, observado o período inicial de transição, como previsto no Artigo 38, § 1º. do Estatuto.

Blumenau (SC), em 22 de novembro de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINUBING
Presidente da Diretoria Executiva

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br